EDITORA
UNIFAEMA

MOSAICO ACADÊMICO

DIÁLOGOS ENTRE CIÊNCIA, SOCIEDADE E CULTURA

unifaema

2025

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAEMA - UNIFAEMA

PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

MOSAICO ACADEMICO: DIÁLOGOS ENTRE CIÊNCIA, SOCIEDADE E CULTURA

Ariquemes, RO

2025

Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional.

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons. Desde que citada a fonte, para fins de estudo e pesquisa, autorizamos a reprodução e divulgação deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico.

Os artigos manuscritos nesta publicação, assim como a revisão textual e o uso adequado das Normas de formatação da ABNT, são de inteira responsabilidade dos seus autores.

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C397a Centro Universitário Faema – Unifaema.

Mosaico Acadêmico: diálogos entre ciência, sociedade e cultura [recurso eletrônico] / Centro Universitário Faema – Unifaema. Ariquemes: Editora Unifaema, 2025.
266 f.
Inclui Bibliografia
ISBN: 978-65-984435-2-8

1. Educação. 2. Educação Superior. 3. Graduação. 4. Resumo Simples. I. Título. II. Editora Unifaema.

CDU 378.6
CDD 378.6

Bibliotecária Responsável
Poliane de Azevedo
CRB 1161/11

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAEMA – UNIFAEMA

Reitor
Airton Leite Costa
Vice-reitora
Jessica de Sousa Vale
Pró-reitor Acadêmico
Weslei Gonçalves Borges
Pró-reitora de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão
Jéssica Castro dos Santos

Comissão organizadora
Catarina da Silva Seibt
Filomena Maria Minetto Brondani
Isabelle da Silva Souza
Jéssica Castro dos Santos
Jessica de Sousa Vale
Roemir Peres Machado Moreira
Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan
Poliane de Azevedo

Comissão cientifica
Jessica de Sousa Vale
Jéssica Castro dos Santos
Roemir Peres Machado Moreira
Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan

EDITORAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Organizadores
Roemir Peres Machado Moreira
Jéssica Castro dos Santos
Jessica de Sousa Vale
Isabelle da Silva Souza
Poliane de Azevedo

Estrutura e edição
Isabelle da Silva Souza
Roemir Peres Machado Moreira
Poliane de Azevedo

Revisão de texto
Comissão organizadora

Capa e imagens
Thiago Francisco Moura Pereira
Jessica de Sousa Vale

SUMÁRIO

CIÊNCIAS DA SAÚDE 11

DEPRESSÃO PÓS-PARTO: IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO PUERPÉRIO 12

A ESPIRITUALIDADE COMO FATOR DE INFLUÊNCIA NA SAÚDE MENTAL: UM OLHAR PSICOLÓGICO 14

O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DA ENFERMAGEM 16

SAÚDE MENTAL DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO 18

SAÚDE MENTAL DOS CUIDADORES DE CRIANÇA COM AUTISMO: CONTRUBUIÇÃO DA ENFERMAGEM 20

ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DA SIFÍLIS CONGÊNITA 22

ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO NO LUTO POR SUICÍDIO: CONTRIBUIÇÕES DA POSVENÇÃO 24

CONEXÕES DE AMIZADE E A CONTRIBUIÇÃO PARA O BEM-ESTAR EMOCIONAL 26

CONTAMINAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM NOS AMBIENTES HOSPITALARES 28

PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLENTARES E O USO PELA ENFERMAGEM NOS CUIDADOS PALIATIVOS 30

ENFERMAGEM E O CUIDADO E HUMANÍSTICA AO BINÔMIO MÃE E RN SOB CUIDADO COM FOTOTERAPIA 32

ATITUDE E POSTURA DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO DIANTE DA MORTE 34

DOENÇAS DIARREICAS AGUDAS, PRINCIPAIS CAUSAS E FORMAS DE PREVENÇÃO 36

CONSENTIMENTO INFORMADO NA PRÁTICA DA ENFERMAGEM: FUNDAMENTOS ÉTICOS E JURÍDICOS 38

VACINAÇÃO INFANTIL E IMUNIDADE DE REBANHO – O PAPEL DAS CRIANÇAS NA PROTEÇÃO COLETIVA 40

DESMISTIFICANDO A SAÚDE MASCULINA: MITOS, VERDADES E A IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS PREVENTIVOS 42

A EVOLUÇÃO DAS TEORIAS DE ENFERMAGEM E SUA APLICAÇÃO NA ASSISTÊNCIA AO PACIENTE 44

PROMOÇÃO DA SAÚDE MATERNO-INFANTIL PELO ENFERMEIRO: IMPORTÂNCIA DO PRÉ-NATAL E DO ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL 46

ACOLHIMENTO AO CALOURO: CATIVAR OU AFASTAR O ALUNO INGRESSANTE 48

SAÚDE MENTAL DOS CUIDADORES DE CRIANÇA COM AUTISMO: CONTRUBUIÇÃO DA ENFERMAGEM 50

CIÊNCIAS AGRÁRIAS E ENGENHARIAS 52

O CENÁRIO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO CIVIL 53

USO DE MATERIAIS ALTERNATIVOS PARA CONFECÇÃO DO CONCRETO..... 55

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 57

GOVERNANÇA ALGORÍTMICA NO PODER JUDICIÁRIO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL 58

O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA SOCIEDADE 60

A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA PARA A GESTÃO EMPRESARIAL CONTEMPORÂNEA..... 62

A ARBITRARIEDADE DO DIREITO NAS RELAÇÕES EXTRACONJUGAIS: A NECESSIDADE DE RECONHECIMENTO PARA GARANTIA DA PROTEÇÃO E IGUALDADE JURÍDICA 64

LIDERANÇA INCLUSIVA E O DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES DE ALTO DESEMPENHO 66

A RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL DOS JORNALISTAS NA COBERTURA DE CRIMES: UMA ANÁLISE DO CASO ELOÁ 68

PUBLICIDADE INFANTIL NA INTERNET: ATÉ ONDE VAI O LUCRO E ONDE COMEÇA A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS?..... 70

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM EMPRESAS DE PEQUENO PORTE 72

FATORES DETERMINANTES DA ROTATIVIDADE DE FUNCIONÁRIOS 74

APREENSÃO DE VEÍCULOS NO TRANSPORTE IRREGULAR DE MADEIRA EM RONDÔNIA: IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS PARA TERCEIROS INTERESSADOS..... 76

O MARKETING COMO PILAR ESTRATÉGICO NA ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA..... 78

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ERA DIGITAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES ESTRATÉGICAS 80

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: O EQUILÍBRIO ENTRE A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E OS DIREITOS DOS PEQUENOS PRODUTORES EM RONDÔNIA 82

A IMPORTÂNCIA DAS FUNÇÕES DO ADMINISTRADOR PARA O SUCESSO EMPRESARIAL 84

COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E DESAFIOS ESTRATÉGICOS NA ATIVIDADE DE VENDAS 86

EMPREGABILIDADE E CARREIRA NO CONTEXTO DA TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO 88

EQUIPES DE ALTA PERFORMANCE E O PAPEL DO LÍDER PARA SUA CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO..... 90

GESTÃO DA QUALIDADE PRODUTIVA COMO ESTRATÉGIA DE COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL 92

DESENVOLVIMENTO DA LIDERANÇA E SEU IMPACTO NA GESTÃO ORGANIZACIONAL 94

COMO A LIDERANÇA PODE CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES DE ALTA PERFORMANCE NAS COOPERATIVAS 96
O DIREITO DE RECUSA AO TRATAMENTO DA COVID-19: LIMITES DA INTERVENÇÃO ESTATAL 98
CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA E A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: UM DESAFIO À GARANTIA DE DIREITOS 100
A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM RECORTE HISTÓRICO NO ESTADO DE RONDÔNIA 102
A TUTELA JURÍDICA DO DISCURSO DE ÓDIO E SEU IMPACTO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES 104
O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ÁREA DO DIREITO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS 106
OS DESAFIOS DA PERSECUÇÃO PENAL NA LAVAGEM DE DINHEIRO COM CRIPTOMOEDAS NO BRASIL: DIFICULDADES INVESTIGATIVAS E REGULATÓRIAS 108
A EFETIVIDADE DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA APLICADAS AOS INIMPUTÁVEIS NO BRASIL: ENTRE A TEORIA E A FALTA DE ESTRUTURA PSIQUIÁTRICA 110
A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS DIGITAIS NA COMUNICAÇÃO E GESTÃO ORGANIZACIONAL 112
GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO: ESTRATÉGIA PARA EFICIÊNCIA E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL. 114
EMPREENDEDORISMO CONTEMPORÂNEO: DA OPORTUNIDADE À GERAÇÃO DE VALOR SOCIAL E ECONÔMICO 116
GESTÃO DE PESSOAS COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL 118
IMPACTO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA ADMINISTRAÇÃO 120
LIDERANÇA COMO FATOR MOTIVACIONAL NA GESTÃO DE PESSOAS 122
A FUNÇÃO GERENCIAL DO SECRETARIADO EXECUTIVO NAS ORGANIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS 124
A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA NA GESTÃO DE EQUIPES DE ALTA PERFORMANCE 126
A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA NAS ORGANIZAÇÕES 128
A IMPORTÂNCIA DE UM LÍDER NA GESTÃO DE EQUIPES 130
A IMPORTÂNCIA DO FEEDBACK NAS ORGANIZAÇÕES 132
A IMPRESCRITIBILIDADE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA DE REPARAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS: ANÁLISE À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 134
A INFLUÊNCIA DA LIDERANÇA NOS INDICADORES DE DESEMPENHO ORGANIZACIONAL 137
A INFLUÊNCIA DO LIDER NA FORMAÇÃO DE EQUIPE DE ALTA PERFORMANCE 139
A INJUSTIÇA AMBIENTAL ORIUNDA DO GARIMPO ILEGAL EM TERRITÓRIOS

INDÍGENAS 141

A LITIGÂNCIA CLIMÁTICA COMO FERRAMENTA DE DEFESA DOS REFUGIADOS AMBIENTAIS NO SISTEMA JURÍDICO CONTEMPORÂNEO 143

A SEGUIMENTAÇÃO DO DIREITO FORENSE: A IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO DA PSICOLOGIA FORENSE NO TRIBUNAL DO JÚRI PERANTE A ANÁLISE DA LINGUAGEM CORPORAL DO RÉU..... 145

A TRIBUTAÇÃO DE ATIVOS VIRTUAIS NO METAVERSO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO 147

ELES SENTEM, LOGO EXISTEM: A LUTA POR DIGNIDADE ANIMAL NO DIREITO BRASILEIRO..... 149

ENDOMARKETING E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA GERAÇÃO DE RESULTADOS151

ERGONOMIA COGNITIVA E SUA RELAÇÃO COM O ENDOMARKETING: CONCEITOS E APLICAÇÕES NO MERCADO 153

EXPECTATIVAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS 155

GESTÃO DE ALTA PERFORMANCE: FUNDAMENTOS PARA LIDERAR COM FOCO EM RESULTADOS..... 157

GESTÃO ESTRATÉGICA E DESEMPENHO ORGANIZACIONAL: CAMINHOS PARA A COMPETITIVIDADE NO BRASIL 159

LIDERANÇA E ÂNCORAS DE CARREIRA: UMA EXPERIÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO DOS PERFIS DOS LÍDERES..... 161

MARKETING DIGITAL E CRIAÇÃO DE VALOR NAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS CONTEMPORÂNEAS..... 163

O HOME OFFICE COMO ALTERNATIVA DE TRABALHO NA ERA DIGITAL 165

O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA SOCIEDADE..... 167

O PARADIGMA DA ESSENCIALIDADE E A “DESPATRIMONIALIZAÇÃO” DO DIREITO CIVIL: A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO EPICENTRO DA RELAÇÃO CONTRATUAL 169

TIPOS DE LIDERANÇA E SEU IMPACTO NA ÁREA CONTÁBIL..... 171

OS DESAFIOS DA LIDERANÇA FEMININA NO AMBIENTE CORPORATIVO..... 173

ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIGITAIS..... 175

MÍNIMO EXISTENCIAL DA FAMÍLIA E PROPRIEDADE RURAL: A NOVA FACE DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL NO PL Nº 4/2025 177

A AUTORIDADE PARENTAL E A PRIVACIDADE DOS FILHOS NO AMBIENTE DIGITAL: REFLEXÕES À LUZ DO PROJETO DE LEI Nº 4/2025..... 179

A RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR À LUZ DO PROJETO DE LEI Nº 4/2025: CONTINUIDADE OU INOVAÇÃO?..... 181

ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIGITAIS..... 183

A EMPRESA FAMILIAR E A IMPENHORABILIDADE NO CONTEXTO DA ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL COM O PL Nº 4/2025..... 185

GUARDA COMPARTILHADA E SEUS DESAFIOS NA CONTEXTUALIZAÇÃO DA

MULTIPARENTALIDADE..... 187
CO-RESPONSABILIDADE ALIMENTAR EM CASO DE MULTIPARENTALIDADE 189
A INTERVENÇÃO DOS ESTADOS DITATORIAIS NA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR191
OVERSHARETING DOS MENORES POR GENITORES EM REDES SOCAIS 193
A BIOLOGIA NA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR 195
A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS DIGITAIS NA ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA 197
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E OPORTUNIDADES ESTRATÉGICAS NA ADMINISTRAÇÃO DIGITAL..... 199
COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E DESAFIOS ESTRATÉGICOS NA ATIVIDADE DE VENDAS..... 201
EMPREENDEDORISMO CONTEMPORÂNEO - DÁ OPORTUNIDADE À GERAÇÃO DE VALOR SOCIAL E ECONÔMICO..... 203
GESTÃO ESTRATÉGICA E DESEMPENHO ORGANIZACIONAL - CAMINHOS PARA A COMPETITIVIDADE NO BRASIL 205
INOVAÇÃO, RESILIÊNCIA E COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR PERSPECTIVAS ATUAIS NA ADMINISTRAÇÃO 207
MARKETING DIGITAL E CRIAÇÃO DE VALOR NAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS CONTEMPORÂNEAS 209
A ATUAÇÃO DO LÍDER NA MELHORA DO CLIMA ORGANIZACIONAL DAS EMPRESAS. 211
A SEGUIMENTAÇÃO DO DIREITO FORENSE: A IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO DA PSICOLOGIA FORENSE NO TRIBUNAL DO JÚRI PERANTE A ANÁLISE DA LINGUAGEM CORPORAL DO RÉU 213
OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA ECONOMIA MUNDIAL..... 215
UM OLHAR SOBRE O NÍVEL DE CONHECIMENTO FINANCEIRO DOS ACADÊMICOS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DE UMA FACULDADE NA REGIÃO DO VALE DO JAMARI 217
LIDERANÇA E MOTIVAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO 219
OS IMPACTOS DAS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA NAS APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS TRABALHADORES PÚBLICOS MUNICIPAIS 221
ELAS TAMBÉM MATAM: A MENTE CRIMINOSA POR TRÁS DAS *SERIAL KILLERS* FEMININAS 223
A GESTÃO DA INFORMAÇÃO 225
A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E O USO DE AGROTÓXICOS: OS IMPACTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR 227
A POSSIBILIDADE DE APLICAR A LEI MARIA DA PENHA EM HOMENS TRANS 229
EQUIPES DE ALTA PERFORMANCE: DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E IMPACTO ORGANIZACIONAL. 231
O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NAS FINANÇAS PESSOAIS: COMO OS BANCOS DIGITAIS E APLICATIVOS DE GERENCIAMENTO FINANCEIRO ESTÃO INFLUENCIANDO O COMPORTAMENTO FINANCEIRO DAS PESSOAS..... 233

ADMINISTRAÇÃO EM PERSPECTIVA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA ERA DIGITAL 235

EMPREENDEDORISMO: DA IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADE À CRIAÇÃO DE VALOR 237

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E DESEMPENHO ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE HABILIDADES EMOCIONAIS COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO 239

TEMAS ATUAIS EM ADMINISTRAÇÃO 241

OS DESAFIOS DA PROFISSÃO DE VENDAS: ESTRATÉGIAS E COMPETÊNCIAS NO PROCESSO COMERCIAL 243

GESTÃO ESTRATÉGICA E COMPETITIVIDADE ORGANIZACIONAL: IMPACTOS NO DESEMPENHO EMPRESARIAL BRASILEIRO 245

O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NA ERA DIGITAL 247

TEORIA DA SOCIOAFETIVIDADE: O ABANDONO AFETIVO COMO CAUSA DE EXCLUSÃO SUCESSÓRIA.....249

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE OPTOMETRISTA NO BRASIL: CONFLITOS NORMATIVOS E LIMITES CONSTITUCIONAIS.....251

A EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESTRATEGICA E O IMPACTO DAS INOVAÇÕES TECNOLOGICAS NAS ORGANIZAÇÕES MODERNAS.....253

O PAPEL DO LÍDER DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES.....255

A IMPORTANCIA DA COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE LIDERANÇA.....257

O DESENVOLVIMENTO DA LIDERANÇA PARA A CONQUISTA DE MELHORES RESULTADOS CORPORATIVOS E PROFISSIONAIS.....259

EQUIPES DE ALTA PERFORMANCE X MULTICULTURAIS.....261

EDUCAÇÃO 263

O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS EM CAPACITAÇÃO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR.....264

APRESENTAÇÃO

O e-book Mosaico Acadêmico: Diálogos entre Ciência, Sociedade e Cultura, publicado pela Editora UNIFAEMA, é fruto de uma iniciativa institucional que valoriza a produção acadêmica desenvolvida no âmbito do Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA. Esta obra reúne contribuições das áreas de Ciências da Saúde (Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia, Psicologia, Biomedicina e Educação Física), Ciências Agrárias e Engenharias (Agronomia, Engenharia Ambiental e Sanitária e Engenharia Civil), Ciências Sociais Aplicadas (Arquitetura e Urbanismo, Administração, Ciências Contábeis e Direito), e Educação (Pedagogia), consolidando-se como um espaço plural de construção e socialização do conhecimento.

A proposta editorial está alinhada às políticas institucionais de estímulo à pesquisa, ao ensino e à extensão, promovendo uma abordagem interdisciplinar e integradora que fortalece o vínculo entre ciência, cultura e sociedade. Por meio de resumos simples, os trabalhos aqui reunidos refletem a diversidade de temas, metodologias e contextos abordados pelos(as) docentes, discentes e egressos(as) do UNIFAEMA, evidenciando o compromisso da instituição com a formação crítica, a produção científica e o desenvolvimento regional.

Mais do que uma coletânea de resumos, este e-book representa um mosaico de ideias, experiências e saberes que, juntos, ampliam horizontes e contribuem para o fortalecimento da comunidade acadêmica. Convidamos você a percorrer essas páginas com o olhar atento de quem reconhece na ciência um instrumento de transformação social.

CIÊNCIAS DA SAÚDE

DEPRESSÃO PÓS-PARTO: IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO PUERPÉRIO

Liriel Eyshila de Souza Gomes
Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,
liriel.47925@unifaema.edu.br
Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos
Mestra, Docente UNIFAEMA, elis.ramos@unifaema.edu.br

Depressão é um transtorno mental comum que afeta aproximadamente 300 milhões de pessoas em todo o mundo. É caracterizada por um estado de humor deprimido, perda de interesse ou prazer em quase todas as atividades, o que pode demandar cuidados específicos e ajustes na rotina para seu manejo. As mulheres têm de 1,5 a 3 vezes mais chances de desenvolver transtornos depressivos, sendo que, no período pós-parto, quando ocorrem diversas mudanças fisiológicas e psicológicas, pode surgir a depressão pós-parto (DPP) (Santos, *et al*. 2022). Este estudo tem como propósito conceituar a DPP, identificando seus principais sintomas e ressaltando a importância do diagnóstico precoce para uma abordagem eficaz. Para isso, foi realizada uma revisão de literatura de carácter descritivo e exploratório, com delineamento temporal de 2022 a 2025. A depressão é um transtorno que pode comprometer o vínculo entre mãe e bebê, especialmente no aspecto afetivo, e não deve ser encarado como uma fraqueza ou falha de caráter, mas como uma condição que necessita de atenção e cuidado especializado. A DPP tem causa multifatorial, podendo estar relacionadas a fatores físicos, emocionais, estilo de vida e histórico prévio de transtornos mentais. No entanto, a principal explicação para seu surgimento está na drástica alteração hormonal que ocorre após o parto (MS, 2025). A implementação de medidas preventivas durante o período puerperal é essencial para minimizar riscos para a mãe e o bebê. Nesse contexto, o papel do enfermeiro torna-se indispensável, uma vez que a gestante realiza diversas consultas ao longo de toda gestação com uma equipe multiprofissional. A atuação do enfermeiro com um olhar integral, aliado ao conhecimento técnico e científico, possibilita a identificação precoce da DPP e a intervenção necessária para seu manejo. Além disso, o desenvolvimento de ações e programas voltados à interação entre gestantes e familiares fortalece vínculos de confiança, permitindo que a mulher expresse suas angústias, esclareça dúvidas e se sinta mais segura para enfrentar o parto e o pós-parto (Frasão & Bussinguer, 2023). Por fim, é fundamental que o enfermeiro contribua com seu conhecimento especializado, buscando aperfeiçoamento contínuo e aplicando técnicas com competência e responsabilidade para garantir um atendimento de qualidade às puérperas.

Palavras-chave: Depressão pós-parto. Puerpério. Consequências. Consulta de enfermagem.

Referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Depressão pós-parto**. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/depressao-pos-parto. Acesso em: 31 mar. 2025.

FRASÃO, C. C. O.; BUSSINGUER, P. R. R. Assistência de enfermagem na depressão pós-parto: revisão integrativa. ***Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR***, v. 27, n. 5,

p. 2776–2790, 2023. DOI: 10.25110/arqsaude. v27i5.2023-041. Disponível em: https://unipar.openjournalsolutions.com.br/index.php/saude/article/view/9914. Acesso em: 31 mar. 2025.

SANTOS, M. L. C.; REIS, J. F.; SILVA, R. de P.; SANTOS, D. F.; LEITE, F. M. C. Sintomas de depressão pós-parto e sua associação com as características socioeconômicas e de apoio social. ***Esc Anna Nery*** [Internet], v. 26, e20210265, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0265. Acesso em: 31 mar. 2025.

SOUSA, P. H. S. F.; ALMEIDA, T. F.; SILVA, M. M. L.; SOUZA, R. F.; AZEVEDO, M. V. C.; TORRES, R. C.; NASCIMENTO, G. C.; SANTOS, L. C. Enfermagem na prevenção da depressão pós-parto. ***Brazilian Journal of Development***, v. 6, n. 10, p. 77744–77756, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n10-269. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/18189. Acesso em: 1 abr. 2025.

VIANA, M. D. Z. S.; FETTERMANN, F. A.; CESAR, M. B. N. Estratégias de enfermagem na prevenção da depressão pós-parto. ***Revista de Pesquisa****: Cuidado é Fundamental*, v. 12, p. 953-957, jan./dez. 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v12.6981.

A ESPIRITUALIDADE COMO FATOR DE INFLUÊNCIA NA SAÚDE MENTAL: UM OLHAR PSICOLÓGICO

Katiuscia Carvalho de Santana
Mestra em Teologia, Psicóloga, Docente Centro Universitário UNIFAEMA.

A relação entre espiritualidade e psicologia tem despertado crescente interesse nas últimas décadas, sobretudo no que se refere ao impacto da espiritualidade na saúde mental e no bem-estar psicológico. Entendida como a busca por sentido, a conexão com o transcendente e a vivência de valores existenciais, a espiritualidade se apresenta como um importante recurso subjetivo diante de situações adversas — como doenças, perdas, crises existenciais e transtornos mentais. Esse movimento de atenção à espiritualidade se justifica pela demanda, cada vez mais evidente, por abordagens clínicas que considerem o ser humano em sua totalidade — contemplando não apenas os aspectos biológicos, psicológicos e sociais, mas também sua dimensão espiritual. Este trabalho propõe uma reflexão sobre a relevância da espiritualidade como fator de proteção em contextos de sofrimento psíquico, bem como sua inserção no campo da psicologia clínica e da saúde. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, apoiada em obras e artigos científicos que abordam o tema sob diferentes perspectivas teóricas. Os achados indicam que indivíduos com maior envolvimento espiritual tendem a demonstrar maior resiliência emocional, melhor capacidade de adaptação diante do estresse, além de apresentarem menor incidência de sintomas depressivos e ansiosos. Observa-se também um senso mais fortalecido de propósito e esperança. Práticas como a meditação, a oração e a leitura de textos sagrados estão frequentemente associadas ao aumento do bem-estar subjetivo e da qualidade de vida. Apesar desses benefícios, ainda existe uma certa resistência por parte de alguns profissionais da saúde mental em integrar a espiritualidade ao trabalho clínico. Muitas vezes, isso ocorre por receio de ferir princípios éticos ou por confusão entre espiritualidade e religião institucionalizada. Contudo, é possível — e necessário — adotar uma abordagem ética, respeitosa e fundamentada, que reconheça a espiritualidade como uma dimensão legítima da experiência humana, sem que isso implique a imposição de crenças ou valores específicos. Conclui-se que a integração cuidadosa da espiritualidade no processo terapêutico pode ampliar os recursos internos do sujeito, favorecer sua autonomia e promover um sentido existencial mais profundo — especialmente em contextos marcados pelo sofrimento, pela perda e pela crise. Por fim, ressalta-se a importância de uma formação que sensibilize psicólogos e profissionais da saúde mental para essa temática, por meio de disciplinas, pesquisas e práticas clínicas que acolham a complexidade e a integralidade do ser humano.

Palavras-chave: Espiritualidade. Psicologia. Saúde mental. Sentido de vida. Clínica psicológica.

Referências

DALGALARRONDO, Paulo. **Religião, psicopatologia e saúde mental**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

KOENIG, H. G. **Medicina, religião e saúde**: o encontro da ciência e da espiritualidade. Porto Alegre: LPM, 2008.

MOREIRA-ALMEIDA, A.; LOTUFO NETO, F. **Espiritualidade e saúde**: uma nova fronteira na integração entre ciência e espiritualidade. Revista de Psiquiatria Clínica, v. 34, supl. 1, p. 24-35, 2007.

FRANKL, V. E. **Em busca de sentido**: um psicólogo no campo de concentração. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DA ENFERMAGEM

Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos
Mestra, Docente Centro Universitário UNIFAEMA, elis.ramos@unifaema.edu.br
Kátia Regina Gomes Bruno
Mestra, Docente Centro Universitário UNIFAEMA, katia.bruno@unifaema.edu.br
Thays Dutra Chiarato Veríssimo
Mestra, Docente Centro Universitário UNIFAEMA, thays.chiarato@unifaema.edu.br.

As tecnologias digitais têm se tornado cada vez mais relevantes no processo de ensino-aprendizagem em enfermagem, principalmente diante das transformações sociotecnológicas e das demandas emergentes do sistema de saúde. No contexto da formação profissional, a utilização de recursos tecnológicos inovadores tem contribuído para a dinamização das metodologias tradicionais, possibilitando o desenvolvimento de competências cognitivas, técnicas e atitudinais de forma mais eficaz (Silva, 2022). O estudo traz como objetivo considerar as contribuições das tecnologias digitais na educação em enfermagem, destacando seus principais impactos e desafios. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com busca realizada nas bases de dados SciELO, LILACS e MEDLINE, O delineamento temporal são de artigos publicados entre 2019 e 2024. Os resultados evidenciam que ferramentas como plataformas de ensino online, simuladores realísticos, realidade virtual e aumentada, aplicativos educacionais e metodologias ativas (como a aprendizagem baseada em problemas e simulação clínica) promovem maior autonomia dos estudantes, aprimoram a capacidade de tomada de decisão e favorecem o pensamento crítico, sendo aplicáveis tanto na graduação quanto na pós-graduação e na educação permanente (Jurado, et al, 2023). Para Maia et al, 2022, o uso dessas tecnologias amplia o acesso ao conhecimento, estimula a participação dos estudantes e possibilita a criação de ambientes de aprendizagem mais interativos e realistas. No entanto, desafios persistem, como a escassez de capacitação dos docentes, as limitações de infraestrutura tecnológica em muitas instituições e a necessidade de garantir inclusão digital e equidade no acesso aos recursos (Soares, 2024). Observa-se portanto, que as tecnologias digitais, quando utilizadas de forma planejada, crítica e integrada às práticas pedagógicas, representam um importante potencial transformador para a educação em enfermagem, contribuindo diretamente para a qualificação do ensino, fortalecimento das competências profissionais e melhoria na assistência em saúde. Este trabalho traz um fragmento de diversos estudos, ficando assim como um apoio para futuras pesquisas que tenham interesse na tmática.

Palavras-**chave:** Tecnologias digitais. Educação em Enfermagem. Metodologias Ativas. Simulação. Formação Profissional.

Referências

FREITAS, C. M. A. **Simulação realística no ensino da enfermagem:** desafios e estratégias para a aplicação efetiva**.** Dissertação de mestrado profissional em ensino em saúde centro universitário Christus. Fortaleza. 2019. Disponível em: https://repositorio.unichristus.edu.br/jspui/handler/123456789/74 Acesso em 30 de mar 2025.

JURADO, S.R.; et al. **Metodologias ativas no ensino de estudantes de enfermagem**: uma revisão sistemática. v. 22 n. 259. Revista Nursing, 2019. Disponível em: https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/revistanursing/article/download/455/429. Acesso em: 30 de mar de 2025.

MAIA, et al. **Tecnologias educacionais para o ensino de história da enfermagem**: revisão integrativa. v. 35. Acta Paul Enfermagem. 2022.Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/tFkjNSxdB6NKhfyTpgcTsCP/?lang=pt#top. Acesso em: 30 de mar de 2025.

SILVA, L. R., et al. **Tecnologias educacionais no ensino de enfermagem**: uma revisão integrativa. v. 75. n. 2. *Rev. Bras. Enferm. 2022.* Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/tFkjNSxdB6NKhfyTpgcTsCP/abstract/?lang=pt. Acesso em: 30 de mar de 2025.

SOARES, S. G. **O uso da realidade virtual no ensino de graduação em enfermagem**: revisão de escopo. UFRN. 2024. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/58571. Acesso em: 30 de mar de 2025.

SAÚDE MENTAL DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos
Mestra, Docente Centro Universitário UNIFAEMA, elis.ramos@unifaema.edu.br
Kátia Regina Gomes Bruno
Mestra, Docente Centro Universitário UNIFAEMA, katia.bruno@unifaema.edu.br
Thays Dutra Chiarato Veríssimo
Mestra, Docente Centro Universitário UNIFAEMA, thays.chiarato@unifaema.edu.br.

A saúde mental dos professores universitários tem sido cada vez mais comprometida, especialmente diante da intensificação das atividades docentes, da sobrecarga de trabalho e da exigência de múltiplas funções acumuladas, como ensino, pesquisa e extensão (Barros et al, 2024). Além disso, a precarização das condições de trabalho, as cobranças por produtividade e o aumento de demandas burocráticas têm gerado impactos significativos no bem-estar dos docentes. A pandemia de COVID-19 agravou ainda mais essa realidade ao impor adaptações rápidas ao ensino remoto, ampliando os níveis de estresse e esgotamento profissional. Esse cenário tem resultado no aumento de quadros de ansiedade, depressão e síndrome de burnout, exigindo atenção especial por parte das instituições (Gomes et al, 2021). O objetivo deste estudo foi analisar os fatores relacionados ao adoecimento mental de professores universitários e as estratégias de enfrentamento utilizadas para promover sua saúde mental. Trata-se de uma revisão de literatura, realizada nas bases SciELO, PubMed e LILACS, incluindo artigos publicados entre 2021 e 2024, escritos em português e inglês. A sobrecarga de atividades, a pressão institucional e a ausência de apoio psicológico adequado são os principais fatores associados ao adoecimento mental dos docentes (Silva, 2024). Estratégias como fortalecimento das redes de apoio, incentivo ao autocuidado, programas de acolhimento institucional e melhorias nas condições de trabalho se mostraram eficazes na redução dos impactos negativos à saúde mental dos professores universitários. As discussões revelam a fragilidade das políticas de suporte à saúde mental nas instituições de ensino superior e a necessidade urgente de ações específicas para este público (Rebolo, Urt, 2024). Por fim, a percepção é que que o investimento em programas institucionais de saúde mental, aliados a mudanças nas condições de trabalho, são essenciais para preservar o bem-estar e a qualidade de vida dos docentes, impactando positivamente no ambiente acadêmico e na qualidade da educação superior.

Palavras-chave: Docência. Estresse ocupacional. Qualidade de vida. Saúde psíquica. Ensino superior.

Referências

BARROS, et al. **Saúde mental do professor universitário:** Fatores e condições de trabalho. Revista Científica Sistemática, v.14, n.5, São José dos Pinhais, Set, 2024. Disponível em: https://sevenpublicacoes.com.br/RCS/article/view/5638. Acesso em: 30 de mar de 2025.

GOMES et al. **Saúde mental de docentes universitários em tempos de covid-19**. Saúde soc. v. 30 n. 2. São Paulo. 2021.Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/dnj4CRy6xHm3VMzsYy6QJ9c/. Acesso em: 30 de mar de 2025.

SILVA et al. **Síndrome de burnout em professores e suas causas**: uma revisão integrativa. v. 48, n. 2, Revista Baiana de Saúde Pública .2024. Disponível em: https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/download/4067/3468/30699. Acesso em: 30 de mar de 2025.

REBOLO. F., URT. S.C. **Saúde e adoecimento de professores universitários:** uma revisão integrativa de teses e dissertações produzidas no Brasil. Educação. v. 47. 2022. Santa Maria. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao. Acesso em: 30 de mar de 2025.

SAÚDE MENTAL DOS CUIDADORES DE CRIANÇA COM AUTISMO: CONTRUBUIÇÃO DA ENFERMAGEM

Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos
Mestra, Docente UNIFAEMA (elis.ramos@unifaema.edu.br).
Ana Kevelyn Azevedo de Souza
Graduanda de Enfermagem, UNIFAEMA, (ana.60538@unifaema.edu.br).
Camilly Lopes Jardim
Graduanda de Enfermagem, UNIFAEMA, (camilly.60446@unifaema.edu.br).
Franciane dos Santos Castro
Graduanda de Enfermagem, UNIFAEMA (franciane.60505@unifaema.edu.br).
Gabriel Gomes da Silva
Graduando de Enfermagem, UNIFAEMA (gabriel.56885@unifaema.edu.br).

O Transtorno Espectro Autista (TEA) caracteriza-se pelas dificuldades constantes na comunicação e nas interações sociais, além de ações que podem envolver interesses e hábitos específicos (Mesquiatti et al, 2025). Esses sintomas se manifestam desde a infância, afetando o funcionamento cotidiano da pessoa e exigindo cuidados contínuos o que acaba sobrecarregando fisicamente e mentalmente familiares e cuidadores (Da Silva et al, 2024). Este estudo tem como objetivo observar o auxílio dos profissionais da enfermagem no anúncio da saúde mental dos cuidadores de crianças com Transtorno Espectro Autista (TEA). A metodologia para a preparação deste estudo, foi a revisão de literatura, com caráter descritivo e exploratório, com pesquisas em artigos publicados entre 2019 e 2024 em bases de dados científicos como as ferramentas do google acadêmico, que direcionaram para a SCIELO, LILACS E BVS. Como critérios de inclusão, foi utilizado material que estavam escritos em português, completos e com autores e data. Como critérios de exclusão, materiais em idiomas que não fosse o português, materiais duplicados e que não tinham relação com o tema. Nota-se que os enfermeiros tem um papel fundamental para o acolhimento, escutas, e orientações aos cuidadores, solidificando uma base forte de vínculos entre família e rede de saúde. Métodos como um grupo de apoio, uma educação em saúde e direcionamentos adequados torna-se uma ferramenta eficaz para a prevenção e sofrimentos psíquicos dos indivíduos. Ademais, o acompanhamento frequente e a escuta ativa cria um ambiente de confiança, suprindo o autocuidado e a valorização do cuidador como peça central no desenvolvimento terapêutico do portador de TEA (De Moraes Filho, et al, 2021). Logo fica esclarecido, que o profissional de enfermagem na aplicação de seu conhecimento técnico e humano, possui a capacidade de modificar a experiência do cuidar, promovendo a integralidade da saúde para a criança portadora quanto para a pessoa que zela dela. É importante ressaltar que, é necessário o enfermeiro buscar a capacitação assídua e atuante de forma empática e firme, contribuindo para o fortalecimento da rede de apoio e para o bem-estar dos que se dispõe a cuidar de crianças com TEA.

Palavras-**chave:** Saúde mental, Cuidados, Apoio emocional, Profissionais de enfermagem, Crianças com TEA.

Referências

DE MORAES FILHO, Marciano et al. **Lugar da enfermagem é onde ela puder e souber atuar:** Contribuições na atenção a pessoas no Espectro Autista. Revisa, v. 10, n. 3, p. 458-460, 2021.

MISQUIATTI, A. R. N. et al. **Sobrecarga familiar e crianças com Transtornos do Espectro do Autismo:** perspectiva dos cuidadores. Rev CEFAC. 2025; 17 (1): 192-200.

DA SILVA, Sabrina Andrea et al. **Cuidados de enfermagem na saúde mental do cuidador familiar.** Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 7, n. 15, p. e151484-e151484, 2024.

ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DA SIFÍLIS CONGÊNITA

Jussara de Souza Melo
Discente, Unifaena, jussara.54076.@unifaema.edu.br.
Natyellen Souza Cruz
Discente, Unifaema, natyellen.50691@unifaema.edu.br.
Sonia Carvalho Santana
Docente, Unifaema, sonia.sonia.carvalho@unifaema.edu.br.

A sífilis é uma infecção sexualmente transmissível (IST), causada pela bactéria *Treponema pallidum* (Brasil, 2023). Nas gestantes, quando a doença não tratada ou tratada de forma inadequada, pode ocorrer a transmissão vertical, ou seja, a mãe transmite-a para o bebê, originando a sífilis congênita. A infecção pode ocorrer em qualquer fase da gravidez e está associada a desfechos graves como aborto, prematuridade, natimortalidade e malformações (Sonda et al.,2020). Desse modo, a atuação do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde (APS) é fundamental para a prevenção da sífilis. O presente resumo tem como objetivo descrever a importância da atuação do enfermeiro na prevenção da sífilis congênita, com ênfase nas ações de triagem, diagnóstico precoce, tratamento oportuno e educação em saúde. Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica de artigos científicos indexados em bases como Google Acadêmico, Scielo, LILACS e BDENF, publicados entre 2019 e 2024, além de documentos oficiais do Ministério da Saúde .Os resultados apontam que o enfermeiro, por meio da consulta de enfermagem pré-natal, desempenha um papel estratégico na detecção precoce da sífilis materna, na busca ativa dos casos, na coleta e interpretação de testes rápidos, iniciando imediato ao tratamento com penicilina benzatina e no acompanhamento do parceiro (Silva et al., 2021). Essas medidas são essenciais para interromper a cadeia de transmissão vertical. Além disso, a educação em saúde, promovida em grupos de gestantes e no aconselhamento individual, é igualmente relevante para ampliar o conhecimento sobre a doença, seus riscos e formas de prevenção (Bomfin et al., 2019). Dessa forma, o enfermeiro ocupa posição de destaque na linha de frente da prevenção e controle da sífilis congênita, atuando tanto na identificação precoce da infecção quanto na implementação de ações resolutivas. Portanto, a atuação do enfermeiro se demostra fundamental e estratégica na prevenção da sífilis congênita, contribuindo significativamente para a redução de casos e promoção da saúde materno-infantil (Lima et al., 2022). Ademais, é preciso, fortalecer políticas públicas, bem como a capacitação profissional contínua e a integração multiprofissional nos cuidados à gestante e ao recém-nascido, garantindo assim uma abordagem mais eficaz e humanizada no enfrentamento da sífilis congênita (Santos; Araújo; Guimarães, 2022).

Palavras-chave: Assistência à saúde. Pré-natal. Saúde materna.

Referências

BOMFIN, V.V.B.S. et al. **A importância do pré-natal no diagnóstico e tratamento da sífilis congênita**. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 11, n. 10, p. e7969, out. 2019.

BRASIL. **Sífilis 2023.** Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/. Acesso em: 04 abr. 2025.

LIMA, V.C.et al. **Atuação dos enfermeiros da Estratégia Saúde da Família na prevenção da sífilis congênita:** pesquisa de opinião em um município da região Nordeste. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 30, n. 3, p. 283–292, jul./set. 2022.

SANTOS, A. A. A. dos; ARAÚJO, F. A. G. de; GUIMARÃES, T. M. M. **Quality of prenatal care associated with the incidence of congenital syphilis:** integrative review. Research, Society and Development, *[S. l.]*, v. 11, n. 14, p. e541111436854, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i14.36854

SILVA, A. R. C. et al. **Enfermagem na prevenção da sífilis congênita**: desafios e estratégias. Revista de Enfermagem da UFSM, Santa Maria, v. 11, e85, 2021.

SONDA, E.C.et al. **Sífilis congênita**: uma revisão da literatura. *Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção*, v. 3, n. 1, p. 28–30, 2020.

ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO NO LUTO POR SUICÍDIO:
CONTRIBUIÇÕES DA POSVENÇÃO

Katiuscia Carvalho de Santana
Mestra em Teologia, Psicóloga, Docente Centro Universitário UNIFAEMA
katiuscia.carvalho@unifaema.edu.br.

O luto por suicídio é uma experiência dolorosa e multifacetada, frequentemente acompanhada de sentimento de culpa, vergonha, raiva e isolamento social. Segundo Neimeyer (2012), o luto é intensificado quando envolve o suicídio, pois além da perda, os enlutados enfrentam estigmas sociais e perguntas sem resposta. Do ponto de vista da Psicologia, é fundamental reconhecer que esse tipo de luto demanda atenção especializada, considerando os riscos de complicações emocionais como depressão, ansiedade e ideação suicida (Feist et al., 2015). A posvenção, entendida como um conjunto de ações de cuidado dirigidas aos sobreviventes enlutados por suicídio, tem se mostrado uma estratégia importante não apenas para o acolhimento, mas também para a prevenção de novos casos (Kovács, 2014). Este trabalho tem como objetivo discutir o papel da Psicologia no contexto da posvenção, analisando estratégias eficazes de apoio psicológico com base na literatura especializada. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica de caráter qualitativo, envolvendo autores que abordam luto, suicídio e saúde mental. Os estudos revelam que o acolhimento psicológico deve se basear na escuta empática, na validação da dor e na reconstrução do sentido da vida após a perda (Vargas, 2020). A presença de um profissional qualificado pode ajudar a romper o silêncio e a solidão que marcam esse tipo de luto, promovendo um ambiente de segurança emocional. Além disso, é essencial fortalecer os vínculos de apoio social e familiar, bem como integrar os serviços de saúde na oferta de suporte continuado (Minayo; Deslandes, 2020). A Psicologia, ao atuar de forma sensível e ética, contribui para a elaboração saudável do luto, prevenindo agravamentos psíquicos e oferecendo recursos para que os enlutados possam retomar seus projetos de vida. Conclui-se que a atuação do psicólogo na posvenção deve ser entendida como parte fundamental de uma rede de cuidado que valoriza a vida, reconhece o sofrimento e promove caminhos de reconstrução e esperança.

Palavras-chave: Luto. Suicídio. Psicologia. Saúde mental. Posvenção.

Referências

FEIST, Jess; FEIST, Gregory J.; ROBERTS, Tomi-Ann. **Teorias da personalidade.** 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

KOVÁCS, Maria Júlia. **Educação para a morte:** desafios na formação de profissionais de saúde e educação. 6. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Suicídio entre adolescentes:** o que fazer? Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.

NEIMEYER, Robert A. **Luto e crescimento pós-traumático**: reconstruindo o sentido da perda. São Paulo: Summus, 2012.

VARGAS, Ana Claudia Quintana Arantes. **A morte é um dia que vale a pena viver.** 3. ed. São Paulo: Sextante, 2020.

CONEXÕES DE AMIZADE E A CONTRIBUIÇÃO PARA O BEM-ESTAR EMOCIONAL

Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos
Mestra, Docente UNIFAEMA, (elis.ramos@unifaema.edu.br).
Thays Silva Gonçalves Laddaga Dias
Graduanda, Psicologia UNIFAEMA, (thays.62633@unifaema.edu.br).

O bem-estar emocional tem sido amplamente discutido na contemporaneidade, especialmente diante dos crescentes índices de transtornos emocionais, como ansiedade e depressão (WHO, 2023). Nesse contexto, as conexões sociais, especialmente as amizades, ganham destaque como elementos protetivos e promotores de saúde mental. A amizade, enquanto laço social caracterizado pela confiança, reciprocidade e apoio emocional, representa um fator essencial na construção de uma vida equilibrada e saudável (Martins; Dias, 2024). Diante disso, torna-se relevante compreender de que forma as conexões de amizade contribuem efetivamente para o bem-estar emocional. Com isso, este estudo tem como objetivo compreender de que forma os vínculos de amizade influenciam positivamente para a saúde mental nas relações. A metodologia utilizada para a construção da pesquisa é a revisão de literatura, de caráter descritivo e exploratório. O delineamento temporal foi de 2022 a 2024, as pesquisas foram realizadas e utilizadas as que estavam disponíveis em bases de dados como Scielo e Google Acadêmico. Os resultados apontam que as conexões de amizade exercem influência direta na qualidade de vida e na saúde emocional dos indivíduos. As amizades proporcionam suporte emocional, sentido de pertencimento e segurança afetiva, fatores que reduzem os níveis de estresse e ansiedade. Além disso, a amizade promove o desenvolvimento da autoestima e da resiliência, elementos fundamentais para o enfrentamento das adversidades cotidianas. Outro aspecto relevante é a relação entre amizade e regulação emocional. Pessoas que mantêm laços de amizade sólidos tendem a compartilhar preocupações, receber conselhos e validar emoções, o que auxilia na organização e no equilíbrio emocional (Fortes, Tractenberg, Lisboa, 2022). As pesquisas ainda destacam que, em períodos de crise, como a ocorrida com o advento da pandemia da COVID-19, o suporte proveniente das amizades foi decisivo para mitigar o sofrimento psíquico. Não obstante, é importante considerar que a qualidade das conexões influencia diretamente nos efeitos gerados. Relações tóxicas ou assimétricas podem, ao contrário, potencializar sentimentos negativos e prejudicar a saúde emocional (Mendonça et al., 2023). Deduz- se, portanto, que as conexões de amizade desempenham papel fundamental na promoção do bem-estar emocional. Elas proporcionam suporte afetivo, fortalecimento da autoestima, regulação emocional e maior capacidade de enfrentamento das adversidades. Assim, promover ambientes sociais saudáveis e incentivar o fortalecimento desses laços deve ser uma estratégia valorizada nos contextos clínicos, educacionais e comunitários. Sugere-se que futuras pesquisas aprofundem a análise da qualidade dessas relações e seus efeitos a longo prazo. Ficando esse trabalho como suporte para futuras pesquisas relacionadas à temática.
Palavras-chave: Saúde mental. Amizade. Bem estar. Acolhimento. Afeto.

Referências

MARTINS, C.F. DIAS, C. **Amizade ao longo da vida:** impacto no desenvolvimento, relações interpessoais e bem-estar psicológico. v. 34 n. 1. 2024. Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas. Goiânia, Brasil, 34(1). Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/14090. Acesso em: 31 de mar de 2025.

FORTES, A. B.; TRACTENBERG, S.; LISBOA, C.S.M. **A Regulação Emocional como Moderadora da Relação entre Afeto Positivo e Negativo e Bem-Estar Psicológico**. Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 342-359, jan. 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812022000100342&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 31 mar. 2025.

MENDONÇA, M. H. M., et al. **Iniciativas da sociedade e comunidades no apoio social a grupos vulneráveis no território:** papel da ESF na pandemia. Rio de Janeiro. Ciênc. saúde coletiva v. 28 n. 12. 2023.Disponível em: https://scielosp.org/article/csc/2023.v28n12/3519-3531/#. Acesso em: 31 de marc de 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Depression and Other Common Mental Disorders:** Global Health Estimates. Geneva: WHO, 2023 Disponível em: https://www.emro.who.int/mnh/publications/world-mental-health-report.html. Acesso em: 31 de marc de 2025.

CONTAMINAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM NOS AMBIENTES HOSPITALARES

Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos
Mestra, Docente UNIFAEMA, elis.ramos@unifaema.edu.br
Alexia Giovana Moreira Silva
Graduanda de Enfermagem UNIFAEMA, alexia.60296@unifaema.edu.br
Andrielly Keren Camargo Valério
Graduanda de Enfermagem UNIFAEMA andrielly.61504@unifaema.edu.br

Os profissionais de enfermagem enfrentam diariamente inúmeros desafios em ambientes hospitalares, incluindo, o risco de exposição a agentes biológicos e acidentes com perfurocortante. A contaminação decorrente de acidentes com instrumentos afiados geralmente associado ao manejo inadequado de materiais contaminados representa ameaça não só a saúde física desses profissionais, também gera impacto na saúde emocional. Estudos destacam a importância de compreender os fatores emocionais envolvidos nesses acontecimentos (Lima, Pinheiro e Vieira, 2007). Diversos fatores, como condições precárias de trabalho e falhas no uso de equipamentos de proteção individual 9EPIs) contribuem para a ocorrência desses incidentes (Simão et al.2010). Diante disso, torna-se essencial a adoção de medidas preventivas eficazes. Este estudo tem como propósito conhecer a implementação de medidas preventivas eficazes para minimizar os riscos de acidentes com materiais perfurocortantes e reduzir a exposição a agentes biológicos nos ambientes hospitalares, visando proteger a saúde física e emocional dos profissionais de enfermagem. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de revisão de literatura com carácter descritivo e exploratório, em plataformas cientificas, como SCIELO, BVS e Google Acadêmico. O delineamento temporal foi de 2021 a 2025. Porém utilizados 2 materiais de suma importância para a compreensão do trabalho, esses versam dos anos de 2007 e 2010.Os critérios de inclusão foram os materiais completos na língua portuguesa e os de exclusão materiais em outro idioma, incompletos e que não faziam referência à temática. Quando se fala em contaminação de profissionais em ambiente de trabalho identifica-se que é um problema multifacetado, influenciado por fatores como condições de trabalho, práticas inadequadas interligadas com a falta de treinamento adequado e sobrecarga de trabalho, aliada a necessidade de agilidade e a prática de reencape de agulhas, contribuindo de maneira significativa para a ocorrência de acidentes biológicos. A pandemia de COVID-19 destacou a vulnerabilidade dos profissionais de enfermagem, devido à convivência com pessoas infectadas e a necessidade do uso de transporte público (Püschel et al. 2022). Ximenes et al., 2023 descreveram o perfil de ocorrências de acidentes de trabalho com exposição a material biológico entre profissionais da enfermagem e medicina no Brasil. Foi observado maior prevalência desses acidentes entre mulheres jovens com formação técnica, envolvendo manipulação de objetos perfurocortantes durante procedimentos como administração de medicamentos e punções. Um estudo qualitativo de Bertelle et al, 2023 investigou as repercussões dos acidentes com perfurocortantes na saúde dos trabalhadores de enfermagem. Os resultados indicaram sentimentos de medo, desespero, preocupação, vergonha, ansiedade e insegurança entre os profissionais afetados. Além disso, evidenciou-se a necessidade de maior cuidado e atenção ao manipular materiais

perfurocortantes. Esses fatores influenciaram para a necessidade de políticas de proteção mais robustas para os profissionais e fornecimento de transporte seguro. Assim sendo, é necessário que o enfermeiro use medidas de prevenção como o uso correto de EPIs, treinamento sobre manejo de materiais perfurocortantes, protocolos de segurança e suporte emocional. Pela temática está em constante evidência, sugere-se que mais estudos sejam publicados e seus resultados aplicados.

Palavras-chave: Enfermagem, Contaminação, Medidas preventivas, Saúde física e emocional.

Referências

BERTELLI, C. et al. **Acidentes com material biológico:** fatores associados ao não uso de equipamentos de proteção individual no Sul do Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, n. 3, p. 789–801, mar. 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/Qq5yBLX9Q6T8G7kDXPW9sCG/. Acesso em: 03 de abr. de 2025.

LIMA, F. A.; PINHEIRO, P.N. C.; VIEIRA, N. F. C. **Acidentes com material perfurocortante**: conhecendo os sentimentos e as emoções dos profissionais de enfermagem. Escola Anna Nery, v. 11, p. 205-211, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/XdsdpRXK4wB6HsGMYXqJ7zc/abstract/?lang=pt. Acesso em: 02 abr. 2025.

PÜSCHEL, V. A. A. et al. **Fatores associados à contaminação e internação hospitalar por COVID-19 em profissionais de enfermagem:** estudo transversal. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 30, p. e3571, 2022. Acesso em: 01 abr. 2025

SIMÃO, S. A. F. et al. **Fatores associados aos acidentes biológicos entre profissionais de enfermagem.** Cogitare Enfermagem, v. 15, n. 1, p. 87-91, 2010. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/viewFile/17177/11312. Acesso em:01 abr. 2025

XIMENES, N.F.R.G., et al. **Acidente de trabalho com exposição a material biológico entre enfermeiros**. PSM v.20 n.2 San Pedro, 2023. Disponível em: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1659-02012023000100149. Acesso em: 03 de abr. de 2025

PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLENTARES E O USO PELA ENFERMAGEM NOS CUIDADOS PALIATIVOS

Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos
Mestra, Docente UNIFAEMA, elis.ramos@unifaema.edu.br
Enzo Leander Chaves Salton
Graduando de Enfermagem, UNIFAEMA, enzoleandercs@gmail.com
Mariana Nunes Gotardo
Graduanda de Enfermagem, UNIFAEMA, mariana.55648@unifaema.com
Rafael Martins Rodrigues
Graduando de Enfermagem, UNIFAEMA, rafael.60080@unifaema.edu.br

Os cuidados paliativos adotam uma abordagem integral para pacientes com doenças incuráveis, visando a qualidade de vida ao invés da cura. Seus princípios valorizam a vida e reconhecem a morte como natural, focando no alívio do sofrimento físico, psicológico e espiritual, estendendo o apoio à família durante a doença e o luto. As intervenções de enfermagem em cuidados paliativos demonstram eficácia comprovada por evidências científicas, contribuindo significativamente para o bem-estar do paciente e de sua família (Silva, Vale, Gomes, 2020). A dor é compreendida como uma vivência subjetiva de natureza sensorial e afetiva, caracterizada por seu aspecto desconfortável, estando relacionada à presença, ou a mínima possibilidade de ocorrência de dano aos órgãos ou tecidos. Como estratégia complementar para seu alívio, destacam-se as terapias integrativas, reconhecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como práticas de cuidado não convencionais, frequentemente enraizadas em contextos culturais diversos. A enfermagem desempenha papel central nesse cuidado, estabelecendo vínculos e atuando no manejo dos sintomas (Bersotti et al, 2024). Tendo como objetivo dessa pesquisa, conhecer a potencialidade das práticas integrativas e complementares (PICs) como aliadas nos cuidados paliativos, sob a perspectiva da enfermagem. O presente estudo se baseia em uma análise reflexiva da literatura existente sobre cuidados paliativos e a integração de PICs. Explora os princípios dos cuidados paliativos, o papel da enfermagem e o potencial das PICs no alívio de sintomas e na promoção do bem-estar. Para isso, utilizou a metodologia de revisão de literatura, que teve como delineamento temporal o período de 2020 a 2025. Como critérios de inclusão, foram considerados os materiais relacionados ao tema nos idiomas português e inglês. Como critérios de exclusão, os materiais incompletos, duplicados e que não relacionam a enfermagem aos cuidados paliativos. Considerando o interesse dos pacientes em PICs e a inclusão dessas práticas no sistema de saúde. Discutindo sobre o tema, Ortiz-mendoza, et al, 2022 falam que as PICs demonstram ser uma potencialidade no cuidado paliativo, complementando o modelo biomédico ao abordar as dimensões física, mental, emocional e espiritual dos pacientes. O interesse dos pacientes em práticas como massoterapia e reflexologia é evidente, buscando bem-estar, relaxamento e alívio da dor. A inclusão de diversas PICs pelo Ministério da Saúde reflete o reconhecimento de seus benefícios. Contudo, a pesquisa sobre a eficácia de algumas PICs no contexto paliativo ainda apresenta limitações metodológicas, como heterogeneidade dos estudos e amostras pequenas, dificultando a obtenção de evidências robustas (Cenzi, Ogradowski, 2022). A integração de PICs nos cuidados paliativos, especialmente sob a atuação da enfermagem, oferece uma abordagem promissora para melhorar a qualidade de vida e o conforto dos pacientes. Apesar do reconhecimento e do interesse demonstrado, são necessários mais estudos rigorosos para fortalecer as evidências científicas sobre a eficácia de cada prática e

otimizar sua aplicação nesse contexto sensível. Portanto, essa pesquisa deixa aberto um fragmento para que novas pesquisem sejam realizadas, seja por profissionais ou acadêmicos que tenha interesse no assunto.

Palavras-chave: Práticas integrativas e complementares. Enfermagem. Qualidade de vida. Alívio do sofrimento.

Referências

BERSOTTI, F. M.; HENNEMANN, F.J.G.; SALCI, G. S.; GODOY, I. F. A.; CARVALHO, J. M.; LOPES, L.A.; COELHO, P.R. R. Terapias alternativas no controle da dor. **Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, [S. l.], v. 16, n. 2, 2024. DOI: 10.36692/V16N2-107R. Disponível em: https://revista.cpaqv.org/index.php/CPAQV/article/view/2062. Acesso em: 7 abr. 2025.

ORTIZ-MENDOZA, G. et al. **Cuidados paliativos como intervenção de enfermagem** nos últimos dias de vida: revisão sistemática. Sanus, v. 7, 2022.

COSTA, B. M.; DA SILVA, D. A. Atuação da equipe de enfermagem em cuidados paliativos. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p.

CENZI, A. L. C.; OGRADOWSKI, K. R. P. Relevância do conhecimento da enfermagem acerca das práticas integrativas e complementares no cuidado paliativo: revisão integrativa. **Espaço para a Saúde**, v. 23, 2022.

SILVA, R. K. B. da.; VALE, J. de S..; GOMES, K. R. B. O preparo do enfermeiro diante da morte e do morrer. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, *[S. l.]*, v. 10, n. edespenf, p. 90–94, 2020. Disponível em: https://revista.unifaema.edu.br/index.php/Revista-FAEMA/article/view/1127. Acesso em: 7 abr. 2025.

ENFERMAGEM E O CUIDADO E HUMANÍSTICA AO BINÔMIO MÃE E RN SOB CUIDADO COM FOTOTERAPIA

Eduarda Pizzo Martins
Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema, eduarda.52779@unifaema.edu.br.
Carla Medina Maia Rocha
Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema, carla.52667@unifaema.edu.br.
Gleice dos Santos Gomes Corrêa
Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema, gleice.48553@unifaema.edu.br.
Sonia Carvalho Santana
Mestre, Docente, Unifaema, sonia.carvalho@unifaema.edu.br.

A fototerapia é a principal terapia para a icterícia neonatal, caracterizada pela coloração amarelada da pele devido ao acúmulo de bilirrubina. Amplamente utilizada por ser um método não invasivo, é eficaz na redução da bilirrubina plasmática (Oliveira *et al*.,2015). A enfermagem tem um papel essencial no cuidado de neonatos com hiperbilirrubinemia, realizando procedimentos técnicos e sempre priorizando a segurança e o bem-estar do RN e da mãe (Gadelha *et al*.,2023). Este trabalho tem como objetivo o enfoque na assistência de enfermagem prestada à mãe e ao recém-nascido (RN) durante a fototerapia, com ênfase no cuidado humanizado. O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com caráter descritivo, com uma abordagem qualitativa a partir de publicações científicas. A assistência de enfermagem ao RN em fototerapia foca no uso adequado dos equipamentos, na proteção ocular e nos cuidados com a pele. Além disso, a enfermagem desempenha um papel fundamental no fortalecimento das ações de saúde, garantindo um ambiente harmonioso que favoreça a eficácia do tratamento e a satisfação do RN, da mãe e do profissional de enfermagem (Andrade *et al*.,2022). Para uma assistência eficaz, é fundamental que os enfermeiros sejam qualificados e possuam habilidades para identificar e tratar a icterícia neonatal. Além do domínio técnico da fototerapia, devem oferecer suporte emocional e educativo às famílias. Um aspecto essencial da atuação do enfermeiro é orientar a mãe sobre a amamentação durante a fototerapia, incentivando o contato pele a pele, a amamentação frequente e o uso de técnicas que minimizem a exposição à luz, como alimentar o bebê próximo à unidade de fototerapia. Orientações claras e suporte emocional ajudam a reduzir a ansiedade materna. Estimular a participação da mãe nos cuidados do bebê fortalece o vínculo e aumenta sua confiança. Informações sobre icterícia, monitoramento da temperatura e conforto durante a fototerapia são essenciais para capacitá-la no cuidado do filho (Farias *et al*.,2024). Em conclusão, a fototerapia é crucial no tratamento da icterícia neonatal, e a enfermagem desempenha um papel vital no cuidado técnico e emocional do RN e da mãe. Além de realizar os procedimentos adequados, os enfermeiros devem garantir suporte à amamentação e orientar a família, promovendo um ambiente seguro e acolhedor. A prática de um cuidado humanizado, que integra a técnica com o apoio emocional, é essencial para um ambiente harmonioso e para a efetividade do tratamento.

Palavras-chave: Enfermagem. Humanização da assistência. Icterícia neonatal. **Fototerapia.**

Referências

ANDRADE, Anny Suelen dos Santos *et al*. CUIDADOS DE ENFERMAGEM AO RECÉM-NASCIDO SOB FOTOTERAPIA: reflexão à luz do paradigma da complexidade. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, [S. L.], v. 96, n. 40, p. 1-9, dez. 2022.

FARIAS, Bárbara de Souza; SILVA, Isadora Garcia da; PEREIRA, Lidiane Negreiros; PASSOS, Sandra Godoi de. A humanização do cuidado de enfermagem ao recém-nascido submetido à fototerapia: integração família-enfermeiro no processo assistencial. **Revista Jrg de Estudos Acadêmicos**, [S.L.], v. 7, n. 15, p. 1-14, 3 dez. 2024.

GADELHA, Keciene da Silva dos Santos *et al*. Hiperbilirrubinemia: o papel do enfermeiro nos cuidados ao recém-nascido com icterícia neonatal. **Research, Society And Development**, [S.L.], v. 12, n. 5, p. 1-9, 30 abr. 2023.

OLIVEIRA, Carolina Sampaio *et al*. Fototerapia, cuidados e atuação da Enfermagem. **Uniciências**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 141-152, jul. 2015.

ATITUDE E POSTURA DO PROFISSIONAL ENFERMEIRO DIANTE DA MORTE

Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos
Mestra, Docente UNIFAEMA, elis.ramos@unifaema.edu.br
Daiane Aguiar Kramer
Graduanda em Enfermagem UNIFAEMA, (daiane.60616@unifaema.edu.br).
Tatiane Magalhães da Silva
Graduanda em Enfermagem UNIFAEMA (tatiane.60167@unifaema.edu.br)

A morte é uma realidade inevitável no contexto da prática da enfermagem, especialmente em ambientes hospitalares, unidades de terapia intensiva, cuidados paliativos e emergência. Diante dessa vivência, o profissional enfermeiro é frequentemente exposto a situações de sofrimento, luto e perda, o que exige preparo técnico, emocional e ético. A forma como o enfermeiro se posiciona diante da finitude da vida influencia diretamente na qualidade da assistência prestada ao paciente e no suporte oferecido à família (Cardoso; Martins; Ribeiro; Fonseca, 2021). A postura profissional diante da morte envolve mais do que competências técnicas, requer empatia, escuta ativa, sensibilidade e, sobretudo, preparo para lidar com as próprias emoções. Muitos profissionais relatam dificuldades em gerenciar sentimento de impotência, tristeza e angústia diante da morte, o que pode comprometer sua atuação e seu bem-estar psíquico. Além disso, o despreparo para lidar com a terminalidade pode refletir lacunas na formação acadêmica e na ausência de suporte institucional para enfrentar essas vivências (Kovács, 2003). Diante disso, o objetivo dessa pesquisa é conhecer o comportamento que profissionais da enfermagem utilizam diante do contexto da morte de seus pacientes. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória, com descritores em ciências da saúde (DECS): Enfermagem, Morte, Luto, Família, Terminalidade. Foram realizadas pesquisas em bases de dados científicas, à citar: SCIELO e Google Acadêmico. Foi utilizado o delineamento temporal de 2021 a 2025, porém utilizada uma literatura deveras importante que sai do delineamento temporal, esse material versa do ano 2003. Materiais que estevam relacionados a temática e disponíveis por completo, foram os critérios de inclusão e de exclusão, materiais incompletos, fora dessa data e que não tinham conexão com a temática. Pelo prisma dos resultados, pode-se observar que os estudos indicam que atitudes humanizadas e uma postura acolhedora contribuem para suavizar o sofrimento do paciente e de seus familiares, fortalecendo o cuidado integral (Santos et al, 2024). Hammerschmiedt; Morais; Machado; Neto; Abrocesi, (2025) discutem que o enfermeiro, como membro central da equipe de saúde, tem papel fundamental nesse processo, sendo responsável por garantir conforto, dignidade e respeito nos momentos finais da vida. Assim, a abordagem da morte na formação profissional, por meio de disciplinas, estágios e discussões ético-filosóficas, é essencial para fortalecer a segurança e a maturidade emocional do enfermeiro. Chega-se ao entendimento que, dessa forma, conhecer as atitudes e posturas adotadas por enfermeiros diante da morte é essencial para propor intervenções que promovam a humanização do cuidado, o suporte emocional à equipe e a qualificação da assistência no processo de morrer. A valorização de estratégias como rodas de conversa, educação continuada e apoio psicológico aos profissionais pode contribuir significativamente para um enfrentamento mais saudável e consciente da morte no cotidiano da enfermagem.

Palavras-Chave: Enfermagem. Morte. Luto. Família. Terminalidade.

Referências

CARDOSO; A.R. S. MARTINS; B.C.S.P. RIBEIRO; E. F.D S. B. FONSECA, A. Atitudes dos enfermeiros frente à morte no contexto hospitalar: diferenciação por unidades de cuidados. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, n. 1, p. e20201245, 2021.Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/M9bXYpmKhMZ8cvCnbvdzhwg/ Acesso em 07 de Abr de 2025.

SANTOS. Et al., **O impacto do processo morte e morrer em profissionais de enfermagem atuantes em UTI Neonatal.** v. 15 n. 2. Editora Universidade de Vassouras. 2024: Disponível em: https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/issue/view/331. Acesso em 07 de Abr de 2025.

KOVÁCS, M. J. **Educação para a morte:** desafio na formação de profissionais de saúde e educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

HAMMERSCHMIEDT, C. M.; MORAIS, G. de; MACHADO, M.; NETO, A. F. do E. S.; ABROCESI, S. Sentimentos dos profissionais da equipe de enfermagem frente ao processo de morte e morrer. **REVISTA DELOS**, [S. l.], v. 18, n. 63, p. e3547, 2025. DOI: 10.55905/rdelosv18.n63-059. Disponível em: https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/3547. Acesso em: 8 abr. 2025.

DOENÇAS DIARREICAS AGUDAS, PRINCIPAIS CAUSAS E FORMAS DE PREVENÇÃO

Tarciana de Oliveira Lopes
Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema, tarciana.52713@unifaema.edu.br
Eduardo Nascimento da Cruz
Acadêmico de Enfermagem, Centro Universitário Faema, eduardo.52553@unifaema.edu.br
Sonia Carvalho de Santana
Mestre, Docente, Unifaema, sonia.carvalho@unifaema.edu.br

As doenças diarreicas agudas (DDA) correspondem a um grupo de doenças infecciosas gastrointestinais caracterizadas por uma síndrome, na qual ocorre a diminuição da consistência das fezes, o aumento do número de evacuações (mínimo de três episódios em 24 horas) e, em alguns casos, há presença de muco e sangue (DISTRITO FEDERAL, 2024). A maioria das doenças diarreicas são causadas por vírus, bactérias ou parasitas (BRASIL, 2009). Este trabalho tem o objetivo mostrar a importância de conscientizar a população sobre as principais causas e formas de prevenção das doenças diarreicas. Pesquisa de revisão de literatura, a partir da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), publicações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde (MS). Os resultados apontam que os germes causadores da diarreia costumam chegar ao ser humano através da boca, podendo estar na água ou alimentos contaminados (BRASIL, 2009). O tratamento é feito com reidratação a base de solução de sais de reidratação oral (SRO), suplementos de zinco, reidratação com fluidos intravenosos em caso de desidratação grave ou choque. A prevenção é feita através de alimentos ricos em nutrientes, uso correto de medidas de saneamento, lavar as mãos corretamente com água e sabão, adequada higiene pessoal e alimentar, vacinação contra rotavírus e acesso à água potável segura (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2024). Uma proporção significativa das doenças diarreicas é transmitida pela água, no Brasil, segundo estatísticas do IBGE em 2016, 87,3% dos domicílios ligados à rede geral tinham disponibilidade diária de água, percentual que era de 66,6% no Nordeste, onde em 16,3% dos domicílios o abastecimento ocorria de uma a três vezes por semana e em 11,2% dos lares, de quatro a seis vezes. A região Norte apresentava o menor percentual de domicílios em que a principal forma de abastecimento de água era a rede geral de distribuição (59,8%). Por outro lado, a região se destacava quando se tratava de abastecimento através de poço profundo ou artesiano (20,3%); poço raso, freático ou cacimba (12,7%); e fonte ou nascente (3,1%) (BRASIL, 2024). Segundo a OMS, as doenças diarreicas constituem a segunda principal causa de morte em crianças menores de cinco anos, embora sejam evitáveis e tratáveis. As DDA são as principais causas de morbimortalidade infantil (em crianças menores de um ano) e se constituem um dos mais graves problemas de saúde pública global, com aproximadamente 1,7 bilhão de casos e 525 mil óbitos na infância (em crianças menores de cinco anos) por ano (BRASIL, 2024.). Além disso, as DDA estão entre as principais causas de desnutrição em crianças menores de cinco anos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2024). Ações de educação em saúde sobre as formas de prevenção e cuidados com as doenças diarreicas agudas tem uma grande importância, pois reduzem as chances de se ter uma DDA com grandes complicações.

Palavras-chave: Doenças diarreicas. Tratamento. Prevenção.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças diarreicas agudas (DDA). Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/dda. Acesso em: 29 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diarreia e desidratação. Biblioteca virtual em saúde do ministério da saúde (BVSMS), [s.d.] disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/diarreia-e-desidratacao/. Acesso em: 29 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da saúde. Situação epidemiológica - doenças diarreicas agudas (DDA). Ministério da saúde, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/dda/situacao-epidemiologica. Acesso em: 29 mar. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Saúde. Doenças Diarreicas - Secretaria de Saúde do Distrito Federal. [s.d.]. Disponível em: https://www.saude.df.gov.br/doencas-diarreicas1. Acesso em: 29 mar. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Diarrhoeal disease. world health organization ,[s.d.] disponível em: https://www-who-int.translate.goog/news-room/fact-sheets/detail/diarrhoeal-disease?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc. Acesso em: 29 mar. 2025.

CONSENTIMENTO INFORMADO NA PRÁTICA DA ENFERMAGEM: FUNDAMENTOS ÉTICOS E JURÍDICOS

Liriel Eyshila de Souza Gomes
Acadêmica de Enfermagem UNIFAEMA, liriel.47925@unifaema.edu.br.
Vitor Hugo Pereira Mayrink
Acadêmico de Enfermagem UNIFAEMA, vitor.44117@unifaema.edu.br
Jessica de Sousa Vale
Mestra em Saúde e Educação, Docente UNIFAEMA, jessicadesousavale@gmail.com).

A enfermagem tem sido cada vez mais reconhecida como a ciência e arte do cuidar, abrangendo o ser humano desde a concepção até a morte. Essa prática fundamenta-se no respeito aos aspectos humanísticos da vida e na aplicação de princípios científicos. No entanto, para atuar nesse contexto de forma ética e responsável, os enfermeiros precisam estar conscientes dos princípios bioéticos e legais, auxiliando os pacientes na expressão de suas preocupações morais (Garrafa & Porto, 2014). Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é abordar o consentimento informado na assistência da enfermagem, evidenciando seu papel fundamental na promoção da autonomia do paciente, na construção de uma relação de confiança e na adesão a procedimentos de prevenção. Trata-se de uma revisão de literatura a partir de referências que contemplem a temática, que tem como resultado esperado a ampliação da compreensão sobre o consentimento informado na prática da enfermagem, fortalecendo a atuação ética e humanizada dos profissionais de saúde e estimulando o empoderamento dos pacientes em relação às suas decisões de cuidado. Espera-se também contribuir para uma assistência mais segura, consciente e alinhada aos direitos fundamentais do indivíduo. O consentimento informado é um dos pilares fundamentais na assistência à saúde, garantindo que o paciente participe ativamente das decisões relacionadas ao seu tratamento (Silva et al., 2016). Trata-se de um processo no qual o profissional de saúde orienta o paciente sobre os riscos, benefícios e alternativas de um determinado procedimento ou intervenção, assegurando que este esteja devidamente informado para tomar uma decisão voluntária e autônoma (Nogueira & Oliveira, 2024). Para que seja válido, o consentimento informado deve atender a três requisitos essenciais: informação adequada, capacidade de decisão do paciente e voluntariedade. Do ponto de vista jurídico, o consentimento informado é um ato voluntário unilateral, fundamentado no princípio da autodeterminação do paciente e no direito de dispor sobre seu próprio corpo. No contexto da enfermagem, a implementação desse processo exige do profissional uma atitude comunicativa eficaz e empática, garantindo que o paciente compreenda todas as informações necessárias para sua decisão (Ministério da Saúde, 2022). Para isso, é essencial criar um ambiente que respeite a privacidade, esclareça dúvidas e minimize ansiedades. O Código de Ética da Enfermagem reforça a importância da excelência no exercício profissional, ressaltando a responsabilidade do enfermeiro em aprimorar constantemente suas competências técnicas, cognitivas, relacionais e ético-legais (Freitas, 2010). A enfermagem não se baseia apenas na aplicação de estratégias científicas e organizativas, mas também na promoção da ética e da humanização no cuidado. Dessa forma, o consentimento informado não se limita a um procedimento burocrático, mas representa um compromisso ético do profissional de saúde com a dignidade, autonomia e direitos do paciente. A

prática da enfermagem deve sempre incorporar esses valores, promovendo um cuidado seguro, respeitoso e juridicamente respaldado, assegurando que os pacientes sejam protagonistas em suas próprias trajetórias de saúde.

Palavras-chave: Consentimento informado. Legislação em saúde. Ética na enfermagem.

Referências

NOGUEIRA, Ana Carolina; OLIVEIRA, Rodrigo da Silva. ***Consentimento informado do paciente: informação, esclarecimento e escolha esclarecida sob a ótica legal***. Revista Técnica e Científica do CEJAM, v. 2, n. 30, 2024. Disponível em: https://revista.cejam.org.br/index.php/rtcc/article/view/e202430022. Acesso em: 07 abr. 2025.

FREITAS, Maria da Conceição. **O Consentimento Informado na Prática do Cuidar em Enfermagem.** Universidade do Porto, 2010. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22448/4/O%20Consentimento%20Informado%20na%20Prtica%20do%20Cuidar%20em%20Enfermagem.pdf. Acesso em: 01 abr. 2025.

GARRAFA, Volnei; PORTO, Dora. **Bioética, Poder e Injustiça**: 15 anos depois. Revista Bioética, v. 22, n. 1, p. 11-23, 2014. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/1014. Acesso em: 01 abr. 2025.

SILVA, Ana Paula Almeida et al. O consentimento informado como princípio da autonomia no contexto da relação médico-paciente. **Revista Jurídica da Presidência**, v. 18, n. 112, p. 463-488, 2016. Disponível em: https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/97. Acesso em: 01 abr. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Direitos dos pacientes no Brasil. 2022.** Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/direitos-dos-pacientes. Acesso em: 01 abr. 2025.

VACINAÇÃO INFANTIL E IMUNIDADE DE REBANHO – O PAPEL DAS CRIANÇAS NA PROTEÇÃO COLETIVA

Beatriz Clícia Demicio
Acadêmico de Enfermagem, UNIFAEMA, beatriz.57752@unifaema.edu.br.
Vitor Hugo Pereira Mayrink
Acadêmico de Enfermagem, UNIFAEMA, vitor.4417@unifaema.edu.br.
Sonia Carvalho de Santana
Mestre Docente, UNIFAEMA, sonia.carvalho@unifaema.edu.br

A imunização infantil exerce um papel crucial na saúde pública, auxiliando na prevenção de várias doenças infecciosas. Além de garantir a proteção direta das crianças vacinadas, a vacinação contribui para a chamada imunidade de rebanho, um mecanismo pelo qual a proteção coletiva é alcançada quando um número expressivo de indivíduos está imunizado. Isso reduz a propagação de agentes infecciosos e resguarda aqueles que não podem receber vacinas, como recém-nascidos e pessoas com o sistema imunológico comprometido (Brasil, 2025). O objetivo desta pesquisa é, analisar a importância da imunização infantil para a saúde pública, destacando seu papel na prevenção de doenças, na construção da imunidade coletiva e na necessidade de enfrentar a hesitação vacinal por meio de estratégias educativas e de fortalecimento da confiança nas vacinas. Esse estudo é qualitativo, de abordagem exploratória, baseada em levantamento bibliográfico. Foram utilizadas fontes como artigos científicos, documentos oficiais e publicações institucionais, com foco na imunização infantil e na hesitação vacinal. A análise utiliza dados secundários recentes, buscando embasamento em referências confiáveis para promover uma reflexão crítica sobre o tema. No Brasil, a importância da vacinação infantil é amplamente reconhecida. O Ministério da Saúde destaca que as vacinas fortalecem o sistema imunológico, permitindo que o corpo combata infecções de maneira mais eficaz. Além disso, a UNICEF Brasil enfatiza que a imunidade coletiva, ou "efeito rebanho", previne surtos ao dificultar a disseminação de doenças, tornando-as cada vez mais raras ou até eliminando-as completamente da comunidade (Brasil, 2025). Logo, a hesitação vacinal é um fenômeno multifacetado que tem despertado crescente preocupação globalmente. Refere-se à relutância ou recusa por parte dos pais em vacinar sua criança, motivada por questões como dúvidas sobre a segurança e a eficácia dos imunizantes, desconfiança nas autoridades de saúde ou influências de crenças pessoais e culturais (Vacinação Infantil, 2024). Diversos fatores contribuem para essa hesitação. Algumas pessoas podem temer possíveis efeitos adversos das vacinas devido à disseminação de informações imprecisas ou enganosas, especialmente em redes sociais e na mídia. Para enfrentar esse desafio, é essencial adotar estratégias amplas, incluindo a promoção da educação em saúde, a garantia de acesso facilitado às vacinas, a transparência na comunicação e o fortalecimento da confiança na ciência e nas instituições de saúde (Vacinas: Perguntas e resposta, 2025). A vacinação infantil é essencial para a proteção individual e coletiva, prevenindo surtos e auxiliando na erradicação de doenças por meio da imunidade de rebanho. Para isso, é fundamental combater a hesitação vacinal com educação em saúde e reforço na confiança nas vacinas. Manter altas taxas de cobertura vacinal é um compromisso essencial para a saúde pública e a segurança das futuras gerações (Almeida; Ribeiro; Barbosa; Jaretta, 2025).

Palavras-chave: Imunização. Saúde. Proteção. Comunidade.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. ***Vacinação:*** *Perguntas frequentes*. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/faq?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 01 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. ***Programa Nacional de Imunizações (PNI)*** **2021.** Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/p/programa-nacional-de-imunizacoes-pni. Acesso em: 01 abr. 2025.

FADC – Fundação Alfredo da Costa. ***Vacinação infantil 2024*****.** Disponível em: https://www.fadc.org.br/noticias/vacinacao-infantil#:~:text=Ela%20desempenha%20um%20papel%20crucial,pessoas%20com%20sistemas%20imunol%C3%B3gicos%20comprometidos. Acesso em: 01 abr. 2025.

UNICEF Brasil. ***Vacinas****: perguntas e respostas***.** Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/vacinas-perguntas-e-respostas?utm. Acesso em: 01 abr. 2025.

ALMEIDA, C. de C. S. de; RIBEIRO, J. B.; BARBOSA, T. D.; ALVES, W. K. da P.; JARETTA, T. M. **O papel do enfermeiro na ampliação da adesão à vacinação infantil: uma revisão de literatura.** Revista JRG de Estudos Acadêmicos, Brasil, São Paulo, v. 7, n. 14, p. e141162, 2024. DOI: 10.55892/jrg. v7i14.1162. Disponível em: http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1162. Acesso em: 6 abr. 2025.

DESMISTIFICANDO A SAÚDE MASCULINA: MITOS, VERDADES E A IMPORTÂNCIA DOS CUIDADOS PREVENTIVOS

Vitor Hugo Pereira Mayrink
Acadêmico de Enfermagem, UNIFAEMA, vitor.44117@unifaema.edu.br.
Liriel Eyshila de Souza Gomes
Acadêmica de Enfermagem, UNIFAEMA,
liriel.47925@unifaema.edu.br.
Sonia Carvalho de Santana
Mestre Docente, UNIFAEMA, sonia.carvalho@unifaema.edu.br.

A saúde masculina foi, por muito tempo, negligenciada, tanto pelos próprios homens quanto pelos serviços de saúde. Isso resultou em menor adesão a exames preventivos e cuidados médicos. Com a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), em 2009, o olhar sobre a saúde masculina começou a mudar, trazendo maior conscientização e incentivando os homens a buscarem assistência médica regularmente. No entanto, diversos mitos ainda influenciam negativamente a forma como os homens cuidam da própria saúde. Entre os mitos mais comuns está a crença de que os homens são naturalmente mais resistentes e menos propensos a doenças. Na realidade, eles enfrentam riscos significativos para a saúde, como doenças cardiovasculares e hipertensão, sendo a expectativa de vida masculina menor do que a feminina em muitos países. Outro mito recorrente é a ideia de que homens jovens não precisam de exames de rotina. Esse estigma, associado à falsa noção de que a prevenção é algo exclusivo do público feminino, faz com que muitos homens adiem consultas médicas, comprometendo o diagnóstico precoce de diversas condições. A saúde mental também é alvo de desinformação. Muitos acreditam que esse não é um tema relevante para os homens, reforçando o tabu de que buscar apoio psicológico seria um sinal de fraqueza. No entanto, transtornos como depressão e ansiedade afetam significativamente a população masculina, e a falta de tratamento adequado pode levar a consequências graves, incluindo o aumento do risco de suicídio. Outro equívoco é acreditar que os cuidados com a saúde só são necessários a partir dos 40 anos. Embora alguns exames sejam indicados nessa fase da vida, hábitos saudáveis devem ser adotados desde a juventude, pois fatores como sedentarismo, dieta inadequada e estresse podem impactar a saúde a longo prazo. Além disso, a prática de exercícios físicos, embora essencial, não substitui uma alimentação equilibrada e o acompanhamento médico regular. Desmistificar essas crenças é essencial para promover uma cultura de prevenção e autocuidado entre os homens. A adoção de hábitos saudáveis, o reconhecimento da importância da saúde mental e a busca por exames preventivos são passos fundamentais para melhorar a qualidade de vida masculina. Dessa forma, é necessário ampliar a informação e incentivar políticas públicas que reforcem a necessidade de um olhar integral sobre a saúde do homem, combatendo estigmas e garantindo mais qualidade de vida para essa população.

Palavras-chave: Saúde do homem. Mitos e verdades. Prevenção. Autocuidado.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_integral_saude_homem.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

DIAS, A. B.; ROCHA, C. F. **Representações sociais da saúde do homem**: desafios para a promoção da saúde. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 447-460, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/XXXXX. Acesso em: 31 mar. 2025.

OLIVEIRA, R. S.; SILVA, J. M.; FERREIRA, P. C. **A importância da atenção primária na saúde do homem**: um olhar sobre os desafios e perspectivas. *Revista Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 7-14, 2009. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/XXXXX. Acesso em: 13 nov. 2024.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO RECURSO PARA PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E PROTEÇÃO DA SAÚDE DO HOMEM. **Movimenta (ISSN 1984-4298)**, *[S. l.]*, v. 11, n. 2, p. 184–190, 2018. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/movimenta/article/view/7261. Acesso em: 13 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Mitos e verdades sobre a saúde do homem**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hc-ufmg/comunicacao/noticias/novembro-azul-mitos-e-verdades-sobre-a-saude-do-homem-sao-tema-de-palestra. Acesso em: 13 nov. 2024.

A EVOLUÇÃO DAS TEORIAS DE ENFERMAGEM E SUA APLICAÇÃO NA ASSISTÊNCIA AO PACIENTE

Carlem Alexandre da Silva Filho
Graduando em Enfermagem, UNIFAEMA, alexandrecarlem43@gmail.com.
Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos
Mestra, Docente, UNIFAEMA, elis.ramos@unifaema.edu.br

A enfermagem, como ciência e profissão, é constituída por um conjunto de ideias que fundamentam sua prática, dirigindo o cuidado prestado aos pacientes, famílias e comunidades. Tais ideias são ordenadas por teorias e modelos conceituais, que organizam e estruturam o cuidado, visando um atendimento mais humanizado, eficaz e centrado com base nas necessidades do paciente (Alces et al, 2021). Tal ato reforça a autonomia e a participação ativa do indivíduo no processo de cuidar e se alinha com as principais características das teorias de enfermagem. Essas evoluções reforçam o cuidado prestado, firmando uma base científica resistente, no qual vai servir de orientação para os profissionais no ato de cuidado com paciente, indo além da cura física, adentrando em processos emocionais, sociais e em causas ligadas ao meio ambiente (Oliveira, Rivemales, 2021). É fulcral a compreensão de tais modelos teóricos, aumentando a qualidade na assistência ao paciente e promovendo um processo de cuidar mais significativo. Este estudo pretende evidenciar a evolução das teorias de enfermagem e sua notoriedade no ato de cuidar. Para tal estudo, foi utilizado o método de pesquisa descritiva e bibliográfica, onde as informações utilizadas foram de monografias, artigos e livros. Nas bases de dados como Google acadêmico e SCIELO. O delineamento temporal foi de 2020 a 2025, porém foi de suma importância um material de tempos mais remoto que cursa o ano de 1989. O ato de cuidar é essencial para a humanidade e, na área da enfermagem, é considerado o pilar central da atuação profissional. Ao longo do tempo, o cuidado passou por mudanças marcantes, desde métodos simples na pré-história até práticas fundamentadas em evidências durante o Renascimento. A enfermagem atual combina conhecimentos técnicos com valores éticos e humanitários, destacando teóricas como Madeleine Leininger, que ressalta a relevância da compreensão e sensibilidade, elementos indispensáveis para uma assistência integral (Costa et al., 2025). Pode-se evidenciar que a evolução das teorias de enfermagem destacou o remanejamento na prática do cuidado ao passar do tempo, a notabilidade de cada modelo conceitual no processo de assistência ao paciente (Sampaio; Dominguez; Rivemales, 2021). O desenvolvimento das teorias de enfermagem é de extrema importância para o meio clínico, promovendo melhorias no ato de cuidar, fazendo com que o processo de cuidado seja mais humanizado, que no qual vai estar ligado a aspectos emocionais, de transculturalidade e até mesmo ambientais. Tais processos de desenvolvimento dos modelos teóricos se conectam com o pensar de Florence Nightingale, visto que, a mesma afirmou: “A enfermeira deve fazer tudo ao seu alcance para colocar o paciente na melhor condição para que a natureza possa agir sobre ele” (Nightingale, 1989). Entretanto, o processo de aplicação das teorias ainda enfrenta instigações, tendo como principais entraves a sobrecarga de trabalho em ambientes hospitalares com uma enumerada

quantidade de pacientes e a falta de treinamento e ensinamento adequado das teorias. Com base no exposto, é fulcral uma reformulação de tal problemática, para que de modo qualitativo as teorias venham ser afetivamente aplicadas, garantindo um atendimento de maior qualidade para o paciente.

Palavras-chave: Teorias de Enfermagem. Humanização da Assistência. Paciente. Acolhimento. Enfermagem.

Referências

ALCES, H. L. C. et al. **Uso das teorias de enfermagem nas teses brasileiras:** Estudo bibliométrico. Cogitare Enfermagem, v. 26, p. e71743, 2021.

COSTA, G. S. R.; SILVA, N. C. S. R. da; SANTOS, J. L. dos; PEIXOTO, J. J. de A.; SOUZA, V. R. dos S.; WHITAKER, M. C. O.; ROSA, D. de O. S. **Enfermagem e o ato de cuidar:** uma reflexão dos fundamentos, conceitos e raízes históricas. Cuadernos de Educación y Desarrollo, [S. l.], v. 17, n. 1, p. e7303, 2025. DOI: 10.55905/cuadv17n1-126.

NIGHTINGALE, F. **Notas sobre Enfermagem:** o que é e o que não é. 1. ed. Tradução: Amália C. C. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

OLIVEIRA, L. L. C.; RIVEMALES. M. D. C. **Articulando a prática de enfermagem com as teorias de Nightingale, King e Peplau:** Relato de experiência. Journal of Nursing and Health, v. 11, n. 4, 2021.

SAMPAIO, D. C.; DOMINGUEZ, R. G. S.; RIVEMALES, M. D. C. C. **Teorias de enfermagem e sua articulação com a prática:** Relato de experiência. Brazilian Journal of Development, v. 7, n.11, p. 107221-107219, 2021.

PROMOÇÃO DA SAÚDE MATERNO-INFANTIL PELO ENFERMEIRO: IMPORTÂNCIA DO PRÉ-NATAL E DO ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos
Mestra, Docente, UNIFAEMA (elis.ramos@unifaema.edu.br).
Claudilaine Desiderio Deolindo Alves
Graduanda de Enfermagem, UNIFAEMA, (claustar_desiderio3@hotmail.com)
Karina Pereira da Rosa
Graduanda de Enfermagem, UNIFAEMA, (karinapereiradarosa002@gmail.com.
Kaline Santos de Laia
Graduanda de Enfermagem, UNIFAEMA, (Kalinedelaia@gmail.com).

Durante a gestação, a consulta de enfermagem se mostra essencial para oferecer um cuidado humanizado e prevenir complicações, podendo assim garantir a saúde da mãe e do bebê. Segundo Reis e Rached (2019) é crucial a atuação do enfermeiro, sendo pautada na humanização e na utilização de protocolos específicos, possibilitando a detecção precoce de doenças e uma melhor vigilância do desenvolvimento infantil, reforçando a importância de monitorar e estimular o crescimento dos pequenos desde os primeiros meses de vida. O objetivo deste estudo busca compreender a relevância da atuação do enfermeiro na promoção da saúde materno-infantil, com ênfase no acompanhamento pré-natal e no desenvolvimento infantil. Foi realizado um estudo com pesquisa descritiva, em caráter bibliográfico, retirado de materiais já existentes como monografias, artigos e leis. Usada base de dados: SCIELO, LILCAS e BVS. O papel do enfermeiro é indispensável para a saúde da gestante e neonato, o qual irá desempenhar ações de promoção, prevenção e assistência a esses dois grupos, é relevante compreender tanto os aspectos positivos e negativos, a fim de traçar planos estratégicos eficazes. Apoiado no tripé da avaliação, investigação e intervenções. No pré-natal alguns sintomas relacionados a hipertensão, diabetes e infecções, podem ser detectados através de exames de rotina, o que poderá reduzir significativamente o percentual de morbidade e mortalidade da mãe e do bebe (Viellas, et al., 2014; Silva, et al., 2016). O fortalecimento da assistência materno-infantil representa um fator determinante para a redução das taxas de mortalidade materna e neonatal. Nesse contexto, o enfermeiro assume um papel crucial ao prestar suporte integral à gestante, identificar fatores de risco precocemente, orientar sobre cuidados essenciais antes e após o parto e monitorar o crescimento e desenvolvimento da criança. Diante disso, torna-se imprescindível investir na qualificação contínua dos profissionais de enfermagem e na ampliação do acesso a serviços de saúde, garantindo uma assistência eficaz, humanizada e acessível para mães e bebês.

Palavras-chave: Enfermagem. Pré-natal. Atenção Básica. Humanização. Vigilância do Desenvolvimento.

Referências

Viellas, E. F., Domingues, R. M. S. M., Dias, M. A. B., Gama, S. G. N. D., Theme Filha, M. M., Costa, J. V. D., ... & Leal, M. D. C. (2014). **Assistência pré-natal no Brasil. Cadernos de Saúde Pública**, 30, S85-S100.

SILVA, Natália de Souza da; FERREIRA, Gabriela Almeida. Exames de rotina no pré-natal: revisão integrativa. **Revista Lepidus**, v. 4, n. 1, p. 12-25, 2024. Disponível em: https://www.revistalepidus.com.br/artigo1234. Acesso em: 2 abr. 2025.

Nascimento, D. S., Nascimento, D. S., Silva, V. F. A., Belarmino, C. M. V., & Pereira do Lago, V. C. (2021). Assistência de enfermagem ao pré-natal na atenção básica: uma revisão integrativa. **Revista Artigos**. Com, v. 27, e7219. Disponível em: https://www.revistaartigos.com. Acesso em: 1 abr. 2025.

ACOLHIMENTO AO CALOURO: CATIVAR OU AFASTAR O ALUNO INGRESSANTE

Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos
Mestra, Docente UNIFAEMA, elis.ramos@unifaema.edu.br
Alison Lucas Ribas dos Santos
Graduando de Enfermagem, UNIFAEMA, (alison.45790@unifaema.edu.br).
Bruno Henrique Barbosa Gonçalves Torres
Graduando de Enfermagem, UNIFAEMA, (bruno.64576@unifaema.edu.br).
Kaline Santos de Laia
Graduando de Enfermagem, UNIFAEMA, (kaline.53768@unifaema.edu.br).

O abandono do curso de graduação por acadêmicos ingressantes é um problema recorrente em universidades de todo o mundo. Esse fenômeno pode ser causado por diversos fatores, como dificuldades financeiras, falta de adaptação ao ambiente acadêmico, problemas emocionais e desinteresse pelo curso escolhido. Identificar essas causas é essencial para propor soluções eficazes e reduzir os índices de evasão (Moraes, 2024). O objetivo deste estudo é compreender os principais fatores que levam os estudantes a desistirem da graduação no primeiro ano do curso. A metodologia utilizada é revisão bibliográfica, com pesquisas anteriores e análise de dados institucionais de evasão universitária. O delineamento temporal é de 2020 à 2024. Os resultados da pesquisa, demonstram que estudos indicam que a falta de suporte acadêmico e psicológico, além de problemas socioeconômicos, são os principais motivadores da desistência. O resultado aponta que muitos estudantes enfrentam dificuldades na transição do ensino médio para o ensino superior. A carga horária intensa, a necessidade de autonomia nos estudos e as novas demandas acadêmicas podem gerar frustração e ansiedade (Bordin, 2020). Além disso, fatores externos, como a necessidade de trabalhar para se manter, afetam diretamente o desempenho e a permanência do aluno na universidade (Santos, Pilatti, Bondarik,2022). Como discussão desses resultados destaca-se importância de iniciativas institucionais, como programas de acolhimento, monitoria e apoio psicológico. Algumas universidades já implementam projetos de mentoria, nos quais estudantes veteranos auxiliam calouros na adaptação ao ambiente acadêmico. Outra estratégia eficiente é a flexibilização curricular, permitindo que o aluno avance de forma mais adaptável à sua realidade (Coimbra, Silva, Costa, 2021). Observa-se então, que o abandono do curso de graduação por ingressantes é um problema complexo que envolve fatores acadêmicos, econômicos e emocionais. Dessa forma, é fundamental que as instituições de ensino superior adotem medidas para auxiliar seus alunos, reduzindo os índices de evasão e promovendo uma formação mais inclusiva e eficiente.

Palavras-chave: Evasão. Calouro. Educação. Faculdade.

Referências

BORDIN, A. S.; FINGER, A. F.; GINDRI, L, DE MELLO, A. V**. Tutoria das Gurias:** Uma ação de acompanhamento de alunas ingressantes em cursos de Computação. In: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT), 14, 2020, Cuiabá. **Anais** [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2020. p. 129-138. ISSN 2763-8626. DOI: https://doi.org/10.5753/wit.2020.11283. Acesso em: 29 mar. 2025.

COIMBRA C.L. SILVA. L.B. COSTA. N.C.D. **A evasão na educação superior:** definições e trajetórias. Educ. Pesqui. Ed. 47**.** 2021 https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147228764**.** Acesso em: 29 mar. 2025.

MORAES, E. L. F. de. Inclusão na academia: dificuldades de aprendizagem no ensino superior. REVISTA FOCO, *[S. l.]*, v. 17, n. 1, p. e4284, 2024. DOI: 10.54751/ **Revista Foco**. v17n1-173. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/4284. Acesso em: 29 mar. 2025.

SANTOS, C. O.; PILATTI, L. A.; BONDARIK, R. **Evasão no ensino superior brasileiro**: conceito, mensuração, causas e consequências. Debates em Educação, *[S. l.]*, v. 14, n. 35, p. 294–314, 2022. DOI: 10.28998/2175-6600.2022v14n35p294-314. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12555. Acesso em: 29 mar. 2025.

SAÚDE MENTAL DOS CUIDADORES DE CRIANÇA COM AUTISMO: CONTRUBUIÇÃO DA ENFERMAGEM

Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos
Mestra, Docente UNIFAEMA (elis.ramos@unifaema.edu.br).
Ana Kevelyn Azevedo de Souza
Graduanda de Enfermagem, UNIFAEMA, (ana.60538@unifaema.edu.br).
Camilly Lopes Jardim
Graduanda de Enfermagem, UNIFAEMA, (camilly.60446@unifaema.edu.br).
Franciane dos Santos Castro
Graduanda de Enfermagem, UNIFAEMA (franciane.60505@unifaema.edu.br).
Gabriel Gomes da Silva
Graduando de Enfermagem, UNIFAEMA (gabriel.56885@unifaema.edu.br).

O Transtorno Espectro Autista (TEA) caracteriza-se pelas dificuldades constantes na comunicação e nas interações sociais, além de ações que podem envolver interesses e hábitos específicos (Mesquiatti et al, 2025). Esses sintomas se manifestam desde a infância, afetando o funcionamento cotidiano da pessoa e exigindo cuidados contínuos o que acaba sobrecarregando fisicamente e mentalmente familiares e cuidadores (Da Silva et al, 2024). Este estudo tem como objetivo observar o auxílio dos profissionais da enfermagem no anúncio da saúde mental dos cuidadores de crianças com Transtorno Espectro Autista (TEA). A metodologia para a preparação deste estudo, foi a revisão de literatura, com caráter descritivo e exploratório, com pesquisas em artigos publicados entre 2019 e 2024 em bases de dados científicos como as ferramentas do google acadêmico, que direcionaram para a SCIELO, LILACS E BVS. Como critérios de inclusão, foi utilizado material que estavam escritos em português, completos e com autores e data. Como critérios de exclusão, materiais em idiomas que não fosse o português, materiais duplicados e que não tinham relação com o tema. Nota-se que os enfermeiros tem um papel fundamental para o acolhimento, escutas, e orientações aos cuidadores, solidificando uma base forte de vínculos entre família e rede de saúde. Métodos como um grupo de apoio, uma educação em saúde e direcionamentos adequados torna-se uma ferramenta eficaz para a prevenção e sofrimentos psíquicos dos indivíduos. Ademais, o acompanhamento frequente e a escuta ativa cria um ambiente de confiança, suprindo o autocuidado e a valorização do cuidador como peça central no desenvolvimento terapêutico do portador de TEA (De Moraes Filho, et al, 2021). Logo fica esclarecido, que o profissional de enfermagem na aplicação de seu conhecimento técnico e humano, possui a capacidade de modificar a experiência do cuidar, promovendo a integralidade da saúde para a criança portadora quanto para a pessoa que zela dela. É importante ressaltar que, é necessário o enfermeiro buscar a capacitação assídua e atuante de forma empática e firme, contribuindo para o fortalecimento da rede de apoio e para o bem-estar dos que se dispõe a cuidar de crianças com TEA.

Palavras-chave: Saúde mental, Cuidados, Apoio emocional, Profissionais de enfermagem, Crianças com TEA.

Referências

DE MORAES FILHO, Marciano et al. **Lugar da enfermagem é onde ela puder e souber atuar:** Contribuições na atenção a pessoas no Espectro Autista. Revisa, v. 10, n. 3, p. 458-460, 2021.

MISQUIATTI, A. R. N. et al. **Sobrecarga familiar e crianças com Transtornos do Espectro do Autismo:** perspectiva dos cuidadores. Rev CEFAC. 2025; 17 (1): 192-200.

DA SILVA, Sabrina Andrea et al. **Cuidados de enfermagem na saúde mental do cuidador familiar.** Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 7, n. 15, p. e151484-e151484, 2024.

CIÊNCIAS AGRÁRIAS E ENGENHARIAS

O CENÁRIO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Roemir Peres Machado Moreira
Doutor, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, peresroemir@gmail.com.

A indústria da construção civil corresponde a um setor econômico com bons índices de crescimento. Muito embora, esta frequentemente vem enfrentando desafios no que tange, custos, gerenciamento de tempo, produtividade e escassez de mão de obra. Além disso, tem-se a indústria 4.0, a qual é marcada pelo avanço das tecnologias digitais que incorporam aprendizado de máquina, análise de dados, modelagens baseadas em Inteligência Artificial (IA) (Boje et al., 2020). As ramificações que a Inteligência Artificial proporciona tais como: robótica, sistemas baseados em conhecimento, otimização de sistemas foram largamente aplicados em diversos setores industriais visando a eficiência e maior lucratividade (Chien et al, 2020). Neste cenário, a informatização da indústria da construção civil é tida como um processo para diluir os impactos que esta vem enfrentando (Wang; Hu, 2022). À face do exposto, o presente estudo tem como objetivo identificar as aplicações da IA na indústria da construção civil. O método da pesquisa está baseado em uma revisão de literatura, de cunho descritivo e exploratório. Para tal, foram realizadas pesquisas de base literária, tendo como fonte artigos científicos, livros, manuais e demais materiais disponíveis de acordo com a temática. A introdução da Inteligência Artificial no seguimento da indústria da construção civil possui um potencial significativo para mitigar etapas do processo construtivo. O uso dos subcampos da IA poderão levar o sistema a interpretar os dados, aprender com esses dados e usá-los para otimizar o processo construtivo, conduzindo a tarefas específicas através da adaptação das condições do projeto (Mikalef; Gupta, 2021). O monitoramento do processo construtivo com uso da IA proporcionará uma detecção precoce de eventuais vicissitudes, o que acarretará no aperfeiçoamento da logística (Lin; Chen; Hsieh, 2021). O delineamento do estudo mostrou que a indústria da construção civil enfrenta desafios na gestão de tempo bem como de produtividade, tais desafios tem o potencial de serem resolvido pelo uso da IA. Destaca-se o armazenamento de dados no transcorrer do ciclo de vida da construção e, com a evolução e surgimento de novas tecnologias digitais, a Inteligência Artificial terá a capacidade de utilizar as informações armazenadas, otimizando os processos de construção.

Palavras-chave: Machine learning. Engenharia Civil. Melhorias de processo.

Referências:

BOJE, C.; GUERRIERO, A.; KUBICKI, S.; REZGUI, Y. Towards a semantic Construction Digital Twin: Directions for future research. **Automation in Construction**, v. 114, 2020.

CHIEN, C. D. P. S.; HUH, W.; JANG, Y.; MORRISON, J. Artificial intelligence in manufacturing and logistics systems: algorithms, applications, and case studies. **International Journal of Production Research**, v. 58, p. 2730–2731, 2020.

LIN, Z.-H.; CHEN, A. Y.; HSIEH, S. -H. Temporal image analytics for abnormal construction activity identification. **Automation in Construction**, v. 124, 2021.
MIKALEF, P.; GUPTA, M. Artificial intelligence capability: Conceptualization, measurement calibration, and empirical study on its impact on organizational creativity and firm performance. **Information & Management**, v. 58, n. 3, 2021.

WANG, H.; HU, Y. Artificial Intelligence Technology Based on Deep Learning in Building Construction Management System Modeling. **Advances in Multimedia**, v. 2022, p. 1–9, 2022.

USO DE MATERIAIS ALTERNATIVOS PARA CONFECÇÃO DO CONCRETO

Ellen Caroline Romero Benevenuti
Graduado, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
ellenbenevenuti051@gmail.com.
João Vitor Santos Reis de Lima
Graduando, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
joao.10721@unifaema.edu.br.
Roemir Peres Machado Moreira
Doutor, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, peresroemir@gmail.com.

A indústria da construção civil corresponde a uma fatia dos setores com maiores índices de impactos ambientais. Tendo em sua estrutura o concreto como um dos materiais que contribuem para elevar tal índice. Por se tratar de uma matéria-prima moldável, fácil produção e de baixo custo de mão de obra, o concreto torna-se um elemento bastante recorrente na indústria da construção civil (Freitas et al., 2021). Porém a sua fabricação exige uma demanda elevada de recursos não renováveis, tendo como consequência um acúmulo significativo de resíduos sólidos e impactos ambientais consideráveis (Couto et al., 2013). E por essa razão, a construção civil é vista como uma indústria que contribui diretamente para a degradação do meio ambiente (Cruz; Martins; Oliveira, 2021). Em contrapartida, a busca por alternativas sustentáveis tem sido um tema cada vez recorrente na literatura. Diante do exposto, o estudo teve como objetivo elencar os principais materiais destinados para substituição de agregados convencionais para fabricação do concreto sustentável. O método da pesquisa está baseado em uma revisão de literatura, de cunho descritivo e exploratório. Para tal, foram realizadas pesquisas de base literária, tendo como fonte artigos científicos, livros, manuais e demais materiais disponíveis de acordo com a temática. Dentre os modelos de concreto, há um concreto confeccionado com microrganismos bacterianos, denominado de bioconcreto. A adição das bactérias na confecção deste concreto se faz, pois, ao expostas a umidade, estas são ativadas, consumindo o lactato de cálcio. Em seguida, as bactérias iniciam a produção de calcário, que por sua vez, servirão para reparar as fissuras encontradas no concreto (Gonçalves; Martins; Paula, 2019). Além da característica de autorregenerativo, este contribui para sustentabilidade, pois utiliza recursos naturais renováveis e até mesmo resíduos industriais. Outros materiais que podem ser utilizados na substituição dos agregados são os resíduos industriais, como as cinzas volantes e escória de alto-forno. A escória é um subproduto proveniente da fabricação de ferro e aço, um material farto em óxidos de cálcio silício e alumínio, essas características da escória a tornam um material capaz de melhorar as propriedades mecânicas do concreto (Xu; Li; Wang, 2022). O bônus por sua utilização está na redução da emissão de dióxido de carbono (CO_2). Materiais de origem biológica e naturais como as fibras vegetais (bambu, coco, sisal, serragem de madeira) e resíduos orgânicos (cascas de arroz), estão sendo estudados como substitutos dos agregados convencionas do concreto. Tais materiais possuem características, como leveza e a capacidade de absorção de choques, que favorecem a resistência à tração e durabilidade das estruturas, além da grande redução do impacto ambiental gerado pelo consumo de materiais não renováveis (Dias; Nogueira; Ferreira, 2020). A partir da análise do estudo, foi possível identificar que a substituição de agregados convencionais, como areia e brita, por materiais alternativos, como resíduos de construção e demolição, cinzas volantes, escórias de alto-forno, fibras naturais e resíduos industriais, oferecem vantagens significativas para o desenvolvimento de um concreto mais sustentável e,

consequentemente, impelirá na redução do impacto ambiental causado pela extração desses recursos naturais e pelo descarte inadequado de resíduos.

Palavras-chave: Agregados reciclados. Sustentabilidade. Concreto sustentável.

Referências

COUTO, J. A. S.; CARMINATTI, R. L.; NUNES, R. R. A.; MOURA, R. C. A. **O concreto como material de construção.** Sergipe: Caderno De Graduação - Ciências Exatas e Tecnológicas - UNIT, 2013, v. 1, n. 17, p. 49 – 58.

CRUZ, R. F.; MARTINS, J. P.; OLIVEIRA, M. S. Resíduos de construção e demolição como agregados reciclados no concreto. **Sustentabilidade na Construção**, v. 7, n. 1, p. 29 - 41, 2021.

DIAS, J. R.; NOGUEIRA, A. C.; FERREIRA, P. H. Contribuições das fibras naturais na redução da fissuração em concretos. **Ciência e Engenharia de Materiais**, v. 28, n. 1, p. 14 - 23, 2020.

FREITAS, A. A.; ROMÃO, E. M.; ANÍCIO, S. O.; BARROS, A. J. Bioconcreto: Uma revisão de sua aplicação na construção civil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, p. 1 – 11, 2021.

GONÇALVES, J. R. M. R.; MARTINS, F. B. S.; PAULA, L. S. Bioconcreto: a próxima geração de concreto auto-reparável. **Projectus**, v. 4, n. 2, 2019.

XU, B.; LI, Z.; WANG, J. Escória de alto-forno e sua aplicação em concretos sustentáveis. **Journal of Industrial Ecology**, v. 16, n. 1, p. 99 - 110, 2022.

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

GOVERNANÇA ALGORÍTMICA NO PODER JUDICIÁRIO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Ana Paula Silva Andrade
Graduando, estudante, anapaula1606.andrade@gmail.com.
Everton Balbo dos Santos
Mestre, professor, everton.balbo@unifaema.edu.br.
Flávia Torres da Silva
Graduando, estudante, flaviattorres@gmail.com.
Victor Emanuel Ferreira Rocha
Graduando, estudante, victor.63057@unifaema.edu.br.

O presente trabalho traz a problemática da ausência de regulamentação da inteligência artificial que pode garantir uma governança algorítmica eficaz no Poder Judiciário brasileiro, equilibrando inovação e responsabilidade ética. Objetiva analisar a governança da Inteligência Artificial no Poder Judiciário brasileiro, a partir da nova norma proposta pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contextualizando seu desenvolvimento histórico, para identificar os avanços e desafios regulatórios, e comparar suas diretrizes com modelos internacionais de regulação algorítmica. Utilizou-se de revisão bibliográfica, com análise de artigos científicos (Scientific Electronic Library Online - Scielo), livros e doutrinas (do acervo da Biblioteca Júlio Bordignon do Centro Universitário FAEMA). Para isso, deve-se pensar que julgamentos de determinados recursos, que tem o potencial para afetar milhões de brasileiros, sendo capaz de influenciar desde questões de política tributária até nossos direitos fundamentais. Tal recurso passa a ser interpretado, não pela leitura atenta de uma pessoa humana, mas com a atuação silenciosa de um sistema algorítmico que analisa, em segundos, o inteiro teor da petição inicial, identifica os precedentes aplicáveis ao caso e sugere automaticamente a aplicação da repercussão geral. Enquanto o relator ainda avalia as peças, um robô jurídico já varreu milhares de decisões anteriores e indicou, por meio de redes neurais, o grau de similaridade com casos já apreciados pelo Tribunal. É o que faz o *Victor*, sistema de inteligência artificial desenvolvido em parceria com a Fundação Getúlio Vargas e utilizado pelo Supremo Tribunal Federal desde 2018. Simultaneamente, no Conselho Nacional de Justiça, a ferramenta *Athos* organiza os argumentos jurídicos usados pelos Tribunais brasileiros e os conecta em uma rede semântica que identifica padrões argumentativos. Em outra frente, a plataforma *Sinapses*, de código aberto, permite que diversos Tribunais brasileiros compartilhem soluções baseadas em IA, como assistentes virtuais de triagem, automação de minutas e análise preditiva de prazos. O futuro da justiça brasileira já começou, ainda que muitos não o percebam. O uso das Inteligências Artificiais ainda não foi regulamentada no país, havendo somente uma minuta de resolução do CNJ, tal regulamentação é necessária para que a inovação tecnológica seja utilizada com ética e responsabilidade, podendo garantir, não apenas mais celeridade, mas um maior acesso à justiça.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Acesso à justiça, Poder Judiciário.

Referências

BRANDANI, Andrea Escame; SANTOS, Rafael Miranda; TEIXEIRA, Rodrigo Valente Giublin. Inovação e direitos da personalidade: as ferramentas de inteligência artificial do tribunal de justiça do estado do paraná. **Zenodo**, São Paulo, p. 1-24, 8 jan. 2025. Zenodo. http://dx.doi.org/10.5281/ZENODO.14618760. Disponível em: https://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/1320/1270. Acesso em: 05 abr. 2025.

BRASIL. Resolução nº 615/2025, de 09 de setembro de 2025. Estabelece diretrizes para o desenvolvimento, utilização e governança de soluções desenvolvidas com recursos de inteligência artificial no Poder Judiciário. **Resolução Nº 615, de 11 de março de 2025.** p. 1-41. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/original1555302025031467d4517244566.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.

LOUREIRO, Silvia Regina Siqueira; NASCIMENTO, Gabriela Santos do. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRÁTICA JURÍDICA. **P2P & Inovação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-15, 01 jul. 2024.

SCHMIDT, Eduardo Moreira *et al*. OS IMPACTOS DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PELO PODER JUDICIÁRIO: análise das publicações dos últimos anos. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S.L.], v. 11, n. 3, p. 1419-1428, 21 mar. 2025. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. http://dx.doi.org/10.51891/rease.v11i3.18445. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18445/10737. Acesso em: 05 abr. 2025.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. Discursos sobre regulação e governança algorítmica. **Estudos de Sociologia**, [S.L.], v. 25, n. 48, p. 63-85, 24 jul. 2020. UNESP - Universidade Estadual Paulista. http://dx.doi.org/10.52780/res.13530. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/13530. Acesso em: 06 abr. 2025.

O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA SOCIEDADE

Adenilson Ferreira da Silva
Graduando em Administração, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
adenilson.27489@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
alisson.silva@unifaema.edu.br.

A Administração Pública exerce um papel fundamental na organização da sociedade, atuando na formulação e execução de políticas públicas voltadas ao bem-estar coletivo. Além de prestar serviços essenciais, como saúde, educação e segurança, ela também garante os direitos sociais e promove o desenvolvimento econômico e social. Com o tempo, a administração pública passou por mudanças significativas, saindo de um modelo burocrático rígido para adotar práticas mais modernas, como o modelo gerencial, que prioriza a eficiência, a qualidade e a participação cidadã (Ribeiro Filho; Valadares, 2017). Este estudo tem como objetivo analisar o papel da Administração Pública na promoção do bem-estar coletivo e no fortalecimento da cidadania. A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica de três artigos científicos. Os textos abordam desde a evolução histórica da gestão pública até os desafios enfrentados atualmente, como a corrupção, a falta de planejamento e a necessidade de maior transparência (Leal; Moraes, 2018). A pesquisa também destaca a importância do controle social e da descentralização para aproximar a gestão pública das reais necessidades da população. Os resultados apontam que uma administração pública eficiente e ética é essencial para promover justiça social e reduzir desigualdades. A participação popular, o comprometimento dos gestores e a adoção de princípios éticos são elementos indispensáveis para o fortalecimento da democracia e da governança. Além disso, o uso de ferramentas de planejamento e a valorização da cidadania contribuem para uma atuação mais eficaz do Estado. Por outro lado, o estudo também evidencia que apenas reformar modelos administrativos não é suficiente. É necessário investir na formação de servidores públicos, em inovação e na criação de mecanismos de participação popular efetiva (Ribeiro Filho; Valadares, 2017). A administração pública deve ser vista não apenas como prestadora de serviços, mas como um instrumento de transformação social, pautado em princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Di Pietro, 2022). Conclui-se que o papel da administração pública vai além da gestão de recursos e serviços. Ela deve atuar como promotora de igualdade, cidadania e desenvolvimento sustentável, sendo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Administração Pública, Gestão Pública, Sociedade, Políticas Públicas, Ética.

Referências

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

LEAL, Mônia Clarissa Hennig; MORAES, Maria Valentina de. Relações entre Estado, Administração Pública e sociedade: a corrupção como fenômeno multicultural e a afetação dos direitos fundamentais. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 18, n. 74, p. 175-192, out./dez. 2018. DOI: 10.21056/aec. v19i74.942.

RIBEIRO FILHO, Wander Fernandes; VALADARES, Josiel Lopes. Governança: uma nova perspectiva de gestão aplicada à Administração Pública. **The Journal of Engineering and Exact Sciences,** v. 03, n. 05, p. 0721–0723, 2017. DOI: 10.18540/jcecvl3iss5pp0721-0723.

A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA PARA A GESTÃO EMPRESARIAL CONTEMPORÂNEA

Geisielly Rocha da Costa
Graduando em Administração, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
geisielly.57790@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
alisson.silva@unifaema.edu.br.

A liderança exerce influência significativa sobre os resultados organizacionais e o ambiente de trabalho. Em um cenário corporativo em constante transformação, a atuação de líderes que conciliam visão estratégica e habilidades humanas tem se destacado como diferencial competitivo. Este estudo tem como objetivo analisar a importância da liderança para a gestão empresarial eficiente, considerando a influência de líderes que aliam visão estratégica, empatia e inovação. A metodologia utilizada baseia-se em uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e documental de fontes digitais e literárias entre 2013 e 2025, extraídas de plataformas como Microsoft News, Medium, Time Magazine e obras especializadas. A liderança é compreendida como um fator essencial para o sucesso organizacional, não se limitando ao gerenciamento de tarefas, mas envolvendo a capacidade de inspirar, motivar e orientar equipes com foco em resultados e no desenvolvimento humano. Um exemplo relevante é Satya Nadella, CEO da Microsoft desde 2014, que promoveu uma transformação cultural na empresa baseada em empatia e inovação, redefinindo o posicionamento da organização em áreas como computação em nuvem e inteligência artificial (Microsoft, 2021). Outro destaque é Sheryl Sandberg, ex-COO da Meta, reconhecida por estruturar a monetização da plataforma e por fortalecer a liderança feminina com sua atuação e sua obra 'Faça Acontecer' (Sandberg, 2013; Time, 2022). No contexto brasileiro, destaca-se Frederico Trajano, CEO do Magazine Luiza, que liderou o processo de digitalização da empresa, tornando o e-commerce responsável por mais de 25% da receita e consolidando o Magalu como referência no varejo nacional (Presleyson, 2020). Esses líderes demonstram que a combinação de competências técnicas e habilidades emocionais resulta em ambientes mais colaborativos, inovadores e produtivos. A liderança contemporânea exige não apenas decisões estratégicas, mas também sensibilidade às demandas humanas, o que favorece a construção de culturas organizacionais sólidas e alinhadas a propósitos institucionais. Os resultados analisados indicam que empresas lideradas por gestores humanizados tendem a obter maior engajamento das equipes, melhor desempenho financeiro e maior adaptabilidade frente às transformações do mercado. Conclui-se que a liderança eficaz é um pilar fundamental da gestão empresarial, sendo capaz de transformar não apenas resultados econômicos, mas também o clima organizacional e o bem-estar dos colaboradores, tornando-se um diferencial competitivo no cenário corporativo atual.

Palavras-chave: Liderança. Gestão empresarial. Inovação. Empatia. Estratégia.

Referências

MICROSOFT. **Empathy fuels innovation. Microsoft News, 2021**. Disponível em: https://news.microsoft.com/source/features/innovation/empathy-innovation-accessibility. Acesso em: 04 abr. 2025.

PRESLEYSON. **How did Frederico Trajano lead Magazine Luiza to success with digital transformation?** Medium, 2020. Disponível em: https://medium.com/presleyson/how-did-frederico-trajano-lead-magazine-luiza-to-success-with-digital-4f93f635f6e9. Acesso em: 04 abr. 2025.

SANDBERG, Sheryl. **Faça acontecer:** mulheres, trabalho e a vontade de liderar. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013.

TIME. **Sheryl Sandberg changed Facebook—and the world**. Time Magazine, 2022. Disponível em: https://time.com/6183520/sheryl-sandberg-facebook-legacy. Acesso em: 04 abr. 2025.

A ARBITRARIEDADE DO DIREITO NAS RELAÇÕES EXTRACONJUGAIS: A NECESSIDADE DE RECONHECIMENTO PARA GARANTIA DA PROTEÇÃO E IGUALDADE JURÍDICA

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Jeimila Daiane Ferreira
Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: jeimila.28377@unifaema.edu.br
Rubens Darolt Júnior
Especialista em Direito e Processo Tributário, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: rubens.darolt@unifaema.edu.br

As relações extraconjugais são uma realidade presente e recorrente na sociedade contemporânea, demandando uma análise cuidadosa, sensível e complexa sobre as lesões jurídicas sofridas por aqueles que se submeteram, se submetem ou foram envolvidos — muitas vezes sem pleno conhecimento — nesse tipo de vínculo afetivo paralelo ao casamento. O presente trabalho teve como objetivo geral examinar, sob a ótica do Direito e do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, esse fenômeno social que, apesar de antigo, continua se perpetuando e se reinventando nas dinâmicas interpessoais. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) contextualizar cultural e historicamente a construção social do concubinato e sua naturalização em diversos contextos; b) analisar os obstáculos enfrentados no âmbito judicial que ainda hoje dificultam o reconhecimento das uniões estáveis concomitantes; c) observar as mudanças sociais e o desafio da legislação em acompanhar a evolução dos direitos, especialmente sob a perspectiva da Dignidade da Pessoa Humana; e d) destacar a necessidade de adequações legislativas que acolham essa realidade com justiça, garantindo proteção e igualdade jurídica a todos os envolvidos. A relevância deste estudo se justifica pela evidente carência de proteção aos direitos daqueles que vivenciam relacionamentos conjugais paralelos ao casamento formal (Brasil, 2002). Trata-se de um tema polêmico, sensível e constantemente discutido nos tribunais, cuja regulação adequada pode provocar mudanças sociais significativas, como a responsabilização de indivíduos casados que, agindo com má-fé, estabelecem vínculos afetivos e financeiros com terceiros, criando expectativas e dependência (Souza; Faria, 2016). A responsabilização afetiva e patrimonial de quem estabelece esse tipo de relação, longe de enfraquecer o matrimônio, contribui para protegê-lo, uma vez que estimula condutas mais éticas e comprometidas com os princípios da lealdade e da dignidade. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi adotada uma metodologia qualiquantitativa, com base em revisão bibliográfica, utilizando como fontes livros, legislação, jurisprudência e artigos científicos. A abordagem descritiva permitiu a análise de decisões judiciais relacionadas ao tema, observando as transformações jurídicas em resposta às mudanças sociais (STF, 2020). Os resultados evidenciam uma resistência legislativa e judicial ainda fortemente calcada em moralismos dogmáticos e ideologias cristãs conservadoras (Dias, 2016, p. 140). Como observa o ministro aposentado do STJ, Ruy Rosado, as primeiras decisões sobre o tema careciam de clareza, uma vez que o Judiciário não reconhecia as relações poliafetivas

como famílias legítimas. No entanto, há um movimento gradual de inovação, em que o próprio Poder Judiciário vem reinterpretando os direitos e possibilitando que minorias tenham seus pleitos acolhidos. Como ressalta Barroso (2011), essas relações são diferentes, mas igualmente dignas de reconhecimento. Dessa forma, este trabalho propõe uma reflexão crítica e humanizada sobre o papel do Direito diante das complexas relações afetivas da atualidade, apontando caminhos para que a justiça avance no sentido de assegurar a proteção, a dignidade e a igualdade a todos os indivíduos, independentemente da configuração do vínculo estabelecido.

Palavras-chave: Casamento. Judiciário. Mudanças sociais. Traição.

Referências

BARROSO, Luis Roberto. Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, v. 17, n. 1, p. 105-138, 2011. Disponível em: https://www.esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/article/view/242. Acesso em: 07 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 5 abr. 2025.

SOUZA, Regina da Silva; FARIA, Heraldo Felipe de. Admissibilidade e tutela jurídica da união poliafetiva. **Judiciare,** [S.l.], v. 9, n. 1, mar. 2016. ISSN 2237-8588. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/14906/1/Fernanda%20Lima%20-%2021305924.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias.** 11.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF – 1ª Turma – Recurso extraordinário - **repercussão geral n. 1045273 SE** – Rel. Alexandre de Moraes – julgado em 11/12/2020 – DJe 18/12/2020. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=5181220&numeroProcesso=1045273&classeProcesso=RE&numeroTema=529. Acesso em: 07 abr. 2025.

LIDERANÇA INCLUSIVA E O DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES DE ALTO DESEMPENHO

Anatielle Karina Omitti
Graduando em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, anatielle.52693@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, alisson.silva@unifaema.edu.br.

As rápidas transformações nos negócios, intensificadas pela pandemia da COVID-19 e pela globalização, impuseram às organizações o desafio de se adaptarem continuamente aos novos contextos. Neste cenário, destaca-se o papel da liderança inclusiva no desenvolvimento de equipes de alto desempenho, capazes de responder com inovação, colaboração e eficácia aos desafios organizacionais. Este estudo tem como objetivo analisar como a liderança contribui para o fortalecimento de equipes produtivas, enfatizando a importância da empatia, da escuta ativa e da comunicação clara na gestão de conflitos e no alcance de resultados sustentáveis. A metodologia adotada é qualitativa, com base em revisão bibliográfica, abordando conceitos contemporâneos de liderança, gestão de pessoas e desempenho coletivo. Segundo Di Maio et al. (s.d.), a atuação do líder é fundamental para alinhar missão, visão e valores organizacionais com os objetivos das equipes, criando um ambiente de confiança, participação e desenvolvimento contínuo. A pesquisa evidencia que líderes eficazes promovem a coesão do grupo por meio da definição de metas específicas, estímulo à participação ativa e incentivo à inovação. Equipes de alto desempenho são compostas por indivíduos qualificados, motivados e colaborativos, que, sob uma liderança empática, conseguem superar obstáculos e atingir resultados excepcionais. A gestão de conflitos, parte inerente da convivência em grupo, deve ser conduzida por meio da comunicação aberta, do respeito mútuo e da construção de soluções conjuntas. Além disso, a capacidade de adaptação torna-se uma competência essencial tanto para líderes quanto para os membros da equipe, frente a um mercado em constante mudança. Conclui-se que o investimento no desenvolvimento de líderes inclusivos potencializa a formação de equipes resilientes, inovadoras e comprometidas com os objetivos da organização. Recomenda-se a ampliação de programas de capacitação voltados à liderança colaborativa e à construção de ambientes flexíveis e orientados para o alto desempenho. Conforme Robbins (2020), o sucesso das equipes está diretamente relacionado à capacidade do líder de promover clareza nos papéis, feedback contínuo e estímulo ao comprometimento coletivo. Nesse sentido, Chiavenato (2014) ressalta que o papel do líder moderno envolve não apenas a supervisão técnica, mas a gestão do comportamento humano dentro das organizações, visando sinergia, confiança e integração entre os membros. Essas abordagens reforçam que o desenvolvimento de equipes de alto desempenho exige líderes capazes de adaptar sua atuação às exigências do ambiente e ao perfil de seus liderados, criando conexões significativas que favorecem a motivação e a produtividade. A construção de um ambiente inclusivo, aliado à gestão estratégica de talentos, favorece o engajamento emocional das equipes, contribuindo para a retenção de talentos e a geração de valor organizacional.

Palavras-chave: Liderança inclusiva. Equipes de alto desempenho. Comunicação organizacional. Gestão de conflitos. Inovação.

Referências

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

DI MAIO, Claudia Aparecida et al. **O papel do líder para desenvolver uma equipe de alta performance**. Revista Ciências Humanas, UNITAU, Taubaté/SP, [s.d.].

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. 18. ed. São Paulo: Pearson, 2020.

A RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL DOS JORNALISTAS NA COBERTURA DE CRIMES: UMA ANÁLISE DO CASO ELOÁ

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Cristiamara Ferreira Alves Dias
Acadêmico do curso de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: cristiamara.36806@unifaema.edu.br
Francisco Jeverson Santos de Freitas Consoline
Especialista em Direito e Processo do Trabalho, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: francisco.consoline61676@unifaema.edu.br
Stéphanie Ayres de Jongh
Mestra em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça, Centro Universitário FAEMA, e-mail: stephanie.ayres@unifaema.edu.br
Wanderson Vieira De Andrade
Especialista em Direito Previdenciário, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: wanderson.andrade@unifaema.edu.br

A cobertura jornalística de crimes que envolvem grande comoção social, como o caso do sequestro e assassinato de Eloá Pimentel, revela um delicado ponto de tensão entre o direito à liberdade de imprensa e a proteção dos direitos fundamentais das vítimas. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a responsabilidade civil e penal dos jornalistas na cobertura de crimes, utilizando como estudo de caso o episódio que chocou o país em 2008 (Régis; Da Silva; Mafra, 2024). Tem-se como objetivos específicos: identificar os limites legais e éticos que regem a atuação da imprensa brasileira em situações de crise; investigar até que ponto os profissionais da comunicação podem ser responsabilizados por suas condutas; e compreender os impactos causados pela exposição midiática à vítima e seus familiares, tanto durante o cárcere quanto após o desfecho trágico. A problemática central reside na ausência de um equilíbrio efetivo entre o dever de informar e o dever de não causar dano, especialmente quando a imprensa atua de maneira sensacionalista ou intervencionista em contextos delicados. A pesquisa será conduzida sob uma abordagem qualitativa, com método descritivo e hipotético-dedutivo, embasada em revisão bibliográfica, análise documental, estudo da legislação brasileira, jurisprudência e materiais jornalísticos da época. A análise jurídica será norteada pelos artigos 5º, incisos V, X e XIV, da Constituição Federal, que garantem os direitos à indenização por dano moral, à privacidade, à imagem e à informação (Brasil, 1988), além dos artigos 186, 927 e 20 do Código Civil, que tratam da responsabilidade civil (Brasil, 2002), e do artigo 147 do Código Penal (ameaça), entre outros dispositivos pertinentes (Brasil, 1940). Os resultados apontam para a existência de condutas jornalísticas que ultrapassaram os limites da ética e da legalidade, contribuindo para o agravamento da situação de risco vivida por Eloá, ao mesmo tempo em que evidenciam lacunas normativas quanto à responsabilização dos profissionais da imprensa em contextos extremos. A discussão ressalta a necessidade de uma atuação mais consciente e humanizada por parte dos veículos de comunicação, que leve em consideração não apenas o interesse público, mas também a dignidade e o sofrimento das vítimas. Ademais,

destaca-se que o papel social da imprensa deve ser exercido com responsabilidade, especialmente diante de situações que envolvem vidas humanas e forte carga emocional. A construção de protocolos de conduta, a capacitação contínua dos profissionais da mídia e o fortalecimento da autorregulação ética surgem como caminhos possíveis para minimizar danos e prevenir excessos. O caso Eloá, por sua repercussão e desfecho trágico, representa um marco na reflexão sobre os limites da liberdade de imprensa no Brasil (Franco; Júnior, 2023). Portanto, conclui-se que é possível e necessário estabelecer parâmetros jurídicos mais claros para a atuação da imprensa, sem comprometer a liberdade de expressão, mas garantindo a proteção de direitos fundamentais. O estudo propõe, assim, uma reflexão crítica e equilibrada sobre o papel da mídia em coberturas sensíveis, apontando caminhos para a construção de uma comunicação mais responsável e alinhada aos valores constitucionais.

Palavras-chave: Criminal. Liberdade de Imprensa. Limites constitucionais. Notícias. Mídia.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 06 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 5 abr. 2025.

FRANCO, Daniel Lima; JÚNIOR, Sebastião Donizete S. A influência da mídia no tribunal do júri–casos de grande repercussão. **Facit Business and Technology Journal**, v. 2, n. 47, 2023. Disponível em: https://revistas.faculdadefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/2646. Acesso em: 5 abr. 2025.

RÉGIS, Jonathan Cardoso; DA SILVA, Emanuelly Pavan; MAFRA, Samantha. O processo penal como espetáculo midiático: o caso Eloá Pimentel: *The criminal procedure as a média show: the eloá pimentel case.* **Ponto de Vista Jurídico**, v. 13, n. 1, p. e3139-e3139, 2024. Disponível em: https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/juridico/article/download/3139/1708. Acesso em: 5 abr. 2025.

PUBLICIDADE INFANTIL NA INTERNET: ATÉ ONDE VAI O LUCRO E ONDE COMEÇA A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS?

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Ana Victória Zago Santos
Acadêmica de Direito, Centro Universitário
FAEMA, e-mail: ana.48115@unifaema.edu.br
Francisco Jeverson Santos de Freitas Consoline
Especialista em Direito e Processo do Trabalho, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: francisco.consoline61676@unifaema.edu.br
Stéphanie Ayres de Jongh
Mestra em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça, Centro Universitário
FAEMA, e-mail: stephanie.ayres@unifaema.edu.br

A publicidade infantil na internet é um tema que envolve a tensão entre os interesses comerciais e a proteção dos direitos das crianças, exigindo uma reflexão crítica sobre até que ponto as estratégias de marketing podem avançar sem violar a vulnerabilidade desse público. Este resumo tem como objetivo geral analisar os limites éticos e legais da publicidade direcionada a crianças no ambiente digital, e suas manifestações e percepções contemporâneas com os seguintes objetivos específicos: identificar as principais estratégias de marketing utilizadas para captar a atenção infantil; avaliar os impactos psicológicos e comportamentais dessas práticas nas crianças; discutir a eficácia das regulamentações existentes na proteção desse público (Brasil, 1988); e debater sobre a responsabilidade civil dos atos (i)legais, e a quem eles recaem (Brasil, 2002). Nesse contexto, a justificativa para este estudo reside no aumento exponencial da exposição infantil a anúncios *on-line*, muitas vezes camuflados em formatos lúdicos ou influenciados por criadores de conteúdo mirins. Estudos apontam que crianças possuem menor capacidade de discernimento entre publicidade e entretenimento, tornando-as mais suscetíveis a manipulações mercadológicas (Henriques, 2010). Além disso, a falta de fiscalização rigorosa permite que empresas ultrapassem limites éticos, promovendo, por exemplo, alimentos não saudáveis ou incentivando o consumismo precoce. Ademais, a problemática central reside no conflito entre a liberdade de mercado e a proteção integral da criança, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e em convenções internacionais. Enquanto as empresas buscam maximizar lucros por meio de anúncios personalizados e engajamento algorítmico, organizações de defesa dos direitos infantis alertam para os riscos de hiperexposição comercial, como ansiedade, materialismo e distorção de valores (Efing; Moreira, 2021). A metodologia abordada foi a descritiva, que visa descrever e apontar características acerca da temática exposta, também foi adotada a metodologia hipotético-dedutiva, que visa debater hipóteses acerca do tema, para fins de chegar numa conclusão mais precisa de acordo com a atualidade, bem como a pesquisa bibliográfica, por meio de artigos científicos e legislação brasileira. Como os resultados demonstram que técnicas como o uso de influenciadores mirins, anúncios personalizados por algoritmos e a ramificação de propagandas exploram a imaturidade cognitiva das crianças, incentivando o consumismo precoce e, em alguns casos, promovendo produtos nocivos à saúde. Diante disso, reforça-se a necessidade de fortalecer as leis, ampliar a responsabilização das empresas e promover a educação midiática para crianças e famílias, a fim de equilibrar os interesses econômicos com a

proteção integral da infância, conforme previsto em marcos legais internacionais como a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU.

Palavras-chave: Infantojuvenil. Responsabilidade civil. Mídia. Vulnerabilidade.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 06 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 5 abr. 2025.

EFING, Antônio Carlos; MOREIRA, Angelina Colaci Tavares. Influenciadores mirins: reflexos da publicidade digital direcionada às crianças. **Civilistica.com**, v. 10, n. 3, p. 1-18, 2021. Disponível em: https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/570. Acesso em: 07 abr. 2025.

HENRIQUES, Isabella Vieira Machado. Controle social e regulação da publicidade infantil: O caso da comunicação mercadológica de alimentos voltada às crianças brasileiras. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**. v. 4, n. 4, 2010. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/649. Acesso em: 07 abr. 2025.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
alisson.silva@unifaema.edu.br.

No cenário competitivo atual, as micro e pequenas empresas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico e na geração de empregos, especialmente em economias emergentes como a brasileira. Diante de um ambiente caracterizado por rápidas transformações e alta complexidade, torna-se essencial a adoção de práticas gerenciais que promovam a sustentabilidade e o crescimento desses empreendimentos. Entre essas práticas, o planejamento estratégico se destaca como um instrumento crucial para orientar as ações empresariais e alinhar os objetivos organizacionais aos recursos disponíveis. O presente estudo tem como objetivo analisar a aplicação do planejamento estratégico em empresas de pequeno porte, ressaltando sua importância para a eficiência operacional, adaptação ao mercado e sustentabilidade organizacional. Utilizando uma abordagem qualitativa e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica, selecionadas a partir de bases como Google Acadêmico, Scielo, Science Direct e repositórios universitários. A pesquisa revelou que o planejamento estratégico possibilita aos gestores a definição de objetivos claros, identificação de oportunidades e mitigação de riscos, promovendo decisões mais assertivas e alinhadas às exigências de um mercado dinâmico e competitivo. Conforme Mintzberg (1994), essa prática evoluiu para incorporar modelos flexíveis, o que permite sua utilização por organizações com estruturas reduzidas e recursos limitados. A revisão destacou que pequenas empresas enfrentam desafios estruturais como falta de capacitação gerencial, escassez de recursos e elevada mortalidade precoce, sendo o planejamento uma ferramenta essencial para combater tais adversidades (Barney, 2011; Germano, 2023). Os dados reforçam que, embora pequenos negócios ainda relutem em adotar práticas estruturadas, há uma mudança gradual nesse cenário, impulsionada pela digitalização dos negócios e maior acesso à informação (Ghezzi, 2019). O trabalho também evidenciou a importância do planejamento operacional e tático como complementos ao estratégico, destacando que sua integração favorece o controle de processos, a inovação contínua e o aprimoramento de resultados. Além disso, o planejamento contribui diretamente para a redução da alta taxa de mortalidade de pequenos negócios, como demonstrado por Filardi et al. (2012), ao proporcionar maior controle e adaptabilidade aos empreendedores. Em conclusão, o planejamento estratégico é uma prática indispensável para pequenas empresas que desejam crescer de forma estruturada, se adaptar às mudanças do ambiente externo e garantir longevidade no mercado. Recomenda-se que futuras pesquisas analisem estudos de caso para ampliar a aplicação prática dos modelos discutidos e mensurar resultados de forma longitudinal.

Palavras-chave: Planejamento estratégico. Pequenas empresas. Sustentabilidade organizacional. Eficiência gerencial. Tomada de decisão.

Referências:

BARNEY, Jay B. **Firm resources and sustained competitive advantage**. Journal of Management, v. 17, n. 1, p. 99–120, 2011.

GERMANO, Marcio. **A mágica de pensar pequeno**: como as empresas crescem, prosperam e permanecem pequenas. São Paulo: GVC, 2023.

GHEZZI, Antonio. **Digital Startup Strategy**: A Handbook for Entrepreneurs. Springer, 2019.

MINTZBERG, Henry. **The Rise and Fall of Strategic Planning**. New York: The Free Press, 1994.

FATORES DETERMINANTES DA ROTATIVIDADE DE FUNCIONÁRIOS

Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
alisson.silva@unifaema.edu.br

A rotatividade de funcionários nas organizações constitui um fenômeno multifacetado, que afeta diretamente o desempenho institucional, a cultura organizacional e os custos operacionais. Esta pesquisa tem como objetivo identificar os fatores determinantes do turnover, analisando a literatura produzida entre 2010 e 2023. A metodologia utilizada é qualitativa, com natureza básica e abordagem descritiva, por meio de revisão narrativa da literatura, contemplando publicações em bases científicas nacionais e internacionais. A investigação evidencia que a rotatividade não decorre de uma única causa, mas de um conjunto de variáveis internas e externas à organização. Fatores como insatisfação no ambiente de trabalho, ausência de perspectiva de crescimento, desalinhamento entre valores pessoais e organizacionais, e deficiências na liderança são apontados como catalisadores da rotatividade (Chiavenato, 2020). A literatura também destaca que os custos do turnover vão além do aspecto financeiro, abrangendo perdas de capital intelectual, quebra na coesão da equipe e redução do engajamento (Giacomet & Mecca, 2011). Ademais, estudos indicam que a satisfação no trabalho está diretamente ligada à motivação, ao reconhecimento e às oportunidades de desenvolvimento, influenciando a decisão do colaborador de permanecer ou não na empresa (Herzberg apud Bevins, 2018; Maslow apud Custódio, 2022). O papel da liderança é ressaltado como essencial, pois líderes capacitados promovem ambientes colaborativos, escuta ativa e valorização profissional, contribuindo para a retenção de talentos (Dahl, 2021). A análise reforça a importância da entrevista de desligamento como instrumento de diagnóstico e planejamento estratégico de recursos humanos (Cardoso & Santos, 2013). Em conclusão, a gestão eficaz da rotatividade depende da implementação de práticas integradas de valorização humana, cultura organizacional positiva e estratégias de retenção alinhadas às expectativas dos colaboradores. O estudo sugere que novas pesquisas abordem a relação entre rotatividade e desempenho organizacional em setores específicos, ampliando o debate sobre o impacto desse fenômeno na sustentabilidade empresarial.

Palavras-chave: Turnover. Cultura organizacional. Satisfação. Retenção. Liderança.

Referências

BEVINS, L. C. **A aplicação da teoria dos dois fatores de Herzberg na gestão de pessoas.** São Paulo: Atlas, 2018.

CARDOSO, R. C.; SANTOS, F. M. **Entrevista de desligamento como ferramenta estratégica para retenção de talentos**. Revista de Gestão e Negócios, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 45–60, 2013.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.

CUSTÓDIO, R. M. **A pirâmide de Maslow aplicada à motivação organizacional:** reflexões contemporâneas. Revista Científica FATEC, v. 14, n. 1, p. 22–35, 2022.

DAHL, D. C. **Liderança organizacional e comportamento humano:** desafios da gestão moderna. Curitiba: InterSaberes, 2021.

GIACOMET, C.; MECCA, S. T. **Rotatividade de pessoal:** causas, consequências e prevenção. São Paulo: Pioneira, 2011.

APREENSÃO DE VEÍCULOS NO TRANSPORTE IRREGULAR DE MADEIRA EM RONDÔNIA: IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS PARA TERCEIROS INTERESSADOS

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Aloine de Jesus Siqueira
Acadêmica do curso de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: aloine.48373@unifaema.edu.br
Gabriel Santos Dalla Costa
Especialista em Direito Público, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: gabriel.santos@unifaema.edu.br

A apreensão de veículos utilizados no transporte ilegal de madeira, prática recorrente no estado de Rondônia, tem se consolidado como importante instrumento estatal de combate à exploração predatória de recursos florestais, com o objetivo de preservar o meio ambiente (PMRO, 2024). Amparada na Lei nº 9.605/1998 e regulamentada pelo Decreto nº 6.514/2008, essa medida possui caráter punitivo e dissuasório. No entanto, sua aplicação tem gerado controvérsias jurídicas relevantes, sobretudo quando envolve terceiros de boa-fé que alegam a propriedade ou posse dos bens apreendidos, sem participação direta na infração ambiental (Sirvinskas, 2022, p. 882). O presente estudo tem como objetivo geral analisar os impactos jurídicos da apreensão de veículos utilizados no transporte ilegal de madeira, com ênfase nas consequências para terceiros de boa-fé, à luz da legislação ambiental e da jurisprudência brasileira. Ademais, o trabalho visa por meio dos objetivos específicos, investigar o embasamento legal da medida, especialmente à luz da Lei nº 9.605/1998 e do Decreto nº 6.514/2008; examinar a atuação do Poder Judiciário, com destaque para os entendimentos do Superior Tribunal de Justiça; identificar os prejuízos decorrentes da morosidade na devolução dos bens e de sua destinação, como leilões ou incorporação ao patrimônio público; discutir os limites entre a repressão a crimes ambientais e a proteção dos direitos patrimoniais de terceiros; e propor critérios normativos mais claros e políticas públicas mais eficazes, que previnam danos injustificados a proprietários inocentes. A pesquisa adota a abordagem qualitativa, com método hipotético-dedutivo, partindo de um problema jurídico central. Utiliza-se, ainda, a revisão bibliográfica e análise documental de legislações e decisões jurisprudenciais, buscando compreender os impactos da apreensão de veículos sobre terceiros de boa-fé. O objetivo, para tanto, é propor soluções normativas que conciliem fiscalização ambiental e segurança jurídica. A análise de decisões jurisprudenciais, especialmente do Superior Tribunal de Justiça, revela que há entendimentos divergentes: ora se reconhece o direito à restituição com base na boa-fé do proprietário, ora se nega tal devolução, considerando a sua eventual negligência em impedir o uso indevido do veículo (Brasil, 2018). Os resultados apontam para uma lacuna normativa que compromete a segurança jurídica e agrava os prejuízos econômicos dos proprietários que não participaram da infração. A ausência de critérios objetivos e uniformes para a restituição de bens apreendidos alimenta a insegurança e a sensação de injustiça. Assim, conclui-se pela necessidade urgente de uma regulamentação mais clara, capaz de conciliar a

efetividade da fiscalização ambiental com a garantia dos direitos patrimoniais de terceiros de boa-fé. O estudo também sugere melhorias nas políticas de inspeção ambiental e nos mecanismos de responsabilização, buscando fortalecer a justiça ambiental em harmonia com os princípios do devido processo legal e da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Bens apreendidos. Infração ambiental. Insegurança. Regulamentação.

Referências

BRASIL. **Decreto n.º 6.514, de 22 de julho de 2008.** Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 jul. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm. Acesso em: 4 abr. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 4 abr. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça**. Recurso Especial nº 1.133.965 – BA**. Relator: Ministro Mauro Campbell Marques. Julgado em 25 de abril de 2018. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 11 maio de 2018. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?b=ACOR&livre=(RESP.clas.+e+@num=%21133965%22)+ou+(RESP+adj+%221133965%22).suce.&O=JT. Acesso em: 4 abr. 2025.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Operação de fiscalização intercepta transporte ilegal de madeira em Porto Velho.** PMRO, 2024. Disponível em: https://www.pm.ro.gov.br/operacao-de-fiscalizacao-intercepta-transporte-ilegal-de-madeira-em-porto-velho/. Acesso em: 6 abr. 2025.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito ambiental.** 20 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

O MARKETING COMO PILAR ESTRATÉGICO NA ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Michel Gonçalves Lopes
Graduando em Administração, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
michel.63586@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
alisson.silva@unifaema.edu.br.

O marketing é um elemento essencial para a administração empresarial contemporânea, influenciando diretamente o posicionamento estratégico, a competitividade e a sustentabilidade das organizações. Este trabalho tem como objetivo analisar a importância do marketing na administração, evidenciando seus impactos em empresas de diferentes portes e segmentos, com foco na geração de valor e vantagem competitiva. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com natureza bibliográfica, utilizando fontes acadêmicas publicadas entre 2017 e 2023, obtidas em bases como SciELO, Google Scholar, repositórios institucionais e revistas científicas. Foram analisadas obras que discutem a relação entre marketing, inovação e desempenho empresarial, bem como estudos de caso sobre estratégias de marketing aplicadas à realidade de micro, pequenas e grandes empresas (RIBEIRO, 2021; FRAZÃO, 2022). Inicialmente, o estudo apresenta os fundamentos do marketing na administração, abordando sua aplicação em diferentes níveis organizacionais. Em seguida, são discutidos os benefícios da adoção de estratégias bem estruturadas, como a fidelização de clientes, o fortalecimento da marca e o aumento da eficiência comunicacional (CARNEIRO, 2022). No contexto das microempresas, o marketing atua como ferramenta de aproximação com o consumidor, enquanto em grandes empresas sua função se estende ao fortalecimento da imagem institucional por meio do marketing de relacionamento (ROCHA, 2007). Adicionalmente, destaca-se o papel do marketing social na formação de administradores com consciência ética e responsabilidade social (BARBOZA; SILVA, 2021). Os resultados da revisão indicam que empresas que integram o marketing à sua estratégia de gestão apresentam desempenho superior e maior capacidade de adaptação às transformações do mercado (SOUSA, 2017). Conclui-se que o marketing é um dos pilares fundamentais para a gestão eficaz, promovendo não apenas a comunicação com o público, mas também a inovação, a diferenciação e o crescimento sustentável. Recomenda-se o aprofundamento de estudos sobre o papel do marketing na era digital e seu impacto na competitividade das organizações brasileiras.

Palavras-chave: Estratégia competitiva. Posicionamento de mercado. Comunicação empresarial. Inovação estratégica. Valor organizacional.

Referências

BARBOZA, S. I. S.; SILVA, W. F. da. Contribuições do marketing social na formação do administrador. [S.l.]: **Revista de Administração, Educação e Política**, 2021. Disponível em: https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/1328. Acesso em: 04 abr. 2025.

CARNEIRO, V. D. **A percepção dos níveis gerenciais sobre a importância das estratégias de marketing na Milhão Ingredients**. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – PUC Goiás. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/5046. Acesso em: 04 abr. 2025.

FRAZÃO, L. D. Administração: a importância do marketing para as empresas. [S.l.]: **Revista Científica de Administração e Economia,** 2022. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/Real/article/view/4897. Acesso em: 04 abr. 2025.

RIBEIRO, G. L. J. A importância do marketing como ferramenta estratégica de gerenciamento para micro e pequenas empresas. [S.l.]: **Revista de Empreendedorismo, Gestão e Negócios,** 2021. Disponível em: https://www.revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/236. Acesso em: 04 abr. 2025.

ROCHA, T. V. **Marketing de relacionamento e competitividade no mercado empresarial:** um estudo de caso em uma empresa multinacional agroquímica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-19042007-155654/pt-br.php. Acesso em: 04 abr. 2025.

SOUSA, V. E. P. de. **A importância do marketing estratégico na performance empresarial: estudo empírico aplicado a empresas portuguesas**. 1. ed. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria, 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão) – Instituto Politécnico de Leiria. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/18887. Acesso em: 04 abr. 2025.

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ERA DIGITAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES ESTRATÉGICAS

Tainá Ferreira Dos Santos
Graduando em Administração, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
taina.64271@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
alisson.silva@unifaema.edu.br.

A transformação digital tem provocado mudanças estruturais nos processos administrativos, impactando diretamente a forma como o setor de recursos humanos (RH) atua nas organizações. Este estudo tem como objetivo analisar os impactos da digitalização na gestão de pessoas, destacando os benefícios, limitações e perspectivas associadas à adoção de tecnologias emergentes no ambiente organizacional. A metodologia utilizada foi qualitativa, de natureza exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica com delimitação temporal entre 2018 e 2023, abrangendo publicações acadêmicas e institucionais obtidas nas plataformas SciELO, Google Scholar e repositórios universitários. Segundo Magalhães (2018), a digitalização permitiu a automação de tarefas operacionais, possibilitando que o RH assumisse um papel mais estratégico. Ferramentas como softwares integrados têm facilitado processos de recrutamento, seleção e avaliação de desempenho (Fernandes, 2020). Além disso, tecnologias digitais promovem a comunicação em tempo real entre equipes distribuídas, otimizando a colaboração (RHmagazine, 2019). A análise de dados aplicada à gestão de talentos, conforme Santos et al. (2022), favorece decisões mais assertivas e alinhadas ao perfil organizacional. No entanto, a modernização dos processos exige investimentos contínuos em capacitação, bem como a superação de resistências culturais internas (Almeida, 2023). A segurança da informação é outro ponto crítico, demandando políticas robustas para proteger os dados dos colaboradores. Outro fator relevante diz respeito à transformação do perfil dos profissionais de RH, que devem desenvolver competências digitais, pensamento analítico e capacidade de inovação para atender às novas exigências do mercado. De acordo com Fernandes (2020), a digitalização também amplia o alcance das estratégias de desenvolvimento humano, por meio de plataformas virtuais de aprendizagem e programas personalizados de capacitação. Conclui-se que a integração de tecnologia à gestão de pessoas representa uma oportunidade para potencializar o desempenho organizacional, desde que seja acompanhada da valorização do capital humano e de uma liderança preparada para conduzir mudanças estruturais. Recomenda-se o aprofundamento de estudos sobre inteligência artificial e seus efeitos na cultura organizacional, a fim de assegurar uma transição digital inclusiva, ética e eficiente.

Palavras-chave: Transformação digital. Talentos. Automação. Inovação tecnológica. Capital humano.

Referências

ALMEIDA, L. **Recrutamento e seleção de pessoas na era digital.** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/65609/65609.PDF. Acesso em: 7 abr. 2025.

FERNANDES, A. **Gestão de Recursos Humanos na Era Digital**. Universidades Lusíada, 2020. Disponível em: https://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/6047. Acesso em: 7 abr. 2025.

MAGALHÃES, S. M. R. **Impacto da era digital em algumas práticas de gestão de recursos humanos**. Universidade do Minho, 2018. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/59290. Acesso em: 7 abr. 2025.

RHMAGAZINE. **Os desafios da gestão de recursos humanos na era digital**. 2019. Disponível em: https://rhmagazine.pt/artigo-os-desafios-da-gestao-de-recursos-humanos-na-era-digital/. Acesso em: 7 abr. 2025.

SANTOS, N. P. P. et al. Evolução dos Recursos Humanos até a era digital. **Revista Vox Metropolitana**, 2022. Disponível em: https://revistavox.metropolitana.edu.br/wp-content/uploads/2022/08/04.pdf. Acesso em: 7 abr. 2025.

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: O EQUILÍBRIO ENTRE A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E OS DIREITOS DOS PEQUENOS PRODUTORES EM RONDÔNIA

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Karine Eduarda Campanhonni Soares
Acadêmica do curso Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: karine.48894@unifaema.edu.br
Sheliane Santos Soares do Nascimento
Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Especialista em Direito ambiental, Centro Universitário FAEMA, e-mail: sheliane.santos@unifaema.edu.br.

A relação entre fiscalização ambiental e regularização fundiária no estado de Rondônia revela-se complexa e multifacetada, exigindo um olhar atento às especificidades sociais, econômicas e ecológicas da região. Nesse contexto, a pesquisa busca compreender de que forma a atuação do Estado pode assegurar a preservação ambiental sem negligenciar os direitos fundamentais dos pequenos produtores, especialmente no que se refere à moradia e à dignidade da pessoa humana. O objetivo geral do estudo é analisar a atuação estatal no campo da fiscalização ambiental e sua interface com os processos de regularização fundiária em Rondônia, propondo caminhos que viabilizem a construção de um equilíbrio entre desenvolvimento sustentável e justiça social (Rocha; Bacha, 2019). De maneira mais específica, pretende-se investigar os impactos da fiscalização ambiental sobre os pequenos produtores em áreas rurais do estado; examinar os marcos legais que regem a regularização fundiária e como esses dispositivos são aplicados na prática; avaliar o papel do Estado na promoção da justiça ambiental; e sugerir soluções jurídicas e administrativas capazes de conciliar a proteção do meio ambiente com os direitos sociais das populações afetadas. O direito à moradia, previsto no artigo 6º da Constituição Federal, configura-se como um dos fundamentos da cidadania e da dignidade humana, sendo reconhecido, junto a outros direitos sociais como a saúde, a educação e o trabalho, como essencial à vida digna (Brasil, 1988). A efetivação desse direito, especialmente em áreas rurais, está intrinsecamente ligada ao acesso à terra. No entanto, o exercício desse direito deve ocorrer de forma responsável, em consonância com os princípios da proteção ambiental. A fiscalização ambiental, por sua vez, também encontra respaldo constitucional, sendo instrumento fundamental para a garantia do direito coletivo a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Conforme previsto no artigo 225 da Constituição, cabe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, assegurando uma qualidade de vida saudável aos presentes e futuras gerações (Brasil, 1988). Para tanto, adota-se uma abordagem bibliográfica e descritiva, fundamentada em legislações específicas, na doutrina do Direito Ambiental e Agrário, bem como na análise de relatórios como o da Fundação Heinrich Böll (Costa; Torres; Almeida, 2022), que aborda os conflitos e desafios associados à regularização fundiária na região amazônica. Apesar da legitimidade e da necessidade da atuação estatal nesse campo, é imprescindível que tal atuação esteja orientada pelo princípio da razoabilidade e pela consideração das realidades locais. Em muitas situações, pequenos produtores enfrentam obstáculos

significativos no processo de regularização de suas terras, seja pela ausência de políticas públicas eficazes, seja pela rigidez excessiva dos critérios ambientais (Brasil, 2012). Não se trata de eliminar a fiscalização, mas de aprimorá-la, tornando-a mais eficiente, justa e dialogada, de modo a fomentar práticas que harmonizem o uso racional da terra com a conservação dos ecossistemas. Dessa forma, o presente trabalho propõe um modelo de intervenção estatal que reconheça simultaneamente a relevância dos pequenos produtores na ocupação e no desenvolvimento regional e a urgência da preservação ambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Direito à Moradia. Meio ambiente. Terra.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 07 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009.** Dispõe sobre a regularização fundiária de ocupantes em terras da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11952.htm. Acesso em: 07 abr. 2025.

COSTA, Mônica; TORRES, Maurício; ALMEIDA, Alfredo Wagner. *Regularização Fundiária na Amazônia: conflitos, omissões e desafios*. **Fundação Heinrich Böll,** 2022. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/2022-10/boll_regularizacao_fundiaria_final.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

ROCHA, Daniela de Paula; BACHA, Carlos José Caetano. A preocupação das políticas públicas com a sustentabilidade dos recursos florestais em Rondônia. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 38, n. 3, p. 9-40, 2019. Disponível em: https://revistasober.org/journal/resr/article/5dd56d390e8825ec5bc8fca7. Acesso em: 07 abr. 2025.

A IMPORTÂNCIA DAS FUNÇÕES DO ADMINISTRADOR PARA O SUCESSO EMPRESARIAL

Gabriela Felisberto Gonçalves
Graduando em Administração, pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
gabriela.63197@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
alisson.silva@unifaema.edu.br.

O administrador exerce papel central no ambiente corporativo, sendo responsável por planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades da empresa em busca de melhores resultados. Este estudo tem como objetivo analisar as funções do administrador e sua influência no desempenho organizacional, demonstrando como suas competências impactam diretamente no sucesso empresarial. A metodologia adotada foi uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica com fontes atualizadas publicadas entre 2015 e 2024, acessadas em portais como FAESA, IPED, Google Scholar e artigos acadêmicos sobre administração e gestão de empresas. As análises revelam que um administrador eficaz deve possuir habilidades como liderança, comunicação, capacidade analítica, visão estratégica e tomada de decisão. Além de coordenar equipes e processos, cabe a ele inspirar colaboradores, negociar com fornecedores, atender clientes e implementar melhorias que elevem a produtividade e a competitividade da organização (FAESA, 2023). O estudo mostra que, para além da execução de tarefas operacionais, o administrador atua como elo entre os objetivos empresariais e os resultados efetivos. Segundo o IPED (2024), as funções clássicas da administração – planejamento, organização, direção e controle – continuam sendo essenciais, mas agora devem estar acompanhadas de flexibilidade, inovação e atualização constante diante das mudanças do mercado. Os resultados da pesquisa indicam que empresas que contam com administradores qualificados, capacitados e alinhados com a cultura organizacional obtêm melhor desempenho no mercado, com menor rotatividade, maior engajamento interno e crescimento estruturado. Além disso, a presença de lideranças proativas e estratégicas contribui para a fidelização de clientes e o fortalecimento da imagem institucional. Contudo, destaca-se que apenas a presença de um profissional com formação em administração não garante o sucesso da organização. É necessário que este esteja preparado para lidar com os desafios da gestão contemporânea, sendo um agente de mudança e inovação. Conclui-se que a atuação do administrador é decisiva para a sustentabilidade organizacional. Investir na formação e desenvolvimento contínuo desse profissional, bem como valorizar sua atuação estratégica, torna-se fundamental para que as empresas se adaptem aos novos contextos e se posicionem de forma competitiva e eficaz no mercado atual.

Palavras-chave: Administração. Funções gerenciais. Gestão estratégica. Sucesso organizacional. Liderança.

Referências

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

FAESA. **Administrador**: funções, atuação e salários dessa profissão. Vitória: FAESA, 2023. Disponível em: https://www.faesa.br/blog/administrador-funcoes-atuacao-e-salarios-dessa-profissao. Acesso em: 5 abr. 2025.

IPED. **3 funções de um bom administrador**. São Paulo: IPED, 2024. Disponível em: https://www.iped.com.br/materias/administracao/3-funcoes-bom-administrador.html. Acesso em: 5 abr. 2025.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração:** da revolução urbana à revolução digital. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MINTZBERG, Henry. **Criando organizações eficazes**. Porto Alegre: Bookman, 2017.

COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E DESAFIOS ESTRATÉGICOS NA ATIVIDADE DE VENDAS

Dannubio Henrique Matins
Graduando em Administração, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, dannubio.martins@grupogvar.org
Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, alisson.silva@unifaema.edu.br

A atividade de vendas, inserida em um ambiente comercial dinâmico e altamente competitivo, exige dos profissionais uma combinação de habilidades técnicas e comportamentais capazes de atender às demandas de consumidores cada vez mais exigentes. O presente estudo tem como objetivo analisar os caminhos e desafios enfrentados pelos profissionais de vendas, destacando as fases do processo comercial, as técnicas aplicadas e os atributos valorizados pelos clientes. A metodologia utilizada foi qualitativa, de natureza bibliográfica, com base em fontes publicadas entre 2015 e 2024, obtidas em plataformas como SciELO, Google Scholar e repositórios institucionais. Inicialmente, exploram-se as diferentes fases da venda — da prospecção ao pós-venda — enfatizando a importância de cada etapa para a concretização da negociação e fidelização do cliente (KOTLER; KELLER, 2019). Em seguida, discutem-se técnicas como escuta ativa, identificação de necessidades, apresentação de soluções e contorno de objeções, ressaltando a postura profissional e o conhecimento de produto como diferenciais competitivos (RIBEIRO, 2021). Os resultados demonstram que atributos como confiança, justiça nas negociações e empatia são determinantes para o sucesso do vendedor, assim como a motivação da equipe comercial e o papel do gestor de marketing em fomentar o orgulho pela profissão (GIANESINI, 2018). A discussão revela que o ato de vender ultrapassa a mera transação, envolvendo aspectos emocionais, culturais e relacionais. Além disso, destaca-se a importância da inteligência emocional, da ética e da capacidade de adaptação em um mercado impactado pelas novas tecnologias. Observa-se também o crescimento do uso de ferramentas digitais de apoio à venda consultiva, como CRMs, automação de propostas e análise de dados comportamentais. Por fim, conclui-se que o profissional de vendas moderno deve atuar com visão estratégica, promovendo valor para o cliente e consolidando relações duradouras. Recomenda-se o aprofundamento de estudos sobre as transformações digitais e culturais que afetam o processo de vendas e a construção de práticas mais eficazes e humanizadas no relacionamento comercial.

Palavras-chave: Influência emocional. Ética nas vendas. Persuasão. Valor percebido. Estratégia comercial.

Referências

GIANESINI, S. **A psicologia da venda:** como influenciar clientes e aumentar resultados. São Paulo: Atlas, 2018.

KOTLER, P.; KELLER, K. **Administração de Marketing.** 15. ed. São Paulo: Pearson, 2019.

RIBEIRO, M. A. **Técnicas de Vendas:** estratégias para alta performance. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

EMPREGABILIDADE E CARREIRA NO CONTEXTO DA TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO

Nathalya de Souza Paiva
Graduanda em Ciências Contábeis, pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, Nathalya.56034@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração e Docente pelo Centro Universitário FAEMA-UNIFAEMA
alisson.silva@unifaema.edu.br.

Com a ascensão da era digital e a globalização, o mercado de trabalho passou por profundas transformações que impactaram diretamente a forma como os profissionais constroem suas carreiras. Este estudo tem como objetivo analisar a relação entre empregabilidade e construção de carreira no contexto contemporâneo, marcado pela instabilidade e pelo avanço tecnológico. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, com base em Malvezzi (1999) e outros autores que discutem as novas exigências do mercado de trabalho e os perfis profissionais demandados. O estudo aponta que a transição da era industrial para a era da informação reduziu significativamente os empregos industriais e ampliou os postos nos setores de serviços, cultura e tecnologia. A automação e a necessidade de competitividade exigem dos profissionais constante atualização, autonomia, adaptabilidade e capacidade de tomada de decisão rápida. Nesse cenário, destaca-se a emergência do conceito de agente econômico reflexivo, que se refere ao profissional que gera valor, assume protagonismo sobre sua trajetória e se reinventa continuamente diante das mudanças (Malvezzi, 1999; Demo, 2001; Alves, 2011). As carreiras tradicionais, lineares e previsíveis, dão lugar às chamadas carreiras sem fronteiras, marcadas por instabilidade, mobilidade e experiências múltiplas. O sucesso profissional passa a ser medido não apenas por promoções, mas por realizações pessoais, visibilidade profissional, reputação e redes de contato. As organizações esperam que os profissionais desenvolvam competências estratégicas, empreendedoras e de inovação, que lhes permitam solucionar problemas e agregar valor de forma independente. Nesse contexto, o conceito de empregabilidade ganha centralidade: os indivíduos devem compreender as novas dinâmicas do trabalho, desenvolver habilidades técnicas e comportamentais e manter-se em constante capacitação. O emprego moderno é mais instável e, muitas vezes, fruto da iniciativa individual e não da oferta empresarial tradicional. Embora essa nova lógica ofereça liberdade e oportunidades de autodesenvolvimento, ela também impõe maiores responsabilidades, exigindo do trabalhador visão estratégica, proatividade e resiliência frente aos desafios do mundo corporativo. Conclui-se que a empregabilidade, hoje, não é apenas uma condição de inserção no mercado, mas um projeto de carreira contínuo e autônomo, alinhado às exigências de um cenário global, competitivo e em constante transformação.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Globalização. Inovação profissional. Empregabilidade.

Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

DEMO, Pedro. **Empregabilidade e juventude:** entre trabalho e formação. Petrópolis: Vozes, 2001.

MALVEZZI, Sigmar. Empregabilidade e Carreira. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo, v. 2, p. 64-68, 1999.

EQUIPES DE ALTA PERFORMANCE E O PAPEL DO LÍDER PARA SUA CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Aline Mendonça Pereira
Acadêmica de Ciências Contábeis, UNIFAEMA,
alinemendoncapereiraaline8gmail.com.
Thyago Vinicius Marques Oliveira
Mestre, Professor, thyago.vinicius@unifaema.edu.br.

A liderança é um dos principais fatores determinantes para o sucesso das organizações, influenciando diretamente o desempenho das equipes e o alcance dos objetivos institucionais. Este estudo tem como objetivo analisar como os diferentes estilos de liderança impactam o funcionamento de equipes de alta performance e o desenvolvimento organizacional. A pesquisa utilizou abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, com levantamento de artigos científicos publicados entre 2010 e 2024, extraídos de plataformas como SciELO, Google Scholar e periódicos acadêmicos da área de Administração. Os dados revelam que não existe um único modelo de liderança ideal; líderes eficazes são aqueles capazes de adaptar seu estilo ao contexto e às necessidades da equipe. A liderança transformacional, caracterizada pela inspiração, visão estratégica e incentivo à inovação, mostra-se mais eficaz em ambientes dinâmicos e competitivos (Northouse, 2018). Por outro lado, a liderança laissez-faire é geralmente considerada ineficaz por sua ausência de direção, acompanhamento e tomada de decisões (Boog, 2013). Equipes de alta performance são compostas por membros com competências técnicas, habilidades interpessoais e atitudes colaborativas, sendo capazes de se auto-gerenciar, resolver conflitos e manter uma comunicação eficaz (Chiavenato, 2014). A atuação do líder é essencial para integrar essas competências e orientar os esforços coletivos. A liderança eficaz gera energia, coordena ações e estabelece metas claras, funcionando como um catalisador do desempenho organizacional. Uma liderança fraca, por sua vez, pode comprometer a motivação, a produtividade e até mesmo o clima organizacional. Além disso, os processos de avaliação de desempenho, que envolvem indicadores como a satisfação dos clientes, a qualidade das entregas e o cumprimento de metas, são instrumentos fundamentais para monitorar o progresso e realinhar estratégias (Bergamini, 2009). O estudo também destaca a importância do ambiente organizacional e da disponibilização de recursos adequados para o êxito das equipes. Sem infraestrutura mínima e sem apoio institucional, mesmo os melhores líderes enfrentam dificuldades para obter resultados consistentes. Conclui-se que o papel da liderança vai além da administração de tarefas; trata-se de uma competência estratégica que demanda preparo técnico, inteligência emocional, capacidade de adaptação e profundo conhecimento da cultura organizacional (Mintzberg, 2010). O investimento contínuo na formação de líderes e na construção de ambientes organizacionais favoráveis é essencial para garantir a sustentabilidade e a excelência das instituições no cenário atual.

Palavras-chave: Tecnologia financeira. Finanças Pessoais. Educação financeira. Bancos digitais.

Referências

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Liderança:** administração do sentido. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BOOG, Gustavo. **Liderança nas organizações**: uma abordagem focada em competências. São Paulo: Integrare, 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento organizacional:** a dinâmica do sucesso das organizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MINTZBERG, Henry. **Managing.** Porto Alegre: Bookman, 2010.

NORTHOUSE, Peter G. **Liderança:** teoria e prática. 8. ed. Porto Alegre: Penso, 2018.

GESTÃO DA QUALIDADE PRODUTIVA COMO ESTRATÉGIA DE COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL

Keilla da Silva Floriano
Graduando em Administração, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
keilla.39057@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
alisson.silva@unifaema.edu.br.

A gestão da qualidade produtiva é uma estratégia fundamental para empresas que desejam se manter competitivas em um mercado cada vez mais exigente. Este estudo tem como objetivo demonstrar a importância da gestão da qualidade produtiva para o alcance das metas organizacionais e a maximização de lucros. A metodologia utilizada consistiu em uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de artigos acadêmicos, monografias e publicações institucionais entre 2010 e 2024, com fontes extraídas de bases como o Repositório Cogna, Google Scholar e portais de gestão. Os dados analisados revelam que a integração entre qualidade e produtividade é indispensável para reduzir custos, aumentar a eficiência e atender às demandas do mercado (ALEXANDER, 2006). A gestão da qualidade exige a adoção de pilares como foco no cliente, liderança proativa, melhoria contínua, decisões baseadas em dados, integração com fornecedores e visão sistêmica dos processos (MEU SUCESSO, 2022). Tais práticas contribuem para a construção de um ambiente organizacional mais eficaz e voltado ao desempenho sustentável. Empresas que adotam a gestão da qualidade como filosofia central conseguem alinhar os processos produtivos com os objetivos estratégicos da organização, promovendo ganhos em competitividade e inovação (REPOSITORIO COGNA, 2023). A implementação eficaz dessa estratégia requer comprometimento dos gestores e conscientização dos colaboradores quanto à importância da qualidade em todas as etapas do processo produtivo. O gerenciamento por processos e a melhoria contínua são ferramentas que garantem maior controle sobre a operação, maior satisfação dos clientes e posicionamento favorável no mercado. A qualidade não deve ser vista apenas como um custo, mas como um investimento essencial para agregar valor ao produto final. Os resultados analisados indicam que organizações que aplicam sistemas estruturados de qualidade produtiva apresentam maior capacidade de adaptação às mudanças, fidelização dos clientes e otimização de recursos. Conclui-se que a gestão da qualidade produtiva é mais do que uma técnica de controle; trata-se de uma abordagem estratégica essencial para a sobrevivência e crescimento das empresas. Em um cenário altamente competitivo, adotar práticas eficazes de qualidade torna-se um diferencial decisivo para garantir estabilidade econômica, inovação e excelência nos resultados.

Palavras-chave: Gestão da qualidade. Produtividade. Competitividade. Eficiência. Melhoria contínua.

Referências

ALEXANDER, Lloyd. **Gestão da qualidade total**: princípios e práticas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

COTA, Higor. **A importância da gestão da qualidade produtiva no desempenho organizacional**. Repositório Cogna, 2023. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/44612/1/HIGOR_COTA_ATIVIDADEDEFESA.pdf. Acesso em: 5 abr. 2025.

MEU SUCESSO. **Gestão da qualidade**: o que é e como funciona. São Paulo: MeuSucesso.com, 2022. Disponível em: https://meusucesso.com/artigos/operacoes/gestao-da-qualidade-o-que-e-e-como-funciona-22/. Acesso em: 5 abr. 2025.

SANTOS, Antonio Carlos. **Gestão por processos e desempenho industrial**. Repositório Cogna, 2022. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/21991/1/ANTONIO_CARLOS_DEFESA.pdf. Acesso em: 5 abr. 2025.

DESENVOLVIMENTO DA LIDERANÇA E SEU IMPACTO NA GESTÃO ORGANIZACIONAL

Mateus Moraes da Costa Freitas
Graduando em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, mateus.60607@unifaema.edu.br
Thyago Vinicius Marques de Oliveira
Mestre em Saúde e Educação, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, thyago.vinicius@unifaema.edu.br.
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, alisson.silva@unifaema.edu.br.

O desenvolvimento da liderança é um dos principais fatores que influenciam a eficácia da gestão e os resultados nas organizações contemporâneas. Este estudo tem como objetivo analisar a evolução dos estilos de liderança e sua relação com o desempenho organizacional, destacando a importância do desenvolvimento contínuo de líderes para a geração de resultados satisfatórios. A metodologia adotada é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica sistemática e análise de estudos de caso extraídos de fontes acadêmicas e digitais entre 2010 e 2024. A análise contempla abordagens teóricas sobre liderança e gestão de pessoas, evidenciando que a liderança eficaz está diretamente associada à capacidade de influenciar, motivar e alinhar objetivos individuais com os organizacionais (MARQUES et al., 2013). Estudos indicam que o papel do líder moderno exige mais do que o simples exercício do poder hierárquico, exigindo competências relacionadas à comunicação, empatia, visão estratégica e capacidade de adaptação. A gestão de pessoas assume papel central nesse contexto, ao promover relações humanas saudáveis, incentivar a autonomia e fomentar a inovação contínua. A pesquisa inclui o estudo de um caso real de empresa familiar que enfrentou desafios estruturais devido à ausência de liderança assertiva. A falta de planejamento, comunicação e diretrizes claras comprometeu a tomada de decisões e o desempenho organizacional. A adoção de um líder estratégico foi apontada como solução viável, demonstrando que o desenvolvimento da liderança não apenas corrige falhas, como potencializa o crescimento sustentável. Autores como Chiavenato (2014) e Robbins (2020) reforçam que o desenvolvimento de lideranças eficazes promove clima organizacional positivo, reduz a rotatividade e eleva o comprometimento das equipes. Conclui-se que a liderança é um processo dinâmico que deve ser continuamente aperfeiçoado, com impacto direto na motivação dos colaboradores, na produtividade e nos resultados organizacionais. Recomenda-se a implantação de programas permanentes de desenvolvimento de lideranças, capazes de preparar gestores para os desafios de um mercado em constante transformação.

Palavras-chave: Desenvolvimento de líderes. Gestão de pessoas. Influência organizacional. Desempenho empresarial. Motivação no trabalho.

Referências

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MARQUES, Elaine Sereno et al. **A importância do desenvolvimento da liderança.** X SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2013.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. 18. ed. São Paulo: Pearson, 2020.

COMO A LIDERANÇA PODE CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES DE ALTA PERFORMANCE NAS COOPERATIVAS

Thalita Francisco de Santana
Acadêmica de Ciências Contábeis, UNIFAEMA,
alinemendoncapereiraaline8gmail.com.
Thyago Vinicius Marques Oliveira
Mestre, Professor, thyago.vinicius@unifaema.edu.br

A construção e o desenvolvimento de equipes de alta performance têm se tornado um diferencial estratégico para instituições que buscam se destacar em ambientes organizacionais competitivos e dinâmicos. Este estudo tem como objetivo explorar diferentes concepções teóricas sobre equipes de alta performance e analisar o papel do líder como agente central no processo de formação, condução e avaliação dessas equipes. A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, com base bibliográfica e documental, utilizando artigos científicos, livros especializados e publicações institucionais disponíveis nas plataformas SciELO, Google Scholar e revistas da área de gestão e comportamento organizacional. A investigação partiu da hipótese de que o líder atua como elemento motivador, gestor e facilitador de relações interpessoais, promovendo a construção de ambientes de trabalho colaborativos, confiáveis e voltados para o alcance de metas (Chiavenato, 2014; Northouse, 2018). Os resultados evidenciam que líderes eficazes são aqueles que direcionam, treinam e avaliam suas equipes continuamente, incentivando o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, bem como a resolução de conflitos e o compartilhamento de conhecimentos (Boog, 2013). Estilos de liderança como o democrático, o moderno, o transacional e o laissez-faire foram identificados como influências diretas no funcionamento das equipes, sendo que estilos participativos promovem melhores resultados em termos de engajamento e desempenho (Bergamini, 2009). As equipes de alta performance são caracterizadas não apenas pela excelência técnica de seus membros, mas também pela capacidade de cooperação, autogerenciamento e constante busca por aperfeiçoamento. O estudo aponta que o desempenho dessas equipes depende fortemente da capacidade do líder em orientar processos, inspirar seus colaboradores e manter uma comunicação clara e respeitosa, promovendo alinhamento entre objetivos individuais e institucionais. As conclusões reforçam que a experiência e o conhecimento do líder são fundamentais para o desenvolvimento diário das equipes, destacando que a liderança deve ser compreendida como uma competência estratégica a ser continuamente desenvolvida pelas organizações. A pesquisa recomenda que as instituições invistam em estruturas baseadas em equipes orientadas ao desempenho e na capacitação de líderes aptos a gerar resultados sustentáveis, reforçando que o sucesso institucional depende tanto das competências técnicas quanto da habilidade de liderança em promover coesão e direcionamento estratégico.

Palavras-chave: Equipes de alta performance. Estilos de liderança. Desenvolvimento organizacional.

Referências

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Liderança:** administração do sentido. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BOOG, Gustavo. **Liderança nas organizações**: uma abordagem focada em competências. São Paulo: Integrare, 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento organizacional:** a dinâmica do sucesso das organizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MINTZBERG, Henry. **Managing.** Porto Alegre: Bookman, 2010.

NORTHOUSE, Peter G. **Liderança**: teoria e prática. 8. ed. Porto Alegre: Penso, 2018.

O DIREITO DE RECUSA AO TRATAMENTO DA COVID-19: LIMITES DA INTERVENÇÃO ESTATAL

Sheliane Santos Soares do Nascimento
Mestre, Docente, UNIFAEMA, sheliane.soares.adv@gmail.com
Alisson Da Silva Stoinski
Pós-graduando, STOINSKI ADVOCACIA, adv.stoinski@gmail.com
Tatiana Alves Barbosa Pontes
Acadêmico, UNIFAEMA, tatianapontes@live.com

A pandemia da COVID-19 provocou intensos debates jurídicos e bioéticos no Brasil, especialmente no que se refere ao direito do paciente de recusar tratamentos médicos invasivos, como a intubação. Este estudo tem como objetivo analisar os limites da atuação estatal diante da recusa do paciente ao tratamento da COVID-19, à luz dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da autonomia da vontade. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica e documental, com base na legislação brasileira, jurisprudência, normas do Conselho Federal de Medicina e contribuições doutrinárias. Os resultados apontam que, embora a saúde seja um direito de todos e dever do Estado, o paciente tem amparo legal para recusar tratamentos, inclusive em contextos pandêmicos (Mendonça; Pires, 2019). Tal direito está previsto na Resolução CFM n. 1.995/2012 e no art. 15 do Código Civil, que garantem a livre manifestação da vontade do paciente, mesmo em situações críticas (Lima, 2020). O estudo aponta que a decisão médica deve considerar as diretivas antecipadas de vontade, respeitando a liberdade individual diante do risco iminente de morte, conforme dispõe a própria Constituição Federal ao consagrar o princípio da dignidade da pessoa humana (Pereira, 1995). Constatou-se também que a disseminação de *fake news* contribuiu significativamente para o aumento da recusa à intubação, afetando a relação médico-paciente e gerando consequências graves para a saúde pública (Neto *et al*., 2020). Além disso, o avanço do número de judicializações em saúde no Brasil demonstra como o tema tem gerado controvérsias e exigido respostas do Judiciário em defesa da autonomia do paciente (Silveira, 2019). Reforça-se que a relação médico-paciente é pautada na ética e no consentimento, devendo sempre observar a vontade do paciente, desde que dentro dos limites legais (Sarlet, 2022), A pesquisa conclui que o direito à saúde deve ser compatibilizado com a dignidade humana, e que a intervenção estatal encontra limites quando confrontada com a autonomia do paciente. A adoção de estratégias de esclarecimento, consentimento informado e responsabilização formal pode garantir maior segurança jurídica tanto para os profissionais de saúde quanto para os pacientes. Reforça-se, por fim, a necessidade de mais estudos sobre o tema, considerando sua complexidade e implicações éticas e constitucionais.

Palavras-chave: Direito de recusa. COVID-19. Dignidade da pessoa humana. Autonomia. Tratamento médico.

Referências

LIMA, Ayla Ferreira. Bioética e direitos fundamentais: os benefícios da recusa às transfusões de sangue em tratamentos de saúde em tempos de Covid-19. **Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca**, v. 5, n. 2, 2020.

MENDONÇA, Eduardo; PIRES, Thiago Magalhães. Legitimidade da recusa de transfusão de sangue por testemunhas de jeová. Dignidade humana, liberdade religiosa e escolhas existenciais. **Revista Eletrônica Da PGE-RJ**, v. 2, n. 3, 2019.

NETO, Mercedes et al. Fake news no cenário da pandemia de Covid-19. **Cogitare enfermagem,** v. 25, 2020.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Direitos da personalidade. **Pensar-Revista de Ciências Jurídicas**, v. 3, n. 1, p. 5-19, 1995.

SARLET, Ingo Wolfgang. **O Direito Fundamental à Proteção da Saúde e o Papel do Supremo Tribunal Federal Brasileiro no Combate à Pandemia da Covid-19-Uma análise à Luz dos Conflitos Federativos**. Direitos Fundamentais & Democracia: novas abordagens na perspectiva interamericana, 2022.

SILVEIRA, Viviane Coletti da**. Judicialização na saúde pública:** uma análise dos processos encaminhados para a Secretaria de Saúde Municipal de Santana do Livramento em 2018. Trabalho de Conclusão de Pós-graduação em Gestão de Saúde Pública. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 55 p. 2019.

CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA E A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: UM DESAFIO À GARANTIA DE DIREITOS

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Francisco Jeverson Santos de Freitas Consoline
Especialista em Direito e Processo do Trabalho, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: francisco.consoline61676@unifaema.edu.br
Naihara Oliveira da Silva
Especialista em Docência no Ensino Superior, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: naihara.2970@unifaema.edu.br
Sheliane Santos Soares do Nascimento
Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Especialista em Direito ambiental, Centro Universitário FAEMA, e-mail: sheliane.santos@unifaema.edu.br
Stéphanie Ayres de Jongh
Mestra em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça, Centro Universitário FAEMA, e-mail: stephanie.ayres@unifaema.edu.br

A violência nas escolas contra crianças com deficiência tornou-se uma realidade alarmante em todos os estados brasileiros, exigindo atenção imediata da sociedade, dos educadores e do poder público. As marcas deixadas pela discriminação, pelo preconceito e pela violência não apenas comprometem o processo de aprendizagem, mas também violam a dignidade e os direitos fundamentais dessas crianças (Mendes; Da Costa; Denari, 2022). Este estudo teve como objetivo geral investigar as implicações da violência no cotidiano escolar de crianças com deficiência, considerando suas causas, consequências e a realidade vivenciada por esses indivíduos em contextos familiares, domésticos e sociais. Para isso, foram traçados os seguintes objetivos específicos: identificar as principais causas do *bullying*; refletir sobre a importância de ações concretas contra a intimidação sistemática no ambiente escolar; promover o respeito às diferenças; e propor regras de convivência baseadas no amor, no cuidado e na empatia. A justificativa da pesquisa parte da necessidade de alertar autoridades e órgãos competentes para o aumento da insegurança coletiva nas escolas, evidenciada pelo medo constante de pais que já não veem esses espaços como ambientes seguros para seus filhos (Fernandes; Rodrigues, 2023). Casos extremos de violência e desrespeito têm ganhado notoriedade nas mídias e nas pesquisas acadêmicas. No entanto, é importante lembrar que a violência nem sempre é física: agressões verbais e psicológicas são igualmente nocivas, ainda que frequentemente banalizadas como “brincadeiras”. Para crianças com deficiência, que muitas vezes não conseguem compreender completamente a maldade por trás dessas atitudes, a experiência pode ser ainda mais traumática, uma vez que sua vulnerabilidade as torna alvos fáceis de humilhação e abuso (Moreira; Del Mouro, 2021). A Constituição Federal de 1988 estabelece que é dever do Estado, da família e da sociedade garantir a proteção integral de crianças e adolescentes contra todas as formas de violência, negligência e exclusão (Brasil, 1988). No entanto, observa-se uma ausência significativa de políticas públicas eficazes que enfrentem de forma direta e estruturada essa realidade. Isso evidencia a urgência de medidas que garantam a inclusão real e a proteção das

crianças com deficiência nos espaços escolares, promovendo a justiça, o acolhimento e a equidade. Para tanto, metodologicamente, este estudo terá uma abordagem qualitativa e descritiva, utilizando-se de artigos científicos e da legislação vigente no ordenamento jurídico brasileiro. Constata-se, ainda, que a violência escolar contra crianças com deficiência não é um fenômeno isolado, mas o reflexo de uma sociedade ainda marcada por padrões culturais excludentes e naturalização da agressividade (Crochick *et al*., 2022). Muitos estudantes reproduzem em sala de aula o comportamento violento que vivenciam em casa ou em suas comunidades, perpetuando um ciclo de dor e invisibilidade. É necessário romper com essa lógica e transformar a escola em um espaço de reconstrução de valores, empatia e respeito à diversidade. A inclusão plena só será possível quando for acompanhada de políticas públicas efetivas, formação adequada de educadores e a valorização da convivência solidária.

Palavras-chave: Agressão. Ambiente escolar. Infantojuvenil. Vulnerabilidade.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 abr. 2025.

CROCHICK, José Leon *et al*. Educação inclusiva e violência escolar: relação entre pares. **Imagens da Educação**, v. 12, n. 2, 2022. Disponível em: https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A10%3A26874442/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Agcd%3A158006463&crl=c&link_origin=scholar.google.com.br. Acesso em: 07 abr. 2025.

FERNANDES, Deise Birk; RODRIGUES, Jordana Cristiana. A violência oculta por trás da dita inclusão: uma proposta de intervenção pedagógica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 1, p. 508-521, 2023. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8263. Acesso em: 07 abr. 2025.

MENDES, Marlon Jose Gavlik; DA COSTA, Maria da Piedade Resende; DENARI, Fátima Elisabeth. Preconceito, discriminação e estigma contra pessoas com deficiência: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 16, p. e4825027-e4825027, 2022. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/8263/3229. Acesso em: 07 abr. 2025.

MOREIRA, Laura Ceretta; DEL MOURO, Fabiola Rodrigues. Crianças e adolescentes com deficiência em situação de violência: cruzamento de conectores sociais. **Revista Educação Especial**, v. 34, p. 1-19, 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.redalyc.org/journal/3131/313165836074/313165836074.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM RECORTE HISTÓRICO NO ESTADO DE RONDÔNIA

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Ana Clara Crestan de Oliveira
Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,
e-mail: ana.48950@unifaema.edu.br.
Quesia da Silva Martins
Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,
e-mail: quesia.49878@unifaema.edu.br.
Sabrina Gomes Fagundes
Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,
e-mail: sabrina.44496@unifaema.edu.br.
Stéphanie Ayres de Jongh
Mestra em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça, Centro Universitário FAEMA, e-mail: stephanie.ayres@unifaema.edu.br

A exploração sexual comercial, vulgarmente conhecida como "prostituição", encontra-se dentro das formas mais conhecidas de aproveitamento sexual infantil, a parcela mais vulnerável da sociedade, sendo alvos fáceis para aliciadores do mercado sexual (Veronese, 2012, p. 2). O contexto abusivo ao qual essas crianças são submetidas está relacionado ao ambiente de abandono e negligência, tanto do Estado quanto da sociedade brasileira (Dutra-Thomé; Cerqueira-Santos; Koller, 2011, p. 11). Deste modo, o presente artigo científico buscou abordar sobre a exploração sexual infanto-juvenil e a objetificação estrutural e cultural, com objetivo geral de contextualizar as problemáticas inseridas pelo legado patriarcal presente na contemporaneidade, tendo como base o histórico-social em volta do crescente mercado sexual no Estado de Rondônia. Para alcançar esse objetivo geral, foi delineada uma análise do impacto do contexto socioeconômico, especialmente a pobreza e a desigualdade social, que tornam as crianças e adolescentes mais vulneráveis à exploração sexual. Outrossim, investigar como o histórico de migração sazonal de trabalhadores, especialmente durante a construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, contribuiu para a aceitação da prostituição na região (Carvalho; Malcher; Brito, 2023). Nesta senda, a justificativa para este estudo reside na necessidade de compreender que a exploração sexual é um problema socioeconômico, acarretado pela baixa renda de muitas famílias rondonienses que recorrem a estes serviços por uma falsa ilusão em melhorar a precária situação financeira, ou por já terem sido inseridas a este meio desde sua criação, sendo visto como algo habitual e rentável, e não como um abuso físico e psicológico. Não obstante, o estado de Rondônia contribuiu para este cenário, visto que está intrínseca em sua criação a fomentação à exploração sexual, em que a prostituição passou a ser aceita como um "mal necessário" pelos empregadores das usinas hidrelétricas, que bonificavam os funcionários com um cartão fidelidade, o qual foi largamente aceito pelas casas noturnas da região e, consequentemente, incentivaram a economia local por meio da prática da prostituição (Araújo, 2017, p. 96-97). Diante disso, foi notável o aumento de bordeis as margens da BR364, próximos aos canteiros de obras. A maior parte desses "serviços" eram fornecidos por menores, vítimas desse ambiente exploratório e nocivo à sua criação. Para abordar essas questões, foi-se adotado a metodologia qualificativo, fundamentada em revisão

bibliográfica abrangente, utilizando como principais fontes artigos científicos e publicações acadêmicas disponibilizadas na internet. Assim, através desses relatos da história do Estado, identifica-se que está problemática persiste na atualidade, bem como analisar que o ambiente inóspito, no qual essas crianças encontram-se, são as consequências dos preceitos enraizados na sociedade, a qual mostra-se horrorizada com a prática, mas não o suficiente para denunciá-la (Botelho *et al*., 2025). Portanto, surge uma urgência para que o Estado e a sociedade adotem políticas públicas verdadeiramente eficazes de proteção, a fim de garantir os direitos dos menores inseridos nesse contexto abusivo, bem como conscientização social, mediante a ações práticas de prevenção, essencial para romper com o ciclo de exploração.

Palavras-chave: Comércio. Infanto-juvenil. Mercado sexual. Usinas hidrelétricas

Referências

ARAÚJO, Wagner dos Reis Marques. A expansão das fronteiras amazônicas: o legado das Usinas Hidrelétricas (UHEs) Santo Antonio e Jirau no estado de Rondônia (RO). **Revista Eletrônica Mutações**, v. 8, n. 15, p. 0091-0105, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/3378/3562. Acesso em: 03 abr. 2025.

BOTELHO, Felipe Kauã Lima *et al*. Observatório acadêmico da violação dos direitos das crianças e adolescentes na Amazônia. **Semana da Diversidade Humana (ISSN: 2675-1127)**, v. 9, n. 01, 2025. Disponível em: file:///C:/Users/Aluno-25/Downloads/2878-13-6326-1-10-20250129.pdf. Acesso em: 06 abr. 2025.

CARVALHO, Thais Pantoja de; MALCHER, Jorge Angelo Simões; BRITO, Daguinete Maria Chaves. A percepção socioeconômica dos atingidos pelas usinas hidrelétricas do Rio Araguari/AP, Amazônia Oriental. **Ambiente & Sociedade**, v. 26, p. e02162, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/kWcdbRvLh6fPXNbzN5WkhfP/?lang=pt. Acesso em: 06 abr. 2025.

DUTRA-THOMÉ, Luciana; CERQUEIRA-SANTOS, Elder; KOLLER, Silvia Helena. Exploração sexual e trabalho na adolescência: Um estudo de caso. **Universitas Psychologica.** Bogotá, Colombia. Vol. 10, n. 3, (sep./dic. 2011), p. 881-896, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/pdf/rups/v10n3/v10n3a19.pdf. Acesso em: 01 abr. 2025.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Violência e exploração sexual infanto-juvenil: uma análise conceitual. **Psicologia Clínica**, v. 24, p. 117-133 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pc/a/3bgwzSkKvsQGSJ5P7rDLrnp/abstract/?lang=pt. Acesso em: 02 abr. 2025.

A TUTELA JURÍDICA DO DISCURSO DE ÓDIO E SEU IMPACTO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Lia Vecchi Tomaz
Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: lia.47941@unifaema.edu.br
Stéphanie Ayres de Jongh
Mestra em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça, Centro Universitário FAEMA, e-mail: stephanie.ayres@unifaema.edu.br

A crescente onda de violência no ambiente escolar tem alarmado a sociedade, que ainda não compreende plenamente suas causas. Em um cenário marcado pela polarização e pelo aumento de discursos de ódio nas redes sociais, destaca-se a ausência de controle parental, que expõe crianças e adolescentes a uma internet sem filtros e, sobretudo, sem limites legais. Nesse contexto, este trabalho propõe analisar a tutela jurídica do discurso de ódio nas redes sociais e investigar de que forma seu controle pode contribuir para a prevenção da violência contra o público infantojuvenil, especialmente no ambiente escolar. O objetivo geral desta pesquisa é compreender de que maneira a tutela jurídica do discurso de ódio pode ser um instrumento eficaz na prevenção da violência sofrida por crianças e adolescentes expostos à internet, muitas vezes sem o conhecimento e orientação dos pais. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: conceituar o discurso de ódio, identificando suas manifestações e características; investigar seus efeitos psicológicos e sociais sobre crianças e adolescentes; examinar a legislação brasileira vigente e suas lacunas; analisar experiências legislativas e judiciais internacionais que possam servir de parâmetro ao ordenamento jurídico nacional; e avaliar o papel das instituições escolares e da educação em direitos humanos como ferramentas preventivas. A justificativa deste estudo reside no crescimento alarmante de discursos discriminatórios e violentos aos quais crianças e adolescentes estão expostos sem supervisão, permitindo o contato com conteúdos neonazistas, racistas, homofóbicos e misóginos. Tal exposição compromete a formação da visão de mundo desses indivíduos. Assim, cabe ao Estado limitar, por meio de legislação específica, o exercício irrestrito da liberdade de expressão, a fim de preservar a democracia, a dignidade da pessoa humana e promover mecanismos jurídicos e educacionais que favoreçam a cultura de paz. Nos resultados e discussões, identificou-se que o discurso de ódio causa efeitos concretos e nocivos à saúde mental da sociedade. Partindo da reflexão sobre a banalização do mal, observou-se que as redes sociais incentivam a suspensão do senso crítico, favorecendo a aceitação irrefletida desses discursos (Cardozo *et al*., 2024). Em crianças e adolescentes, esse fenômeno é ainda mais danoso, devido à formação psíquica e social em desenvolvimento. Destaca-se também a dificuldade em reconhecer discursos de ódio disfarçados de ironia ou humor (Agência Senado, 2023), além dos desafios relacionados à censura prévia e à responsabilização dos autores (Melo, 2019). A escola, espaço de diversidade e frustrações, tem sido palco de reações violentas encorajadas por setores da sociedade (Heck, 2023). Soma-se a isso o papel da tecnologia na disseminação direcionada de ideias e comportamentos (Silva, 2024). A metodologia utilizada foi descritiva, com abordagem qualitativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica e no método hipotético-dedutivo, com a formulação de um problema central e a proposição de soluções jurídicas e educacionais. Por fim, ressalta-se

a importância do controle jurídico como instrumento para prevenir tragédias escolares, considerando que a proteção da infância e adolescência, conforme a Constituição Federal de 1988, é dever do Estado e de toda a sociedade.

Palavras-chave: Ataque em Escolas. Dignidade da Pessoal Humana. Infantojuvenil. Liberdade de Expressão.

Referências

CARDOZO, João Paulo de Faria; SANTOS, Julio Cesar Alves dos; PEREIRA, Nilda da Silva; RIBEIRO, Arnor da Silva. O discurso do ódio e suas influências nas comunidades escolares: "surpresa zero"? **Revista Científica Foz**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2024. Disponível em: https://revista.ivc.br/index.php/revistafoz/article/view/310. Acesso em: 5 abr. 2025.

AGÊNCIA SENADO. **Plataformas digitais devem ser reguladas para coibir discurso de ódio, aponta CCS**. Senado Notícias, 4 set. 2023. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/09/04/plataformas-digitais-devem-ser-reguladas-para-coibir-discurso-de-odio-aponta-ccs. Acesso em: 5 abr. 2025.

HECK, Júlio Xandro. Violência e ataques às Escolas no Brasil: como chegamos a este ponto e como podemos sair dele? **Revista Thema**, Pelotas, v. 22, n. 1, p. editorial1, 2023. DOI: 10.15536/thema.V22.2023.Editorial1. Disponível em: https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/3361. Acesso em: 5 abr. 2025.

MELO, Ana Patricia Vieira Chaves. **Discurso do ódio nas redes sociais no Brasil**: análise da possibilidade e legitimidade de controle legislativo, administrativo e judicial ante o tratamento constitucional e internacional. 2019. 168 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019. Disponível em: https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12469. Acesso em 5 abr. 2025.

SILVA, Tatiane Araújo da. **Novas variações de violência contra a mulher**: uma análise do discuros de ódio do movimento red pill nas mídias digitais à luz da liberdade de expressão. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). Universidade Presbiteriana Mackenzie, Campinas, São Paulo, 2024. Disponível em: https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/39578. Acesso em: 5 abr. 2025.

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ÁREA DO DIREITO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Pedro Lucas Arnold Dybalski
Acadêmico de Direito, UNIFAEMA, pedrolucasdybalski@gmail.com
Sheliane Santos Soares do Nascimento
Mestre, Docente, UNIFAEMA, sheliane.soares.adv@gmail.com

Com o avanço exponencial das tecnologias, a sociedade contemporânea tem recorrido, cada vez mais, à inteligência artificial (IA) como meio de otimização de processos, inclusive no campo jurídico (Rosa, 2019). Esta pesquisa teve como objetivo analisar os impactos do uso da IA na atividade jurisdicional, especialmente no que se refere à elaboração de decisões judiciais e documentos jurídicos, como contratos e sentenças. A metodologia adotada consistiu em uma revisão bibliográfica e documental, com análise crítica de fontes teóricas e institucionais, além do estudo de experiências práticas com ferramentas como o Sistema Victor, do Supremo Tribunal Federal (STF), e a Plataforma Sinapses, utilizada por diversos tribunais brasileiros. Os resultados demonstram que a IA tem potencial para contribuir significativamente com a celeridade, organização e eficácia do sistema de justiça. Ferramentas como Victor e Sinapses auxiliam na triagem de recursos e na identificação de temas com maior repercussão geral, otimizando o fluxo processual nos tribunais superiores (Peixoto, 2020). No entanto, os sistemas analisados operam com base em modelos estatísticos de difícil compreensão, o que dificulta a transparência sobre os critérios utilizados na tomada de decisão — fenômeno conhecido como opacidade algorítmica (Filho, 2023). Ademais, identificou-se que essas tecnologias ainda apresentam limitações importantes, como a criação de jurisprudências inexistentes e a atribuição indevida de ideias a doutrinadores, em decorrência da ausência de acesso direto e atualizado aos bancos oficiais de dados jurídicos (Souza, 2020). A pesquisa também evidencia preocupações éticas e jurídicas, como a possibilidade de reprodução de vieses discriminatórios, a falta de regulamentação normativa específica e o risco de desumanização das decisões judiciais. Tais fatores comprometem a legitimidade do processo decisório e reforçam a necessidade de supervisão humana constante, além da elaboração urgente de um marco regulatório para disciplinar o uso da IA no Judiciário (Nunes; Marques, 2018). Conclui-se que, embora a inteligência artificial represente um valioso recurso para a modernização do sistema judicial brasileiro, sua adoção deve ser pautada por critérios de transparência, responsabilidade e respeito aos princípios constitucionais, assegurando que a tecnologia atue como ferramenta de apoio — e não de substituição — à racionalidade e à sensibilidade humanas indispensáveis à Justiça em um Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Efetividade Judicial. Processo Eletrônica. Julgamento Automatizado. Princípios Constitucionais.

Referências

FILHO, Moacir Ferreira. **A desumanização do Direito**: uma abordagem acerca do uso da tecnologia no ambiente jurídico. Revista Interfaces, v. 15, n. 11, 2023.

NUNES, Dierle; MARQUES, Ana Luiza Pinto Coelho**. Inteligência artificial e direito processual**: vieses algorítmicos e os riscos de atribuição de função decisória às máquinas. *In:* Revista de Processo. 2018. p. 421-447.

PEIXOTO, Fabiano Hartmann. Projeto Victor: relato do desenvolvimento da inteligência artificial na repercussão geral do Supremo Tribunal Federal. **Revista Brasileira de Inteligência Artificial e Direito-RBIAD,** v. 1, n. 1, p. 1-22, 2020.

ROSA, Alexandre Morais da. A questão digital: o impacto da inteligência artificial no Direito. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, v. 6, n. 2, p. 1-18, 2019.

SOUZA, Karoline Lins Câmara Marinho de; DE SIQUEIRA, Mariana. A inteligência artificial na execução fiscal brasileira: limites e possibilidades. **Revista de Direitos Fundamentais e Tributação,** v. 1, n. 3, p. 17-44, 2020.

OS DESAFIOS DA PERSECUÇÃO PENAL NA LAVAGEM DE DINHEIRO COM CRIPTOMOEDAS NO BRASIL: DIFICULDADES INVESTIGATIVAS E REGULATÓRIAS

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Bruno Neves da Silva
Especialista em Direito Público, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: bruno.silva@unifaema.edu.br
Eduarda Leal Ost Pizzi
Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: eduarda.47708@unifaema.edu.br
Rubens Darolt Júnior
Especialista em Direito e Processo Tributário, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: rubens.darolt@unifaema.edu.br

A utilização de criptoativos como instrumentos para a prática do crime de lavagem de capitais configura, na contemporaneidade, um dos maiores entraves à efetividade do sistema penal, tendo em vista as dificuldades de rastreamento das transações e a carência de instrumentos legais específicos para coibir tais condutas (Camillo, 2023). O objetivo geral deste trabalho será analisar as dificuldades enfrentadas pelas autoridades policiais (no âmbito investigativo) e pelas autoridades judiciárias (no âmbito regulatório) no combate a esse tipo de crime que cresce exponencialmente no Brasil, tendo como objetivos específicos: analisar a pseudoanonimidade das criptomoedas frente às dificuldades de rastreamento das transações realizadas; examinar a velocidade e a fragmentação dos criptoativos para ocultar a origem ilícita dos recursos; e discutir as limitações legais e operacionais na repressão ao crime de lavagem de dinheiro com ativos virtuais. Nesta senda, entre os maiores desafios do rastreamento de criptomoedas está justamente o anonimato dos titulares das carteiras, o que evidencia a necessidade de reestruturação do modelo investigativo tradicional, bem como da normatização específica e atualizada (Cabral; Lóssio, 2021). Ainda assim, mesmo com o avanço da promulgação da Lei nº 14.478/2022, que traz diretrizes para a prestação de serviços virtuais, persistem lacunas significativas no que se refere, por exemplo, à fiscalização desses ativos, que atualmente é realizada pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), órgão que atua como Unidade de Inteligência Financeira (UIF) do Brasil. Estas instituições têm por atribuição a análise de informações oriundas de transações suspeitas e o repasse dessas informações às autoridades competentes. Todavia, a atuação do COAF, embora relevante, ainda esbarra na ausência de interoperabilidade eficaz com os demais órgãos de persecução penal e na insuficiência de recursos tecnológicos compatíveis com a complexidade das operações realizadas com ativos digitais. Diante disso, sobressai um ponto de grande relevância: a necessidade urgente da criação de uma legislação mais robusta, que de fato imponha deveres jurídicos às plataformas de negociação, fixe parâmetros de atuação, e viabilize o efetivo acompanhamento das atividades suspeitas por parte das autoridades competentes. Ressalte-se, nesse contexto, que a repressão eficaz ao crime de lavagem de capitais com uso de criptomoedas exige um esforço conjunto entre

os entes do sistema de justiça penal, com a integração de tecnologias investigativas avançadas, aperfeiçoamento das práticas de cooperação jurídica internacional e adoção de padrões regulatórios rígidos e uniformes (De Morais; Falcão, 2022). Para abordar o exposto, foi adotada uma metodologia de natureza descritiva, com o intuito de detalhar as principais características do fenômeno; bibliográfica, por meio da análise de artigos científicos, bem como legislação vigente; e hipotético-dedutiva, mediante a formulação de problemas jurídicos concretos e a proposição de soluções viáveis. Conclui-se, diante disso, que a ausência de um marco normativo adequado, somada à natureza descentralizada, veloz e fragmentada dos criptoativos, impõe à justiça criminal a necessidade de reformulação de suas estratégias de prevenção e repressão, sob pena de se perpetuar um cenário de impunidade e fragilidade institucional no enfrentamento às novas modalidades de criminalidade financeira.

Palavras-chave: Ambiente virtual. Criptoativos. Investigação. Regulamentação.

Referências

BRASIL. **Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022**. Dispõe sobre diretrizes para a prestação de serviços de ativos virtuais e a regulamentação de prestadores desses serviços. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 240, p. 1, 22 dez. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14478.htm. Acesso em: 06 abr. 2025.

CABRAL, Antonio Crysthiano da Silva; LÓSSIO, Claudio Joel Brito. Os criptoativos, o cenário da lavagem de dinheiro e o combate legal. Unisul de Fato e de Direito: **Revista Jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina**, v. 11, n. 23, p. 43-50, 2021.

CAMILLO, Carlos Eduardo da Silva. CRIPTOATIVOS. **Revista Judicial Brasileira**, v. 3, p. 285-308, 2023. Disponível em: https://revistadaenfam.emnuvens.com.br/renfam/article/view/227. Acesso em: 06 abr. 2025.

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS (COAF). **Informações institucionais.** Governo Federal, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/coaf/pt-br/acesso-a-informacao/Institucional. Acesso em: 06 abr. 2025.

DE MORAIS, Fábio Luiz; FALCÃO, Rondinelli Melo Alcântara. A regulação de criptomoedas como instrumento de prevenção à lavagem de dinheiro. **Cadernos Técnicos da CGU**, v. 3, 2022. Disponível em: https://revista.cgu.gov.br/Cadernos_CGU/article/view/607. Acesso em: 06 abr. 2025.

A EFETIVIDADE DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA APLICADAS AOS INIMPUTÁVEIS NO BRASIL: ENTRE A TEORIA E A FALTA DE ESTRUTURA PSIQUIÁTRICA

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Bruno Neves da Silva
Especialista em Direito Público, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: bruno.silva@unifaema.edu.br
Rubens Darolt Júnior
Especialista em Direito e Processo Tributário, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: rubens.darolt@unifaema.edu.br
Sabrina Gomes Fagundes
Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: Sabrina.44496@unifaema.edu.br

No Brasil, as medidas de segurança destinadas aos inimputáveis, embora previstas na legislação penal como alternativas terapêuticas à pena privativa de liberdade, revelam-se ineficazes diante da precariedade da estrutura psiquiátrica e da ausência de políticas públicas eficazes (Brasil, 1940). A fragilidade do sistema compromete a ressocialização desses indivíduos e contribui para o aumento da reincidência criminal, tornando-se um fator de risco à segurança pública. Nesta senda, o objetivo geral da pesquisa é investigar a ineficiência das medidas de segurança aplicadas aos inimputáveis, relacionando a legislação vigente à carência de suporte psiquiátrico adequado. São objetivos específicos: analisar a aplicação prática dessas medidas, verificar a estrutura dos hospitais de custódia, avaliar a atuação do Poder Judiciário e a reincidência criminal, bem como propor melhorias para um sistema mais humanizado e funcional. Críticas ao modelo vigente apontam para a permanência de práticas manicomiais nos hospitais de custódia, o que afronta diretamente os princípios estabelecidos pela Lei 10.216/2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica), que preconiza o tratamento em liberdade e o respeito aos direitos humanos das pessoas com transtornos mentais. Diversos estudiosos denunciam a violação sistemática de direitos nessas instituições. Paulo Amarante (1995), um dos principais expoentes da reforma psiquiátrica brasileira, afirma que o modelo manicomial é excludente, segregador e incapaz de oferecer cuidado real à saúde mental. Michel Foucault (2006) também descreve o hospital psiquiátrico como um espaço de controle social, onde a loucura é institucionalizada para garantir a ordem e a disciplina, e não para tratar o sujeito. Essa problemática abordada gera uma compreensão ampla e crítica da realidade enfrentada pelos inimputáveis, contextualizando juridicamente os fenômenos abordados e destacando o descompasso entre legislação e prática estatal. A discussão revela que a insuficiência de profissionais especializados, a superlotação das unidades de internação e a falta de centros ambulatoriais comprometem a eficácia do tratamento dos inimputáveis. Além disso, a negligência do Poder Judiciário em exigir exames psiquiátricos detalhados contribui para a inclusão inadequada desses indivíduos em presídios comuns, onde não recebem tratamento, mas sim marginalização e agravamento do transtorno. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, com base na análise de livros e artigos científicos, bem como da legislação vigente no ordenamento jurídico pátrio. As considerações finais apontam a urgência da reformulação das medidas de segurança, com investimentos em infraestrutura,

capacitação dos operadores do Direito e implementação de políticas públicas eficazes (Cia, 2011). Um sistema mais humanizado deve equilibrar o direito ao tratamento com a proteção da sociedade, promovendo a ressocialização dos inimputáveis e rompendo o ciclo de violência gerado pela omissão estatal.

Palavras-chave: Hospitais de custódia. Inimputabilidade. Reincidência criminal. Saúde mental.

Referências

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida:** a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 06 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.** Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 06 abr. 2025.

CIA, Michele. **Medidas de segurança no Direito Penal brasileiro:** a desinternação progressiva sob uma perspectiva político-criminal. São Paulo: Editora Unesp, 2011. ISBN 9788539301669. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/e69f6936-94fd-4fb4-b880-8d70fb5c60bd. Acesso em: 06 abr. 2025.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica.** São Paulo: Perspectiva, 2006.

A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS DIGITAIS NA COMUNICAÇÃO E GESTÃO ORGANIZACIONAL

Thiago Francisco Moura Pereira
Graduando em Administração pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, thiago.moura@unifaema.edu.br
Vitório Augusto Anastácio Pereira
Graduando em Administração pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, vitorio.63125@unifaema.edu.br
Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração e Docente pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, alisson.silva@unifaema.edu.br

No contexto contemporâneo, marcado pela hiperconectividade e pelo avanço das tecnologias digitais, a comunicação organizacional tornou-se elemento estratégico fundamental para o desempenho institucional. Este estudo tem como objetivo analisar a influência das mídias digitais na administração contemporânea, com enfoque nas estratégias de divulgação externa e nas práticas internas de comunicação organizacional. A pesquisa é de natureza qualitativa e fundamenta-se em revisão bibliográfica, a partir de artigos científicos, relatórios e ensaios publicados entre 2012 e 2025, obtidos por meio de plataformas como Google Scholar, SciELO, ResearchGate e institutos acadêmicos. Segundo Maximiano (2012), a administração moderna exige adaptação constante às mudanças tecnológicas, inovação nos processos e foco nas pessoas. Com mais de 5 bilhões de usuários ativos em redes sociais, as mídias digitais transformaram as relações entre organizações e seus públicos (Amper, 2024). Estudos apontam que empresas brasileiras passaram a utilizar redes como Instagram, Facebook e LinkedIn não apenas como ferramentas de marketing, mas também como canais diretos de relacionamento com os consumidores (COPPEAD/UFRJ, 2021). No ambiente interno, o uso de plataformas como Microsoft Teams e Slack tem promovido agilidade na comunicação entre setores, fortalecido a cultura organizacional e elevado o engajamento dos colaboradores (Souza et al., 2020). Adicionalmente, estratégias digitais permitem mensurar com precisão os resultados das campanhas, oferecendo maior controle e adaptabilidade frente às respostas do público (Andrade; Santos, 2023). A discussão evidencia ainda a necessidade de os gestores desenvolverem competências digitais, além de promoverem uma cultura organizacional aberta à inovação e ao uso ético das tecnologias. O uso consciente das mídias digitais fortalece a imagem institucional, melhora a performance organizacional e contribui para um ambiente de trabalho mais colaborativo. Conclui-se que a integração eficaz das mídias digitais representa um diferencial competitivo na administração contemporânea, exigindo atualização constante, visão estratégica e sensibilidade às transformações culturais e tecnológicas. Futuras investigações podem explorar o papel das mídias digitais em setores específicos da economia, bem como sua relação com práticas sustentáveis e responsabilidade social corporativa.

Palavras-chave: Redes sociais. Comunicação digital. Cultura organizacional. Engajamento corporativo. Inovação tecnológica.

Referências

AMPER. Panorama Digital 2024: **Insights Global Report.** 2024. Disponível em: https://www.amper.ag/post/panorama-digital-2024-insights-global-report. Acesso em: 30 mar. 2025.

ANDRADE, M. P.; SANTOS, L. F. **Marketing digital como estratégia para a competitividade empresarial**. Cadernos de Pós-Graduação, v. 12, n. 2, p. 45–60, 2023. Disponível em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/4276. Acesso em: 30 mar. 2025.

COPPEAD/UFRJ. **O impacto das mídias sociais digitais na comunicação organizacional das empresas**. Rio de Janeiro: Instituto COPPEAD de Administração, 2021. Disponível em: https://www.coppead.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/09/O-impacto-das-midias-digitais-na-comunicacao-organizacional-das-empresas.pdf. Acesso em: 30 mar. 2025.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração**: da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, J. R. de; OLIVEIRA, A. C.; LIMA, D. A. **Influências do uso das mídias digitais no ensino superior**: percepções de acadêmicos do curso de administração. ResearchGate, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337840275. Acesso em: 30 mar. 2025.

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO: ESTRATÉGIA PARA EFICIÊNCIA E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Andrea Patrícia Nogueira Gomes Gamarra
Bacharela em Pedagogia e Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, andrea.patricia@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, alisson.silva@unifaema.edu.br.

A administração de recursos humanos no setor público ocupa uma posição central na promoção da eficiência institucional e na melhoria da qualidade dos serviços públicos ofertados à população. Este estudo tem como objetivo apresentar a importância da gestão de recursos humanos nas organizações públicas, destacando como práticas eficazes de gestão de pessoas podem contribuir para o aumento da eficiência, a melhoria dos serviços e o fortalecimento institucional. A abordagem utilizada é qualitativa, de natureza exploratória, com base em revisão bibliográfica, incluindo publicações acadêmicas entre 2019 e 2023, disponíveis em bases como SciELO, Google Scholar e repositórios institucionais. A análise considera autores como Simione (2019), Lopes e Barros (2022), Castro (2019), Theodorovicz et al. (2023) e Camões (2019), que discutem os impactos das transformações econômicas, sociais e tecnológicas na administração pública. A gestão de pessoas no setor público exige a adoção de práticas estratégicas e adaptativas para responder às demandas contemporâneas, superando entraves como estruturas burocráticas e normativas rígidas. Estudos indicam que a inovação em gestão de pessoas pode fortalecer o desempenho organizacional e gerar maior valor público, especialmente quando associada à valorização dos servidores, qualificação contínua e clima organizacional positivo (Camões, 2019; Castro, 2019). Contudo, ainda se verificam dificuldades na atração e retenção de talentos, assim como na institucionalização de práticas modernas de gestão de desempenho e reconhecimento (Lopes; Barros, 2022). Além disso, a pandemia de COVID-19 evidenciou fragilidades no modelo tradicional de gestão do trabalho no setor público, demandando maior flexibilidade, uso de tecnologias e descentralização das decisões (Theodorovicz et al., 2023). Conclui-se que a gestão estratégica de recursos humanos representa um fator decisivo para o fortalecimento das instituições públicas, exigindo investimentos em inovação, planejamento de longo prazo e revisão de práticas obsoletas. Recomenda-se o aprofundamento de estudos empíricos que avaliem os resultados de práticas modernas de gestão de pessoas no setor público e sua correlação com a qualidade dos serviços entregues à sociedade.

Palavras-chave: Eficiência institucional. Gestão estratégica. Inovação no setor público. Qualidade dos serviços. Recursos humanos.

Referências

CASTRO, Marcus Vinicius de Miranda. **Políticas e práticas estratégicas de gestão de pessoas em organizações públicas:** Iniciativas organizacionais de favorecimento à implementação. Universidade de Brasília, 2019.

DE SOUZA CAMÕES, Marizaura Reis. Inovação em Gestão de Pessoas no Setor Público: reflexão sobre as práticas no contexto brasileiro. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**, p. 9, 2019.

LOPES, Luciana Tolêdo; BARROS, Fernando Passos Cupertino de. **Gestão de recursos humanos do SUS na pandemia**: fragilidades nas iniciativas do Ministério da Saúde. Saúde em Debate, v. 46, p. 277–289, 2022.

SIMIONE, Albino Alves. Gestão Estratégica de Recursos Humanos: já se pode falar dela na Administração Pública em Moçambique? **Revista Foco**, v. 12, n. 3, p. 138–160, 2019.

THEODOROVICZ, James Carlo; DE OLIVEIRA, Letícia Calsavara; AZEREDO, Abel Dionizio. Gestão de pessoas na administração pública. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, v. 11, n. 3, 2023.

EMPREENDEDORISMO CONTEMPORÂNEO: DA OPORTUNIDADE À GERAÇÃO DE VALOR SOCIAL E ECONÔMICO

Dinael Araujo
Graduando em Administração pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, dinael.52765@unifaema.edu.br
Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração e Docente pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, alisson.silva@unifaema.edu.br

O empreendedorismo contemporâneo representa um vetor estratégico para o desenvolvimento sustentável, ao articular inovação, geração de renda e soluções para demandas sociais. Este trabalho tem como objetivo apresentar uma visão ampla do empreendedorismo, abordando seus principais tipos, métodos e desafios enfrentados pelos empreendedores na realidade brasileira. A pesquisa foi conduzida com abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, com fontes publicadas entre 2018 e 2023, coletadas nas bases SciELO, Google Scholar e repositórios institucionais. São analisadas modalidades como o empreendedorismo individual, corporativo, social e digital, com ênfase nas características e contribuições de cada um para o ecossistema de negócios (Dornelas, 2018). Adicionalmente, discute-se a importância da aplicação de metodologias estruturadas, como a análise de mercado, plano de negócios e estratégias de captação de recursos. A gestão eficiente, combinada à inovação contínua e à capacidade de adaptação, é apontada como essencial para a longevidade e o crescimento das iniciativas empreendedoras. Entre os principais impactos do empreendedorismo, destacam-se a criação de empregos, o fortalecimento da economia local e os benefícios sociais oriundos da resolução de problemas reais. Contudo, o ambiente empreendedor é permeado por desafios como burocracia, instabilidade econômica e alta competitividade, exigindo dos empreendedores resiliência, formação técnica e habilidades de liderança. A discussão enfatiza que o sucesso nos negócios requer não apenas criatividade, mas também planejamento estratégico, capacidade de execução e domínio em gestão financeira e de pessoas. Observa-se também a relevância das políticas públicas de fomento e da educação empreendedora como fatores de democratização do acesso ao empreendedorismo (Donabela, 2019). Conclui-se que o empreendedorismo, quando bem estruturado, atua como mecanismo catalisador de inovação e transformação social. Recomenda-se a ampliação de estudos voltados à eficácia das iniciativas de apoio ao empreendedor, bem como à construção de um ambiente institucional favorável à criação e consolidação de negócios sustentáveis. Além disso, observa-se um aumento do interesse por modelos de negócio baseados em impacto socioambiental, especialmente entre jovens empreendedores e startups, que buscam conciliar rentabilidade com propósito. Essa tendência reforça o papel do empreendedor como agente de transformação, capaz de alinhar inovação e responsabilidade social (Dolabela, 2020). O fortalecimento de redes de apoio, como incubadoras, aceleradoras e comunidades empreendedoras, também tem se mostrado fundamental para reduzir os riscos e ampliar as chances de sucesso das iniciativas. Com o avanço da digitalização, novas oportunidades surgem nos segmentos de economia criativa, fintechs e agronegócio digital, exigindo domínio tecnológico e visão de futuro (Sebrae, 2021). Nesse cenário, destaca-se a necessidade de políticas

públicas integradas que estimulem a capacitação técnica, o acesso ao crédito e a desburocratização dos processos de abertura e manutenção de empresas. A criação de um ambiente institucional favorável pode ser decisiva para fomentar o empreendedorismo em regiões periféricas e populações vulneráveis, ampliando sua contribuição para a inclusão social e o crescimento econômico de longo prazo.

Palavras-chave: Ecossistema de negócios. Iniciativa empreendedora. Sustentabilidade econômica. Políticas públicas. Educação empreendedora.

Referências

DOLABELA, F. **O segredo de Luísa**: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios. 28. ed. São Paulo: Cultura, 2020.

DONABELA, F. **O ensino do empreendedorismo no Brasil**: panorama e desafios. Revista de Administração Contemporânea, v. 13, n. 2, p. 235-252, 2019.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2018.

SEBRAE. **Panorama do empreendedorismo no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 2021. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae. Acesso em: 29 mar. 2025.

GESTÃO DE PESSOAS COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Gustavo da Silva Dias
Graduando em Administração, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
gustavo.52824@unifaema.edu.com
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente pelo Centro Universitário FAEMA -UNIFAEMA,
alisson.silva@unifaema.edu.br.

Em um cenário organizacional cada vez mais competitivo e dinâmico, a gestão de pessoas tornou-se uma ferramenta estratégica essencial para o desenvolvimento sustentável das empresas. Este estudo tem como objetivo analisar o impacto das práticas de gestão de pessoas no desempenho organizacional, com ênfase na valorização do capital humano como diferencial competitivo. A pesquisa foi conduzida por meio de abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica de autores renomados como Chiavenato (2014), Dutra (2016), Marras (2017), Gil (2019) e Bohlander e Snell (2018), permitindo a construção de um referencial teórico consistente. As análises revelam que práticas eficazes de gestão de pessoas, como programas de capacitação, políticas de reconhecimento, cuidado com o bem-estar e liderança humanizada, são decisivas para o aumento da motivação, engajamento e produtividade dos colaboradores. Segundo Chiavenato (2014), a gestão de pessoas deve ser integrada ao planejamento estratégico das organizações, promovendo o alinhamento entre os objetivos individuais e institucionais. Dutra (2016) destaca que a valorização do capital humano fortalece a cultura organizacional, melhora o clima interno e favorece a inovação. Marras (2017) reforça que a administração de recursos humanos não deve limitar-se a tarefas operacionais, mas atuar estrategicamente no desenvolvimento das competências organizacionais. Gil (2019) complementa que o engajamento profissional e o reconhecimento de talentos promovem maior retenção e desempenho coletivo. Além disso, Bohlander e Snell (2018) ressaltam que empresas que investem em gestão estratégica de pessoas são mais adaptáveis às mudanças do mercado e alcançam melhores resultados. A gestão de pessoas, nesse contexto, extrapola sua função tradicional e se consolida como eixo estruturante da performance organizacional. Práticas bem estruturadas nesse campo contribuem para a construção de ambientes colaborativos, inovadores e resilientes. Conclui-se que, ao integrar a gestão de pessoas à estratégia empresarial, as organizações aumentam sua competitividade e capacidade de enfrentar desafios, promovendo crescimento sustentável e fortalecimento institucional no longo prazo.

Palavras-chave: Capital humano. Estratégia. Desenvolvimento organizacional. Engajamento. Produtividade.

Referências

BOHLANDER, George; SNELL, Scott. **Administração de recursos humanos**. 16. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de pessoas**: modelo, processos, tendências e perspectivas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de pessoas**: enfoque nos papéis profissionais. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos**: do operacional ao estratégico. 17. ed. São Paulo: Futura, 2017.

IMPACTO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA ADMINISTRAÇÃO

Andreia Luzia Bodner
Graduanda em Administração, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, andreialuziabodner85@gmail.com
Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente pelo Centro Universitário FAEMA -UNIFAEMA, alisson.silva@unifaema.edu.br

A transformação digital tem provocado mudanças profundas e irreversíveis na forma como as organizações são administradas, atingindo aspectos operacionais, estratégicos e culturais. Nesse cenário de inovação constante, o presente estudo tem como objetivo analisar os principais impactos da transformação digital na administração, evidenciando as oportunidades e os desafios que emergem da adoção de novas tecnologias no ambiente organizacional. A abordagem metodológica utilizada foi qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica, envolvendo publicações acadêmicas recentes (2019–2024), consultadas em bases como SciELO, Google Scholar e repositórios institucionais. Inicialmente, explora-se a influência de tecnologias como inteligência artificial, big data, internet das coisas e automação nos processos administrativos, destacando ganhos em eficiência, agilidade na tomada de decisões e capacidade de inovação (Carvalho et al., 2021). Em seguida, discute-se a reconfiguração do papel dos gestores, que passam a atuar em ambientes mais dinâmicos, exigindo competências digitais e capacidade de liderar transformações culturais (Terra, 2021). Além disso, analisa-se a importância da criação de uma cultura organizacional digital, que estimule a aprendizagem contínua, a colaboração e a experimentação tecnológica (Baptista; Figueiredo, 2017). Os resultados revelam que, apesar dos benefícios significativos, a transformação digital também impõe desafios relevantes, como a resistência à mudança, a necessidade de qualificação constante das equipes, a gestão de dados em larga escala e as preocupações com segurança da informação. Outro ponto crítico diz respeito à ética e à responsabilidade social no uso das tecnologias digitais, uma vez que a automação e a coleta massiva de dados podem impactar diretamente os direitos dos trabalhadores e dos consumidores. Adicionalmente, destaca-se o papel crescente da liderança digital na criação de ambientes inovadores e resilientes, promovendo a integração entre tecnologia e estratégia organizacional. A análise aponta ainda que a transformação digital impulsiona modelos de negócios mais ágeis, colaborativos e orientados por dados, exigindo uma revisão constante das práticas administrativas. Nas considerações finais, conclui-se que a transformação digital é um processo contínuo e estratégico, que demanda visão sistêmica, flexibilidade e investimento em capital humano. Recomenda-se que as organizações desenvolvam estratégias digitais integradas e sustentáveis, que considerem tanto os avanços tecnológicos quanto os aspectos humanos e sociais da gestão. Futuras pesquisas podem explorar os efeitos da transformação digital em diferentes setores econômicos e o papel da liderança na condução bem-sucedida desse processo.

Palavras-chave: Inteligência artificial. Gestão da mudança. Inovação organizacional. Cultura digital. Liderança estratégica.

Referências

BAPTISTA, G.; FIGUEIREDO, J. Impacto da transformação digital nas organizações: um estudo sobre diferentes abordagens de condução do processo de transformação. **Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting**, v. 3, n. 1, p. 1–15, 2017. Disponível em: https://u3isjournal.isvouga.pt/index.php/PJFMA/article/view/614. Acesso em: 01 abr. 2025.

CARVALHO, R. B. de et al. Transformação digital: a constante necessidade de adaptação. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 22, n. 6, p. 1–8, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ram/a/np8sSHsx7KGrbfyPQr3Qksv/. Acesso em: 01 abr. 2025.

TERRA, B. C. **Transformação digital e seus impactos nas organizações**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2021. Disponível em: https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/9475>. Acesso em: 01 abr. 2025.

LIDERANÇA COMO FATOR MOTIVACIONAL NA GESTÃO DE PESSOAS

Emylli Tainá de França Silva
Graduando em Administração, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
emylli.56351@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
alisson.silva@unifaema.edu.br.

A liderança exerce papel fundamental na motivação dos colaboradores, sendo um elemento chave na gestão de pessoas e no desempenho organizacional. Este estudo tem como objetivo analisar a importância da liderança como fator motivacional no ambiente de trabalho, considerando diferentes estilos e teorias que explicam sua influência na performance das equipes. A metodologia adotada foi uma pesquisa qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de artigos científicos e estudos acadêmicos publicados entre 2010 e 2024, com fontes extraídas de bases como PePSIC, REASE, ReCil e UCS. A análise foi estruturada a partir de teorias clássicas, como a teoria da expectativa de Vroom (1964) e a teoria da autodeterminação de Deci e Ryan (1985), além da perspectiva proposta por Burns (1978) sobre liderança transformacional e transacional. Os resultados revelam que líderes com estilo participativo e inspirador conseguem promover um ambiente positivo, onde os colaboradores se sentem valorizados, ouvidos e engajados (Silva e Pereira, 2010). A liderança eficaz é capaz de alinhar os objetivos individuais dos profissionais às metas institucionais, fortalecendo o senso de propósito e pertencimento. A pesquisa também destaca que líderes que investem no crescimento de suas equipes — por meio de capacitação, feedback construtivo e oportunidades de desenvolvimento — elevam os níveis de motivação e aumentam o preparo organizacional para lidar com desafios futuros (Carvalho et al., 2023). A liderança transformacional, caracterizada pela inspiração, visão clara e foco na inovação, tem se mostrado altamente eficaz na criação de ambientes colaborativos e motivadores. Já a liderança transacional é mais voltada ao cumprimento de metas e recompensas, sendo útil em contextos com estruturas rígidas. Ambas podem ser eficazes quando utilizadas estrategicamente. Além disso, a motivação no ambiente de trabalho está diretamente ligada à redução da rotatividade, à melhoria na produtividade e ao fortalecimento das relações interpessoais (Burns, 1978). Conclui-se que o líder não é apenas um orientador técnico, mas um agente transformador, que atua como exemplo, mentor e promotor de mudanças positivas. Desenvolver habilidades de liderança eficaz torna-se, portanto, essencial para a construção de equipes motivadas, engajadas e alinhadas ao sucesso organizacional de longo prazo.

Palavras-chave: Gestão. Liderança. Motivação. Organizações. Desempenho.

Referências

BURNS, James MacGregor. **Leadership**. New York: Harper & Row, 1978.

CARVALHO, Aline et al. A importância da liderança no ambiente organizacional. **Revista Rease**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 45-55, 2023. Disponível em:

https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/12013/5768/23409. Acesso em: 5 abr. 2025.

DECI, Edward L.; RYAN, Richard M. **Self-determination theory**. New York: Guilford Press, 1985.

SILVA, Marina; PEREIRA, João. Estilos de liderança e motivação no trabalho. **Revista PePSIC**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 102-115, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682010000200008. Acesso em: 5 abr. 2025.

VROOM, Victor H. **Work and motivation**. San Francisco: Jossey-Bass, 1964.

A FUNÇÃO GERENCIAL DO SECRETARIADO EXECUTIVO NAS ORGANIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Edenia Christ
Graduando Administração pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, edneiachrist.va04@gmail.com
Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração e Docente pelo Centro Universitário FAEMA-UNIFAEMA alisson.silva@unifaema.edu.br

O avanço das dinâmicas organizacionais e a crescente complexidade das estruturas administrativas têm exigido novos perfis profissionais, capazes de integrar funções técnicas e estratégicas. Nesse cenário, destaca-se o Secretariado Executivo como um campo em expansão, cuja atuação ultrapassa as tarefas operacionais tradicionais e passa a ocupar posições de protagonismo na gestão empresarial. Este estudo tem como objetivo analisar a atuação do profissional de Secretariado Executivo em funções de gestão, destacando sua importância estratégica nas organizações contemporâneas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, com recorte temporal entre 2014 e 2024, fundamentada em fontes acadêmicas obtidas nas bases SciELO, Google Acadêmico e repositórios institucionais. A metodologia visa compreender como a presença desse profissional impacta a gestão organizacional, a partir de estudos recentes e da evolução de seu papel funcional (FERREIRA, 2018). Observa-se que o secretário executivo deixou de exercer funções meramente técnicas, passando a assumir responsabilidades relacionadas à liderança, mediação de conflitos, organização de processos e apoio direto à alta gestão (SANTOS; SILVA; OURO FILHO, 2023). Atualmente, atua como articulador administrativo e gestor da informação, desempenhando papel fundamental na comunicação institucional e no suporte à tomada de decisões (SILVA, 2017). As transformações do ambiente corporativo, impulsionadas pela digitalização e pela necessidade de agilidade operacional, exigem competências como domínio tecnológico, visão sistêmica, proatividade e adaptabilidade. Além disso, habilidades interpessoais, ética profissional, inteligência emocional e sensibilidade cultural tornam-se diferenciais especialmente em organizações com alcance nacional e internacional. A literatura analisada indica que a atuação gerencial do secretário executivo contribui para o aumento da produtividade, otimização de recursos e melhoria do clima organizacional, sendo reconhecido como agente de inovação e eficiência (SANTOS; SILVA; OURO FILHO, 2023). Conclui-se que, para assumir funções estratégicas, o profissional deve buscar constante atualização e qualificação técnica e acadêmica, além de contar com valorização institucional, a fim de consolidar seu papel na sustentabilidade administrativa.

Palavras-chave: Produtividade. Tomada de decisões. Habilidades interpessoais. Transformação digital. Atualização profissional.

Referências

FERREIRA, A. S. A atuação do secretário executivo na gestão universitária pública: o estado do conhecimento. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 9, n. 1, p. 65–89, 2018. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/763>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SANTOS, E. A. dos; SILVA, M. R. da; OURO FILHO, A. M. do. A atuação dos ocupantes dos cargos de secretário executivo nas IES: um estudo na Universidade Federal de Sergipe. **Revista Expectativa**, v. 22, n. 2, p. 63–87, 2023. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/30694>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SILVA, E. M. M. **A atuação do secretário executivo na gestão**: um estudo de caso na Universidade Federal do Ceará. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Secretariado Executivo) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/34850>. Acesso em: 30 mar. 2025.

A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA NA GESTÃO DE EQUIPES DE ALTA PERFORMANCE

Luana dos Santos Ferreira
Graduanda em Ciências Contábeis, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA, luana.60361@unifaema.edu.br.
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FEAMA - UNIFAEMA, alisson.silva@unifaema.edu.br.

A liderança e a gestão de equipes são fatores indispensáveis para o sucesso organizacional, pois impactam diretamente a produtividade, a inovação e a harmonia no ambiente de trabalho. Embora a tecnologia tenha automatizado diversas funções, a atuação humana continua sendo um diferencial competitivo no mercado. No entanto, uma gestão ineficiente de pessoas pode comprometer o equilíbrio organizacional, reduzindo a produtividade e afetando o desempenho da empresa. Becker e Nicácio (2013) ressaltam que os indivíduos desempenham um papel fundamental nas organizações, podendo influenciar diretamente seu êxito ou fracasso. Nesse contexto, a gestão de pessoas torna-se um pilar estratégico para a conquista de resultados positivos. Este estudo tem como objetivo analisar as principais diferenças entre um líder e um chefe, identificando as atribuições essenciais de um bom líder, os principais modelos de liderança e as habilidades necessárias para a formação de equipes de alta performance. Além disso, busca-se apresentar estratégias eficazes para otimizar a gestão de equipes. A pesquisa foi realizada por meio de um estudo bibliográfico, fundamentado em referências acadêmicas sobre liderança, gestão de pessoas e equipes de alto desempenho. Foram analisadas diferentes abordagens sobre a formação e condução de equipes eficazes, bem como a influência da liderança no desenvolvimento organizacional. Os resultados indicam que equipes de alta performance são compostas por profissionais cujas habilidades se complementam, promovendo a inovação, a valorização da diversidade e a satisfação no trabalho. De acordo com Gomes (2019), o reconhecimento das atividades de um colaborador contribui para tornar seu trabalho mais prazeroso e produtivo, o que, por sua vez, o motiva a se empenhar no crescimento da organização. Além disso, a liderança desempenha um papel essencial na potencialização dessas competências, garantindo que cada profissional esteja na posição mais adequada dentro da empresa. Um líder deve possuir uma visão estratégica para identificar as habilidades individuais e posicionar cada colaborador de forma alinhada aos objetivos organizacionais. O estudo também discute as principais competências de um líder eficaz, como incentivar a proatividade, acompanhar a produtividade, mitigar falhas, fomentar a sinergia e atuar como mediador diante de diferentes perfis comportamentais. Segundo Ferreira (2010), a capacidade de um líder para gerenciar conflitos e emoções no ambiente organizacional está relacionada tanto às suas competências interpessoais quanto à sua influência sobre a equipe. Além disso, Marras (2011) destaca que o trabalho em equipe exige colaboração e engajamento conjunto para a conquista dos objetivos organizacionais. Dessa forma, a liderança vai além da simples gestão de tarefas, sendo fundamental para a criação de um ambiente harmonioso e produtivo. Conclui-se que a liderança desempenha um papel fundamental na promoção da alta performance, do equilíbrio e da produtividade no ambiente

corporativo, impactando diretamente os resultados da organização. Fraga (2018) afirma que a liderança é essencial para o sucesso empresarial, pois cabe aos líderes gerirem as pessoas, garantindo uma equipe motivada e produtiva. Portanto, investir no desenvolvimento de líderes capacitados torna-se indispensável para a sustentabilidade e crescimento das organizações.

Palavras-chave: Produtividade. Inovação. Gestão de pessoas. Competências interpessoais. Desenvolvimento organizacional.

Referências

BECKER, S. A. S.; NICÁCIO, J. A. Gestão de pessoas por competência – uma análise da gestão de talentos nas organizações, comparado com o modelo convencional de recursos humanos. **CSA em Revista**, [s.l.], v. 12, n. 22, p. 145–156, 2012. Disponível em: https://saber.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/8663/7316. Acesso em: 2 abr. 2025.

FERREIRA, Humberto Medrado Gomes. Conflito interpessoal em equipes de trabalho: o papel do líder como gerente das emoções do grupo. **Cadernos UniFOA**, v. 13, p. 67-74, ago. 2010. Disponível em: https://unifoa.emnuvens.com.br/cadernos/article/view/1019/897. Acesso em: 2 abr. 2025.

FRAGA, Teresa Margarida Rodrigues. **O impacto da liderança na performance organizacional.** 2018. Dissertação (Mestrado) — Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Coimbra, 2018. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/entities/publication/4ef6c1ca-e3b4-4621-9853-2b58f97536de. Acesso em: 2 abr. 2025.

GOMES, Amanda Kelly. A importância do reconhecimento profissional para a motivação dos colaboradores. **Humanae**: questões controversas do mundo contemporâneo, v. 13, n. 1, p. 1-23, 2019. Disponível em: https://revistas.esuda.edu.br/index.php/humanae/article/view/628/220. Acesso em: 2 abr. 2025.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos**: do operacional ao estratégico. 14. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011. xvi, 336 p. ISBN 978-85-02-12560-5.

PAMPOLINI, Claudia Patricia Garcia; DE MAZO, Celso Giancarlo Duarte; GONÇALVES, Daniele Assad. A liderança e a gestão de equipes de alto desempenho na gestão estratégica de pessoas. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 57-63, 2013. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/admpg/article/view/14029/209209211148. Acesso em: 2 abr. 2025.

A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA NAS ORGANIZAÇÕES

Evertom Maker de Paula Souza
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA
evertom.maker@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração e Docente pelo Centro Universitário FAEMA- NIFAEMA
alisson.silva@unifaema.edu.br

A liderança nas organizações é um tema de ampla relevância, especialmente diante das constantes transformações do ambiente corporativo e das exigências por inovação e adaptação. No atual contexto de globalização e competitividade, o papel do líder tornou-se fundamental para o desenvolvimento de estratégias eficazes e para o engajamento dos colaboradores. Conforme Kotter (1997), a principal função de um líder é promover mudanças. Para isso, ele atua em três frentes essenciais: definir o rumo estratégico da organização, transmitir esses objetivos aos colaboradores e incentivá-los a alcançar os resultados esperados. Com isso ela se torna elemento essencial para o sucesso das organizações, ao influenciar comportamentos, promover a cultura organizacional e impulsionar mudanças. O objetivo do estudo é refletir sobre a importância da liderança nas organizações, abordando sua evolução conceitual, os tipos e teorias de liderança, as diferenças entre liderança e gerência, além de discutir as competências e características esperadas dos líderes contemporâneos. O artigo busca responder como o exercício da liderança pode contribuir para a eficácia organizacional e para a gestão de pessoas em cenários de mudança. A metodologia utilizada baseia-se em uma revisão de literatura, com levantamento de autores clássicos e contemporâneos da área de administração, psicologia organizacional e comportamento humano. Foram analisados conceitos, modelos teóricos e práticas de liderança, permitindo a construção de uma visão integrada sobre o tema e suas aplicações nas organizações. Os principais resultados indicam que a liderança eficaz está diretamente ligada à capacidade do líder de influenciar positivamente sua equipe, promovendo um ambiente colaborativo, ético e inovador. Destacam-se ainda as teorias da liderança situacional e transformacional como fundamentais para o contexto atual, em que se exige flexibilidade, empatia e visão estratégica. Além disso, a diferenciação entre líder e gerente é enfatizada, e apesar do valor do gerenciamento nas empresas, dentro da visão e situação atual das organizações, há maior necessidade de liderança do que gerenciamento (BOTELHO, 1992). Dessa forma, conclui-se que a liderança, quando bem exercida, é um diferencial competitivo para as organizações. De acordo com Bennis (1996), a atuação do líder é essencial para que as organizações sejam eficazes, enfrentem com mais preparo as constantes mudanças do ambiente e preservem sua integridade institucional. Sua atuação vai além da administração de tarefas, envolvendo a construção de vínculos de confiança, o desenvolvimento de talentos e a condução de processos de mudança. O estudo reforça a necessidade de líderes multifuncionais, visionários e preparados para lidar com a complexidade organizacional, contribuindo para a formação de ambientes mais humanos, produtivos e sustentáveis.

Palavras-chave: Liderança. Organizações. Gestão. Líder. Mudança

Referências

BENNIS, Warren. **A formação do líder**. Tradução de Marcelo Levy. São Paulo: Atlas, 1996.

BOTELHO, Eduardo F. **Administração inteligente**: a revolução administrativa. São Paulo: Atlas, 1992.

KOTTER, John P. **Afinal, o que fazem os líderes**: a Nova Face do Poder e da Estratégia. Tradução de Leading Change. São Paulo: Campus, 2000.

A IMPORTÂNCIA DE UM LÍDER NA GESTÃO DE EQUIPES

José Tiago Rodrigues de Oliveira
Graduando em Administração pelo Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA
jose.44555@unifaema.edu.br
Evertom Maker de Paula Souza
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA
evertom.maker@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração e Docente pelo Centro Universitário FAEMA-UNIFAEMA
alisson.silva@unifaema.edu.br

A presente pesquisa evidencia o papel essencial do líder, que tem a função de inspirar, motivar e guiar a equipe em direção a objetivos comuns, promovendo um ambiente saudável e produtivo. A atuação do líder pode ser decisiva para o sucesso ou fracasso de uma organização. Segundo Arruda, Chrisóstomo e Rios (2010), o líder eficaz é aquele que conduz sua equipe com base em objetivos claros, estimulando a integração e o desempenho coletivo. O objetivo desta pesquisa é refletir sobre a importância do líder na organização, por meio de uma revisão bibliográfica, relacionando diferentes abordagens teóricas. Busca-se compreender como a liderança influencia o desempenho da equipe, considerando que a pesquisa possui um caráter exploratório. Ivan e Terra (2017) ressaltam que a liderança afeta diretamente a dinâmica organizacional, interferindo nas relações interpessoais e nos resultados alcançados. Para obter bons resultados, é essencial que o líder conheça não apenas a organização, mas também os membros da equipe. Isso permite aplicar métodos de avaliação que considerem o desempenho individual e coletivo, além da própria atuação do gestor. De acordo com Coelho e Sousa (2021), equipes de alta performance são construídas por líderes que sabem identificar talentos, delegar tarefas e manter a motivação.Atualmente, o papel do líder exige flexibilidade e criatividade para lidar com as constantes mudanças do mercado. A capacidade de escutar, promover trocas de ideias e engajar a equipe é cada vez mais valorizada. Para formar uma equipe de alto desempenho, é necessário que o líder dê propósito e direção, conduzindo os colaboradores ao crescimento e à evolução. Como reforçam Coelho e Sousa (2021), a liderança deve ser orientada por confiança, cooperação e visão estratégica. Nesse contexto, o líder torna-se peça-chave na construção de uma equipe eficiente, sendo responsável por delegar, gerir e motivar com autenticidade. Além disso, deve buscar constantemente a inovação, demonstrando habilidades que criem impacto positivo e fortaleçam vínculos de confiança. Quando a equipe confia em sua liderança, a obediência surge de forma espontânea, contribuindo para o alcance dos objetivos organizacionais.

Palavras-chave: Liderança. Gestão de equipes. Desempenho organizacional. Motivação.

Referências

ARRUDA, A. M. F.; CHRISÓSTOMO, Evangelina; RIOS, Sárvia Silvana. A importância da liderança nas organizações. **Revista Razão Contábil & Finanças**, v.

1, n. 1, p. 1-15, 2010.

COELHO, Francisco das Chagas Araújo; SOUSA, Ronny Batista de. **Equipes de alta performance e o papel do líder para sua construção e desenvolvimento**. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 3, p. e42310313216, 2021. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd- v10i3.13216.

IVAN, Michele Vilela; TERRA, Leonardo Augusto Amaral. **A influência da liderança na dinâmica organizacional**. Caderno Profissional de Administração da UNIMEP, v. 7, n. 1, p. 137-159, 2017.

A IMPORTÂNCIA DO FEEDBACK NAS ORGANIZAÇÕES

Evertom Maker de Paula Souza
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA
evertom.maker@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração e Docente pelo Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA
alisson.silva@unifaema.edu.br

Este artigo discute a relevância do feedback como ferramenta estratégica na gestão de pessoas dentro das organizações. A prática do feedback eficiente contribui significativamente para o desenvolvimento profissional, fortalecimento das equipes e melhoria dos resultados organizacionais. Diante da competitividade e das constantes mudanças no ambiente corporativo, oferecer retorno estruturado sobre o desempenho dos colaboradores tornou-se essencial para alinhar expectativas, corrigir falhas e estimular o aprimoramento contínuo. A pesquisa teve como objetivo compreender como o feedback pode contribuir para um ambiente organizacional mais produtivo e saudável, e de que maneira sua aplicação impacta diretamente a motivação, o engajamento e o desempenho dos profissionais. Para isso, foram utilizados métodos qualitativos por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental e estudo de caso, com base na obra *Nos bastidores da Disney*, de Tom Connellan (2002), que apresenta o feedback como uma prática estratégica para motivação e excelência no atendimento. Segundo Connellan (2002), a ausência de feedback pode ser tão prejudicial quanto um retorno negativo, pois gera insegurança e desorientação nos colaboradores. A análise mostrou que o feedback bem aplicado fortalece a comunicação entre líderes e liderados, melhora a confiança interna e contribui para a criação de um ambiente organizacional mais colaborativo. Foram explorados diferentes tipos de feedback, como o tradicional (vertical, entre chefia e subordinado) e o modelo 360°, que envolve múltiplas fontes de avaliação. A Disney é citada como exemplo de organização que utiliza o feedback de maneira estruturada, destacando práticas como elogios públicos, prêmios e reconhecimentos simbólicos aos funcionários. Essas ações, quando alinhadas à cultura da empresa, promovem maior engajamento e comprometimento das equipes. O artigo também destaca a necessidade de cautela na oferta de feedback negativo. Costa et al. (2009) defendem que ele deve ser imparcial, específico, oportuno e aplicável, além de apresentado com clareza e respeito. A negligência quanto ao feedback pode gerar desmotivação, conflitos e queda de desempenho. Como apontam Montana e Charnov (2000), o reconhecimento e a valorização dos colaboradores são essenciais para mantê-los motivados e comprometidos com os objetivos organizacionais. Conclui-se que o feedback, quando utilizado de forma contínua, ética e estratégica, é uma ferramenta poderosa para o crescimento organizacional. Ele contribui para a melhoria das relações de trabalho, favorece o desenvolvimento individual e fortalece a cultura corporativa. A experiência da Disney demonstra que o feedback é mais do que uma simples correção: trata-se de um recurso de gestão que impacta diretamente a qualidade do ambiente de trabalho e a satisfação dos clientes. Por isso, construir uma cultura de feedback construtivo é indispensável para organizações que buscam equipes de alto desempenho e resultados sustentáveis.

Palavras-chave: Feedback. Comunicação. Gestão de Pessoas. Cultura Organizacional. Reconhecimento.

Referências

CONNELLAN, Tom. **Nos bastidores da Disney**. Editora Futura, São Paulo, 2002.

CONSONI, Bianca. **A importância do feedback**. Fema. Assis, 2010.

COSTA, Maria Eugenia Belezak; JUNIOR, Luiz Carlos Beeker; REIS, Ana Maria Viegas.

MONTANA, Patrick J. CHAMOV; Bruce H. **Administração**: m Modo Fácil de Dominar os Conceitos Básicos. São Paulo, Editora Saraiva, 2000.

TONET, Helena. **Desenvolvimento de Equipes**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

A IMPRESCRITIBILIDADE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA DE REPARAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS: ANÁLISE À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Gabriel Santos Dalla Costa
Especialista em Direito Público, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: gabriel.santos@unifaema.edu.br
Izani Rella dos Santos
Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: izani.55217@unifaema.edu.br
Sheliane Santos Soares do Nascimento
Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Especialista em Direito ambiental, Centro Universitário FAEMA, e-mail: sheliane.santos@unifaema.edu.br.

A imprescritibilidade da pretensão executória de reparação de danos ambientais, ainda que a indenização seja convertida em perdas e danos, é um instituto jurídico urgente e relevante que fundamenta-se no direito fundamental e indisponível ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, demandando uma análise do entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal. O objetivo geral desta pesquisa será analisar o entendimento da Suprema Corte e a aplicabilidade e limitações do Tema de repercussão geral nº 1.194, que reconheceu a imprescritibilidade da execução reparatória ou ressarcitória civil de danos ambientais (Brasil, 2025). Para tanto, como objetivos específicos tem-se: definir a prescrição executória no ordenamento jurídico brasileiro; analisar a evolução do entendimento jurisprudencial do STF acerca da imprescritibilidade na esfera ambiental, levando em consideração o conflito entre segurança jurídica e proteção ambiental; explorar as implicações jurídicas e limitações da aplicação da imprescritibilidade executória dos danos ambientais, fazendo um estudo comparativo com o Tema n° 999 do STF. Mister destacar que os danos costumam ter efeitos prolongados e irreversíveis e extrapolam a esfera individual, integrando o interesse público. Consoante Zanin (2025), a execução ou a conversão da obrigação em perdas e danos não retira a natureza transindividual, transgeracional e indisponível do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado, submetendo a responsabilidade civil ambiental a um regime jurídico próprio, que afasta a prescrição. Diante do exposto, surge a necessidade de promover uma alteração legislativa na Política Nacional do Meio Ambiente (lei n° 6.938/1981), a fim de constar expressamente o instituto da imprescritibilidade da pretensão punitiva e executória dos danos ambientais, bem como regulamentar a sua incidência, facilitando a sua aplicação nos casos concretos (Tognon, 2015). Quanto à metodologia, foi adotada uma abordagem descritiva, para abordar a problemática de maneira detalhada; bibliográfica, com base na análise de artigos científicos, jurisprudência e legislação vigente no ordenamento jurídico pátrio; hipotética- dedutiva, a fim de identificar os problemas e propor a solução. Os resultados da pesquisa demonstraram que a jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal tem caminhado no sentido de reconhecer a imprescritibilidade da pretensão executória relacionada aos

danos ambientais, inclusive nos casos de conversão da obrigação em perdas e danos. A análise do Tema 1.194 evidenciou um avanço na proteção ambiental, embora ainda haja incertezas quanto aos limites e à aplicabilidade prática dessa tese, especialmente quando confrontada com o princípio da segurança jurídica (Brasil, 2025). O confronto com o Tema 999 revelou diferenças relevantes entre a execução de danos ambientais e a pretensão reparatória do Estado por danos ao erário, destacando a necessidade de um tratamento normativo específico para a tutela ambiental (Brasil, 2020). Conclui-se, portanto, que o reconhecimento da imprescritibilidade da execução por danos ambientais representa um importante instrumento de tutela ambiental, coerente com o caráter transindividual e indisponível do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Assim, recomenda-se a atualização legislativa da Política Nacional do Meio Ambiente, visando assegurar maior clareza e efetividade na responsabilização dos causadores de danos ambientais, em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da função socioambiental da propriedade e da solidariedade intergeracional.

Palavras-chave: Degradação ambiental. Jurisprudência. Meio Ambiente. Suprema Corte.

Referências

BRASIL. **Advocacia-Geral da União**. Maioria no STF decide que reparação por crime ambiental é imprescritível. Publicado em 27/03/2025. Disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/maioria-no-stf-decide-que-reparacao-por-crime-ambiental-e-imprescritivel. Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Tema 1194 - Prescritibilidade de título executivo decorrente de condenação por dano ambiental posteriormente convertida em perdas e danos.** Julgamento Virtual em 28 de março de 2025. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=6282302&numeroProcesso=1352872&classeProcesso=ARE&numeroTema=1194. Acesso em: 05 abr. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso extraordinário n. 654833**. Tema n. 999. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Data da tese: 20.4.2020. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=15119382#:~:text=Trata%2Dse%20de%20Recurso%20Extraordin%C3%A1rio,Messias%20Cameli%2C%20Marmud%20Cameli%20Cia. Acesso em: 05 abr. 2025.

TOGNON, André Luiz Esteves. Prescrição da pretensão executória do termo de ajustamento de conduta ambiental e da sua multa. **Revista da Escola Superior da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo.**, v. 6, n. 1, p. 116-138, 2015. Disponível em: https://revistas.pge.sp.gov.br/index.php/revistaespgesp/article/view/416. Acesso em: 6 abr. 2025.

ZANIN, Cristiano. Voto no **Recurso Extraordinário** n. 1.352.872, de 31 mar. 2025. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: https://www.conjur.com.br/wp-content/uploads/2025/03/voto-Zanin-prescricao-execucao-condenacao-reparacao-dano-ambiental-indenizacao.pdf. Acesso em: 5 abr. 2025.

A INFLUÊNCIA DA LIDERANÇA NOS INDICADORES DE DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

Mauriany Sandra Maximo Copercini
Graduando em Administração, pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
mauriany.63279@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
alisson.silva@unifaema.edu.br.

A liderança exerce um papel essencial na dinâmica organizacional, influenciando diretamente o comportamento, o engajamento e os resultados das equipes. Em um cenário corporativo competitivo e marcado por constantes transformações, torna-se indispensável compreender os impactos da liderança nos indicadores de desempenho organizacional. Este estudo tem como objetivo analisar a influência de diferentes estilos de liderança sobre o desempenho das equipes, com ênfase nos efeitos da liderança transformacional, da confiança mútua e da motivação. A metodologia utilizada baseou-se em uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica de três estudos publicados entre 2018 e 2023, disponíveis em plataformas científicas e acadêmicas. Os estudos analisados — Fraga (2018), Ramos e Gaspar (2018) e Multivix (2023) — convergem ao demonstrar que líderes que praticam a escuta ativa, demonstram empatia, oferecem apoio individual e constroem um ambiente de confiança conseguem potencializar a colaboração e o alinhamento das equipes com os valores e objetivos organizacionais. A liderança transformacional, em particular, destaca-se como um estilo que transcende a simples cobrança de metas, promovendo inspiração e propósito entre os colaboradores. A confiança entre líderes e liderados também se revelou como um fator determinante para a manutenção do engajamento, da produtividade e da inovação. Os estudos evidenciam que ambientes onde há abertura para trocas construtivas, apoio mútuo e reconhecimento geram resultados superiores nos indicadores organizacionais. Além disso, os textos analisados apontam que, em períodos de crise ou transição, como no contexto pós-pandêmico, a liderança baseada em sensibilidade, inteligência emocional e suporte é ainda mais crucial. Isso reforça a importância de desenvolver habilidades interpessoais nos gestores, indo além da competência técnica tradicional. Conclui-se que a liderança é um dos principais pilares do desempenho organizacional, e que sua atuação deve ser alinhada a princípios de confiança, desenvolvimento humano e visão estratégica. Investir em líderes preparados emocionalmente, capazes de inspirar e apoiar suas equipes, torna- se essencial para a construção de ambientes saudáveis e de organizações sustentáveis e eficazes.

Palavras-chave: Liderança. Desempenho. Confiança. Motivação. Equipes.

Referências

FRAGA, Teresa. **O impacto da liderança na performance organizacional**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão de Empresas) – Instituto Superior de Contabilidade e

Administração de Coimbra, Coimbra, 2018. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/27830. Acesso em: 04 abr. 2024.

MULTIVIX. **A influência da liderança no desempenho da equipe**. 2023. Disponível em: https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2023/04/gestao-de-pessoas-a-influencia-da-lideranca-no-desempenho-da-equipe.pdf. Acesso em: 04 abr. 2024.

RAMOS, Suellen Gomes; GASPAR, André Luiz. **Liderança, confiança e desempenho organizacional percebido**. 2018. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/144020297.pdf. Acesso em: 04 abr. 2024.

A INFLUÊNCIA DO LIDER NA FORMAÇÃO DE EQUIPE DE ALTA PERFORMANCE

Isabela Da Silva Oliveira
Graduando em Administração pelo Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA
isabela.60894@unifaema.edu.br
Evertom Maker de Paula Souza
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA
evertom.maker@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração e Docente pelo Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA
alisson.silva@unifaema.edu.br

A liderança é compreendida como a capacidade de orientar pessoas, conquistando a confiança dos liderados e influenciando de maneira positiva seus comportamentos e atitudes. Um estilo de liderança pautado pelo respeito contribui para a construção de um ambiente organizacional seguro e colaborativo, aumentando a satisfação no trabalho. O sucesso de uma equipe está diretamente relacionado à atuação do gestor, que deve ser um exemplo e fonte de inspiração. Como destaca Chiavenato (2014), o líder é responsável não apenas por coordenar, mas também por desenvolver e engajar sua equipe. Este estudo tem como objetivo compreender os conceitos relacionados às equipes de alta performance, com foco no papel do líder na gestão e avaliação do desempenho coletivo. Também se busca analisar quais práticas de liderança contribuem para a formação de equipes de alto rendimento e quais características estão mais associadas à eficácia no ambiente organizacional. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica, com base em livros e artigos científicos sobre liderança e gestão de equipes. Foram selecionados materiais relevantes considerando autor, ano e periódico, com o intuito de identificar e reunir informações que ajudassem a entender como o líder pode influenciar positivamente a equipe. Equipes de alta performance se destacam por alcançar resultados excepcionais, superar desafios e manter um padrão elevado de desempenho. Seus integrantes compartilham metas comuns, têm habilidades complementares e forte comprometimento com o grupo. As equipes podem ser classificadas em quatro níveis: pseudoequipe, equipe potencial, equipe real e equipe de alta performance, sendo esta última caracterizada pelo desenvolvimento contínuo e pelo envolvimento pessoal com o crescimento coletivo. Dutra (2016) ressalta que líderes que identificam e desenvolvem as competências dos seus liderados contribuem diretamente para esse amadurecimento. A análise demonstrou que a maturidade da equipe influencia significativamente o desempenho. Quanto maior o engajamento e a confiança entre os membros, maior a coesão e a eficácia do grupo. A liderança com empatia, escuta ativa e autoconsciência é essencial nesse processo. Para Robbins (2010), a comunicação eficaz é um dos pilares do sucesso das equipes, pois permite alinhamento, motivação e resolução de conflitos de forma construtiva. Conclui-se que o líder exerce papel central na formação de equipes de alta performance. Sua capacidade de adaptação, comunicação e apoio contínuo contribui para o desenvolvimento do grupo e para o alcance de metas organizacionais.

Palavras-chave: Liderança, Equipes de alta performance, Avaliação de desempenho, Comunicação, Gestão de pessoas.

Referências

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de pessoas**: modelos, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2016.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

A INJUSTIÇA AMBIENTAL ORIUNDA DO GARIMPO ILEGAL EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Jheimes Diordan Damaceno
Acadêmico de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: jheimes.65142@unifaema.edu.br
Isabelle Moraes de Lima
Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: isabelle.60366@unifaema.edu.br
Thalia Paes
Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: thalia.60755@unifaema.edu.br
Wanderson Vieira De Andrade
Especialista em Direito Previdenciário, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: wanderson.andrade@unifaema.edu.br

A preocupação com o meio ambiente se tornou cada vez mais urgente diante das marcas deixadas pela poluição e pelo uso descontrolado dos recursos naturais. O que antes era visto como um problema local passou a ser uma questão global, com impactos que afetam especialmente os mais vulneráveis. Entre eles, os povos indígenas carregam não só as consequências ambientais, mas também o peso histórico da exclusão e do preconceito. Apesar das conquistas trazidas pela Constituição de 1988, que reconheceu seus direitos e modos de vida, a luta por respeito e justiça ainda é diária (Brasil, 1988). Proteger esses povos é também proteger a natureza e a diversidade que nos sustentam. Para tanto, o objetivo geral da pesquisa é analisar como a omissão estatal e o fortalecimento de organizações criminosas contribuem para a degradação ambiental e para a violação de direitos fundamentais dos povos originários. O estudo teve como objetivos específicos: definir o antropoceno e a injustiça ambiental (Veiga, 2019, p. 28); analisar o panorama histórico-social dos povos indígenas no Brasil, desde a colonização até os dias de hoje; além disso, buscar medidas de mitigação ou eliminação dos danos socioambientais. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, com base na análise de livros e artigos científicos, bem como da legislação vigente no ordenamento jurídico pátrio. Essa estratégia permite uma compreensão ampla e crítica da realidade enfrentada pelas comunidades indígenas, contextualizando juridicamente os fenômenos abordados e destacando o descompasso entre legislação e prática estatal. Os resultados demonstram que a Amazônia Legal tem sido alvo constante de atividades predatórias impulsionadas por redes criminosas que exploram a ausência de fiscalização e a conivência de setores do poder público. Além disso, evidenciam-se os impactos diretos sobre os povos indígenas, como a contaminação de rios por mercúrio, a destruição de áreas sagradas e a ameaça à segurança física e cultural dessas populações (Arraes; Mariano; Simonassi, 2012, p. 124). Como discutido por diversos autores, esse cenário reflete uma estrutura de injustiça ambiental que se sobrepõe à já histórica marginalização dos povos indígenas (Peralta, 2014, p. 22). Na discussão, destaca-se que a ausência do Estado não se configura apenas como inércia, mas também como seletividade na ação pública, o que revela uma política institucional de negligência em relação às demandas ambientais e indígenas (Setzer *et al.*, 2019, p. 216-217). Nesse contexto, o avanço de

organizações criminosas em áreas de floresta representa um fenômeno de "colonização violenta", que impõe novas formas de dominação e exploração. As considerações finais apontam para a necessidade urgente de repensar o papel do Estado na proteção ambiental e na garantia dos direitos dos povos indígenas. Para isso, é fundamental o fortalecimento de políticas públicas específicas, o respeito à autonomia dos povos originários e o combate efetivo às redes criminosas que atuam na Amazônia. Reconhecer os povos indígenas como protagonistas da conservação ambiental é essencial para enfrentar a crise socioambiental que afeta a região.

Palavras-chave: Amazônia. Ameaça. Danos socioambientais. Mercúrio. Povos originários.

Referências

ARRAES, R. A.; MARIANO, F. Z.; SIMONASSI, A. G. Causas do desmatamento no Brasil e seu ordenamento no contexto mundial. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, v. 50, n. 1, jan/mar. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 abr. 2025.

PERALTA, Carlos Eduardo (org.). **Direito e justiça ambiental**: diálogos interdisciplinares sobre a crise ecológica. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.

SETZER, Joana *et al*. **Litigânica Climática**: novas fronteiras para o direito ambiental no brasil. São Paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2019.

VEIGA, José Eli da. **O Antropoceno e a Ciência do Sistema Terra**. São Paulo: Editora 34, 2019.

A LITIGÂNCIA CLIMÁTICA COMO FERRAMENTA DE DEFESA DOS REFUGIADOS AMBIENTAIS NO SISTEMA JURÍDICO CONTEMPORÂNEO

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Anna Luísa Pedroso e Coimbra
Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: anna.64726@unifaema.edu.br
Ester Rebeca Soares
Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: ester.64232@unifaema.edu.br
Ezequiel Siqueira da Cunha
Acadêmico de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: ezequiel.17144@unifaema.edu.br
Marineide Pereira de Abreu
Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: marineide.23276@unifaema.edu.br

As mudanças climáticas configuram uma das maiores ameaças contemporâneas aos direitos fundamentais, ao comprometerem diretamente a vida, a dignidade e o mínimo existencial de milhões de pessoas em todo o mundo. Dentre os impactos mais graves está o deslocamento forçado de populações devido a eventos extremos como desertificação, inundações, elevação do nível do mar e secas prolongadas — fenômeno que tem originado os chamados *refugiados climáticos* ou *eco-migrantes* (Sterinman *et al*., 2011, p. 1-7). A ausência de normativas jurídicas específicas que reconheçam e protejam essas populações evidencia uma lacuna normativa no sistema internacional e interno de proteção aos direitos humanos. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os efeitos jurídicos da ausência de proteção normativa aos refugiados climáticos, bem como propor fundamentos jurídicos capazes de assegurar sua dignidade e o mínimo existencial. Os objetivos específicos consistem em: i) compreender a correlação entre migração ambiental e desenvolvimento sustentável; ii) examinar os impactos das mudanças climáticas nos direitos humanos fundamentais; e iii) avaliar a litigância climática como instrumento de efetivação de direitos (Setzer *et al*., 2019, p. 216-217). Adota-se a metodologia qualitativa e descritiva, com base em revisão bibliográfica e documental, utilizando-se de fontes doutrinárias e artigos científicos obtidos em bases como Scielo e Google Acadêmico. Os resultados demonstram que mais de 287 milhões de pessoas que vivem em áreas litorâneas poderão ser deslocadas nas próximas décadas (Kirezci *et al*., 2020). A legislação internacional ainda não reconhece a figura jurídica do refugiado climático nos moldes da Convenção de 1951, o que contribui para a desproteção dessas populações (Contippelli; Menezes; Giordani, 2020, p. 11). Além disso, políticas públicas nacionais mostram-se insuficientes ou inexistentes, especialmente em países do Sul Global. Ademais, evidencia-se a necessidade de inserção dos refugiados ambientais na agenda jurídica e política dos Estados, tendo como fundamento o princípio da dignidade da pessoa humana e a vedação ao retrocesso ambiental. A litigância climática surge, nesse cenário, como ferramenta de justiciabilidade dos direitos ambientais e humanos, forçando a atuação do Estado em face da omissão normativa e administrativa (Squeff, 2019). Por último, reafirma-se que a proteção dos eco-migrantes demanda o reconhecimento jurídico de sua condição e a construção de mecanismos legais que garantam a efetivação de seus

direitos fundamentais. O Acordo de Paris (2015), ao prever a centralidade da dignidade humana nas ações climáticas, impõe aos Estados o dever jurídico de implementar políticas públicas que contemplem essa nova categoria de vulnerabilidade social e ambiental.

Palavras-chave: Eco-migrantes. Dignidade humana. Judiciário. Mudanças climáticas.

Referências

CONFERÊNCIA DAS PARTES [COP]. **Acordo de Paris**. 21ª. Conferência das Partes [COP21]. Paris, 30 de nov. a 11 de dez. de 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/acordodeparis/. Acesso em: 05 abr. 2025.

CONTIPELLI, Ernani; MENEZES, Daniel Francisco Nagao; GIORDANI, Thaís. Novos debates sobre as migrações climáticas e sua regulação internacional. **Direito e Desenvolvimento**, v. 11, n. 1, p. 215-227, 2020. Disponível em: https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/1093. Acesso em: 05 abr. 2025.

KIREZCI, Ebru *et al*. *Projections of global-scale extreme sea levels and resulting episodic coastal flooding over the 21st Century*. ***Scientific reports***, v. 10, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em: https://www.nature.com/articles/s41598-020-67736-6. Acesso em: 05 abr. 2025.

SQUEFF, Tatiana Cardoso. Superando a colonialidade do saber no direito internacional: o exemplo dos refugiados ambientais. **Revista direito das políticas públicas**, v. 1, n. 1, p. 67-80, 2019. Disponível em: http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/34q12098/qmjz11a6/RN54911cxAG42S75.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.

STEINMAN, Milton *et al*. Terremoto no Haiti: uma experiência multiprofissional**. Einstein** (São Paulo), v. 9, p. 1-7, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eins/a/KkBDbDd4Sjgv4L6wwnfTQSq/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.

SETZER, Joana *et al*. **Litigânica Climática**: novas fronteiras para o direito ambiental no brasil. São Paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2019.

A SEGUIMENTAÇÃO DO DIREITO FORENSE: A IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO DA PSICOLOGIA FORENSE NO TRIBUNAL DO JÚRI PERANTE A ANÁLISE DA LINGUAGEM CORPORAL DO RÉU

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Júlia Vitória Roratto Viecili
Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: julia.45502@unifaema.edu.br
Rubens Darolt Júnior
Especialista em Direito e Processo Tributário, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: rubens.darolt@unifaema.edu.br

O instituto do Tribunal do Júri, analisado conjuntamente com seus aspectos intrínsecos e extrínsecos de sua garantia fundamental perante a integridade moral do réu, nada mais é do que um julgamento onde propendera a soberania popular, diante do equilibro em busca da ordem social. O que aparenta ser uma prática processual penal simples, só é vista com a devida seriedade no momento em que se compreende o que de fato está em jogo em seu decorrer, com impactos que afetam intensamente a vida dos que dele dependem. Dentre os direitos em que estão em discussão, os principais são o direito à vida e a liberdade, os quais são defendidos pela Carta Magna (Brasil, 1988), onde, em casos em que esses não são respeitados, entende-se que as penas devem ser duramente aplicadas, isto é, quanto mais valorizado um bem violado, exclui-se a possibilidade de reparação de outras naturezas (Schritzmeyer, 2012). Assim, o objetivo geral da pesquisa é demonstrar como a análise da linguagem corporal do réu pode demonstrar o real caráter de culpa pelo crime cometido. Além disso, como objetivos específicos, almeja-se: definir a linguagem corporal e como funciona na aplicação prática; analisar como a psicologia forense e o direito penal a comportam; além disso, buscar formas de aplicação dessa psicologia analítica para o contexto real do Tribunal do Júri, buscando aplicar a pena corretamente aos que realmente a merecem. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, com base na análise de livros e artigos científicos, bem como da legislação vigente no ordenamento jurídico pátrio, além da descritiva e hipotética, detalhando as características desta temática, buscando formas de aplicação ao contexto social. Essa estratégia permite uma compreensão ampla da realidade enfrentada pelos julgados no Tribunal do Júri, contextualizando juridicamente os fenômenos abordados e destacando o descompasso entre a aplicação objetiva da lei e o real contexto fático dos casos. A aplicação de técnicas mais aprimoradas, em julgamentos de alta complexidade, demonstram maior resguardo na aplicação efetiva da lei, a qual tem por prioridade o respeito aos direitos primordiais protegidos pela Constituição, visto que também são os mesmos em discussão, em busca de não condenar um homem inocente (Del Alamo; Servo, 2023). Sabe-se que, durante a interação entre os seres vivos é perfeitamente possível, com base em observações criteriosas, identificar sinais corporais positivos ou negativos para que possa acrescentar ou modificar sua mensagem (Doroteu; Moura, 2017). Ademais, a expressão corporal transmite informações de maneira conjunta com as palavras, enquanto se escolhe quais palavras usar ou quando se é exposto a situações de alta carga cognitiva, o nosso corpo já emitiu uma expressão emocional que pode ou não estar de acordo com o que falamos (Santos, 2021). Logo, as considerações finais apontam

para a necessidade de repensar a atuação Estatal na proteção dos direitos fundamentais Constitucionais, reconhecendo a necessidade da aplicação de abordagens mais aprofundadas de análise dos réus, a fim de identificar se o que ele explana com seu comportamento condiz com o que lhe está sendo imputado.

Palavras-chave: Análise Comportamental. Culpa. Crime. Júri Popular.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 abr. 2025.

DEL ALAMO, Nayara Bueno; SERVO, Marina Calanco. Programação neurolinguística e linguagem corporal aplicados no tribunal do júri: o uso de elementos extrajurídicos para sugestionar os jurados. **Revista Unifev- Ciência & Tecnologia**, v. 3, n. 2, p. 95-122, 2023. Disponível em: https://periodicos.unifev.edu.br/index.php/revistaunifev/article/view/1911. Acesso em: 06 abr. 2025.

DOROTEU, Leandro Rodrigues; MOURA, Carlos Vinícius Branco de. O aperfeiçoamento da defesa no plenário do Tribunal do Júri pela aplicabilidade de estratégias persuasivas utilizando a linguagem não verbal. **Projeção, Direito e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 123-133, 2017. Disponível em: https://projecaociencia.com.br/index.php/Projecao2/article/view/839/757. Acesso em: 06 abr. 2025.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. **Jogo, ritual e teatro:** um estudo antropológico do Tribunal do Júri. Terceiro Nome, 2012.

SANTOS, Vitor. **Linguagem corporal:** guia prático para analisar e interpretar pessoas. 1ª ed. São Paulo: Editora Fontanar, 2022.

A TRIBUTAÇÃO DE ATIVOS VIRTUAIS NO METAVERSO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Bruno Neves da Silva
Especialista em Direito Público, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: bruno.silva@unifaema.edu.br
Juarez Januario Martins
Acadêmico de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: juarez.49350@unifaema.edu.br
Everton Balbo dos Santos
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: everton.balbo@unifaema.edu.br
Wanderson Vieira de Andrade
Especialista em Direito Previdenciário, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: wanderson.andrade@unifaema.edu.br

A transformação digital tem redefinido as estruturas econômicas e jurídicas em escala global, promovendo o surgimento de novos modelos de interação, produção e circulação de riquezas. Nesse contexto, o Metaverso se destaca como um ambiente digital imersivo, descentralizado e interativo, no qual indivíduos realizam transações com ativos virtuais que possuem valor econômico real, como criptomoedas, *tokens* não fungíveis e demais representações digitais de valor. Embora essas inovações tragam oportunidades significativas, também geram complexos desafios jurídicos, especialmente no campo do Direito Tributário (Moura; Trevisanuto, 2022). Cumpre ressaltar que, a ausência de uma regulamentação tributária específica no Brasil para esses ativos suscita dúvidas quanto à sua natureza jurídica, à competência tributária incidente e aos mecanismos de fiscalização aplicáveis, o que pode comprometer a arrecadação estatal e a justiça fiscal (Ferrarezi, 2020). Neste interím, o objetivo geral deste trabalho é analisar os desafios e as perspectivas da tributação de ativos virtuais no Metaverso sob a ótica do Direito Tributário brasileiro. Como objetivos específicos, busca-se: compreender os principais conceitos relacionados ao Metaverso e aos ativos virtuais; examinar a natureza jurídica desses ativos conforme a legislação tributária vigente; identificar as formas possíveis de incidência tributária nas transações digitais; avaliar os limites e possibilidades da atuação do Fisco na fiscalização dessas operações; e, por fim, propor soluções normativas e interpretativas que possam auxiliar no enquadramento adequado dessas novas formas de riqueza digital. A metodologia adotada é de natureza descritiva, com abordagem hipotético-dedutiva, sustentada por pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisadas doutrinas especializadas, legislações e artigos científicos, com o fito de estabelecer uma base teórica sólida para compreensão e enfrentamento das questões propostas. Os resultados apontam para uma lacuna significativa na legislação tributária brasileira em relação aos ativos digitais. A indefinição sobre sua natureza jurídica dificulta a aplicação de tributos tradicionais, como o Imposto de Renda, o ISS ou o ICMS, além de limitar a capacidade do Fisco de fiscalizar operações realizadas em ambientes digitais e descentralizados (Sabbag, 2021). Apesar de avanços pontuais, como a Instrução

Normativa RFB nº 1.888/2019, ainda há um vácuo normativo que favorece a evasão fiscal e compromete os princípios constitucionais da legalidade, isonomia e capacidade contributiva (Machado, 2020). Considera-se, portanto, urgente a atualização do ordenamento tributário brasileiro para que ele acompanhe a realidade da economia digital. A construção de soluções normativas claras e a promoção de interpretações adequadas às novas formas de riqueza são fundamentais para garantir segurança jurídica, justiça fiscal e a efetiva arrecadação. O debate sobre a tributação no Metaverso não se limita ao campo técnico: trata-se de uma questão estratégica para o futuro do sistema tributário nacional.

Palavras-chave: Ambiente virtual. Criptomoedas. Fiscalização. Segurança jurídica. Tributos.

Referências

BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 1888, de 03 de maio de 2019**. Institui e disciplina a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações realizadas com criptoativos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). Publicado no DOU de 07/05/2019, seção 1, página 14. Disponível em: http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=100592. Acesso em: 06 abr. 2025.

FERRAREZI, Renata Soares Leal. O caminho das pedras para a tributação dos criptoativos. **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, v. 142, p. 243-260, 2020. Disponível em: https://rtrib.abdt.org.br/index.php/rtfp/article/view/204. Acesso em: 06 abr. 2025.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

MOURA, Caio Vinícius; TREVISANUTO, Tatiene Martins Coelho. Regulamentação e tributação de criptoativos. **Revista JurisFIB**, v. 13, n. 13, 2022. Disponível em: https://revistasfib.emnuvens.com.br/jurisfib/article/view/620. Acesso em: 06 abr. 2025.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

ELES SENTEM, LOGO EXISTEM: A LUTA POR DIGNIDADE ANIMAL NO DIREITO BRASILEIRO

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Bruno Neves da Silva
Especialista em Direito Público, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: bruno.silva@unifaema.edu.br
Stéphanie Ayres de Jongh
Mestra em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: stephanie.ayres@unifaema.edu.br
Gabriel Santos Dalla Costa
Especialista em Direito Público, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: gabriel.santos@unifaema.edu.br
Maíra Pelegrino Carneiro
Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: maira.56142@unifaema.edu.br

Por muito tempo, os animais não humanos foram tratados pelo Direito Civil brasileiro como meros objetos, encaixados na categoria de bens móveis, sujeitos à posse e propriedade (Brasil, 2002). Essa visão ignora avanços significativos no campo da ciência e da filosofia, que já reconhecem os animais como seres sencientes, ou seja, capazes de sentir dor, prazer, medo e afeto (Feijó, 2005, p. 130). Diante dessas transformações, este estudo busca refletir sobre a necessidade da aprovação da reforma no Código Civil de 2002, para que reconheça a dignidade dos animais e os enxergue não mais como coisas, mas como seres portadores de direitos. A pesquisa tem como objetivo geral analisar a proposta de revisão do Código Civil brasileiro no que diz respeito à natureza jurídica dos animais, defendendo a adoção de uma visão mais ética e biocêntrica. Como objetivos específicos, pretende discutir as bases filosóficas e jurídicas que justificam o reconhecimento da dignidade animal, examinar propostas legislativas recentes e suas críticas, comparar experiências internacionais que já adotam o princípio da senciência e, por fim, sugerir caminhos mais adequados para garantir uma proteção jurídica mais justa e eficaz (Gramstrup; Armando, 2024, p. 22). A questão central do estudo gira em torno do conflito entre duas visões: de um lado, a concepção antropocêntrica, que ainda trata os animais como recursos a serviço do ser humano; de outro, a perspectiva ecocêntrica, que entende os animais como seres que merecem respeito e consideração por si mesmos (Sarlet; Fensterseifer, 2019, p. 124). Essa discussão se torna ainda mais urgente diante de mudanças culturais, pressões sociais e decisões judiciais que mostram que a sociedade brasileira está pronta — e exigindo — um novo olhar sobre os direitos animais (Oliveira, 2021, p. 85). A justificativa desta pesquisa está no reconhecimento de que os animais não podem mais ser ignorados ou reduzidos a simples objetos de proteção eventual. A sensibilidade deles, aliada ao nosso dever de preservar um meio ambiente equilibrado, exige mudanças reais nas leis que nos regem. Mais do que uma demanda legal, trata-se de uma questão ética e civilizatória. Dentre as hipóteses, nota-se: a de que a classificação atual dos animais como bens é incompatível com o reconhecimento de sua senciência e

dignidade; a de que a reforma em discussão, embora avance ao reconhecer os animais como “seres sencientes”, ainda os mantém presos a uma lógica de propriedade; e a de que apenas o reconhecimento dos animais como verdadeiros sujeitos de direitos pode romper com esse modelo ultrapassado. A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica e documental, utilizando o método dialético jurídico. Foram analisadas doutrinas, propostas legislativas e decisões judiciais recentes. Conclui-se que, embora a reforma do Código Civil represente um passo importante, ela ainda é tímida. O reconhecimento pleno dos animais como sujeitos de direitos exige coragem legislativa e sensibilidade ética. Somente assim o Brasil poderá caminhar rumo a uma justiça mais ampla, que inclua todos os seres capazes de sentir.

Palavras-chave: Código Civil. Ecocêntrico. Seres sencientes. Sujeitos de direitos.

Referências

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 04 abr. 2025.

FEIJÓ, Anamaria. **A utilização de animais na investigação e docência:** uma reflexão ética necessária. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GRAMSTRUP, Erik Frederico; ARMANDO, Catherine Fernanda dos Santos. O projeto de reforma do Código Civil, as expectativas sociais e a tutelados animais de companhia. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 19, n. 3, p. V062408-V062408, 2024.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ecológico**: Constituição, direitos fundamentais e proteção da natureza. 6 ed. rev., atul. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

OLIVEIRA, Vanessa Hasson de. **Direitos da Natureza.** 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

ENDOMARKETING E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA GERAÇÃO DE RESULTADOS

Evertom Maker de Paula Souza
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA
evertom.maker@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração e Docente pelo Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA
alisson.silva@unifaema.edu.br

A crescente competitividade no ambiente corporativo tem levado as organizações a reavaliarem suas estratégias, priorizando a valorização do público interno como elemento essencial para elevar a produtividade e o desempenho. Nesse contexto, o endomarketing surge como ferramenta estratégica voltada ao fortalecimento do engajamento dos colaboradores, ao alinhamento da cultura organizacional e à construção de um ambiente de trabalho mais motivador. Para Bekin (2004), o endomarketing envolve ações de marketing direcionadas ao público interno, com o objetivo de proporcionar satisfação aos colaboradores, refletindo diretamente na qualidade do atendimento ao cliente externo. A presente pesquisa analisa o endomarketing como instrumento de gestão, a partir da experiência da empresa Kenner, do setor calçadista, localizada em Campina Grande (PB). A pergunta norteadora foi: de que maneira o endomarketing pode contribuir para o engajamento dos funcionários e para a geração de resultados concretos, tanto na produtividade quanto na valorização da marca? A proposta foi compreender como ações comunicacionais e estratégias voltadas ao colaborador, quando alinhadas aos valores institucionais, impactam positivamente a dinâmica interna da organização. A metodologia foi qualitativa, com observação participativa das práticas adotadas pela empresa, tendo como foco a campanha "Da Fábrica ao Rock in Rio". Essa ação promoveu o reconhecimento simbólico dos colaboradores ao conectá-los à presença da marca em um dos maiores festivais musicais do país. A campanha envolveu diversos canais de comunicação interna, como murais, e-mails, falas de gestores e redes sociais corporativas, incentivando a participação ativa dos funcionários e sua identificação com a marca. Os resultados evidenciam que o endomarketing, quando aplicado de forma estratégica, promove engajamento e melhora o clima organizacional. A comunicação interna transparente e constante integra setores, reforça valores organizacionais e aumenta o comprometimento com os objetivos corporativos. Como destaca Lawler (1998), o segredo do engajamento está em convencer os colaboradores de que sua atuação é essencial para o sucesso da organização. Torquato (1986) também reforça que a comunicação eficiente é um poderoso recurso para o alcance de metas e aumento da eficácia empresarial. A experiência analisada demonstrou, ainda, aumento nas vendas internas e na visibilidade da marca, resultado da conexão emocional entre colaborador e produto final. A percepção de reconhecimento e valorização pessoal contribuiu para um ambiente mais colaborativo e alinhado à cultura da empresa. Assim, é possível concluir que o endomarketing, ao integrar comunicação, motivação e gestão de pessoas, contribui significativamente para o fortalecimento da identidade institucional e para a melhoria dos resultados organizacionais. Sua adoção fortalece a retenção de talentos, impulsiona a produtividade e promove uma cultura baseada na confiança, no reconhecimento e na participação coletiva.

Palavras-chave: Endomarketing. Comunicação interna. Cultura organizacional. Engajamento. Produtividade.

Referências

LAWLER III, E. **Estratégia Versus Funcionários**. HSM Management, São Paulo: HSM Cultura e Desenvolvimento, p. 12-15, set/out. 1998.

TORQUATO DO REGO, Francisco Gaudino. **Comunicação Empresarial Comunicação Institucional:** conceitos, estratégias, estruturas, planejamento e técnicas. São Paulo: Summus 1986.

BEKIN, Saul Faingaus. **Endomarketing como praticá-lo com sucesso.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

ERGONOMIA COGNITIVA E SUA RELAÇÃO COM O ENDOMARKETING: CONCEITOS E APLICAÇÕES NO MERCADO

Evertom Maker de Paula Souza
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA
evertom.maker@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração e Docente pelo Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA
alisson.silva@unifaema.edu.br

No cenário competitivo e dinâmico do mercado atual, as organizações precisam investir não apenas em tecnologia e processos, mas também na valorização do seu público interno. É discutida a importância da ergonomia cognitiva no ambiente de trabalho e sua relação direta com o endomarketing, destacando como ambas podem ser aplicadas para melhorar a qualidade de vida dos colaboradores e, consequentemente, os resultados da empresa. Kotler e Armstrong (1999) afirmam que as empresas do setor de serviços voltam sua atenção tanto para os colaboradores quanto para os clientes, reconhecendo que a rentabilidade da organização está diretamente ligada à satisfação de ambos. A ergonomia cognitiva, como um ramo da ergonomia, foca nos processos mentais envolvidos no desempenho do trabalho, como atenção, percepção, tomada de decisão e memória, e se mostra fundamental para o redesenho de tarefas e ambientes organizacionais. Ainda relacionado com marketing interno, Hemais e Silva (2005) afirma que ele deve atrair, desenvolver, motivar e reter os empregados qualificados com empregos- produtos que satisfaçam suas necessidades. O objetivo é demonstrar como os princípios da ergonomia cognitiva podem ser utilizados para otimizar processos dentro das empresas e, ao mesmo tempo, fortalecer o endomarketing — prática que visa engajar, motivar e reter talentos através da comunicação interna eficaz e da valorização do trabalhador. A metodologia baseia-se em revisão teórica e análise de conceitos aplicados ao ambiente corporativo, relacionando diferentes autores da área de gestão, marketing e psicologia do trabalho. É possível identificar na pesquisa que a aplicação integrada da ergonomia cognitiva com o endomarketing contribui para reduzir custos operacionais, melhorar o desempenho, fortalecer o senso de pertencimento e ampliar o bem-estar do colaborador. Segundo Miranda (2003), o endomarketing é uma ferramenta brasileira, desenvolvida a partir da demanda por uma estratégia que unisse os conceitos de marketing ao funcionamento interno das organizações, visando acompanhar as transformações tanto do ambiente interno quanto do mercado externo. Empresas que investem na qualidade das interações humanas, no ambiente físico e nas estratégias de comunicação interna conseguem alinhar seus objetivos organizacionais com as necessidades e capacidades de seus funcionários. O texto destaca ainda o papel da cultura organizacional como fator determinante para a aceitação e eficácia dessas práticas. Sendo assim, a junção da ergonomia cognitiva com o endomarketing promove não só melhorias técnicas nos processos de trabalho, mas também uma transformação na forma como as pessoas se relaciona com a organização. A valorização da mão de obra, o cuidado com a saúde mental e a estruturação de um ambiente mais colaborativo geram impactos positivos na produtividade e na sustentabilidade das empresas. Portanto, aplicar esses conceitos de forma estratégica é essencial para criar ambientes de trabalho mais humanos, eficientes e alinhados às exigências do mercado contemporâneo.

Palavras-chave: Ergonomia Cognitiva. Qualidade de Vida no Trabalho. Gestão de Pessoas. Cultura Organizacional.

Referências:

MIRANDA, Valquíria Rodrigues. **Endomarketing**: um aperfeiçoamento contínuo. Monografia – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro. 2003.

OTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

HEMAIS, Mirian; SILVA, Jussara Cruz. **Endomarketing**: estratégia de gestão de pessoas nas organizações. Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 01–18, 2005.

EXPECTATIVAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Evertom Maker de Paula Souza
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA
evertom.maker@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração e Docente pelo Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA
alisson.silva@unifaema.edu.br

A escolha da carreira profissional é um processo complexo, especialmente no contexto universitário, em que os jovens se deparam com variáveis internas e externas que influenciam suas decisões. Esse momento envolve fatores como o desejo de realização pessoal, a busca por estabilidade financeira, os valores culturais e as exigências do mercado de trabalho. A universidade, nesse cenário, passa a ser mais do que um espaço de formação acadêmica: torna-se um ambiente onde expectativas quanto ao futuro profissional são construídas, revisadas ou, por vezes, frustradas. Como destaca Bohoslavsky (2002), a escolha profissional reflete a articulação entre os desejos individuais e as pressões sociais, o que reforça a complexidade do processo.Esta pesquisa teve como objetivo compreender como as expectativas acadêmicas e profissionais são constituídas em estudantes universitários, considerando as influências sociais que atuam sobre suas decisões. Procurou-se identificar como os jovens lidam com a escolha profissional e quais fatores impactam suas projeções de carreira. Aspectos como motivação, percepção sobre o curso, participação em experiências práticas e influência de familiares e amigos foram analisados como determinantes na formação dessas expectativas. Adotou-se uma abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas aplicadas a cinco estudantes de diferentes cursos, idades e instituições públicas e privadas do estado do Rio de Janeiro. As entrevistas foram analisadas segundo a técnica de Análise de Conteúdo, permitindo identificar categorias relacionadas às expectativas acadêmicas e influências sociais. O roteiro baseou-se em fundamentos da psicologia vocacional e no modelo sociocognitivo de French e Raven, com atenção também ao papel do autoconhecimento e do contexto cultural. Ginzberg (1951) já apontavam que o desenvolvimento vocacional é um processo contínuo, em que as experiências e o meio social contribuem para a maturação das escolhas. Os resultados indicaram que a maioria dos estudantes apresentou expectativas realistas quanto à formação e ao futuro profissional, com consciência dos desafios da carreira escolhida. A influência familiar esteve presente, mas mediada por uma reflexão individual. Também foi observado que o envolvimento com o curso, a busca por informação e a identificação com a área favorecem expectativas mais coerentes com a realidade. O autoconhecimento emergiu como fator essencial: estudantes que reconheciam suas habilidades e interesses demonstraram maior segurança em suas decisões. De acordo com Schein (1993), o conhecimento de si mesmo é o alicerce para a construção de carreiras consistentes com os próprios valores. Conclui-se que as expectativas profissionais dos universitários resultam da interação entre fatores pessoais e sociais. A clareza sobre os objetivos, aliada à participação ativa e ao acesso à informação, favorece escolhas mais conscientes. O fortalecimento do autoconhecimento mostra-se fundamental para políticas educacionais voltadas ao desenvolvimento integral do estudante.

Palavras-chave: Escolha profissional. Expectativas acadêmicas. Autoconhecimento. Influências sociais. Desenvolvimento de carreira.

Referências

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. **A orientação vocacional**: a estratégia clínica. 14. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GINZBERG, Eli et al. **Occupational choice**: an approach to a general theory. New York: Columbia University Press, 1951.

SCHEIN, Edgar H. **Career anchors**: discovering your real values. San Diego: Pfeiffer & Company, 1993.

GESTÃO DE ALTA PERFORMANCE: FUNDAMENTOS PARA LIDERAR COM FOCO EM RESULTADOS

Maycon Correa Neves
Graduando em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, maycon.60339@gmail.edu.br
Thyago Vinicius Marques de Oliveira
Mestre em Saúde e Educação, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, thyago.vinicius@unifaema.edu.br.
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, alisson.silva@unifaema.edu.br.

Em um ambiente corporativo dinâmico e competitivo, a capacidade de liderar equipes de forma eficaz e manter o foco em resultados tornou-se uma competência indispensável aos gestores contemporâneos. Este estudo tem como objetivo apresentar os fundamentos da gestão de alta performance, com base na obra de Andrew Grove e em referências complementares, destacando as estratégias que favorecem o desenvolvimento de lideranças eficazes e ambientes organizacionais produtivos. A metodologia utilizada é qualitativa, de natureza bibliográfica, com levantamento de obras e artigos publicados entre 2017 e 2024, extraídos de bases acadêmicas, editoras especializadas e periódicos científicos. A análise teórica evidencia que a gestão de alto desempenho exige decisões bem fundamentadas, baseadas em dados e análises concretas, promovendo uma cultura orientada para resultados e inovação contínua (Mandelli; Loriggio, 2021). Grove propõe uma abordagem prática centrada em comunicação clara, responsabilização e foco estratégico, onde cada colaborador compreende seus objetivos e métricas de desempenho, contribuindo para a eficiência operacional e a adaptação constante. A formação de equipes de alto desempenho requer líderes que estimulem o crescimento humano e técnico dos profissionais, garantindo um equilíbrio entre excelência e bem-estar organizacional (Motta; Castropril; Santos, 2017). Além disso, destaca-se a importância de processos bem definidos, liderança firme e um ambiente que favoreça a inovação, com gestores atuando como catalisadores de mudança e facilitadores de soluções. Estudos apontam que as competências desenvolvidas por meio da experiência prática, do esporte e da educação contínua contribuem para a construção de uma mentalidade de alta performance, reforçando a importância da disciplina, da resiliência e da responsabilidade (Viana, 2024). Conclui-se que a gestão de alta performance não é resultado de ações isoladas, mas de um sistema integrado que envolve estratégia, cultura organizacional e desenvolvimento de lideranças inspiradoras. Recomenda-se que futuras pesquisas explorem a aplicação dos princípios de Grove em diferentes contextos organizacionais, especialmente em pequenas e médias empresas em fase de crescimento.

Palavras-chave: Alta performance. Liderança eficaz. Comunicação estratégica. Cultura organizacional. Resultados sustentáveis.

Referências

GROVE, Andrew. **Gestão em alta performance**. [S.l.]: Editora especializada, [s.d.].

MANDELLI, Pedro; LORIGGIO, Antônio. **Liderando para alta performance:** conceitos e ferramentas**.** Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

MOTTA, Rodrigo; CASTROPRIL, Wagner; SANTOS, Neusa. Esportismo: competências adquiridas no esporte que auxiliam o atingimento da alta performance profissional. **Revista Sodebras**, v. 12, n. 134, p. 25–30, 2017.

VIANA, Herbert Ricardo Garcia. **Curso de gestão e engenharia da manutenção**. São Paulo: Editora Insigne Acadêmica, 2024.

GESTÃO ESTRATÉGICA E DESEMPENHO ORGANIZACIONAL:
CAMINHOS PARA A COMPETITIVIDADE NO BRASIL

Fernanda Fachiano de Souza
Graduanda em Administração pelo Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA, fernanda.58668@unifaema.edu.br
Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração e Docente pelo Centro Universitário FAEMA-UNIFAEMA alisson.silva@unifaema.edu.br

Em um cenário empresarial caracterizado por alta competitividade, instabilidade econômica e avanços tecnológicos acelerados, a gestão estratégica torna-se um elemento crucial para o sucesso e a sustentabilidade das organizações. Este estudo teve como objetivo investigar como a gestão estratégica influencia o desempenho das empresas brasileiras, enfatizando suas dimensões essenciais e relevância no contexto corporativo atual. A pesquisa utilizou abordagem qualitativa com base em revisão bibliográfica, envolvendo publicações realizadas entre 2017 e 2021, obtidas em bases como SciELO, Google Scholar e repositórios institucionais. A revisão conceitual abordou a importância da gestão estratégica como resposta às transformações do mercado brasileiro, destacando o planejamento estratégico e a gestão de pessoas como pilares fundamentais para a eficiência operacional e o engajamento dos colaboradores (LANZER, 2017). Os resultados demonstraram que empresas que adotam práticas estratégicas consistentes conseguem melhor posicionamento de mercado, maior controle de recursos e aumento da produtividade. Além disso, evidenciou-se que a ausência de um planejamento estruturado compromete a adaptação a mudanças externas, resultando em perdas financeiras e organizacionais (SANTOS, 2021). Características culturais brasileiras, como flexibilidade, criatividade e adaptabilidade, surgem como potenciais fontes de vantagem competitiva em mercados saturados, promovendo inovação e diferenciação (REVISTA CONTEMPORÂNEA, 2020). A discussão enfatiza a importância da liderança estratégica no alinhamento entre clima organizacional, objetivos corporativos e performance, destacando que ambientes positivos favorecem a retenção de talentos e o alcance de metas. A integração entre cultura organizacional e estratégia de gestão também foi identificada como essencial para evitar conflitos internos e fortalecer a identidade corporativa. Conclui-se que a gestão estratégica é um fator determinante para o crescimento sustentável das organizações no Brasil, demandando visão sistêmica, capacidade de análise e investimentos contínuos em capital humano. Recomenda-se que as empresas adotem práticas estratégicas integradas não apenas para elevar indicadores financeiros, mas também para fomentar a inovação, a competitividade e a resiliência organizacional. Futuras pesquisas podem investigar o impacto de metodologias estratégicas emergentes em diferentes setores econômicos e regiões do país.

Palavras-chave: Vantagem competitiva. Sustentabilidade organizacional. Clima corporativo. Liderança estratégica. Inovação gerencial.

Referências

LANZER, F. **Clima e cultura organizacional: entender, manter e mudar**. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

REVISTA CONTEMPORÂNEA. Cul**tura organizacional e desempenho**: uma análise integrativa. São Paulo, 2020.

SANTOS, N. M. B. F. **Cultura organizacional e desempenho:** pesquisa, teoria e aplicação. 2. ed. São Paulo: Editora Saint Paul, 2021.

LIDERANÇA E ÂNCORAS DE CARREIRA: UMA EXPERIÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO DOS PERFIS DOS LÍDERES

Raissa da Silva Xavier Aragão
Acadêmica de Ciências Contábeis, UNIFAEMA,
alinemendoncapereiraaline8gmail.com.
Thyago Vinicius Marques Oliveira
Mestre, Professor, thyago.vinicius@unifaema.edu.br.

As transformações nas relações de trabalho e nas estruturas organizacionais têm exigido líderes com maior autonomia, autoconhecimento e capacidade de adaptação, reforçando a importância de compreender as motivações que orientam suas escolhas profissionais. Este estudo tem como objetivo analisar a intersecção entre as âncoras de carreira e os perfis de liderança em uma instituição de ensino superior, considerando a influência desses fatores na formação de líderes eficazes. O conceito de âncoras de carreira, desenvolvido por Edgar Schein, refere-se a padrões internos compostos por valores, habilidades e motivações que direcionam as decisões de carreira dos indivíduos (Schein, 1993). A pesquisa foi conduzida por meio de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com aplicação de questionários anônimos a um grupo de quinze líderes acadêmicos, buscando identificar os perfis de âncoras predominantes e suas relações com a prática da liderança. Os dados foram analisados de forma interpretativa, permitindo compreender as particularidades dos valores pessoais e profissionais dos gestores. Os resultados revelaram a existência de seis perfis distintos de âncoras entre os participantes, evidenciando uma grande diversidade de expectativas, prioridades e formas de atuação no exercício da liderança. Essa heterogeneidade desafia a padronização de programas de desenvolvimento, pois indica que cada líder apresenta necessidades específicas de capacitação e estímulo. Além disso, o estudo destaca a relevância do alinhamento entre as âncoras de carreira dos líderes e os objetivos organizacionais, uma vez que essa convergência tende a aumentar o engajamento, a motivação e a eficácia na condução das equipes (Chiavenato, 2014; Bergamini, 2009). A pesquisa também aponta que processos seletivos e estratégias de gestão de pessoas devem considerar não apenas as competências técnicas, mas também os aspectos subjetivos e motivacionais que orientam o comportamento dos líderes (Boog, 2013). A falta de sintonia entre os valores pessoais e a cultura institucional pode gerar conflitos internos e comprometer o desempenho das equipes. Conclui-se que a gestão estratégica de pessoas, especialmente em instituições de ensino, deve incorporar a identificação e o acompanhamento das âncoras de carreira como ferramenta essencial para o desenvolvimento de lideranças mais coerentes, motivadas e humanizadas. O estudo contribui para a ampliação do debate sobre carreira e liderança, sugerindo que abordagens integradas e personalizadas são mais eficazes na construção de ambientes de trabalho produtivos, colaborativos e alinhados às demandas contemporâneas. Ao considerar as aspirações individuais dos líderes, as organizações fortalecem suas estruturas de liderança e promovem o desenvolvimento sustentável de talentos.

Palavras-chave: Âncoras de carreira. Liderança organizacional. Gestão de pessoas.

Referências

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Liderança**: administração do sentido. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BOOG, Gustavo. **Liderança nas organizações**: uma abordagem focada em competências. São Paulo: Integrare, 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

NORTHOUSE, Peter G. **Liderança**: teoria e prática. 8. ed. Porto Alegre: Penso, 2018.

SCHEIN, Edgar H. **Career anchors**: discovering your real values. San Diego: Pfeiffer & Company, 1993.

MARKETING DIGITAL E CRIAÇÃO DE VALOR NAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS CONTEMPORÂNEAS

Fabiana Possamai Gomes
Graduanda em Administração pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, fabiana.44551@unifaema.edu.br
Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração e Docente pelo Centro Universitário FAEMA-UNIFAEMA
alisson.silva@unifaema.edu.br

As transformações tecnológicas e a digitalização das interações sociais e comerciais alteraram profundamente o papel do marketing nas organizações. Nesse cenário, destaca-se o marketing digital como instrumento essencial para conectar empresas e consumidores em um ambiente dinâmico, interativo e orientado por dados. Este estudo tem como objetivo apresentar a evolução do marketing com o advento do meio digital, destacando sua influência nas estratégias empresariais e na criação de valor para o consumidor. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em fontes publicadas entre 1992 e 2024, obtidas em plataformas como SciELO, Google Scholar e repositórios institucionais. Inicialmente, analisa-se o papel do marketing no século XX, marcado pelo crescimento da concorrência e pela globalização, que impulsionaram sua relevância estratégica (COBRA, 1992). Posteriormente, são abordadas as inovações decorrentes do ambiente digital, como análise de dados, segmentação de mercado, marketing relacional e personalização de campanhas (KOTLER, 2000). Com a internet, as empresas passaram a interagir de forma mais intensa com os consumidores, utilizando estratégias como SEO, publicidade online e mapeamento de comportamento. Fatores como psicologia, cultura e influências sociais passaram a impactar diretamente as decisões de compra (GABRIEL; KISO, 2020). A análise revela desafios contemporâneos como a necessidade de adaptação a novas preferências, o compromisso com a responsabilidade social e a sustentabilidade, além da intensificação da concorrência global. Nesse sentido, o marketing de influência e a inteligência artificial emergem como ferramentas que ampliam a capacidade de personalização e interatividade. Conclui-se que, para manterem sua competitividade, as empresas devem alinhar estratégias de marketing digital com o comportamento do consumidor, utilizando dados e criatividade como eixos centrais de uma gestão orientada ao cliente. Além disso, observa-se um movimento crescente de integração entre os canais físicos e digitais, conhecido como omnichannel, que exige alinhamento entre as diversas plataformas de contato com o cliente. Estratégias baseadas em dados também se tornam fundamentais para prever comportamentos de consumo, orientar campanhas e medir resultados com maior precisão, promovendo decisões mais assertivas.

Palavras-chave: Interatividade. Segmentação de mercado. Publicidade online. Análise de dados. Satisfação do cliente.

Referências

COBRA, M. **Administração de marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

GABRIEL, M.; KISO, R. **Marketing na era digital**: conceitos, plataformas e estratégias. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

KOTLER, P. **Administração de marketing**: a edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

O HOME OFFICE COMO ALTERNATIVA DE TRABALHO NA ERA DIGITAL

Leide de Paula Pereira
Graduando em Administração, pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
leide.65425@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
alisson.silva@unifaema.edu.br.

As inovações tecnológicas e as tendências globais têm provocado mudanças significativas na forma como as pessoas vivem, se comunicam, aprendem e trabalham. Dentre essas mudanças, destaca-se o crescimento do modelo de trabalho em home office, uma prática cada vez mais comum no Brasil e no mundo. Esta pesquisa tem como objetivo analisar os impactos e benefícios do home office como modalidade de trabalho flexível, considerando seus reflexos nas relações de trabalho, produtividade e qualidade de vida. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, de trabalhos de autores nacionais e internacionais. Segundo Silva (2009), o home office representa uma forma de flexibilização do trabalho em tempo, espaço e comunicação, sendo não apenas uma inovação tecnológica, mas também uma transformação social e organizacional. De acordo com Nilles (1997), a proposta do teletrabalho é levar o trabalho ao trabalhador, e não o contrário, possibilitando que este ajuste sua jornada de acordo com suas necessidades pessoais e profissionais. A consultoria SAP (2016) ressalta que a ideia surgiu nas décadas de 1970 e 1980 com visionários como Jack Nilles e Alvin Toffler, os quais previram a descentralização do ambiente corporativo por meio da tecnologia. No Brasil, o modelo se consolidou com a chegada de multinacionais e ganhou força com os impactos da pandemia de Covid-19, que evidenciaram a necessidade de novos formatos de trabalho. Conforme aponta a Revista de Administração do UNIFATEA (2024), o trabalho remoto amplia a inclusão de pessoas com deficiência, moradores de áreas remotas e outros profissionais com dificuldade de locomoção. Apesar dos inúmeros benefícios, como a autonomia e a redução de custos, também existem desafios, entre eles o isolamento, a gestão do tempo e a dificuldade de estabelecer limites entre vida pessoal e profissional. Quando bem implementado, o home office pode resultar em maior produtividade, engajamento dos funcionários e retenção de talentos. A integração de tecnologias de comunicação e gestão de tarefas é essencial para o êxito desse modelo. Conclui-se que o home office não é apenas uma alternativa emergencial, mas uma realidade consolidada no mercado de trabalho moderno, exigindo adaptação das organizações e capacitação contínua dos colaboradores para que se obtenha equilíbrio entre flexibilidade, desempenho e bem-estar.

Palavras-chave: Trabalho remoto. Flexibilidade. Tecnologia. Produtividade. Gestão.

Referências

NILLES, Jack. **Telecommuting:** an alternative workplace. New York: John Wiley & Sons, 1997.

SAP. **Consultoria em recursos humanos**: teletrabalho. São Paulo: SAP Brasil, 2016.

SILVA, João da. **Trabalho remoto**: tendências e práticas. São Paulo: Atlas, 2009.

UNIFATEA. O trabalho remoto e seus impactos na sociedade contemporânea. **Revista de Administração do UNIFATEA**, Lorena, v. 10, n. 1, 2024.

O PAPEL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA SOCIEDADE

Adenilson Ferreira da Silva
Graduando em Administração, pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, adenilson.27489@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, alisson.silva@unifaema.edu.br.

A Administração Pública exerce um papel fundamental na organização da sociedade, atuando na formulação e execução de políticas públicas voltadas ao bem-estar coletivo. Além de prestar serviços essenciais, como saúde, educação e segurança, ela também garante os direitos sociais e promove o desenvolvimento econômico e social. Com o tempo, a administração pública passou por mudanças significativas, saindo de um modelo burocrático rígido para adotar práticas mais modernas, como o modelo gerencial, que prioriza a eficiência, a qualidade e a participação cidadã (RIBEIRO FILHO; VALADARES, 2017). Este estudo tem como objetivo analisar o papel da Administração Pública na promoção do bem-estar coletivo e no fortalecimento da cidadania. A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica de três artigos científicos. Os textos abordam desde a evolução histórica da gestão pública até os desafios enfrentados atualmente, como a corrupção, a falta de planejamento e a necessidade de maior transparência (LEAL; MORAES, 2018). A pesquisa também destaca a importância do controle social e da descentralização para aproximar a gestão pública das reais necessidades da população. Os resultados apontam que uma administração pública eficiente e ética é essencial para promover justiça social e reduzir desigualdades. A participação popular, o comprometimento dos gestores e a adoção de princípios éticos são elementos indispensáveis para o fortalecimento da democracia e da governança. Além disso, o uso de ferramentas de planejamento e a valorização da cidadania contribuem para uma atuação mais eficaz do Estado. Por outro lado, o estudo também evidencia que apenas reformar modelos administrativos não é suficiente. É necessário investir na formação de servidores públicos, em inovação e na criação de mecanismos de participação popular efetiva (RIBEIRO FILHO; VALADARES, 2017). A administração pública deve ser vista não apenas como prestadora de serviços, mas como um instrumento de transformação social, pautado em princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (DI PIETRO, 2022). Conclui-se que o papel da administração pública vai além da gestão de recursos e serviços. Ela deve atuar como promotora de igualdade, cidadania e desenvolvimento sustentável, sendo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Administração Pública, Gestão Pública, Sociedade, Políticas Públicas, Ética.

Referências

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

LEAL, Mônia Clarissa Hennig; MORAES, Maria Valentina de. **Relações entre Estado, Administração Pública e sociedade**: a corrupção como fenômeno multicultural e a afetação dos direitos fundamentais. A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 18, n. 74, p. 175-192, out./dez. 2018. DOI: 10.21056/aec. v19i74.942.

RIBEIRO FILHO, Wander Fernandes; VALADARES, Josiel Lopes. **Governança**: uma nova perspectiva de gestão aplicada à Administração Pública. The Journal of Engineering and Exact Sciences, v. 03, n. 05, p. 0721–0723, 2017. DOI: 10.18540/jcecvl3iss5pp0721-0723.

O PARADIGMA DA ESSENCIALIDADE E A "DESPATRIMONIALIZAÇÃO" DO DIREITO CIVIL: A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO EPICENTRO DA RELAÇÃO CONTRATUAL

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Bruno Neves da Silva
Especialista em Direito Público, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: bruno.silva@unifaema.edu.br
Francisco Jeverson Santos de Freitas Consoline
Especialista em Direito e Processo do Trabalho, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: francisco.consoline61676@unifaema.edu.br
Rubens Darolt Júnior
Especialista em Direito e Processo Tributário, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: rubens.darolt@unifaema.edu.br
Sheliane Santos Soares do Nascimento
Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Esp. em Direito ambiental
Centro Universitário FAEMA, e-mail: sheliane.santos@unifaema.edu.br

Diante da ineficiência do Estado Liberal em responder às crescentes demandas sociais do século XIX — sobretudo no enfrentamento das crises econômicas e da desigualdade social — emerge o Estado Social, caracterizado por uma atuação mais ativa do Estado nas relações privadas, inclusive nas contratuais. Esse novo paradigma visa assegurar a justiça social e a igualdade material, sem eliminar a liberdade contratual, mas condicionando-a aos limites legais e aos princípios constitucionais, como o da dignidade da pessoa humana O objetivo geral consiste em compreender a necessidade de uma nova classificação dos contratos civis, considerando a essencialidade dos bens e serviços contratados para a vida e o bem-estar dos indivíduos, especialmente os mais vulneráveis. Para tanto, os objetivos específicos delineiam-se em investigar as transformações históricas e políticas que moldaram a nova feição do Estado e do Direito; analisar os princípios constitucionais que incidem sobre os contratos; estudar o paradigma da essencialidade proposto por Teresa Negreiros; refletir sobre os limites reais da liberdade contratual em contextos de desigualdade; e propor uma nova leitura dos contratos civis como instrumentos de justiça, inclusão e solidariedade. Tal paradigma coloca o ser humano no centro da relação jurídica, superando a tradicional lógica patrimonialista e reconhecendo que nem todos os contratos podem ser regidos apenas pela equivalência econômica ou pela autonomia de vontade. Busca-se, assim, repensar os contratos a partir de sua utilidade para a vida digna da pessoa envolvida. A metodologia empregada é qualitativa, com enfoque explicativo e descritivo, utilizando-se de revisão bibliográfica através de doutrinas jurídicas. Os resultados apontam que, historicamente, a liberdade contratual, embora importante para o desenvolvimento econômico, contribuiu para abusos e desequilíbrios nas relações jurídicas, especialmente em contextos de desigualdade social. Conforme destaca Lôbo (2011), o modelo liberal permitiu a exploração dos economicamente mais frágeis e concentrou poder nas mãos de grandes agentes econômicos. Com a globalização e a massificação dos contratos, especialmente os de adesão, esse cenário se agravou, tornando evidente a necessidade de intervenção

estatal e de uma nova hermenêutica contratual. Na discussão, observa-se que os contratos não podem mais ser interpretados como meros instrumentos de troca de mercadorias ou de formalização da vontade entre iguais, pois muitas vezes envolvem partes em situação de vulnerabilidade. Para Fachin (2015), a função social do contrato e a boa-fé objetiva são instrumentos essenciais para garantir que o contrato cumpra um papel humanizador dentro do ordenamento jurídico. Nesse sentido, Teresa Negreiros (2006) propõe uma reclassificação dos bens em essenciais, úteis e supérfluos, com base na sua relevância para as necessidades humanas, superando o critério puramente patrimonial. Como consideração final, entende-se que o contrato precisa ser ressignificado como instrumento de realização da dignidade da pessoa humana. A proposta de despatrimonialização do Direito Civil, apoiada por autores como Perlingieri (2008) e Orlando de Carvalho (2009), aponta para um sistema mais sensível às necessidades existenciais das pessoas. Assim, a essencialidade dos bens, enquanto critério jurídico, torna-se uma ferramenta para promover justiça contratual e verdadeira igualdade entre as partes.

Palavras-chave: Contratos. Estado. Igualdade. Vida digna. Vulnerabilidade.

Referências

CARVALHO, Orlando de. *Apud* MEIRELES, Rose Melo Vencelau. **Autonomia privada e Dignidade Humana**. Rio de Janeiro: renovar, 2009.

FACHIN, Luiz Edson. **Direito civil**: sentidos, transformações e fim. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

LÔBO, Paulo. **Direito civil**: contratos. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NEGREIROS, Teresa. **Teoria do Contrato**: novos paradigmas. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

PERLINGIERI, Pietro. **O direito civil na legalidade constitucional**. Trad. de Maria Cristina de Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

TIPOS DE LIDERANÇA E SEU IMPACTO NA ÁREA CONTÁBIL

Tainá Cristina Souto Cruz
Acadêmica de Ciências Contábeis, UNIFAEMA, taina.60545@unifaema.edu.br
Thyago Vinicius Marques Oliveira
Mestre, Professor, thyago.vinicius@unifaema.edu.br

A forma como os líderes conduzem suas equipes influencia diretamente os níveis de motivação, produtividade e satisfação dos colaboradores, sendo um fator estratégico para o desempenho organizacional. Este estudo tem como objetivo analisar a conexão entre os estilos de liderança e a motivação dos funcionários, com foco em empresas do setor contábil, cuja natureza exige precisão, comprometimento e trabalho colaborativo. A metodologia adotada foi mista, combinando abordagem qualitativa e quantitativa, com a análise de livros, artigos científicos e documentos institucionais publicados entre 2010 e 2024, oriundos de bases como SciELO, Google Scholar e revistas especializadas em administração e contabilidade. O foco da investigação foi compreender de que forma os estilos de liderança adotados nessas organizações afetam a motivação e o desempenho dos colaboradores. Os resultados revelaram que estilos centralizadores, em que o líder toma decisões isoladamente e concentra o poder, tendem a reduzir o engajamento e a autonomia da equipe, provocando queda no desempenho e desmotivação (Chiavenato, 2014; Bergamini, 2009). Por outro lado, o estilo de liderança democrática, baseado na participação ativa dos colaboradores, promove ambientes mais criativos, colaborativos e produtivos, favorecendo tanto os resultados organizacionais quanto o desenvolvimento profissional dos funcionários (Boog, 2013; Northouse, 2018). A pesquisa também apontou que o comportamento do líder impacta diretamente o clima organizacional, influenciando aspectos como comunicação, confiança, resolução de conflitos e alinhamento de metas. Destaca-se que, no setor contábil, onde os prazos, a acurácia e a cooperação são cruciais, a motivação dos colaboradores está fortemente ligada ao estilo de liderança exercido. O estudo reforça que um bom líder precisa equilibrar as exigências da organização com as necessidades individuais de sua equipe, sendo sensível às demandas humanas e institucionais. Conclui-se que o estilo de liderança é determinante para o sucesso das empresas, e que líderes preparados para adotar uma postura participativa e motivadora contribuem significativamente para a sustentabilidade, a inovação e a excelência dos serviços prestados. A formação continuada de líderes deve ser tratada como prioridade estratégica, especialmente em áreas técnicas como a contabilidade, em que o fator humano é indispensável para a geração de valor organizacional.

Palavras-chave: Liderança democrática. Motivação organizacional. Setor contábil.

Referências

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Liderança**: administração do sentido. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento organizacional**: a dinâmica do sucesso das organizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

NORTHOUSE, Peter G. **Liderança**: teoria e prática. 8. ed. Porto Alegre: Penso, 2018.

MINTZBERG, Henry. **Managing.** Porto Alegre: Bookman, 2010.

OS DESAFIOS DA LIDERANÇA FEMININA NO AMBIENTE CORPORATIVO

Igor de Oliveira Rodrigues
Graduando em Administração pelo Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA
igor.60485@unifaema.edu.br
Evertom Maker de Paula Souza
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA
evertom.maker@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração e Docente pelo Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA
alisson.silva@unifaema.edu.br

A presença das mulheres em cargos de liderança tem aumentado nas últimas décadas, refletindo importantes transformações sociais. No entanto, elas ainda enfrentam inúmeros obstáculos no ambiente corporativo, como preconceitos estruturais, desigualdade de oportunidades e estereótipos de gênero que limitam sua ascensão. Conforme discutido por Pereira e Nogarini (2022), esses fatores estão enraizados em um contexto histórico que privilegia modelos masculinos de liderança e dificulta a valorização de competências femininas nas organizações. Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pelas mulheres líderes, destacando aspectos sociais e culturais que influenciam diretamente suas trajetórias profissionais. A abordagem utilizada baseia-se em revisão bibliográfica, reunindo dados estatísticos e reflexões teóricas sobre liderança e equidade de gênero. De acordo com De Abreu (2016), compreender essas desigualdades exige uma análise crítica tanto da estrutura organizacional quanto da cultura que a sustenta. A literatura indica que, mesmo com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a representatividade em cargos de alto escalão ainda é baixa, e a disparidade salarial persiste. Além disso, há diferenças nos estilos de liderança comumente associados a homens e mulheres. Enquanto os homens costumam adotar posturas mais autoritárias e diretas, as mulheres tendem a liderar de forma mais democrática e colaborativa. Santos e Diógenes (2019) destacam que essa abordagem transformacional é muitas vezes desvalorizada em ambientes corporativos tradicionais, que favorecem características mais agressivas e individualistas. Outro desafio recorrente está relacionado à conciliação entre vida profissional e pessoal. Muitas mulheres enfrentam a chamada "dupla jornada", o que pode impactar sua produtividade e limitar suas chances de crescimento dentro das empresas. Como afirmam Pereira e Nogarini (2022), essa realidade ainda é pouco considerada pelas organizações, que mantêm estruturas inflexíveis e pouco adaptadas à diversidade de perfis de liderança. Mesmo com alguns avanços importantes, como maior visibilidade de mulheres em cargos de decisão, ainda há muito a ser feito. É necessário promover mudanças profundas na cultura organizacional, implementando políticas de equidade e desenvolvendo espaços mais inclusivos. Como sugere De Abreu (2016), apenas por meio de um compromisso institucional com a igualdade será possível construir um ambiente corporativo mais justo, no qual as mulheres tenham reais condições de liderar e transformar.

Palavras-chave: Liderança feminina, Desigualdade de gênero, Desafios profissionais e Equidade no mercado de trabalho

Referências

DE ABREU, Kelsei. Os desafios da liderança feminina no ambiente corporativo.

Revista Eletrônica SPEI, v. 2, n. 3, 2016.

PEREIRA, Jéssica Rodrigues; NOGARINI, Maria Eduarda Mariano. Desafios da liderança feminina no ambiente corporativo. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FATEC, 2022, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Centro Paula Souza, 2022. Disponível em:https://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/11157/1/gestao_empresarial_2022_1_jessica_rodrigues_pereira_desafios_da_lideranca_feminina_no_ambiente_corporativo.pdf. Acesso em: 4 abr. 2025.

SANTOS, Nicole Del Bianco; DIÓGENES, Carla. **Liderança feminina**: um estudo pragmático das dificuldades de mulheres em cargos de liderança. Revista Uniaraguaia, p. 91– 102, 2019.

ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIGITAIS

Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan
Mestre, docente da UNIFAEMA, meloni.monteiro@gmail.com
Gabriella Buratti de Oliveira
Especialista, docente da UNIFAEMA, gabriella.buratti@unifaema.edu.br
Rita Cristina Fernandes Marena
Mestra, docente da UNIFAEMA, rita.marena@unifaema.edu.br
Artur Romão Rocha
Mestre, docente da UNIFAEMA, arturromaorocha@gmail.com
Stephanie Ayres de Jongh
Mestra, docente da UNIFAEMA, stephanie.ayres@unifaema.edu.br

Com o advento do Projeto de Lei n.º 4/2025 (Senado, 2025), o Código Civil brasileiro passa por significativas atualizações que refletem a evolução das relações sociais e econômicas. Apesar de alterações estruturais amplas, a nova proposta legislativa manteve dispositivos clássicos, como a previsão de emancipação do menor com economia própria. Tal manutenção é especialmente relevante diante da crescente inserção de adolescentes no mundo digital e nas práticas de empreendedorismo, fenômeno que desafia os limites tradicionais da capacidade civil e das normas protetivas infantojuvenis. O presente trabalho tem por objetivo verificar se permanece vigente a possibilidade de emancipação do adolescente com base no exercício de atividade econômica própria, seja por meio de vínculo empregatício, seja pelo estabelecimento civil ou empresarial, conforme prevê o art. 5º, parágrafo único, inciso V, do Código Civil de 2002. A análise se insere no contexto de valorização do empreendedorismo juvenil, especialmente no ambiente digital. A pesquisa foi desenvolvida a partir de levantamento documental e análise de obras jurídicas contemporâneas, especialmente os manuais de Direito Civil de Gagliano e Pamplona Filho (2022) e Tartuce (2022), além da leitura técnica do Código Civil e do PL nº 4/2025. A redação original do art. 5º do Código Civil permanece inalterada no Projeto de Lei n.º 4/2025, sinalizando a intenção do legislador de preservar a emancipação econômica como via legítima para o exercício da plena capacidade civil por adolescentes. Segundo Gagliano e Pamplona Filho, a economia própria evidencia a aptidão do menor para gerir atos da vida civil com responsabilidade, especialmente quando derivada de relações laborais lícitas ou da atividade empresarial com respaldo familiar. Tartuce (2022) destaca que essa prerrogativa fortalece a autonomia juvenil, desde que observadas as garantias mínimas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. O PL 4/2025 reforça, portanto, a modernização da legislação sem descurar da proteção ao menor, reconhecendo novas formas de inserção econômica compatíveis com a sua dignidade e desenvolvimento pessoal. Em consonância, o Código Civil de 2002, em vigor já permite tal emancipação desde que preenchidos os requisitos legais. A manutenção da previsão legal de emancipação por economia própria reflete o equilíbrio entre proteção e autonomia do adolescente. O PL nº 4/2025 consolida essa diretriz, reconhecendo a legitimidade do empreendedorismo juvenil como expressão de cidadania econômica. A legislação, assim, avança na compatibilização entre inovação social e segurança jurídica,

reafirmando o papel do Direito Civil como instrumento de inclusão e liberdade responsável.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Família. Capacidade Civil.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 02 abr. 2025.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

SENADO Federal. **Projeto de Lei nº 4, de 2025**. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre o patrimônio mínimo existencial. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9889356&ts=1742333124214&disposition=inline. Acesso em: 01 abr. 2025.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

MÍNIMO EXISTENCIAL DA FAMÍLIA E PROPRIEDADE RURAL: A NOVA FACE DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL NO PL Nº 4/2025

Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan
Mestre, docente da UNIFAEMA, meloni.monteiro@gmail.com
Gabriella Buratti de Oliveira
Especialista, docente da UNIFAEMA, gabriella.buratti@unifaema.edu.br
Rita Cristina Fernandes Marena
Mestra, docente da UNIFAEMA, rita.marena@unifaema.edu.br
Artur Romão Rocha
Mestre, docente da UNIFAEMA, arturromaorocha@gmail.com
Stephanie Ayres de Jongh
Mestra, docente da UNIFAEMA, stephanie.ayres@unifaema.edu.br

A recente atualização do Código Civil de 2002, por meio do Projeto de Lei nº 4/2025, representa um avanço na proteção do devedor inadimplente, especialmente no que tange à preservação do mínimo existencial. Tal iniciativa evidencia a crescente preocupação do legislador com a dignidade da pessoa humana e a necessidade de assegurar condições mínimas de sobrevivência, mesmo diante de obrigações inadimplidas. O presente estudo tem como objetivo examinar a inovação legislativa quanto à proteção da propriedade rural e da família do devedor, no contexto do inadimplemento. Busca-se verificar como a proposta legislativa se insere na lógica constitucional e civilista da proteção de bens essenciais à vida e à subsistência. A metodologia adotada consistiu em pesquisa documental e bibliográfica, com análise de obras doutrinárias renomadas no campo do Direito Civil, bem como a leitura dos dispositivos legais atuais e propostos no âmbito do Projeto de Lei nº 4/2025. Com a proposta de inclusão do art. 391-A ao Código Civil, observa-se um esforço em delimitar os bens que integram o chamado "patrimônio mínimo existencial", tornando-os imunes à execução forçada, salvo em obrigações alimentares. Dentre esses, destacam-se a casa de morada, o módulo rural familiar e a sede da pequena empresa coincidente com o lar do devedor, conforme o §1º do artigo proposto. Tal proposta encontra respaldo doutrinário na proteção da dignidade humana como fundamento da ordem jurídica (Tartuce, 2022). Gagliano e Pamplona Filho (2022) também destacam que a função social da propriedade deve atender à realização da pessoa humana e de sua família, especialmente no meio rural, onde a propriedade é instrumento de subsistência. A impenhorabilidade parcial da casa de alto padrão revela equilíbrio entre o direito do credor à satisfação da obrigação e a garantia da sobrevivência digna do devedor. Trata-se de uma tendência de humanização da execução civil, sem esvaziar a responsabilidade patrimonial prevista no art. 391 do Código Civil. A proposta do PL nº 4/2025 constitui inovação relevante ao aliar princípios constitucionais à prática da execução civil (Senado, 2025). A proteção da propriedade rural familiar e do mínimo existencial reafirma o compromisso do Direito Civil com a dignidade da pessoa humana, equilibrando os interesses do credor com os direitos fundamentais do devedor.

Palavras-chave: Família. Obrigações. Inadimplemento. Proteção Jurídica. Dignidade da Pessoa Humana.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 02 abr. 2025.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

SENADO Federal. **Projeto de Lei nº 4, de 2025**. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre o patrimônio mínimo existencial. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9889356&ts=1742333124214&disposition=inline. Acesso em: 01 abr. 2025.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

A AUTORIDADE PARENTAL E A PRIVACIDADE DOS FILHOS NO AMBIENTE DIGITAL: REFLEXÕES À LUZ DO PROJETO DE LEI Nº 4/2025

Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan
Mestre, docente da UNIFAEMA, meloni.monteiro@gmail.com
Gabriella Buratti de Oliveira
Especialista, docente da UNIFAEMA, gabriella.buratti@unifaema.edu.br
Rita Cristina Fernandes Marena
Mestra, docente da UNIFAEMA, rita.marena@unifaema.edu.br
Artur Romão Rocha
Mestre, docente da UNIFAEMA, arturromaorocha@gmail.com
Stephanie Ayres de Jongh
Mestra, docente da UNIFAEMA, stephanie.ayres@unifaema.edu.br

A evolução das relações sociais diante da crescente digitalização da vida cotidiana exigiu do ordenamento jurídico adaptações significativas. Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 4/2025 propõe a atualização do Código Civil de 2002, incluindo normas específicas sobre direitos e deveres no ambiente digital, com especial destaque para a autoridade parental sobre os filhos menores. Tal atualização visa enfrentar os desafios da parentalidade na era digital, onde a proteção à privacidade e a supervisão das atividades virtuais dos filhos se tornaram questões relevantes e complexas. O presente estudo tem como escopo examinar a viabilidade do exercício da autoridade parental nos ambientes digitais, observando a compatibilização entre o dever de cuidado e o respeito à privacidade dos filhos, à luz das modificações propostas no PL nº 4/2025. Foi adotada a metodologia da pesquisa documental, com análise qualitativa de fontes legislativas e doutrinárias, incluindo o Código Civil brasileiro, o texto do PL nº 4/2025, bem como os manuais de direito civil de Gagliano e Pamplona Filho (2022) e de Tartuce (2022), a fim de sustentar a argumentação jurídica sobre o tema. A proposta legislativa inova ao propor dispositivos que explicitam a competência dos pais em fiscalizar o uso da internet por seus filhos menores, reafirmando o dever de proteção e orientação no ambiente digital, conforme os princípios gerais da autoridade parental previstos nos arts. 1.630 a 1.634 do Código Civil. Segundo Tartuce (2022), a autoridade parental abrange não apenas aspectos materiais, mas também morais e educacionais, o que legitima a supervisão digital quando pautada pelo melhor interesse da criança. Ademais, o PL nº 4/2025 prevê expressamente que tal fiscalização deve respeitar a dignidade e os direitos da personalidade do menor, conforme o disposto no art. 20 do Código Civil (Senado, 2025). Gagliano e Pamplona (2022) destacam que a personalidade da criança é tutelada pela ordem jurídica desde o nascimento, sendo o respeito à sua privacidade um reflexo desse princípio. Diante da inovação trazida pelo PL nº 4/2025, conclui-se que é juridicamente possível e recomendável o exercício da autoridade parental nos ambientes digitais, desde que se observe o equilíbrio entre o dever de cuidado e a proteção à privacidade dos filhos. A legislação proposta representa avanço ao oferecer diretrizes para a atuação responsável dos pais frente às novas tecnologias, sem descurar da proteção aos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Palavras-chave: Família. Obrigações Familiares. Proteção. Filiação.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 02 abr. 2025.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

SENADO Federal. **Projeto de Lei nº 4, de 2025**. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre o patrimônio mínimo existencial. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9889356&ts=1742333124214&disposition=inline. Acesso em: 01 abr. 2025.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

A RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR À LUZ DO PROJETO DE LEI Nº 4/2025: CONTINUIDADE OU INOVAÇÃO?

Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan
Mestre, docente da UNIFAEMA, meloni.monteiro@gmail.com
Gabriella Buratti de Oliveira
Especialista, docente da UNIFAEMA, gabriella.buratti@unifaema.edu.br
Rita Cristina Fernandes Marena
Mestra, docente da UNIFAEMA, rita.marena@unifaema.edu.br
Artur Romão Rocha
Mestre, docente da UNIFAEMA, arturromaorocha@gmail.com
Stephanie Ayres de Jongh
Mestra, docente da UNIFAEMA, stephanie.ayres@unifaema.edu.br

A promulgação do Projeto de Lei nº 4/2025 propõe uma ampla reformulação do Código Civil de 2002, afetando significativamente diversos institutos do direito privado. Uma das áreas impactadas é a responsabilidade civil, cuja evolução já vinha sendo reconhecida pela doutrina e jurisprudência, especialmente no que tange à responsabilidade pelo fato de terceiro, notadamente nas relações de trabalho. O presente estudo analisa em que medida a responsabilidade do empregador sofreu alterações com a atualização legislativa proposta. O objetivo deste trabalho é verificar se a responsabilidade civil do empregador, especialmente no que diz respeito ao risco pela atividade empresarial e ao dever de indenizar por atos de seus empregados, sofreu alterações materiais com o advento do PL nº 4/2025. A metodologia utilizada baseou-se em pesquisa documental, com exame comparado entre o Código Civil vigente (Lei nº 10.406/2002), o texto do Projeto de Lei nº 4/2025 e obras doutrinárias de referência, como as de Gagliano & Pamplona Filho (2022) e Tartuce (2022), visando identificar eventuais modificações no regime jurídico da responsabilidade do empregador. A análise revelou que o PL nº 4/2025 mantém a estrutura fundamental do Código Civil de 2002 quanto à responsabilidade por fato de terceiro (arts. 932 e 933), mas propõe um reforço interpretativo da função social da empresa e da teoria do risco. Segundo Tartuce (2022), a responsabilidade do empregador já se fundava na culpa presumida, mas, na prática, vinha sendo lida à luz do risco da atividade econômica. O PL reforça essa leitura ao aproximar-se de uma responsabilidade mais objetiva, conforme se depreende da nova redação proposta para dispositivos que tratam da responsabilização de quem aufere benefício da atividade de outrem. Nesse sentido, Gagliano & Pamplona Filho (2022) destacam a tendência de expansão da responsabilidade objetiva em situações nas quais há desequilíbrio contratual ou vulnerabilidade da vítima — lógica que o PL nº 4/2025 parece acolher ao valorizar o dever de prevenir danos no âmbito empresarial. Ainda, a proposta legislativa reforça o caráter reparatório da responsabilidade civil, como se observa também nos fundamentos do art. 944 do Código Civil vigente. Conclui-se que o Projeto de Lei nº 4/2025 não rompe com a tradição civilista do Código de 2002, mas aprofunda a interpretação já consagrada pela doutrina e jurisprudência. Ao enfatizar o dever de cuidado do empregador e a responsabilidade decorrente da exploração econômica do trabalho alheio, o projeto amplia, de forma coerente e sistemática, a responsabilização com base no risco, fortalecendo a proteção à parte hipossuficiente.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Empresa. Empregado. Funcionário.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 02 abr. 2025.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

SENADO Federal. **Projeto de Lei nº 4, de 2025**. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre o patrimônio mínimo existencial. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9889356&ts=1742333124214&disposition=inline. Acesso em: 01 abr. 2025.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIGITAIS

Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan
Mestre, docente da UNIFAEMA, meloni.monteiro@gmail.com
Gabriella Buratti de Oliveira
Especialista, docente da UNIFAEMA, gabriella.buratti@unifaema.edu.br
Rita Cristina Fernandes Marena
Mestra, docente da UNIFAEMA, rita.marena@unifaema.edu.br
Artur Romão Rocha
Mestre, docente da UNIFAEMA, arturromaorocha@gmail.com
Stephanie Ayres de Jongh
Mestra, docente da UNIFAEMA, stephanie.ayres@unifaema.edu.br

Com o advento da tecnologia e o crescimento exponencial do meio digital, tornou-se imperiosa a atualização do Código Civil brasileiro (Lei nº 10.406/2002). Nesse contexto, surge o Projeto de Lei nº 4/2025, que propõe a inserção de dispositivos específicos sobre o direito digital, buscando acompanhar as transformações sociais e econômicas contemporâneas. Tal inovação legislativa visa consolidar normas relativas à proteção de dados, ao contrato de prestação de serviços digitais e ao acesso aos conteúdos online. O presente estudo tem como objetivo verificar a possibilidade jurídica da prestação de serviços e do acesso a conteúdos digitais, à luz da proposta de atualização do Código Civil por meio do PL nº 4/2025, avaliando sua compatibilidade com os princípios civis e as necessidades sociais emergentes. A metodologia empregada consistiu na pesquisa documental e bibliográfica em fontes legislativas e doutrinárias. Foram analisados o Código Civil de 2002, o PL nº 4/2025, bem como os manuais de direito civil de Gagliano e Pamplona Filho (2022) e de Flávio Tartuce (2022), que forneceram os subsídios teóricos e interpretativos essenciais. A proposta legislativa representa um marco na adaptação do Direito Civil às exigências da sociedade digital. O PL nº 4/2025 inclui normas que reconhecem a natureza contratual dos serviços digitais e estabelecem parâmetros para sua execução, como o dever de informação clara e o respeito à autodeterminação informacional dos usuários, reforçando princípios já presentes no Código Civil de 2002, como a boa-fé objetiva (art. 422). Autores como Gagliano e Pamplona Filho já apontavam a necessidade de tutela jurídica mais robusta para as relações jurídicas digitais, destacando a relevância da autonomia privada e da função social dos contratos também no ambiente virtual. Tartuce, por sua vez, salienta que o contrato de fornecimento de conteúdo digital não deve ser confundido com a mera compra e venda, exigindo regulamentação específica em virtude de sua intangibilidade e complexidade técnica. O PL nº 4/2025 atende a essa demanda ao prever direitos e deveres para fornecedores e usuários, garantindo maior segurança jurídica e proteção dos consumidores. Com isso, amplia-se a efetividade da prestação de serviços digitais e o acesso aos conteúdos por meios legítimos e previsíveis . A atualização do Código Civil por meio do PL nº 4/2025 é não apenas oportuna, mas necessária, pois reconhece as novas formas de interação contratual na era digital. A proposta proporciona maior proteção jurídica às partes envolvidas na prestação de serviços e no fornecimento de conteúdos digitais, contribuindo para a consolidação de um Direito Civil mais moderno, funcional e conectado com a realidade tecnológica atual.

Palavras-chave: Contrato. Digital. Internet. Proteção Jurídica.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 02 abr. 2025.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

SENADO Federal. **Projeto de Lei nº 4, de 2025**. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre o patrimônio mínimo existencial. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9889356&ts=1742333124214&disposition=inline. Acesso em: 01 abr. 2025.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

A EMPRESA FAMILIAR E A IMPENHORABILIDADE NO CONTEXTO DA ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL COM O PL Nº 4/2025

Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan
Mestre, docente da UNIFAEMA, meloni.monteiro@gmail.com
Gabriella Buratti de Oliveira
Especialista, docente da UNIFAEMA, gabriella.buratti@unifaema.edu.br
Rita Cristina Fernandes Marena
Mestra, docente da UNIFAEMA, rita.marena@unifaema.edu.br
Artur Romão Rocha
Mestre, docente da UNIFAEMA, arturromaorocha@gmail.com
Stephanie Ayres de Jongh
Mestra, docente da UNIFAEMA, stephanie.ayres@unifaema.edu.br

A atualização legislativa proposta pelo Projeto de Lei nº 4/2025 busca modernizar o Código Civil de 2002 (Senado, 2025), em diversos aspecto e também no tocante ao direito obrigacional. Dentre as principais inovações, destaca-se a reformulação do regime do inadimplemento das obrigações. Tal modificação reflete uma crescente sensibilidade quanto à proteção do patrimônio familiar e da dignidade do devedor, sobretudo em situações de execução patrimonial. Este trabalho tem como escopo examinar se, com as alterações propostas pelo PL nº 4/2025, a empresa familiar do devedor passa a ser considerada impenhorável, rompendo ou mantendo o regime previsto anteriormente no Código Civil de 2002. A metodologia adotada baseou-se na pesquisa documental, com exame comparativo entre os dispositivos do Código Civil atual, o texto proposto pelo PL nº 4/2025 e doutrinas contemporâneas constantes das obras jurídicas selecionadas. O Projeto de Lei nº 4/2025 apresenta mudanças significativas na parte geral das obrigações, com ênfase na preservação dos bens que compõem a base econômica da entidade familiar, inclusive nos casos em que a empresa familiar é o meio de subsistência do devedor. Ainda que o Código Civil vigente não consagre expressamente a impenhorabilidade de tal bem, já se reconhecia, com base em princípios constitucionais, a possibilidade de mitigação da penhora, desde que demonstrada a essencialidade do bem à manutenção da dignidade da pessoa humana (Brasil, 2002). Nesse contexto, Tartuce (2022) observa que a jurisprudência tem evoluído para reconhecer a função social do patrimônio familiar como argumento legítimo para afastar medidas expropriatórias desproporcionais. Complementando essa visão, Gagliano e Pamplona Filho (2022) destacam a importância de se considerar a realidade concreta do devedor, especialmente quando a atividade empresarial está vinculada à sobrevivência do núcleo familiar. O PL nº 4/2025 caminha nesse sentido ao reforçar a proteção de bens familiares, propondo limites mais claros à expropriação quando houver inadimplemento, desde que a atividade desempenhada seja essencial para a subsistência do devedor e de sua família. Conclui-se que o PL nº 4/2025 representa avanço legislativo no tratamento do inadimplemento, ao conferir maior proteção à empresa familiar como instrumento de sobrevivência. Ainda que não estabeleça a impenhorabilidade absoluta, o projeto admite, implicitamente, critérios de proporcionalidade e essencialidade que favorecem a preservação do bem familiar, promovendo um equilíbrio entre os interesses do credor e a dignidade do devedor.

Palavras-chave: Empresa Familiar. Obrigações. Inadimplemento. Proteção Jurídica.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 02 abr. 2025.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

SENADO Federal. **Projeto de Lei nº 4, de 2025**. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre o patrimônio mínimo existencial. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9889356&ts=1742333124214&disposition=inline. Acesso em: 01 abr. 2025.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

GUARDA COMPARTILHADA E SEUS DESAFIOS NA CONTEXTUALIZAÇÃO DA MULTIPARENTALIDADE

Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan
Mestre, docente da UNIFAEMA, meloni.monteiro@gmail.com
Iomarasuze Castro de Souza
Bacharelanda em Direito, acadêmica da UNIFAEMA, iomarasuze.52850@unifaema.edu.br
Melissa dos Santos Araújo
Bacharelanda em Direito, acadêmica da UNIFAEMA, melissa.46808@unifaema.edu.br
Marina de Oliveira Ribeiro
Bacharelanda em Direito, acadêmica da UNIFAEMA, marina.ribeiro001@outlook.com
Wanderson Vieira de Andrade
Especialista, docente da UNIFAEMA, wandersonandrade.2@gmail.com

A guarda dos filhos sempre foi atribuída aos pais, sendo uma responsabilidade compartilhada entre eles (Lobo, 2024). Com a evolução das estruturas familiares, especialmente com o advento da multiparentalidade, a dinâmica da guarda passou a englobar não só os pais biológicos, mas também os pais socioafetivos (Gonçalves, 2019). Esse fenômeno gerou novos desafios legais, pois as novas configurações familiares ampliaram o número de responsáveis pela criança. Essa mudança, além de expandir a ideia de "pais", aumentou a complexidade dos conflitos sobre quem ficaria com a guarda do menor, especialmente em situações envolvendo múltiplos pais (Farias e Rosenvald, 2017). O objetivo deste estudo é verificar a possibilidade de aplicação da guarda compartilhada em casos de multiparentalidade, levando em consideração os direitos dos pais socioafetivos e biológicos, além do melhor interesse da criança. A pesquisa adotou a metodologia de revisão documental, com base em obras jurídicas relevantes sobre o tema da multiparentalidade e guarda compartilhada, visando entender como a legislação brasileira tem tratado essas questões. Foram analisados livros e doutrinas que abordam o direito de família e as novas configurações familiares, como a multiparentalidade e suas implicações no direito de guarda. O estudo revelou que não há restrição explícita na legislação brasileira quanto à possibilidade ou impossibilidade de guarda compartilhada em casos de multiparentalidade. A Lei nº 13.058/2014, que estabelece a guarda compartilhada como regra no Brasil, aplica-se igualmente a famílias com múltiplos pais, sem hierarquizar os vínculos afetivos entre pais biológicos e socioafetivos. Assim, a guarda compartilhada pode ser estabelecida entre todos os pais envolvidos, independentemente de sua origem biológica ou afetiva, desde que o juiz considere o melhor interesse da criança, conforme autores pesquisados. A principal questão discutida refere-se à aplicação do princípio do melhor interesse da criança. Em contextos de multiparentalidade, quando o vínculo afetivo é reconhecido, o melhor interesse da criança deve prevalecer, e a convivência com os pais que lhe proporcionam afeto e cuidados deve ser assegurada. Isso implica que, mesmo na presença de múltiplos pais, a decisão judicial deve sempre focar no ambiente que proporciona maior bem-estar emocional e psicológico para o menor. A guarda compartilhada, portanto, deve ser a regra, a menos que haja razões excepcionais para sua impossibilidade. A pesquisa demonstrou que a guarda compartilhada, mesmo em contextos de multiparentalidade, é possível e, muitas vezes,

recomendada. No entanto, a ampliação do número de responsáveis pela criança impõe desafios ainda maiores. Quando a guarda envolve dois pais, já existem dificuldades significativas em conciliá-la de forma equilibrada. Com o aumento do número de genitores, como no caso de multiparentalidade, o desafio se torna ainda mais complexo. A busca pelo melhor interesse da criança exige uma maior flexibilidade por parte dos pais e um julgamento cuidadoso por parte dos tribunais, a fim de garantir que os direitos e o bem-estar do menor sejam sempre priorizados.

Palavras-chave: Família. Guarda Compartilhada. Multiparentalidade. Filiação Socioafetiva.

Referências

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil:** Famílias. vol. 6. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: Direito de Família. vol. 6. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

LOBO, Paulo. **Direito Civil**: Famílias. vol. 05. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

MADALENO, Rolf. **Manual de Direito de Família**. 4. ed. São Paulo: RT, 2022.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

CO-RESPONSABILIDADE ALIMENTAR EM CASO DE MULTIPARENTALIDADE

Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan
Mestre, docente da UNIFAEMA, meloni.monteiro@gmail.com
Nagila Kissila Pereira do Nascimento
Bacharelanda em Direito, acadêmica da UNIFAEMA, nagila.nkp@gmail.com
Henrique Ferreira de Aguiar
Bacharelando em Direito, acadêmica da UNIFAEMA, henrique.50444@unifaema.edu.br
Bruno Neves da Silva
Especialista, docente da UNIFAEMA, bruno.silva@unifaema.edu.br
Gabriel Santos Dalla Costa
Especialista, docente da UNIFAEMA, gabriel.santos@unifaema.edu.br

Os genitores, como responsáveis pela criação e educação de seus filhos, têm o dever de prover os alimentos necessários para a manutenção da vida e do desenvolvimento adequado de seus filhos (Tartuce, 2022). No entanto, a obrigação alimentícia não se limita apenas aos pais biológicos, podendo estender-se a outros familiares, conforme a proximidade e a possibilidade de cada um (Dias, 2021). O direito à alimentação, pautado pela possibilidade do alimentante e pela necessidade do alimentado, tem como principal objetivo assegurar uma vida digna ao menor. Com o surgimento da multiparentalidade explica Lobo (2024), configura-se uma nova realidade familiar, onde diversos pais, tanto biológicos quanto socioafetivos, podem ser chamados a contribuir para a pensão alimentícia. Neste contexto, a multiparentalidade surge como um meio de ampliar as fontes de sustento do alimentado, permitindo um melhor compartilhamento das responsabilidades e garantindo a qualidade de vida necessária ao menor. O objetivo deste estudo é verificar como a multiparentalidade opera no contexto da pensão alimentícia, analisando a possibilidade de inclusão de pais socioafetivos no dever de sustento, e os efeitos dessa ampliação de vínculos na divisão dos custos necessários para o sustento do menor. A pesquisa foi realizada por meio de revisão documental, utilizando obras jurídicas e doutrinárias que tratam da multiparentalidade e da obrigação alimentar. Fontes analisadas sustentam a responsabilidade alimentícia, assim como as implicações da multiparentalidade nos casos de pensão alimentícia. Os resultados indicam que, em casos de multiparentalidade, a pensão alimentícia pode ser compartilhada entre os pais biológicos e socioafetivos. Essa possibilidade amplia o número de alimentantes e oferece mais recursos para atender às necessidades do menor, equilibrando as responsabilidades financeiras entre os pais e permitindo uma melhor qualidade de vida ao alimentado. Em diversas situações, os pais socioafetivos, com o reconhecimento da filiação, passam a ter o dever de contribuir com o sustento do menor, colaborando no financiamento das necessidades básicas e outras demandas relacionadas ao seu bem-estar. A discussão dos resultados evidencia que a multiparentalidade proporciona uma distribuição mais equitativa da responsabilidade financeira pelo sustento do menor. O aumento do número de genitores que podem contribuir para a pensão alimentícia resulta em um compartilhamento dos custos, ajustando-se às possibilidades de cada alimentante e minimizando os impactos financeiros. Essa divisão contribui para que o menor tenha

acesso aos seus direitos fundamentais, como alimentação, saúde, educação e lazer, com uma maior equidade entre os envolvidos. A responsabilidade alimentícia, portanto, se diversifica, atendendo ao princípio do melhor interesse da criança, e permitindo que as necessidades do menor sejam atendidas de maneira mais ampla. A multiparentalidade, ao permitir que mais pessoas possam contribuir para o sustento do menor, torna-se uma ferramenta importante para garantir que os custos para a manutenção do bem-estar do alimentado sejam rateados entre os pais. Esse compartilhamento é fundamental para atender ao princípio do melhor interesse do menor, assegurando que ele tenha acesso às condições necessárias para seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Família. Alimentos. Multiparentalidade. Filiação Socioafetiva.

Referências

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: Direito de Família. vol. 6. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

LOBO, Paulo. **Direito Civil**: Famílias. vol. 05. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

MADALENO, Rolf. **Manual de Direito de Família**. 4. ed. São Paulo: RT, 2022.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

A INTERVENÇÃO DOS ESTADOS DITATORIAIS NA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR

Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan
Mestre, docente UNIFAEMA, meloni.monteiro@gmail.com
Vanessa da Silva Bressan Monteiro
Bacharelanda em Direito, acadêmica da UNIFAEMA,
engenheiradepescavanessa@gmail.com
Gabriel Santos Dalla Costa
Especialista, docente da UNIFAEMA, gabriel.santos@unifaema.edu.br
Bruno Neves da Silva
Especialista, docente da UNIFAEMA, bruno.silva@unifaema.edu.br
Wanderson Vieira de Andrade
Especialista, acadêmico da UNIFAEMA, wandersonandrade.2@gmail.com

Ao longo da história, a família se configurou como um núcleo de resistência cultural e moral, sendo uma das principais formas de organização social e afetiva sociedade. Em regimes autoritários, no entanto, a família se torna um alvo de desarticulação, pois representa um espaço de autonomia e resistência ao controle estatal. Harari (2015) afirma que governos autoritários frequentemente buscam enfraquecer as estruturas familiares para consolidar seu poder. A relação dos laços familiares, cedeu lugar à importância das relações socioafetivas, sobretudo nos regimes totalitários, nos quais a intervenção estatal buscava minar a autoridade dos pais e dos valores familiares tradicionais. Ao enfraquecer esses laços, esses governos tentaram consolidar um controle absoluto sobre os indivíduos, sendo a família transformada em um instrumento da ideologia dominante. O objetivo é analisar como os regimes autoritários desestruturaram a organização familiar, enfatizando a instrumentalização da família como um mecanismo de controle social e político, e como as relações socioafetivas, em vez dos vínculos biológicos, passaram a ser utilizadas para reforçar a lealdade ao Estado. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental que abordam o impacto dos regimes autoritários sobre a estrutura familiar. A análise das políticas de intervenção estatal nas famílias, com base nas obras de Harari (2015, 2024), Orwell (2009), Solzhenitsyn (2017) e outros autores que discutem a relação entre autoritarismo e a desestruturação da família. Os resultados revelam que, em regimes autoritários, os vínculos familiares tradicionais foram enfraquecidos, sendo substituídos pela lealdade ao Estado. A instrumentalização das famílias por regimes como o soviético e o chinês transformou a estrutura familiar em um espaço de vigilância, onde a delação e a subordinação ao poder estatal passaram a ser incentivadas, colocando os cidadãos, inclusive crianças, contra seus próprios pais. O caso de Pavlik Morozov na União Soviética, que denunciou seu pai e se tornou um mártir, exemplifica essa distorção dos valores familiares (Harari, 2024). A análise indica que regimes totalitários buscaram enfraquecer as relações familiares para estabelecer uma relação direta entre o indivíduo e o Estado, segundo Solzhenitsyn (2017). A desestruturação das famílias visava criar uma sociedade sem laços afetivos fortes, onde a lealdade ao regime fosse a principal lealdade. A manipulação das crianças, incentivadas a denunciar seus próprios pais, como ocorrido no regime soviético, ou na obra 1984 de Orwell, exemplifica a tentativa de substituição da autoridade parental pela figura do Estado (Orwell, 2009). Esse tipo de intervenção

afetiva e familiar visava garantir a perpetuação do regime, enfraquecendo a resistência das estruturas familiares ao poder centralizado. A instrumentalização das famílias pelos regimes autoritários representa uma estratégia clara de controle social e político, transformando a estrutura familiar em um ponto de subordinação ao Estado. A história nos mostra que a repressão aos laços familiares, como ocorreu na União Soviética e em outras ditaduras, resultou em uma sociedade onde os valores tradicionais foram substituídos pela ideologia do regime. Essa análise destaca a importância da preservação da família como um espaço de resistência e autonomia frente às estruturas de poder.

Palavras-chave: Família. Biologia. Multiparentalidade. Filiação Socioafetiva.

Referências

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

HARARI, Yuval Noah. **Nexus**: Uma breve história das redes de informação da Idade da Pedra à inteligência artificial. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: Uma breve história da humanidade. São Paulo: L&PM Editores, 2015.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOLZHENITSYN, Aleksandr. **O Arquipélago Gulag**. Porto (Portugal): Porto Editora, 2017.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: direito de família. 19. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

OVERSHARETING DOS MENORES POR GENITORES EM REDES SOCAIS

Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan
Mestre, docente da UNIFAEMA, meloni.monteiro@gmail.com
Marina de Oliveira Ribeiro
Bacharelanda em Direito, acadêmica da UNIFAEMA, marina.ribeiro001@outlook.com
Nicólly Pietra de Aquino
Bacharelanda em Direito, acadêmica da UNIFAEMA, nicolly.47808@unifaema.edu.br
Wanderson Vieira de Andrade
Especialista, docente da UNIFAEMA, wandersonandrade.2@gmail.com
Bruno Neves da Silva
Especialista, docente da UNIFAEMA, bruno.silva@unifaema.edu.br

Com a popularização das redes sociais, diversas esferas da vida cotidiana, incluindo o contexto familiar, foram incorporadas ao ambiente virtual (Tartuce, 2022). As tecnologias, em especial as redes sociais, têm se tornado parte do dia a dia das famílias, sendo utilizadas para diversas finalidades, desde o simples compartilhamento de momentos familiares até a busca por retorno financeiro, por meio da exploração da imagem dos filhos (Azevedo, 2024). Nesse cenário, muitos pais acabam expondo o cotidiano de seus filhos menores, sem perceber os riscos envolvidos. Em um primeiro momento, a exposição pode não gerar maiores consequências, mas a superexposição, principalmente nas redes sociais, pode violar os direitos à intimidade e privacidade da criança, direitos esses garantidos pela Constituição Federal e por tratados internacionais (Ferrando, 2024). Nesse contexto, torna-se relevante analisar a relação entre o direito à intimidade e privacidade do menor e a exposição de sua imagem na internet. O presente estudo tem como objetivo verificar a relação entre a intimidade e a privacidade do menor em casos de exposição nas redes sociais. A pesquisa foi realizada por meio de uma análise documental, com base em obras jurídicas que abordam o direito à intimidade e privacidade do menor, especialmente no contexto da exposição nas redes sociais. Para tanto, foram consultados livros, artigos acadêmicos e outros materiais relevantes que discutem as implicações legais e os direitos da criança nesse cenário digital. Os resultados obtidos indicam que existe uma relação direta entre a intimidade e a privacidade do menor e a sua exposição nas redes sociais. Embora muitas vezes os pais não tenham a intenção de prejudicar seus filhos, a superexposição pode comprometer direitos fundamentais, como a privacidade, colocando em risco a integridade da criança, suas relações interpessoais e até sua segurança. Tais exposições, muitas vezes feitas de forma involuntária ou sem uma avaliação crítica dos riscos, podem levar a consequências prejudiciais a longo prazo. A discussão dos resultados revela, Ferrando (2024) e Azevedo (2024), que os direitos à intimidade e à privacidade da criança estão fortemente ligados às redes sociais, que ampliam os horizontes da exposição, muitas vezes além do controle dos pais. A superexposição nas redes sociais pode violar esses direitos, mesmo quando realizada de maneira não intencional. Embora os pais possam ter boas intenções, o impacto dessas exposições pode ser negativo para o desenvolvimento e bem-estar da criança. Em muitos casos, a falta de conscientização sobre os riscos pode agravar a situação, tornando necessário um maior cuidado ao compartilhar informações e imagens dos filhos na internet. É evidente a necessidade de um aprofundamento nos estudos sobre

as consequências da superexposição nas redes sociais, uma vez que as informações sobre as implicações jurídicas e os impactos negativos dessa prática ainda são escassas. É urgente a orientação aos pais sobre as boas práticas para o uso consciente das redes sociais, com o objetivo de preservar a intimidade e a privacidade de seus filhos.

Palavras-chave: Família. Intimidade. Privacidade. Filhos. Internet.

Referências

FERRANDO, Vitória Silva. ***Oversharing***: a superexposição de filhos nas redes sociais por pais influenciadores digitais. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário FAEMA, Ariquemes, 2024.

FONSECA, Dandara Ranna Azevedo. **A responsabilidade compartilhada dos stakeholders nas relações familiares em caso de *shareting***. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Centro Universitário FAEMA, Ariquemes, 2024.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

LOBO, Paulo. **Direito Civil**: Famílias. vol. 05. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

MADALENO, Rolf. **Manual de Direito de Família**. 4. ed. São Paulo: RT, 2022.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

A BIOLOGIA NA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR

Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan
Mestre, docente UNIFAEMA, meloni.monteiro@gmail.com
Vanessa da Silva Bressan Monteiro
Bacharelanda em Direito, acadêmica da UNIFAEMA,
engenheiradepescavanessa@gmail.com
Marina de Oliveira Ribeiro
Bacharelanda em Direito, acadêmica da UNIFAEMA, marina.ribeiro001@outlook.com
Francisco Jeverson Santos de Freitas Consoline
Especialista, acadêmico da UNIFAEMA, francisco.consoline@unifaema.edu.br
Wanderson Vieira de Andrade
Especialista, acadêmico da UNIFAEMA, wandersonandrade.2@gmail.com

A família, enquanto instituição central na sociedade, tem sido uma das mais transformadas ao longo dos anos, especialmente após o advento da Constituição de 1988 (Madaleno, 2022). Historicamente, as relações familiares eram estruturadas principalmente com base na biologia, onde a filiação era reconhecida com base nos vínculos sanguíneos. Contudo, a ascensão da socioafetividade, conceito que privilegia os laços afetivos ao invés da origem biológica, tem desafiado esse modelo tradicional (Gagliano e Pamplona Filho, 2022). A socioafetividade tem ganhado destaque no direito de família, ao permitir que relações de filiação e parentalidade se estabeleçam por meio do afeto, independentemente da biologia (Tartuce, 2024). O presente trabalho visa analisar como a biologia tem sido progressivamente afastada nas relações familiares em favor da socioafetividade, e como isso tem gerado uma reconfiguração do conceito de família, permitindo o reconhecimento de múltiplos pais ou mães, fenômeno conhecido como multiparentalidade. A metodologia adotada foi a pesquisa documental em obras jurídicas, com base na análise de doutrinas e jurisprudências sobre o tema da multiparentalidade, filiação socioafetiva e o papel do afeto no reconhecimento de vínculos familiares. Observou-se que, com o reconhecimento jurídico da socioafetividade, os aspectos biológicos passaram a ser secundários, permitindo a construção de vínculos familiares baseados no afeto, com impacto direto nas relações de filiação. A multiparentalidade, fenômeno em que um indivíduo pode ter mais de um pai ou mãe, tem sido cada vez mais aceita nas decisões judiciais, principalmente em casos envolvendo filiação socioafetiva. Em várias situações, o direito tem buscado assegurar o melhor interesse da criança, reconhecendo múltiplos vínculos parentais, seja biológico ou afetivo. A transformação das relações familiares no Brasil tem sido marcada pelo reconhecimento da socioafetividade, especialmente após decisões como as do STF, que firmaram a primazia da afetividade nas relações de filiação (Simão, 2023a; 2023b; 2024). Isso tem permitido que, além da filiação biológica, sejam reconhecidos os vínculos afetivos, configurando a multiparentalidade (Tartuce, 2024). Embora o direito ainda enfrente desafios para lidar com as complexidades da multiparentalidade, especialmente nas questões patrimoniais e de direitos sucessórios, a ampliação do conceito de família tem sido uma resposta às novas configurações sociais. Em um cenário jurídico em que a biologia já não é mais o único fator determinante para o reconhecimento da parentalidade, a multiparentalidade surge como uma solução para lidar com as diversas formas de

vínculos familiares. Contudo, o desafio de conciliar os direitos e deveres de múltiplos pais, além das implicações práticas, como a divisão de alimentos e heranças, ainda exige mais aprofundamento no campo jurídico. Assim, torna-se essencial que o direito de família continue a evoluir, com base nos princípios da dignidade humana e do melhor interesse da criança, para garantir uma aplicação justa da multiparentalidade em diversas situações.

Palavras-chave: Família. Biologia. Multiparentalidade. Filiação Socioafetiva.

Referências

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

MADALENO, Rolf. **Manual de Direito de Família**. 4. ed. São Paulo: RT, 2022.

SIMÃO, José Fernando. Afeto de valor jurídico: a perversão do "eu errei e muito". **Consultor Jurídico**, 17 dez. 2023. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2023-dez-17/afeto-de-valor-juridico-a-perversao-eu-errei-e-muito/. Acesso em: 26 mar. 2025.

SIMÃO, José Fernando. Afeto de valor jurídico: a perversão do "eu errei e muito" – Parte 2. **Consultor Jurídico**, 24 dez. 2023. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2023-dez-24/afeto-de-valor-juridico-a-perversao-eu-errei-e-muito-parte-2/. Acesso em: 26 mar. 2025.

SIMÃO, José Fernando. Afeto de valor jurídico: a perversão do "eu errei e muito" – Parte 3 (Final). **Consultor Jurídico**, 22 set. 2024. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2024-set-22/afeto-de-valor-juridico-a-perversao-eu-errei-e-muito-parte-3-final/. Acesso em: 26 mar. 2025.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: direito de família. 19. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS DIGITAIS NA ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, UNIFAEMA,
ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br
Thiago Francisco Moura Pereira
Graduando Administração, Centro Universitário FAEMA,
thiago.moura@unifaema.edu.br
Vitório Augusto Anastácio Pereira
Graduando Administração, Centro Universitário FAEMA,
vitorio.63125@unifaema.edu.br

O avanço tecnológico e a digitalização das relações sociais e econômicas têm transformado profundamente o modo como as organizações se comunicam e se estruturam, fazendo com que as mídias digitais se tornem protagonistas na administração contemporânea. Este estudo objetiva analisar como as mídias digitais influenciam a comunicação organizacional, os processos decisórios e a cultura interna das empresas, com base em uma revisão bibliográfica qualitativa fundamentada em livros e artigos científicos recentes. De acordo com Maximiano (2012), a administração moderna exige que os gestores estejam preparados para lidar com ambientes de mudança acelerada, em que o uso estratégico das tecnologias de informação torna-se uma competência essencial. Nesse contexto, as mídias digitais deixaram de ser meramente canais de marketing e passaram a ocupar um espaço central na gestão das organizações, tanto na comunicação externa quanto nas interações internas entre colaboradores. Andrade e Santos (2023) apontam que o marketing digital oferece vantagens competitivas importantes, como o alcance direcionado e a mensuração precisa dos resultados, favorecendo a tomada de decisões em tempo real. Além disso, o uso de plataformas digitais como Microsoft Teams, Slack e Google Workspace tem promovido ambientes de trabalho mais colaborativos, ágeis e integrados, como observado por Souza, Oliveira e Lima (2020), que destacam o impacto dessas ferramentas no engajamento e na produtividade das equipes. Silva e Costa (2021) complementam ao afirmar que a transformação digital só é efetiva quando acompanhada de mudanças na mentalidade organizacional e na formação de lideranças adaptativas, capazes de utilizar as tecnologias como alavancas para inovação e desenvolvimento sustentável. O uso consciente e estratégico das mídias digitais exige, portanto, que os administradores dominem não apenas os recursos tecnológicos, mas também compreendam as dinâmicas sociais e culturais envolvidas na comunicação digital. Conclui-se que, ao incorporar essas ferramentas de forma integrada à gestão, as organizações não apenas fortalecem sua presença no mercado, mas também constroem uma cultura organizacional mais transparente, participativa e preparada para os desafios da era digital.

Palavras-chave: Comunicação. Marketing. Transformação. Inovação.

Referências

ANDRADE, M. P.; SANTOS, L. F. **Marketing digital como estratégia para a competitividade empresarial**. Cadernos de Pós-Graduação, v. 12, n. 2, p. 45–60, 2023.
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, F. A.; COSTA, E. M. **Transformação digital nas organizações**: desafios e oportunidades para a gestão. Revista Gestão e Desenvolvimento, v. 18, n. 2, p. 45–62, 2021.

SOUZA, J. R. de; OLIVEIRA, A. C.; LIMA, D. A. **Influências do uso das mídias digitais no ensino superior: percepções de acadêmicos do curso de administração**. ResearchGate, 2020.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E OPORTUNIDADES ESTRATÉGICAS NA ADMINISTRAÇÃO DIGITAL

Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, UNIFAEMA,
ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br
Willian Sousa Lima
Graduando Administração, Centro Universitário FAEMA,
williansousalimawsl@gmail.com

O campo da administração tem experimentado mudanças profundas, impulsionadas pela digitalização acelerada, globalização econômica e demandas sociais crescentes, exigindo a revisão dos modelos clássicos de gestão e o desenvolvimento de competências multidisciplinares por parte dos gestores. Este estudo visa analisar os principais desafios e oportunidades da administração contemporânea, considerando tecnologias emergentes, liderança transformacional, inovação e sustentabilidade como eixos centrais. A pesquisa é de natureza qualitativa e baseada em revisão bibliográfica de publicações científicas recentes. Segundo CHIAVENATO (2014), a administração moderna deve ser compreendida como um processo dinâmico que integra pessoas, tecnologias e objetivos organizacionais, adaptando-se continuamente a contextos em transformação. Nesse sentido, o uso de big data e inteligência artificial tem se tornado essencial para a tomada de decisões estratégicas e para a melhoria da eficiência operacional, conforme FALSARELLA e JANNUZZI (2020), que defendem uma visão sistêmica da inteligência organizacional voltada à sustentabilidade. A liderança contemporânea, por sua vez, exige posturas mais humanizadas, voltadas à inclusão, à diversidade e à formação de ambientes colaborativos e inovadores. JOHANN e SILVA (2023) reforçam que a gestão da inovação precisa estar alinhada à sustentabilidade, especialmente em um cenário onde os consumidores e investidores valorizam práticas éticas e transparentes. A incorporação de modelos de trabalho híbridos e remotos também tem transformado a estrutura organizacional, oferecendo maior flexibilidade e impactando positivamente o equilíbrio entre vida pessoal e desempenho profissional. TACHIZAWA (2020) destaca que a responsabilidade social corporativa, aliada à gestão ambiental, torna-se diferencial competitivo nas empresas que almejam perenidade e legitimidade no mercado. Conclui-se que o novo perfil da administração exige domínio tecnológico, pensamento estratégico, criatividade e capacidade de liderar em ambientes incertos e em constante mudança. O gestor do século XXI precisa, assim, ser agente de inovação, promotor de valores sustentáveis e facilitador de transformações organizacionais que agreguem valor econômico e social de forma equilibrada.

Palavras-chave: Gestão estratégica. Organizacional. Liderança. Sustentabilidade. Tecnologia.

Referências:

CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

FALSARELLA, Oracyan Monteiro; JANNUZZI, Carlos Sérgio Corrêa. **Inteligência organizacional e competitiva e big data**: uma visão sistêmica para a gestão sustentável das organizações. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 25, n. 1, p. 179–204, abr. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22658. Acesso em: 28 mar. 2025.

JOHANN, Gustavo Bernardo; SILVA, Giliard. **Gestão estratégica da inovação orientada à sustentabilidade**: modelo de negócio e desempenho em empresas familiares.

BERTOLETTI JOHANN, G.; SILVA, G. Gestão estratégica da inovação orientada à sustentabilidade: modelo de negócio e desempenho em empresas familiares. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, *[S. l.]*, v. 13, n. 1, p. 192-214, 2023. DOI: 10.18696/reunir. v13i1.1051. Disponível em: https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/1051. Acesso em: 28 mar. 2025.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na sustentabilidade. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E DESAFIOS ESTRATÉGICOS NA ATIVIDADE DE VENDAS

Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, Unifaema,
ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br
Dannubio Henrique Matins
Graduando, Centro Universitário FAEMA, e-mail dannubio.martins@grupogvar.org

A atividade de vendas constitui um dos pilares centrais das organizações, exigindo dos profissionais habilidades técnicas e comportamentais que permitam compreender as necessidades do cliente, superar objeções e estabelecer relacionamentos duradouros. Este estudo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelos profissionais de vendas no ambiente contemporâneo, com destaque para as etapas do processo comercial, competências-chave e estratégias eficazes de abordagem e negociação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, embasada em revisão bibliográfica com obras publicadas entre 2015 e 2024. De acordo com Kotler e Keller (2019), o processo de vendas envolve não apenas a transferência de um produto ou serviço, mas uma sequência de interações que influenciam diretamente a percepção de valor por parte do consumidor. Isso exige domínio de técnicas como prospecção, escuta ativa, apresentação personalizada, gestão de objeções e ações de pós-venda, etapas essas que contribuem para a construção da confiança e fidelização do cliente. Ribeiro (2021) ressalta que, para obter alto desempenho, o vendedor precisa desenvolver competências como empatia, resiliência, inteligência emocional e conhecimento técnico do produto. Além disso, Gianesini (2018) argumenta que fatores psicológicos e emocionais são decisivos no momento da negociação, sendo o vínculo humano e a credibilidade percebida elementos determinantes no processo de decisão de compra. Outro aspecto relevante identificado na literatura é a necessidade de constante atualização profissional e alinhamento com as transformações do mercado, como o uso de ferramentas digitais, plataformas de CRM e métodos de automação. Também se observa que a motivação da equipe comercial e a valorização da função de vendas pelas lideranças organizacionais impactam diretamente a performance e o engajamento dos vendedores. Conclui-se que o profissional de vendas contemporâneo precisa integrar técnicas tradicionais com abordagens consultivas e humanizadas, aliando conhecimento técnico à capacidade de gerar conexões reais com os clientes. Recomenda-se o desenvolvimento contínuo de competências socioemocionais, o acompanhamento das tendências tecnológicas e a criação de estratégias personalizadas que atendam aos novos comportamentos de consumo, promovendo assim relações comerciais sustentáveis e eficazes.

Palavras-chave: Processo. Negociação. Cliente. Confiança.

Referências

GIANESINI, Silvana. A psicologia da venda: como influenciar clientes e aumentar resultados. São Paulo: Atlas, 2018.
KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2019.

RIBEIRO, Márcio Alexandre. Técnicas de vendas: estratégias para alta performance. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

EMPREENDEDORISMO CONTEMPORÂNEO - DÁ OPORTUNIDADE À GERAÇÃO DE VALOR SOCIAL E ECONÔMICO

Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, Unifaema,
ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br
Dinael Araujo
Graduando Administração, Centro Universitário FAEMA,
dinael.52765@unifaema.edu.br

O empreendedorismo constitui um fenômeno essencial para o desenvolvimento econômico e social, destacando-se pela capacidade de identificar oportunidades e convertê-las em soluções inovadoras que geram valor e resolvem demandas específicas da sociedade e do mercado (Dornelas, 2018). Este estudo objetiva explorar de forma ampla o fenômeno empreendedor, analisando diferentes modalidades como o empreendedorismo individual, corporativo, social e digital, destacando suas particularidades e contribuições específicas para o contexto atual. A pesquisa qualitativa fundamenta-se em revisão bibliográfica recente, utilizando fontes acadêmicas publicadas entre 2018 e 2023, coletadas em bases reconhecidas como SciELO e Google Scholar, abordando temas relevantes como inovação, gestão estratégica e análise do ambiente de negócios. Neste contexto, ressalta-se a importância de uma metodologia estruturada que inclua análise de mercado, elaboração detalhada de planos de negócios e estratégias eficazes para captação de recursos, destacando que tais práticas são fundamentais para reduzir riscos e aumentar as chances de sucesso dos empreendimentos (Dornelas, 2018). Além disso, evidencia-se que o ensino estruturado do empreendedorismo contribui significativamente para preparar indivíduos capazes de enfrentar os desafios contemporâneos, como burocracia excessiva, instabilidade econômica e intensa competitividade mercadológica, fatores esses que exigem não apenas resiliência e persistência, mas também habilidades gerenciais específicas e competências avançadas em liderança (Donabela, 2019). Observa-se ainda que os resultados esperados do empreendedorismo vão além da geração de lucro, incluindo impactos sociais positivos como criação de empregos, melhoria da qualidade de vida e fortalecimento econômico local e regional. Portanto, compreender e fomentar o empreendedorismo, por meio de políticas públicas adequadas e educação empreendedora efetiva, torna-se crucial para o desenvolvimento sustentável e contínuo progresso econômico e social (Kim, 2018). Conclui-se, assim, que o empreendedorismo representa uma ferramenta imprescindível para a promoção da inovação e o atendimento eficaz das demandas sociais emergentes, sendo recomendado ainda o aprofundamento em estudos que analisem detalhadamente a influência das políticas públicas e das práticas educacionais empreendedoras na criação e fortalecimento de ecossistemas de negócios dinâmicos, resilientes e acessíveis à sociedade.

Palavras-chave: Inovação. Gestão. Negócios. Estratégia.

Referências

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2018.

DONABELA, F. O ensino do empreendedorismo no Brasil: panorama e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, n. 2, p. 235-252, 2019.

KIM, W. Chan; MAUBORGNE, Renée. **A estratégia do oceano azul**: como criar novos mercados e tornar a concorrência irrelevante. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

GESTÃO ESTRATÉGICA E DESEMPENHO ORGANIZACIONAL - CAMINHOS PARA A COMPETITIVIDADE NO BRASIL

Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, Unifaema,
ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br
Fernanda Fachiano de Souza
Graduanda Administração, Centro Universitário FAEMA,
fernanda.58668@unifaema.edu.br

A gestão estratégica tem se consolidado como uma prática essencial para a sustentabilidade e o crescimento das empresas, especialmente em cenários caracterizados por intensa competição, instabilidade econômica e avanços tecnológicos. Este estudo teve como objetivo investigar de que forma a gestão estratégica impacta o desempenho das organizações brasileiras, com foco em variáveis como planejamento, cultura organizacional, gestão de pessoas e inovação. A pesquisa foi de natureza qualitativa, baseada em revisão bibliográfica com obras publicadas entre 2017 e 2021. De acordo com Lanzer (2017), o alinhamento entre os objetivos estratégicos e a cultura organizacional é determinante para a efetividade das ações corporativas. O planejamento estratégico, quando bem executado, contribui para o uso mais racional dos recursos, redução de desperdícios e resposta rápida às mudanças ambientais. Já Santos (2021) destaca que a gestão de pessoas orientada estrategicamente fortalece o engajamento e a retenção de talentos, aspectos fundamentais para a construção de uma vantagem competitiva duradoura. Outro fator relevante é a capacidade das empresas de traduzirem seus valores e metas em práticas cotidianas consistentes, reduzindo conflitos internos e promovendo um ambiente colaborativo. A literatura aponta ainda que características socioculturais brasileiras, como criatividade, adaptabilidade e flexibilidade, podem funcionar como ativos estratégicos quando canalizadas adequadamente para inovação e resolução de problemas. Conforme Bertaglia (2011), a integração entre planejamento estratégico e execução operacional é um dos maiores desafios das empresas brasileiras, sendo a clareza de objetivos e o acompanhamento sistemático dos resultados elementos centrais para o sucesso. Conclui-se que a gestão estratégica deve ser compreendida como um processo contínuo, que integra todos os níveis da organização e promove sinergia entre estrutura, cultura e pessoas. Recomenda-se que os gestores invistam em ferramentas de planejamento e análise, bem como na capacitação de líderes capazes de articular a estratégia à prática cotidiana. Além disso, torna-se essencial aprofundar o estudo sobre as metodologias utilizadas nas empresas brasileiras para que se possa avaliar com maior precisão sua eficácia e impacto no desempenho organizacional em médio e longo prazo.

Palavras-chave: Planejamento. Gestão. Eficiência operacional.

Referências

BERTAGLIA, Paulo Roberto. **Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LANZER, F. **Clima e cultura organizacional**: entender, manter e mudar. São Paulo: Atlas, 2017.

SANTOS, N. M. B. F. **Cultura organizacional e desempenho**: pesquisa, teoria e aplicação. 2. ed. São Paulo: Saint Paul, 2021.

INOVAÇÃO, RESILIÊNCIA E COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR PERSPECTIVAS ATUAIS NA ADMINISTRAÇÃO

Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, UNIFAEMA,
ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br
Rita de Cassia Silva dos Santos
Graduanda Administração, Centro Universitário FAEMA, rita.52584@unifaema.edu.br

A administração contemporânea é marcada por constantes transformações sociais, tecnológicas e econômicas que impactam diretamente as estratégias organizacionais. Este estudo tem como objetivo discutir temas atuais que configuram desafios e oportunidades para as organizações modernas, com foco em inteligência artificial, resiliência organizacional, comportamento do consumidor, estratégias sociais e educação empresarial. Conforme Chiavenato (2021), a tecnologia transformou profundamente a forma de tomar decisões, e a aplicação da inteligência artificial tem potencializado a análise preditiva e a automação dos processos gerenciais, gerando maior eficiência operacional. Já Mintzberg (2010) destaca que a resiliência organizacional é uma competência essencial para empresas que desejam sobreviver em ambientes voláteis, sendo necessária a adoção de estruturas flexíveis, processos adaptativos e culturas organizacionais orientadas à aprendizagem contínua. Por outro lado, o comportamento do consumidor também tem se alterado significativamente, tornando-se mais emocional e impulsivo. Segundo Solomon (2016), aspectos como valores pessoais, experiências anteriores e influências sociais afetam diretamente a decisão de compra, exigindo das empresas estratégias de marketing cada vez mais segmentadas e personalizadas. No campo das estratégias sociais, as organizações têm buscado desenvolver capacidades dinâmicas que lhes permitam ajustar suas ações às novas exigências ambientais e sociais, promovendo impacto positivo na comunidade e fortalecendo sua imagem pública. Além disso, a gestão de stakeholders passou a exigir maior transparência e responsabilidade corporativa, influenciando diretamente a percepção de valor e a fidelização do público. Por fim, o papel da educação empresarial ganha destaque como fator decisivo para o sucesso das micro e pequenas empresas, que dependem diretamente da qualificação de seus gestores para a sobrevivência e expansão no mercado. Investimentos em capital humano tornam-se indispensáveis para garantir decisões mais assertivas e inovadoras. Conclui-se que o sucesso organizacional sustentável depende de uma abordagem integrada, que combine inovação tecnológica, inteligência emocional, responsabilidade social e investimentos em capacitação como pilares estratégicos da gestão atual.

Palavras-chave: Inteligência artificial. Resiliência. Comportamento do consumidor. Estratégias sociais. Educação empresarial.

Referências

CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

MINTZBERG, Henry. Estrutura e dinâmica das organizações. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

SOLOMON, Michael R. O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

MARKETING DIGITAL E CRIAÇÃO DE VALOR NAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS CONTEMPORÂNEAS

Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, Unifaema,
ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br
Fabiana Possamai Gomes
Graduanda Administração, Centro Universitário FAEMA,
fabiana.44551@unifaema.edu.br

O marketing digital tem se tornado uma ferramenta estratégica essencial nas organizações contemporâneas, moldando novas formas de interação com o consumidor e redefinindo os modelos de negócio tradicionais. Este estudo tem como objetivo analisar a evolução do marketing diante da incorporação das tecnologias digitais, destacando seus impactos nas estratégias organizacionais e na criação de valor. Com base em uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, foram utilizadas obras clássicas e contemporâneas publicadas entre 1992 e 2024. Segundo Kotler (2000), o marketing deixou de ser apenas uma atividade promocional para assumir papel central na definição de estratégias voltadas à satisfação do cliente e à diferenciação competitiva. Com o avanço da internet e das tecnologias de informação, práticas como segmentação personalizada, análise de dados e uso de algoritmos passaram a direcionar as ações de marketing com mais precisão, conforme observam Gabriel e Kiso (2020). As empresas passaram a utilizar ferramentas como SEO, anúncios pagos, e-commerce e redes sociais para construir relacionamentos duradouros com os consumidores e influenciar o comportamento de compra em tempo real. Nesse novo cenário, o consumidor exerce um papel ativo, buscando informações, avaliando alternativas e compartilhando experiências, o que, de acordo com Cobra (1992), exige das organizações uma postura proativa, flexível e centrada no cliente. Além disso, tendências como marketing de influência, storytelling e o uso da inteligência artificial vêm ganhando espaço como meios de personalização e engajamento emocional. A análise aponta ainda que, para manter sua relevância, as empresas devem incorporar não apenas ferramentas digitais, mas também princípios como responsabilidade social e inovação contínua. O marketing, assim, deixa de ser apenas um conjunto de técnicas e se transforma em uma filosofia de gestão que integra todos os setores da organização. Conclui-se que o domínio das práticas de marketing digital é indispensável para a construção de estratégias competitivas sustentáveis, sendo fundamental que os gestores compreendam seu potencial para gerar valor tanto econômico quanto social, por meio da conexão eficaz entre marcas e consumidores em ambientes digitais.

Palavras-chave: Consumidor. Inovação. Social.

Referências:

COBRA, M. **Administração de marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

GABRIEL, M.; KISO, R. **Marketing na era digita**l: conceitos, plataformas e estratégias. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

KOTLER, P. **Administração de marketing: a edição do novo milênio**. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

A ATUAÇÃO DO LÍDER NA MELHORA DO CLIMA ORGANIZACIONAL DAS EMPRESAS.

Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, Unifaema,
ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br
Luís Guilherme David Miranda
Graduando Administração, Centro Universitário FAEMA, luis.52875@unifaema.edu.br

A liderança exerce papel determinante na construção e manutenção de um ambiente organizacional saudável, influenciando diretamente a motivação, o engajamento e a produtividade dos colaboradores. Este estudo tem como objetivo analisar como a atuação do líder impacta no clima organizacional das empresas, considerando que esse clima reflete a percepção coletiva sobre o ambiente de trabalho, envolvendo aspectos como satisfação pessoal, relações interpessoais e qualidade da comunicação. Segundo BERGUE (2010), o clima organizacional influencia diretamente os comportamentos individuais e coletivos nas organizações, sendo o líder peça-chave para modelar esse ambiente. A pesquisa evidencia que práticas como feedback contínuo, reconhecimento de conquistas e escuta ativa são fundamentais para consolidar um ambiente de respeito mútuo e crescimento conjunto. De acordo com FLEURY e FISCHER (1996), a liderança eficaz vai além da autoridade formal, requerendo habilidades interpessoais e sensibilidade à cultura organizacional. A liderança participativa e empática contribui para a retenção de talentos, estimula a criatividade e melhora os processos internos, sendo cada vez mais valorizada em organizações que buscam inovação e sustentabilidade. Em contrapartida, líderes que ignoram a importância do clima organizacional tendem a promover ambientes tóxicos, nos quais a alta rotatividade e a baixa produtividade se tornam recorrentes. Conforme MARRAS (2011), o comportamento do líder é um dos fatores mais impactantes no ambiente de trabalho, e sua conduta pode gerar tanto estímulo quanto desmotivação. É necessário, portanto, um equilíbrio entre a busca por resultados e o cuidado com o bem-estar das equipes, considerando que o desempenho sustentável depende diretamente da saúde emocional dos colaboradores. Dessa forma, compreende-se que o líder moderno deve adotar uma postura humanizada, pautada em empatia, comunicação assertiva e flexibilidade, alinhando suas ações aos valores institucionais. Conclui-se que a liderança, quando bem exercida, é elemento-chave para garantir um clima organizacional positivo, gerando impactos diretos na eficiência operacional e no alcance dos objetivos estratégicos da organização.

Palavras-chave: Gestão de equipes. Ambiente corporativo. Cultura organizacional.

Referências

BERGUE, Sandro Tadeu. **Clima organizacional**: como medi-lo e entender seus efeitos nas organizações públicas. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 61, n. 4, p. 371-398, out./dez. 2010.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. **Cultura e poder nas organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos**: do operacional ao estratégico. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

A SEGUIMENTAÇÃO DO DIREITO FORENSE: A IMPORTÂNCIA DA APLICAÇÃO DA PSICOLOGIA FORENSE NO TRIBUNAL DO JÚRI PERANTE A ANÁLISE DA LINGUAGEM CORPORAL DO RÉU

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Júlia Vitória Roratto Viecili
Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: julia.45502@unifaema.edu.br
Rubens Darolt Júnior
Especialista em Direito e Processo Tributário, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: rubens.darolt@unifaema.edu.br

O instituto do Tribunal do Júri, analisado conjuntamente com seus aspectos intrínsecos e extrínsecos de sua garantia fundamental perante a integridade moral do réu, nada mais é do que um julgamento onde propendera a soberania popular, diante do equilibro em busca da ordem social. O que aparenta ser uma prática processual penal simples, só é vista com a devida seriedade no momento em que se compreende o que de fato está em jogo em seu decorrer, com impactos que afetam intensamente a vida dos que dele dependem. Dentre os direitos em que estão em discussão, os principais são o direito à vida e a liberdade, os quais são defendidos pela Carta Magna (Brasil, 1988), onde, em casos em que esses não são respeitados, entende-se que as penas devem ser duramente aplicadas, isto é, quanto mais valorizado um bem violado, exclui-se a possibilidade de reparação de outras naturezas (Schritzmeyer, 2012). Assim, o objetivo geral da pesquisa é demonstrar como a análise da linguagem corporal do réu pode demonstrar o real caráter de culpa pelo crime cometido. Além disso, como objetivos específicos, almeja-se: definir a linguagem corporal e como funciona na aplicação prática; analisar como a psicologia forense e o direito penal a comportam; além disso, buscar formas de aplicação dessa psicologia analítica para o contexto real do Tribunal do Júri, buscando aplicar a pena corretamente aos que realmente a merecem. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, com base na análise de livros e artigos científicos, bem como da legislação vigente no ordenamento jurídico pátrio, além da descritiva e hipotética, detalhando as características desta temática, buscando formas de aplicação ao contexto social. Essa estratégia permite uma compreensão ampla da realidade enfrentada pelos julgados no Tribunal do Júri, contextualizando juridicamente os fenômenos abordados e destacando o descompasso entre a aplicação objetiva da lei e o real contexto fático dos casos. A aplicação de técnicas mais aprimoradas, em julgamentos de alta complexidade, demonstram maior resguardo na aplicação efetiva da lei, a qual tem por prioridade o respeito aos direitos primordiais protegidos pela Constituição, visto que também são os mesmos em discussão, em busca de não condenar um homem inocente (Del Alamo; Servo, 2023). Sabe-se que, durante a interação entre os seres vivos é perfeitamente possível, com base em observações criteriosas, identificar sinais corporais positivos ou negativos para que possa acrescentar ou modificar sua mensagem (Doroteu; Moura, 2017). Ademais, a expressão corporal transmite informações de maneira conjunta com as palavras, enquanto se escolhe quais palavras usar ou quando se é exposto a situações de alta carga cognitiva, o nosso corpo já emitiu uma expressão emocional que pode ou não estar de acordo com o que falamos (Santos, 2021). Logo, as considerações finais apontam

para a necessidade de repensar a atuação Estatal na proteção dos direitos fundamentais Constitucionais, reconhecendo a necessidade da aplicação de abordagens mais aprofundadas de análise dos réus, a fim de identificar se o que ele explana com seu comportamento condiz com o que lhe está sendo imputado.

Palavras-chave: Análise Comportamental. Culpa. Crime. Júri Popular.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 abr. 2025.

DEL ALAMO, Nayara Bueno; SERVO, Marina Calanco. Programação neurolinguística e linguagem corporal aplicados no tribunal do júri: o uso de elementos extrajurídicos para sugestionar os jurados. **Revista Unifev: Ciência & Tecnologia**, v. 3, n. 2, p. 95-122, 2023. Disponível em: https://periodicos.unifev.edu.br/index.php/revistaunifev/article/view/1911. Acesso em: 06 abr. 2025.

DOROTEU, Leandro Rodrigues; MOURA, Carlos Vinícius Branco de. O aperfeiçoamento da defesa no plenário do Tribunal do Júri pela aplicabilidade de estratégias persuasivas utilizando a linguagem não verbal. **Projeção, Direito e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 123-133, 2017. Disponível em: https://projecaociencia.com.br/index.php/Projecao2/article/view/839/757. Acesso em: 06 abr. 2025.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. **Jogo, ritual e teatro: um estudo antropológico do Tribunal do Júri**. Terceiro Nome, 2012.

SANTOS, Vitor. **Linguagem corporal: Guia prático para analisar e interpretar pessoas**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fontanar, 2022.

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA ECONOMIA MUNDIAL

Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, UNIFAEMA,
ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br

A pandemia da COVID-19 desencadeou uma crise global sem precedentes, impactando profundamente a saúde pública, as relações sociais e, especialmente, a economia mundial. Este estudo objetiva analisar os impactos econômicos da pandemia, destacando as variações do Produto Interno Bruto (PIB), taxas de desemprego e índices das bolsas de valores globais. Adotou-se uma abordagem quantitativa baseada em pesquisa exploratória e análise estatística de dados obtidos nas plataformas Trading Economics, Investing.com e World Federation of Exchanges, abrangendo os quatro trimestres de 2019 e os dois primeiros trimestres de 2020. A amostra inicial compreendeu 24 países com maior capitalização de mercado, dos quais alguns foram excluídos por insuficiência de dados confiáveis. Os resultados evidenciaram uma retração média significativa do PIB nos dois primeiros trimestres de 2020, com quedas de -2,59% e -11,65%, respectivamente, o que confirma os apontamentos de Fernandes (2020), ao demonstrar que o choque sanitário reduziu drasticamente a atividade econômica global. A elevação nas taxas de desemprego observada no mesmo período reforça os argumentos de Mello et al. (2020), que destacam o agravamento das desigualdades sociais e a vulnerabilidade estrutural dos mercados de trabalho diante de crises inesperadas. A forte volatilidade das bolsas, com quedas abruptas e recuperações parciais, reflete ainda o cenário de incerteza e instabilidade apontado por Senhoras (2020), segundo o qual os mercados financeiros tornaram-se extremamente sensíveis às variações de expectativas durante a pandemia. A análise conjunta revelou que os países com maiores quedas no PIB também apresentaram os aumentos mais expressivos nas taxas de desemprego. Conclui-se que a pandemia afetou diretamente os principais indicadores econômicos globais, evidenciando a necessidade urgente de políticas públicas eficazes voltadas à recuperação econômica e ao fortalecimento das estruturas produtivas. Recomenda-se a ampliação futura das análises para períodos mais longos, incorporando variáveis adicionais como inflação, dívida pública e investimentos em saúde, a fim de aprofundar a compreensão dos efeitos duradouros desta crise global.

Palavras-chave: Taxa de desemprego. COVID-19. Mercados financeiros.

Referências

FERNANDES, Nuno. **Economic effects of coronavirus outbreak** (COVID-19) on the world economy. SSRN, 2020. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3557504>. Acesso em: 11 nov. 2020.

MELLO, Guilherme et al. **A coronacrise**: natureza, impactos e medidas de enfrentamento no Brasil e no mundo. Campinas: Cecon, IE/UNICAMP, 2020. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/2020_04_08_mello_coronacrise.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2020.

SENHORAS, Elimar Pinheiro do Nascimento. **Novo coronavírus e seus impactos econômicos no mundo**. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 1, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/boletimdeconjuntura/article/view/3310>. Acesso em: 11 nov. 2020.

UM OLHAR SOBRE O NÍVEL DE CONHECIMENTO FINANCEIRO DOS ACADÊMICOS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DE UMA FACULDADE NA REGIÃO DO VALE DO JAMARI

Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, UNIFAEMA,
ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br

A educação financeira constitui uma ferramenta essencial para promover o equilíbrio econômico pessoal e coletivo, destacando-se como fundamental para o desenvolvimento da autonomia financeira dos indivíduos, especialmente no contexto acadêmico (Amadeu et al., 2009). Este estudo teve como objetivo avaliar o nível de conhecimento financeiro dos acadêmicos dos cursos de Ciências Contábeis e Administração de uma faculdade localizada na região do Vale do Jamari, Rondônia. A pesquisa adotou abordagem quantitativa, com natureza descritiva e método de levantamento de campo, utilizando como instrumento um questionário estruturado aplicado por meio do Google Forms, inspirado em modelos validados por estudos anteriores semelhantes (Borges, 2010). O levantamento foi realizado em 2021 e envolveu alunos regularmente matriculados nos períodos 1º, 3º e 5º de Administração e 3º, 5º e 7º de Ciências Contábeis, totalizando uma amostra de 46 respondentes. Predominaram indivíduos do sexo feminino, na faixa etária entre 21 e 30 anos. A análise dos dados revelou que a maioria dos participantes afirma possuir certo conhecimento sobre finanças pessoais e apresenta uma postura cautelosa em relação aos investimentos, corroborando Alexandre (2019), que ressalta ser comum investidores iniciantes adotarem perfis mais conservadores ou moderados devido ao receio inicial diante do mercado financeiro. As fontes de conhecimento financeiro mais mencionadas pelos participantes foram a faculdade, a família e materiais audiovisuais disponíveis em plataformas digitais. Embora a maior parte dos alunos tenha manifestado preferência por aplicações mais seguras, como poupança e fundos de investimento, quando questionados sobre o melhor tipo de investimento, muitos indicaram ativos de renda variável, como ações e fundos imobiliários, sugerindo um interesse crescente em explorar opções financeiras mais arrojadas. As considerações finais destacam a importância de incorporar conteúdo de educação financeira nas grades curriculares das instituições de ensino superior, estratégia apontada por Amadeu et al. (2009) como essencial para formar profissionais preparados para gerir adequadamente suas finanças pessoais e contribuir de maneira consciente ao ambiente econômico. Recomenda-se ainda a continuidade das pesquisas sobre o tema para acompanhar a evolução do comportamento financeiro dos estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica.

Palavras-chave: Educação financeira. Mercado financeiro. Conhecimento. Acadêmicos.

Referências

ALEXANDRE, A. N. **Investimentos no mercado financeiro**: usando uma calculadora HP 12C. Rio de Janeiro: Gen, 2019.

AMADEU, J. R. et al. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento**: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. 2009. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/47.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2020.

BORGES, P. R. S. Educação financeira e sua influência no comportamento do consumidor no mercado de bens e serviços. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 10., 2010, Palmas. **Anais** [...]. Palmas: IFTO, 2010.

LIDERANÇA E MOTIVAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Luciana Carvalho Rodrigues
Graduando em Administração, pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
luciana.50901@unifaema.edu.br
Tiago Laddaga Dias
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
tiago.dias@unifaema.edu.br
Pâmela da Silva Roberto
Graduando em Administração, pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
pamelaroberto00@gmail.com

A liderança e motivação no ambiente de trabalho é fundamental na formação de uma organização, influencia diretamente no engajamento e na produtividade dos colaboradores. O objetivo desse estudo é destacar a importância da liderança e da motivação no ambiente de trabalho para o sucesso da organização. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica, com base em autores nacionais e internacionais sobre liderança e motivação no ambiente de trabalho. A liderança e a motivação são elementos cruciais para o sucesso das organizações, impactando diretamente o desempenho e o bem-estar dos colaboradores. Chiavenato (2010) afirma que a liderança é a capacidade de influenciar pessoas a trabalhar em direção a um objetivo comum, sendo essencial para a direção e o desenvolvimento das organizações. Segundo ele, a liderança é responsável por criar um ambiente que favorece a realização das metas da empresa, ao mesmo tempo em que atende às necessidades e expectativas dos colaboradores. A motivação, por sua vez, está ligada ao desejo interno de alcançar objetivos, o que ocorre de forma hierárquica, com necessidades básicas sendo atendidas antes das necessidades mais elevadas, como a autorrealização. A motivação também é altamente influenciada pelo estilo de liderança. A liderança transformacional, como defendem Bass e Riggio (2006), é um estilo eficaz para gerar motivação intrínseca, pois inspira os colaboradores a transcender interesses pessoais em benefício do grupo. Essa liderança cria uma visão inspiradora e oferece suporte contínuo para o desenvolvimento individual e fatores motivacionais, como reconhecimento e oportunidades de crescimento, que são essenciais para o engajamento dos funcionários. No cenário brasileiro, Dutra (2011) reforça que a motivação no trabalho está diretamente relacionada à satisfação das necessidades dos colaboradores, e a liderança deve ser capaz de identificar e atender essas necessidades. Além disso, Robinson e Judge (2019) destacam a importância da comunicação clara e do reconhecimento contínuo por parte dos líderes para criar um ambiente onde os colaboradores se sintam valorizados e motivados a alcançar as metas da organização. Portanto, a interação entre liderança e motivação é fundamental para o desempenho organizacional. Robinson e Judge (2019) afirmam que líderes que envolvem seus colaboradores nas decisões e reconhecem suas conquistas geram um ambiente positivo, onde a colaboração e o engajamento são incentivados. Conclui-se que a liderança e motivação no ambiente de trabalho é fundamental para a construção de um ambiente organizacional saudável, sendo capaz de transformar o clima interno e elevar resultados por meio da aplicação dos métodos informado.

Palavras-chave: Autorrealização. Engajamento. Satisfação. Reconhecimento. Desempenho.

Referências

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração.** *9. ed.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Disponível em: https://profeltonorris.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/02/livro-teoria-geral-da-administrac3a7c3a3o.pdf. Acesso em 04 de abril de 2025.

SILVA, T. F.; SANTOS, A. R. **Liderança e Motivação no Ambiente de Trabalho:** A importância do feedback e da comunicação. Revista Brasileira de Administração, *v. 35, n. 2, p. 213-224, 2019.* Disponível em: https://www.revistas.adm.br. Acesso em: 4 abr. 2025.

BASS, Bernard M.; RIGGIO, Ronald E. **Transformational Leadership.** *2. ed.* Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2006.

NORTHOUSE, Peter G. **Leadership:** Theory and Practice**.** *8. ed.* Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018.

ROBINSON, Stephen P.; JUDGE, Timothy A. **Organizational Behavior.** *18. ed.* Boston: Pearson, 2019.

OS IMPACTOS DAS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA NAS APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS TRABALHADORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Anderson da Silva Ramos Coelho
Acadêmico de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: anderson.48172@unifaema.edu.br
Wanderson Vieira de Andrade
Especialista em Direito Previdenciário, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: wanderson.andrade@unifaema.edu.br

A Previdência Social representa um dos pilares fundamentais da proteção social no Brasil, especialmente no que tange à seguridade dos servidores públicos. Nas últimas décadas, sucessivas reformas previdenciárias têm redesenhado significativamente o arcabouço jurídico e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), afetando diretamente os direitos e as expectativas de milhares de trabalhadores vinculados ao serviço público, sobretudo em âmbito municipal. Com foco nas EC n.º 20/1998, 41/2003, 47/2005 e 103/2019, que alteraram as regras de aposentadoria e pensão no âmbito do serviço público, impactando as expectativas de direito desses trabalhadores, as mudanças imprimem à administração um caráter contraditório (Souza Filho; Gurgel, 2016, p. 33). Observa-se que a Emenda Constitucional n. 103/2019, além de reduzir o valor dos benefícios, eliminou o reajuste com base na paridade, restringindo-se à simples reposição inflacionária para os servidores públicos (Schmidt, 2021, p. 265-266). Para tanto, o objetivo geral é examinar como tais reformas influenciaram as regras dos benefícios dos servidores públicos, com destaque para as mudanças na fórmula de cálculo, nos critérios de idade mínima e tempo de contribuição, bem como os efeitos financeiros sobre os inativos. Os objetivos específicos incluem: identificar os principais pontos de alteração trazidos por cada uma das emendas constitucionais citadas; compreender a justificativa legal e econômica para essas mudanças; analisar os reflexos dessas reformas sobre a vida funcional e previdenciária dos servidores municipais; e discutir os efeitos práticos dessas reformas para o equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS. A metodologia adotada será a pesquisa bibliográfica e analítica, com base em obras doutrinárias, artigos acadêmicos, legislações e documentos oficiais que tratem dos RPPS. Também serão utilizados dados e estudos técnicos de instituições como o MPS, TCE e entidades representativas de servidores, para embasar a análise crítica sobre os impactos das reformas. Serão abordadas questões como a transição de regras e os mecanismos criados para suavizar os efeitos das reformas, os quais, na prática, impuseram novos obstáculos ao direito à aposentadoria, como a exigência de idades mínimas mais elevadas, alíquotas contributivas mais altas e o aumento da base de cálculo. Nesse contexto, Novais e Santos (2015, p. 2) interpreta que a reforma do Estado integra um processo mais amplo de reestruturação do sistema capitalista, iniciado após a crise econômica da década de 1970. O trabalho também se propõe a discutir o discurso de equilíbrio financeiro e atuarial utilizado para justificar as reformas, confrontando-o com os impactos sociais e humanos

sobre os servidores. Por fim, o estudo buscará apresentar um panorama equilibrado entre a necessidade de sustentabilidade dos regimes previdenciários e a preservação dos direitos dos servidores, em especial nos municípios, que enfrentam desafios específicos em razão da sua estrutura fiscal limitada e do envelhecimento do quadro funcional. Pretende-se, com isso, contribuir para o debate acadêmico e institucional sobre os rumos da previdência pública no Brasil.

Palavras-chave: Benefícios. Município. Previdência social. Servidor público.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 abr. 2025.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE); ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (ANFIP). ***Previdência:*** *reformar para excluir?* Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da previdência social brasileira. Brasília: DIEESE/ANFIP, 2017 48 p. (Documento síntese). Disponível em: https://www.dieese.org.br/livro/2017/previdenciaSintese.html. Acesso em: 04 abr. 2025.

NOVAIS. Liliane Capilé Charbel; SANTOS, Fernando Roberto Souza Santos. Estrutura da contrarreforma do Estado e seus impactos nas políticas sociais: o caso de Mato Grosso. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas.** UFMA. São Luís: 2015. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/estrutura-da-contrarreforma-do-estado-e-seus-impactos-nas-politicas-sociais-o-caso-de-mato-grosso--1995-2006-.pdf. Acesso em: 06 mar. 2025.

SALVADOR, Evilasio da Silva. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serviço Social & Sociedade**, p. 426-446, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/mT566rdLKQ8crx5qQ4z7W9k/?format=html. Acesso em: 06 mar. 2025.

SCHMIDT. Jonas Albert. **RPPS:** entre a política social e o mercado financeiro: o processo de financeirização da previdência do servidor público. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

SOUZA FILHO, Rodrigo; GURGEL, Cláudio. **Gestão democrática e serviço social:** princípios e propostas para a intervenção crítica**.** São Paulo, Cortez, 2016.

ELAS TAMBÉM MATAM: A MENTE CRIMINOSA POR TRÁS DAS *SERIAL KILLERS* FEMININAS

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Bruno Neves da Silva
Especialista em Direito Público, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: bruno.silva@unifaema.edu.br
Anne Caroline Mattos Almeida
Acadêmica de Direito, Centro Universitário
FAEMA, e-mail: anne.47008@unifaema.edu.br.
Rubens Darolt Júnior
Especialista em Direito e Processo Tributário, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: rubens.darolt@unifaema.edu.br

A forma como a mídia e a cultura popular retratam mulheres assassinas colabora significativamente para a perpetuação de estereótipos de gênero que impactam não apenas a percepção social dessas mulheres, mas também seu tratamento jurídico. Este artigo propõe uma análise crítica dessas representações, com o objetivo de compreender como os estigmas associados ao feminino influenciam investigações, julgamentos e condenações no contexto de crimes em série. Parte-se da premissa de que o estudo do perfil de criminosas, assim como o de criminosos, é um instrumento fundamental para o aprimoramento das práticas investigativas e para a compreensão aprofundada da dinâmica criminal. Dentre os objetivos específicos, destacam-se: analisar a influência do gênero nos processos penais que envolvem mulheres; investigar como a mídia e o entretenimento moldam o imaginário coletivo sobre assassinas em série; e refletir sobre os possíveis vieses e lacunas do sistema de justiça criminal ao lidar com a violência cometida por mulheres. Justifica-se, portanto, a necessidade de desconstruir a ideia de que a violência em série é um fenômeno exclusivamente masculino (Costa; Mairink; Abrão, 2021). Como pontua Telfer (2019), a sociedade tende a suavizar a violência feminina ao enquadrá-la em padrões de feminilidade, o que muitas vezes encobre a real gravidade dos atos praticados. A pesquisa utilizou metodologia qualiquantitativa, com base em revisão bibliográfica de obras e artigos científicos, priorizando uma abordagem descritiva e analítica dos perfis comportamentais, motivações e contextos de vida das chamadas *serial killers*. Os resultados revelam que, frequentemente, a violência feminina é interpretada como uma exceção, sendo justificada por fatores emocionais, transtornos mentais ou traumas, revelando uma espécie de “amnésia coletiva” quanto à capacidade da mulher de praticar violência premeditada (Schechter, 2013). A discussão evidencia que a mídia, ao retratar essas mulheres como “anjos vingadores”, “viúvas negras” ou “monstros maternais”, contribui para narrativas que alternam entre a vitimização e a demonização, dificultando o reconhecimento de suas ações como crimes planejados; no Judiciário, padrões de julgamento revelam resistência em aplicar penas com a mesma severidade observada em casos protagonizados por homens, com tentativas recorrentes de enquadrá-las em narrativas de insanidade ou descontrole emocional, comprometendo a imparcialidade judicial. Assim, nas considerações finais, destaca-se a urgência de incorporar a criminologia crítica e os estudos de gênero na formação de profissionais do

Direito e da segurança pública, bem como de desenvolver protocolos jurídicos que assegurem julgamentos equânimes, livres de estereótipos, reconhecendo que a capacidade de cometer crimes não é determinada pelo gênero (Tanizaka; Orellana; Barreto, 2023), rompendo com o tabu da "fragilidade feminina" e promovendo uma justiça que enxergue o ser humano para além dos mitos sociais que o cercam.

Palavras-chave: Criminologia feminina. Psicopatia. Comportamento criminoso.

Referências

COSTA, Rejane Martins Soares; MAIRINK, Carlos Henrique Passos; ABRÃO, Renata Lourenço Pereira. Serial killer: cárcere ou tratamento? **Libertas Direito**, v. 2, n. 1, 2021. Disponível em: https://www.periodicos.famig.edu.br/index.php/direito/article/view/68. Acesso em: 05 abr. 2025.

MELO, Bernardo Dolabella. **Quando a bela é a fera: investigação sobre o funcionamento perverso em mulheres serial killers.** 2016. 99 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B2YLDN/1/disserta__o_bernardo_dolabella_melo.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.

SCHECHTER, Harold. ***Serial Killers*, anatomia do mal.** Tradução de Lucas Magdiel – Darkside Books. Rio de Janeiro, 2013.

TANIZAKA, Hugo; ORELLANA, C.; BARRETO, W. Psicopatia feminina e os limites discursivos do diagnóstico. In: **As várias faces de eva:** o feminino na contemporaneidade-volume 2. Editora Científica Digital, 2023. p. 239-257. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/221211354.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.

TELFER, Tori. **Lady Killers:** assassinas em série. Tradução de Daniel Alves da Cruz e Marcus Santana. DarkSide Books. Rio de Janeiro, 2019.

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Evertom Maker de Paula Souza
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA
evertom.maker@unifaema.edu.br
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA
alisson.silva@unifaema.edu.br

A gestão da informação é um fator essencial nas organizações modernas, pois contribui diretamente para a eficiência na tomada de decisão e para a melhoria dos processos internos. Segundo Zhang (1988), a informação é um processo de comunicação ou algo a ela relacionado. Com o avanço das tecnologias digitais, a quantidade de dados gerados cresceu exponencialmente, exigindo sistemas capazes de transformar dados brutos em conhecimento útil. Em um ambiente empresarial competitivo, saber lidar estrategicamente com grandes volumes de informação representa um diferencial significativo. De acordo com Reis (1993), a gestão eficaz da informação requer políticas coerentes que garantam o fornecimento de dados relevantes, precisos e acessíveis, no momento certo, para os tomadores de decisão. Esse processo deve ser economicamente viável e atender às necessidades informacionais de diferentes setores da organização. O objetivo deste estudo é analisar como a gestão da informação impacta a eficiência organizacional, destacando seus desafios e oportunidades, especialmente no uso de sistemas gerenciais para a tomada de decisões. A metodologia da pesquisa baseou-se em uma revisão bibliográfica, considerando obras de referência na área de gestão da informação, bem como estudos sobre a aplicação de tecnologias e suas implicações no ambiente corporativo. Foram examinadas metodologias e ferramentas como bancos de dados, sistemas integrados, inteligência artificial e outras inovações aplicadas à gestão da informação. Os resultados mostram que empresas que utilizam sistemas de informação de forma estratégica alcançam importantes vantagens competitivas. Entre os benefícios observados estão a automação de processos, redução de falhas, aumento da produtividade e maior alinhamento entre estratégia e operação. Conforme Albino e Reinhard (2009), essas tecnologias são componentes essenciais da gestão do conhecimento, contribuindo significativamente para o desempenho organizacional. A análise de dados em tempo real, por sua vez, permite decisões mais rápidas e seguras, com menor risco e maior aproveitamento dos recursos. Dessa forma a gestão da informação é um elemento crítico para a competitividade, inovação e sustentabilidade organizacional. Para isso, é fundamental a existência de um planejamento estratégico, aliado a uma cultura organizacional que valorize a informação como um ativo. A tecnologia, nesse contexto, deixa de ser apenas uma ferramenta operacional e passa a ser um agente de transformação. A governança da informação e a integração entre setores tornam-se indispensáveis para garantir a eficácia dos sistemas adotados e a maximização dos seus resultados.

Palavras-chave: Estratégia, Decisão, Governança, Inovação, Resultados

Referências

ZHANG, Y. **Definitions and sciences of information. Information Processing & Management**, v. 24, n. 4, p. 479-491, 1988.

REIS, C**. Planeamento estratégico de sistemas de informação**. Lisboa: Presença, 1993.

BRAGA, A**. A gestão da informação**. *Millenium*, n. 19, p. 95-105, 2000.

ALBINO, J. P.; REINHARD, N. Kmauditbr: **Uma ferramenta para diagnóstico e avaliação de sistemas de gestão do conhecimento**. *Revista Gestão Industrial*, v. 5, n. 2, p. 25-38, 2009.

A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E O USO DE AGROTÓXICOS: OS IMPACTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Gabriel Santos Dalla Costa
Especialista em Direito Público, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: gabriel.santos@unifaema.edu.br
Maria José Januário dos Santos
Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA
e-mail: maria.49192@unifaema.edu.br
Sheliane Santos Soares do Nascimento
Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Especialista em Direito ambiental, Centro Universitário FAEMA, e-mail: sheliane.santos@unifaema.edu.br.

A expansão do agronegócio no Brasil tem provocado profundas alterações nos contextos econômicos, sociais e ambientais das áreas rurais, impactando diretamente a organização e a sobrevivência da agricultura familiar (Schneider; Cassol, 2013). Nesse cenário, o presente estudo tem como objetivo geral analisar as consequências da intensificação do agronegócio sobre os pequenos produtores e apontar caminhos que favoreçam a coexistência equilibrada entre os distintos modelos de produção agrícola. Entre os objetivos específicos, destacam-se: examinar os principais obstáculos enfrentados pelos agricultores familiares diante da concentração fundiária e do uso intensivo de agrotóxicos; propor estratégias de mitigação, como a delimitação de zonas de proteção entre as propriedades; e investigar políticas públicas e instrumentos legais capazes de atenuar os efeitos adversos do agronegócio sobre os produtores de menor escala, conforme previsto na Lei nº 11.326/2006, que define as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar (Brasil, 2006). A justificativa da pesquisa está na necessidade de compreender como o crescimento acelerado do agronegócio, desprovido de regulação eficaz, ameaça os princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental, colocando em risco não apenas os que vivem do campo, mas também a segurança alimentar da população em geral. A metodologia utilizada é descritiva, com abordagem hipotético-dedutiva e fundamentada em revisão bibliográfica de artigos científicos, legislações e documentos voltados ao direito agrário e às políticas públicas relacionadas à agricultura familiar. Parte-se da hipótese de que a ausência de regulamentações específicas e fiscalizações efetivas intensifica a desigualdade entre os grandes e pequenos produtores, prejudicando a viabilidade econômica da agricultura familiar (Siqueira; Bressiani, 2023). Os resultados e a discussão apontam para a necessidade urgente de ações concretas, como a criação de faixas de segurança entre as propriedades e a proibição da pulverização aérea de agrotóxicos em áreas limítrofes, com o intuito de proteger o solo, a água e as plantações dos pequenos produtores; também se destaca a recomendação de ampliar a vigilância da qualidade da água nas zonas rurais expostas a agrotóxicos, abrangendo sistemas de abastecimento coletivo e individual (Carneiro *et al.*, 2015). Além disso, reforça-se a importância do fortalecimento de políticas públicas voltadas à agroecologia, do acesso facilitado ao crédito rural, da assistência técnica contínua e de incentivos fiscais para a agricultura familiar (Silva *et al*., 2022), bem como a necessidade de endurecimento das

regras para o uso de defensivos agrícolas, exigindo estudos de impacto ambiental mais robustos e sistemas de fiscalização eficazes. Assim, nas considerações finais, conclui-se que o enfrentamento dos efeitos negativos do agronegócio demanda políticas públicas sólidas, inclusivas e ambientalmente responsáveis, que promovam um desenvolvimento rural justo e sustentável, valorizando os pequenos produtores e assegurando condições dignas de permanência no campo.

Palavras-chave: Pesticidas. Políticas públicas. Sustentabilidade. Veneno. Vulnerabilidade.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 06 abr. 2025.

CARNEIRO, Fernando Ferreira *et al*. **Dossiê ABRASCO:** um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l241.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. A agricultura familiar no Brasil. **Serie documentos de trabajo**, n. 145, 2013. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1434745041145AgriculturaFamiliarBrasilShneideryCassol_editado.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

SILVA, Thiago Henrique Costa *et al.* O uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura, seus impactos na saúde do trabalhador rural e a consequente responsabilidade civil no Brasil. **Revista de Direito Sanitário**, v. 22, n. 2, p. e0007-e0007, 2022. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/173146. Acesso em: 07 abr. 2025.

SIQUEIRA, Bárbara Bermudes; BRESSIANI, Thaiany Souza Canal. O uso de agrotóxicos e os impactos na saúde do trabalhador rural: uma revisão sobre o herbicida glifosato. **Vértices (Campos dos Goitacazes)**, v. 25, n. 2, p. 1-18, 2023. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.redalyc.org/journal/6257/625774959003/625774959003.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

A POSSIBILIDADE DE APLICAR A LEI MARIA DA PENHA EM HOMENS TRANS

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Maria Vanusa Guedes
Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: maria.57324@unifaema.edu.br
Rubens Darolt Júnior
Especialista em Direito e Processo Tributário, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: rubens.darolt@unifaema.edu.br

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) representa um importante marco no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, reconhecendo que tais violências são frutos de uma histórica e persistente desigualdade de gênero (Brasil, 2006). Contudo, diante da ampliação dos debates sobre identidade de gênero e diversidade, surge uma questão relevante: seria possível estender a proteção conferida por essa lei a homens transgêneros – pessoas designadas do sexo feminino ao nascer, mas que se identificam com o gênero masculino? Para tanto, o objetivo geral deste trabalho é analisar a possibilidade e a legitimidade da aplicação da Lei Maria da Penha a homens trans em situações de violência de gênero. Entre os objetivos específicos, busca-se compreender os fundamentos jurídicos e constitucionais que amparam essa aplicação, examinar decisões judiciais emblemáticas e refletir sobre a vulnerabilidade desse grupo em contextos domésticos marcados por desigualdade de poder, coabitação e dependência emocional ou econômica. Muitos homens trans continuam sendo percebidos socialmente como mulheres, especialmente por familiares e parceiros(as), o que os torna alvos de violências semelhantes àquelas sofridas por mulheres cisgênero (Fraga; Rosa, 2018). A situação se agrava quando esses indivíduos ainda não concluíram sua transição de gênero ou não retificaram seus documentos civis, permanecendo expostos a relações assimétricas em que prevalece a violência motivada por gênero. A metodologia adotada neste estudo é de natureza qualitativa, com abordagem exploratória, fundamentada na análise doutrinária, legislativa e jurisprudencial. Utiliza-se também o estudo de casos concretos, como o da 2ª Vara de Assu/RN, em que o juiz Nilberto Cavalcanti de Souza Neto concedeu medida protetiva a um homem trans agredido pelo irmão, reconhecendo a ocorrência de violência de gênero (MPMT, 2023, *on-line*). Outro exemplo relevante é o caso do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Águas Claras/DF, que também reconheceu a legitimidade da aplicação da lei a um homem trans em situação de vulnerabilidade (TJDFT, 2023, *on-line*). As considerações finais apontam para a urgência de uma interpretação mais inclusiva e sensível da Lei Maria da Penha, que reconheça a diversidade de experiências de gênero e a pluralidade das vítimas de violência doméstica. A aplicação da norma a homens transgêneros é não apenas possível, mas necessária, quando se verifica a existência de violência baseada em gênero. Tal interpretação está em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e da igualdade (art. 5º, caput e inciso I), fortalecendo o compromisso do Estado brasileiro com a promoção dos direitos humanos e a proteção de

grupos vulneráveis (Brasil, 1988). Em síntese, ao considerar a realidade concreta vivida por homens trans em situação de violência, o direito se aproxima de sua função social e ética: promover justiça, equidade e dignidade para todos, independentemente de identidade de gênero.

Palavras-chave: Legislação. Transgêneros. Violência de gênero.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 07 abr. 2025.

FRAGA, Lucimary Leiria; ROSA, Luis Carlos. A (in)visibilidade da voz trans frente à justiça, o estado e a sociedade. Missões: **Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 4, n. 4, p. 28-43, 2018. Disponível em: https://revistamissoeschs.com.br/missoes/article/view/126. Acesso em: 07 abr. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO – MPMT. **Lei Maria da Penha: Homem trans consegue medida protetiva contra irmão.** Publicado em 04 de setembro de 2023. Disponível em: https://mpmt.mp.br/portalcao/news/723/129133/lei-maria-da-penha-homem-trans-consegue-medida-protetiva-contra-irmao/1. Acesso em: 07 abr. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS – TJDFT. **Juiz decide que homem transgênero tem direito a medidas protetivas da Lei Maria da Penha.** Publicado 16/08/2023. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2023/agosto/juiz-decide-que-homem-transgenero-tem-direito-a-medidas-protetivas-da-lei-maria-da-penha. Acesso em: 07 abr. 2025.

EQUIPES DE ALTA PERFORMANCE: DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E IMPACTO ORGANIZACIONAL

William Santo Ferreira Vieira
Graduando em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, william.45156@unifaema.edu.br
Thyago Vinicius Marques de Oliveira
Mestre em Saúde e Educação, Docente no Centro Universitário FAEMA- UNIFAEMA, thyago.vinicius@unifaema.edu.br.
Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, alisson.silva@unifaema.edu.br.

No ambiente corporativo atual, marcado por elevada competitividade e inovação constante, as equipes de alta performance têm se consolidado como instrumentos estratégicos para alavancar resultados organizacionais e impulsionar o desenvolvimento das carreiras individuais. Este estudo tem como objetivo analisar os fatores que caracterizam e favorecem o desempenho de equipes de alta performance, enfatizando seus efeitos no crescimento profissional dos colaboradores e na obtenção de metas organizacionais. A metodologia utilizada é qualitativa, de natureza bibliográfica, com base em publicações nacionais e internacionais entre 1998 e 2023, extraídas de repositórios institucionais e periódicos científicos. Autores como Katzenbach e Smith (2021) e White (1998) destacam que a coesão, a confiança, a diversidade de habilidades e o senso de propósito comum são elementos essenciais na construção dessas equipes. A formação de uma equipe de alto desempenho começa pela seleção criteriosa de membros com competências técnicas e interpessoais complementares. A liderança exerce papel fundamental ao fornecer direção estratégica, incentivo e suporte contínuo. Outro fator crítico é o alinhamento entre os objetivos da organização e as metas pessoais dos integrantes, promovendo motivação, engajamento e desenvolvimento contínuo. O investimento em treinamentos e na aprendizagem organizacional fortalece a adaptabilidade das equipes frente às transformações do mercado, conferindo vantagem competitiva sustentável. Além disso, uma cultura de feedback construtivo contribui para o fortalecimento de vínculos internos, a celebração de conquistas e o aperfeiçoamento constante de práticas e comportamentos. Estudos demonstram que o desempenho elevado dessas equipes está diretamente relacionado à clareza de papéis, à comunicação transparente e à presença de líderes facilitadores. Conclui-se que a consolidação de equipes de alta performance demanda uma gestão focada em pessoas, desenvolvimento humano e cultura colaborativa, resultando não apenas no crescimento organizacional, mas também na evolução profissional de seus membros. Recomenda-se o aprofundamento de pesquisas empíricas que analisem os impactos dessas equipes em diferentes setores da economia brasileira. De acordo com Robbins (2020), a eficiência de equipes de alto desempenho está fortemente associada à definição clara de papéis, à autonomia dos membros e à capacidade de resolução colaborativa de problemas. Além disso, Chiavenato (2014) reforça que o clima organizacional positivo e a valorização do capital humano são fatores fundamentais para manter o engajamento e o compromisso com os resultados organizacionais.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Comunicação. Liderança.

Referências

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

KATZENBACH, J. R.; SMITH, D. K. **Equipes de alta performance: conceitos, princípios e técnicas para potencializar o desempenho da equipe.** Rio de Janeiro: Campus, 2021.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. 18. ed. São Paulo: Pearson, 2020.

WHITE, R. **The high performance organization that Lexington built**. Public Management. International City-County Management Association, Lexington, Massachusetts, v. 80, n. 6, p. 16–22, jun. 1998.

O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NAS FINANÇAS PESSOAIS: COMO OS BANCOS DIGITAIS E APLICATIVOS DE GERENCIAMENTO FINANCEIRO ESTÃO INFLUENCIANDO O COMPORTAMENTO FINANCEIRO DAS PESSOAS

Érica Lages Xavier
Acadêmica de Ciências Contábeis, UNIFAEMA, erica.47235@unifaema.edu.br.
Thyago Vinicius Marques Oliveira
Mestre, Professor, thyago.vinicius@unifaema.edu.br.

O presente estudo analisa o impacto das novas tecnologias digitais — como *fintechs*, bancos digitais, *mobile banking* e aplicativos de gerenciamento financeiro — sobre o comportamento financeiro dos brasileiros. As transformações recentes no setor financeiro têm promovido maior acessibilidade, comodidade e eficiência nos serviços bancários, modificando profundamente a forma como os indivíduos administram suas finanças pessoais. O objetivo da pesquisa é identificar e contextualizar as influências dessas inovações tecnológicas nas decisões financeiras cotidianas, considerando também os riscos envolvidos nesse novo cenário. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, descritiva e bibliográfica, fundamentada na análise de trabalhos acadêmicos disponíveis em plataformas como SciELO, CAPES Periódicos e Google Acadêmico. A revisão de literatura abordou temas como finanças pessoais, endividamento, inadimplência, tecnologias financeiras e educação financeira. Os resultados evidenciam que, embora as tecnologias tenham contribuído para a democratização dos serviços bancários e a autonomia do usuário, sua utilização indiscriminada e sem o devido conhecimento pode acarretar consequências negativas, como o superendividamento, a inadimplência e a vulnerabilidade a fraudes digitais. O estudo destaca que a facilidade de acesso ao crédito por meio de canais digitais tem impulsionado o consumo, muitas vezes sem planejamento, o que contribui para o aumento do endividamento. Ademais, a ausência de uma base sólida em educação e alfabetização financeira torna os usuários mais suscetíveis a decisões financeiras inadequadas e à adesão a práticas de risco, como investimentos fraudulentos. Nesse contexto, a educação financeira é apresentada como um elemento crucial para o uso consciente das novas tecnologias e para o fortalecimento da cidadania financeira. Conclui-se que a relação entre tecnologia e finanças pessoais deve ser mediada pelo conhecimento. A atuação das *fintechs* e dos bancos digitais representa avanços importantes para o setor, porém exige um consumidor preparado para lidar com as facilidades e os desafios que esse novo ambiente impõe. O estudo recomenda que futuras pesquisas incorporem métodos quantitativos, como a aplicação de questionários, para avaliar a percepção dos usuários em relação ao uso dessas ferramentas tecnológicas e sua influência sobre o comportamento financeiro.

Palavras-chave: Tecnologia; Finanças; Educação.

Referências

VILLAS BÔAS, Ana Carolina Lopes. Finanças pessoais e consumo consciente: uma proposta de educação financeira a partir da BNCC. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 18, n. 48, p. 45-60, 2021.

SILVA, Jorge Augusto da; COSTA, Marcelo Henrique. Bancos digitais e o novo perfil do consumidor financeiro no Brasil. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 12, n. 3, p. 121-138, 2021.

OLIVEIRA, Marcos Paulo de; SANTOS, Bruna Alves dos. O papel das fintechs no desenvolvimento da inclusão financeira no Brasil. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia – RANA**, v. 9, n. 4, p. 89-102, 2021.

PEREIRA, Juliana Lira; OLIVEIRA, Rafael. Educação financeira e o uso de aplicativos de controle de gastos: estudo com universitários. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 5, n. 10, p. 42-60, 2020.

ADMINISTRAÇÃO EM PERSPECTIVA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA ERA DIGITAL

Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, UNIFAEMA,
ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br
Willian Sousa Lima
Graduando Administração, Centro Universitário FAEMA,
williansousalimawsl@gmail.com

O campo da administração tem experimentado mudanças profundas, impulsionadas pela digitalização acelerada, globalização econômica e demandas sociais crescentes, exigindo a revisão dos modelos clássicos de gestão e o desenvolvimento de competências multidisciplinares por parte dos gestores. Este estudo visa analisar os principais desafios e oportunidades da administração contemporânea, considerando tecnologias emergentes, liderança transformacional, inovação e sustentabilidade como eixos centrais. A pesquisa é de natureza qualitativa e baseada em revisão bibliográfica de publicações científicas recentes. Segundo Chiavenato (2014), a administração moderna deve ser compreendida como um processo dinâmico que integra pessoas, tecnologias e objetivos organizacionais, adaptando-se continuamente a contextos em transformação. Nesse sentido, o uso de big data e inteligência artificial tem se tornado essencial para a tomada de decisões estratégicas e para a melhoria da eficiência operacional, conforme Falsarella e Jannuzzi (2020), que defendem uma visão sistêmica da inteligência organizacional voltada à sustentabilidade. A liderança contemporânea, por sua vez, exige posturas mais humanizadas, voltadas à inclusão, à diversidade e à formação de ambientes colaborativos e inovadores. Johann e Silva (2023) reforçam que a gestão da inovação precisa estar alinhada à sustentabilidade, especialmente em um cenário onde os consumidores e investidores valorizam práticas éticas e transparentes. A incorporação de modelos de trabalho híbridos e remotos também tem transformado a estrutura organizacional, oferecendo maior flexibilidade e impactando positivamente o equilíbrio entre vida pessoal e desempenho profissional. Tachizawa (2020) destaca que a responsabilidade social corporativa, aliada à gestão ambiental, torna-se diferencial competitivo nas empresas que almejam perenidade e legitimidade no mercado. Conclui-se que o novo perfil da administração exige domínio tecnológico, pensamento estratégico, criatividade e capacidade de liderar em ambientes incertos e em constante mudança. O gestor do século XXI precisa, assim, ser agente de inovação, promotor de valores sustentáveis e facilitador de transformações organizacionais que agreguem valor econômico e social de forma equilibrada.

Palavras-chave: Gestão estratégica. Organizacional. Liderança. Sustentabilidade. Tecnologia.

Referências

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração**: teoria, processo e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

FALSARELLA, Oracyan Monteiro; JANNUZZI, Carlos Sérgio Corrêa. **Inteligência organizacional e competitiva e big data**: uma visão sistêmica para a gestão sustentável das organizações. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 25, n. 1, p. 179–204, abr. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22658. Acesso em: 28 mar. 2025.

JOHANN, Gustavo Bernardo; SILVA, Giliard. Gestão estratégica da inovação orientada à sustentabilidade: modelo de negócio e desempenho em empresas familiares. REUNIR: **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 13, n. 1, p. 192–214, maio 2023. Disponível em: https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/1051. Acesso em: 28 mar. 2025.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na sustentabilidade. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

EMPREENDEDORISMO: DA IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADE À CRIAÇÃO DE VALOR

Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, Unifaema,
ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br
Dinael Araujo
Graduando Administração, Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,
dinael.52765@unifaema.edu.br

O empreendedorismo constitui um fenômeno essencial para o desenvolvimento econômico e social, destacando-se pela capacidade de identificar oportunidades e convertê-las em soluções inovadoras que geram valor e resolvem demandas específicas da sociedade e do mercado (Dornelas, 2018). Este estudo objetiva explorar de forma ampla o fenômeno empreendedor, analisando diferentes modalidades como o empreendedorismo individual, corporativo, social e digital, destacando suas particularidades e contribuições específicas para o contexto atual. A pesquisa qualitativa fundamenta-se em revisão bibliográfica recente, utilizando fontes acadêmicas publicadas entre 2018 e 2023, coletadas em bases reconhecidas como SciELO e Google Scholar, abordando temas relevantes como inovação, gestão estratégica e análise do ambiente de negócios. Neste contexto, ressalta-se a importância de uma metodologia estruturada que inclua análise de mercado, elaboração detalhada de planos de negócios e estratégias eficazes para captação de recursos, destacando que tais práticas são fundamentais para reduzir riscos e aumentar as chances de sucesso dos empreendimentos (Dornelas, 2018). Além disso, evidencia-se que o ensino estruturado do empreendedorismo contribui significativamente para preparar indivíduos capazes de enfrentar os desafios contemporâneos, como burocracia excessiva, instabilidade econômica e intensa competitividade mercadológica, fatores esses que exigem não apenas resiliência e persistência, mas também habilidades gerenciais específicas e competências avançadas em liderança (Donabela, 2019). Observa-se ainda que os resultados esperados do empreendedorismo vão além da geração de lucro, incluindo impactos sociais positivos como criação de empregos, melhoria da qualidade de vida e fortalecimento econômico local e regional. Portanto, compreender e fomentar o empreendedorismo, por meio de políticas públicas adequadas e educação empreendedora efetiva, torna-se crucial para o desenvolvimento sustentável e contínuo progresso econômico e social. Conclui-se, assim, que o empreendedorismo representa uma ferramenta imprescindível para a promoção da inovação e o atendimento eficaz das demandas sociais emergentes, sendo recomendado ainda o aprofundamento em estudos que analisem detalhadamente a influência das políticas públicas e das práticas educacionais empreendedoras na criação e fortalecimento de ecossistemas de negócios dinâmicos, resilientes e acessíveis à sociedade.

Palavras-chave: Inovação. Gestão. Negócios. Estratégia.

Referências

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2018.

DONABELA, F. **O ensino do empreendedorismo no Brasil**: panorama e desafios. Revista de Administração Contemporânea, v. 13, n. 2, p. 235-252, 2019.

KIM, W. Chan; MAUBORGNE, Renée. **A estratégia do oceano azul**: como criar novos mercados e tornar a concorrência irrelevante. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E DESEMPENHO ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE HABILIDADES EMOCIONAIS COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO

Alisson Paulinelli Ben Silva
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
alisson.silva@unifaema.edu.br
Amanda Santos da Silva
Graduanda em Psicologia no Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,
amanda.64309@unifaema.edu.br

A inteligência emocional, enquanto conjunto de habilidades ligadas ao autoconhecimento, autorregulação, empatia e relacionamentos interpessoais, tornou-se um recurso estratégico indispensável no contexto organizacional contemporâneo (Mayer, 2001). Este estudo tem como objetivo analisar como a inteligência emocional pode ser utilizada como mecanismo para alavancar o desempenho das organizações, especialmente no que diz respeito ao engajamento de equipes, à qualidade dos relacionamentos no ambiente de trabalho e à gestão de conflitos. A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa qualitativa, de natureza básica e abordagem exploratória, com fundamentação em revisão bibliográfica realizada entre 2013 e 2023, cujas obras utilizadas foram consultadas em bases como SciELO, Google Scholar e periódicos institucionais da Capes. A análise aponta que a inteligência emocional, ao ser estimulada no ambiente corporativo, promove impactos positivos na produtividade, satisfação no trabalho, capacidade de liderança e cultura organizacional (Moreira, 2017). Os resultados demonstram que colaboradores emocionalmente inteligentes apresentam maior resiliência diante de pressões, melhor desempenho coletivo e maior propensão à inovação, atuando como agentes facilitadores do clima organizacional. Além disso, ambientes que valorizam a gestão emocional tendem a apresentar menor rotatividade de pessoal, melhor comunicação interpessoal e fortalecimento da confiança entre as equipes (Muniz, 2019). O estudo ressalta que a inteligência emocional também influencia a tomada de decisão estratégica e a capacidade de adaptação diante de mudanças, características essenciais à sustentabilidade empresarial. As considerações finais enfatizam que a IE, enquanto competência essencialmente humana, deve ser reconhecida como pilar das políticas de desenvolvimento de pessoas, sendo recomendável que as organizações invistam em treinamentos voltados ao aprimoramento dessas habilidades, promovam espaços de escuta ativa e adotem práticas que fortaleçam o bem-estar emocional dos colaboradores (Oliveira, 2020). Recomenda-se ainda que pesquisas futuras investiguem a correlação entre inteligência emocional e indicadores de desempenho financeiro, bem como a efetividade de programas de desenvolvimento emocional no setor público e privado. Conclui-se que a inteligência emocional representa um diferencial competitivo, capaz de potencializar a performance institucional por meio da valorização do capital humano, favorecendo a construção de organizações mais éticas, empáticas e produtivas.

Palavras-chave: Engajamento de equipes. Gestão de conflitos. Clima organizacional. Tomada de decisão. Capital humano.

Referências

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional:** a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

MAYER, John; SALOVEY, Peter; CARUSO, David. **Emotional Intelligence as a Standard Intelligence**. Emotion, Washington, D.C., v. 1, 2001.

MOREIRA, Vera Lucia. A importância da inteligência emocional nas organizações. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, 2017.

MUNIZ, Anderson da Silva et al. **Gestão de pessoas em projetos**: a importância da competência interpessoal. Brazilian Journal of Development, 2019.

OLIVEIRA, Rayssa Costa da Silva. **Inteligência emocional à luz dos componentes de Goleman** (2015). IFPB, 2020.

TEMAS ATUAIS EM ADMINISTRAÇÃO

Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, UNIFAEMA,
ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br
Rita de Cassia Silva dos Santos
Graduanda Administração, Centro Universitário FAEMA, rita.52584@unifaema.edu.br

A administração contemporânea é marcada por constantes transformações sociais, tecnológicas e econômicas que impactam diretamente as estratégias organizacionais. Este estudo tem como objetivo discutir temas atuais que configuram desafios e oportunidades para as organizações modernas, com foco em inteligência artificial, resiliência organizacional, comportamento do consumidor, estratégias sociais e educação empresarial. Conforme Chiavenato (2021), a tecnologia transformou profundamente a forma de tomar decisões, e a aplicação da inteligência artificial tem potencializado a análise preditiva e a automação dos processos gerenciais, gerando maior eficiência operacional. Já Mintzberg (2010) destaca que a resiliência organizacional é uma competência essencial para empresas que desejam sobreviver em ambientes voláteis, sendo necessária a adoção de estruturas flexíveis, processos adaptativos e culturas organizacionais orientadas à aprendizagem contínua. Por outro lado, o comportamento do consumidor também tem se alterado significativamente, tornando-se mais emocional e impulsivo. Segundo Solomon (2016), aspectos como valores pessoais, experiências anteriores e influências sociais afetam diretamente a decisão de compra, exigindo das empresas estratégias de marketing cada vez mais segmentadas e personalizadas. No campo das estratégias sociais, as organizações têm buscado desenvolver capacidades dinâmicas que lhes permitam ajustar suas ações às novas exigências ambientais e sociais, promovendo impacto positivo na comunidade e fortalecendo sua imagem pública. Além disso, a gestão de stakeholders passou a exigir maior transparência e responsabilidade corporativa, influenciando diretamente a percepção de valor e a fidelização do público. Por fim, o papel da educação empresarial ganha destaque como fator decisivo para o sucesso das micro e pequenas empresas, que dependem diretamente da qualificação de seus gestores para a sobrevivência e expansão no mercado. Investimentos em capital humano tornam-se indispensáveis para garantir decisões mais assertivas e inovadoras. Conclui-se que o sucesso organizacional sustentável depende de uma abordagem integrada, que combine inovação tecnológica, inteligência emocional, responsabilidade social e investimentos em capacitação como pilares estratégicos da gestão atual.

Palavras-chave: Inteligência artificial. Resiliência. Comportamento do consumidor. Estratégias sociais. Educação empresarial.

Referências

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração**: teoria, processo e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

MINTZBERG, Henry. **Estrutura e dinâmica das organizações**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

SOLOMON, Michael R. **O comportamento do consumidor**: comprando, possuindo e sendo. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

OS DESAFIOS DA PROFISSÃO DE VENDAS: ESTRATÉGIAS E COMPETÊNCIAS NO PROCESSO COMERCIAL

Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, Unifaema,
ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br
Dannubio Henrique Matins
Graduando, Centro Universitário FAEMA, e-mail dannubio.martins@grupogvar.org

A atividade de vendas constitui um dos pilares centrais das organizações, exigindo dos profissionais habilidades técnicas e comportamentais que permitam compreender as necessidades do cliente, superar objeções e estabelecer relacionamentos duradouros. Este estudo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelos profissionais de vendas no ambiente contemporâneo, com destaque para as etapas do processo comercial, competências-chave e estratégias eficazes de abordagem e negociação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, embasada em revisão bibliográfica com obras publicadas entre 2015 e 2024. De acordo com Kotler e Keller (2019), o processo de vendas envolve não apenas a transferência de um produto ou serviço, mas uma sequência de interações que influenciam diretamente a percepção de valor por parte do consumidor. Isso exige domínio de técnicas como prospecção, escuta ativa, apresentação personalizada, gestão de objeções e ações de pós-venda, etapas essas que contribuem para a construção da confiança e fidelização do cliente. Ribeiro (2021) ressalta que, para obter alto desempenho, o vendedor precisa desenvolver competências como empatia, resiliência, inteligência emocional e conhecimento técnico do produto. Além disso, Gianesini (2018) argumenta que fatores psicológicos e emocionais são decisivos no momento da negociação, sendo o vínculo humano e a credibilidade percebida elementos determinantes no processo de decisão de compra. Outro aspecto relevante identificado na literatura é a necessidade de constante atualização profissional e alinhamento com as transformações do mercado, como o uso de ferramentas digitais, plataformas de CRM e métodos de automação. Também se observa que a motivação da equipe comercial e a valorização da função de vendas pelas lideranças organizacionais impactam diretamente a performance e o engajamento dos vendedores. Conclui-se que o profissional de vendas contemporâneo precisa integrar técnicas tradicionais com abordagens consultivas e humanizadas, aliando conhecimento técnico à capacidade de gerar conexões reais com os clientes. Recomenda-se o desenvolvimento contínuo de competências socioemocionais, o acompanhamento das tendências tecnológicas e a criação de estratégias personalizadas que atendam aos novos comportamentos de consumo, promovendo assim relações comerciais sustentáveis e eficazes.

Palavras-chave: Processo. Negociação. Cliente. Confiança.

Referências

GIANESINI, Silvana. **A psicologia da venda**: como influenciar clientes e aumentar resultados. São Paulo: Atlas, 2018.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2019.

RIBEIRO, Márcio Alexandre. **Técnicas de vendas**: estratégias para alta performance. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

GESTÃO ESTRATÉGICA E COMPETITIVIDADE ORGANIZACIONAL: IMPACTOS NO DESEMPENHO EMPRESARIAL BRASILEIRO

Ronaldo Rodrigues Ferreira
Mestre em Contabilidade e Administração, Unifaema,
ronaldo.ferreira@unifaema.edu.br
Fernanda Fachiano de Souza
Graduanda Administração, Centro Universitário FAEMA,
fernanda.58668@unifaema.edu.br

A gestão estratégica tem se consolidado como uma prática essencial para a sustentabilidade e o crescimento das empresas, especialmente em cenários caracterizados por intensa competição, instabilidade econômica e avanços tecnológicos. Este estudo teve como objetivo investigar de que forma a gestão estratégica impacta o desempenho das organizações brasileiras, com foco em variáveis como planejamento, cultura organizacional, gestão de pessoas e inovação. A pesquisa foi de natureza qualitativa, baseada em revisão bibliográfica com obras publicadas entre 2017 e 2021. De acordo com Lanzer (2017), o alinhamento entre os objetivos estratégicos e a cultura organizacional é determinante para a efetividade das ações corporativas. O planejamento estratégico, quando bem executado, contribui para o uso mais racional dos recursos, redução de desperdícios e resposta rápida às mudanças ambientais. Já Santos (2021) destaca que a gestão de pessoas orientada estrategicamente fortalece o engajamento e a retenção de talentos, aspectos fundamentais para a construção de uma vantagem competitiva duradoura. Outro fator relevante é a capacidade das empresas de traduzirem seus valores e metas em práticas cotidianas consistentes, reduzindo conflitos internos e promovendo um ambiente colaborativo. A literatura aponta ainda que características socioculturais brasileiras, como criatividade, adaptabilidade e flexibilidade, podem funcionar como ativos estratégicos quando canalizadas adequadamente para inovação e resolução de problemas. Conforme Bertaglia (2011), a integração entre planejamento estratégico e execução operacional é um dos maiores desafios das empresas brasileiras, sendo a clareza de objetivos e o acompanhamento sistemático dos resultados elementos centrais para o sucesso. Conclui-se que a gestão estratégica deve ser compreendida como um processo contínuo, que integra todos os níveis da organização e promove sinergia entre estrutura, cultura e pessoas. Recomenda-se que os gestores invistam em ferramentas de planejamento e análise, bem como na capacitação de líderes capazes de articular a estratégia à prática cotidiana. Além disso, torna-se essencial aprofundar o estudo sobre as metodologias utilizadas nas empresas brasileiras para que se possa avaliar com maior precisão sua eficácia e impacto no desempenho organizacional em médio e longo prazo.

Palavras-chave: Planejamento. Gestão. Eficiência operacional.

Referências

BERTAGLIA, Paulo Roberto. **Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LANZER, F. **Clima e cultura organizacional**: entender, manter e mudar. São Paulo: Atlas, 2017.

SANTOS, N. M. B. F. **Cultura organizacional e desempenho**: pesquisa, teoria e aplicação. 2. ed. São Paulo: Saint Paul, 2021.

O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NA ERA DIGITAL

Isabelle da Silva Souza
Esp. Bibliotecária, Centro Universitário UNIFAEMA, isabelleslv.biblio@gmail.com.
Poliane de Azevedo
Esp. Bibliotecária, Centro Universitário UNIFAEMA, polivedo@gmail.com.

O papel do bibliotecário na era digital tem se transformado significativamente, adaptando-se às novas tecnologias e ao avanço das informações online. Tradicionalmente, o bibliotecário era visto como o responsável pela organização, preservação e disponibilização do acervo físico das bibliotecas. Contudo, com a expansão da internet e das tecnologias digitais, esse profissional passou a ter uma função mais estratégica, com ênfase na mediação da informação, e no desenvolvimento de habilidades de busca e no suporte ao uso crítico das fontes digitais (Volatão; Salomão; Drumond, 2024). O presente estudo tem como objetivo analisar a atuação do bibliotecário na era digital, destacando as novas competências exigidas, desafios enfrentados e a importância da sua formação contínua diante das rápidas transformações tecnológicas e informacionais. Além disso, o bibliotecário inovador deve ser capaz de orientar os usuários na avaliação da qualidade da informação disponível na internet, ensinando-os a distinguir fontes confiáveis de desinformação, como o trabalho de curadoria de conteúdos digitais, por exemplo, torna-se uma tarefa essencial, uma vez que a sobrecarga informativa é um desafio constante no ambiente digital (Sandes; Neves, 2024). Diante disso, foi realizado um levantamento bibliográfico na base de dados Brapci, tendo como base artigos científicos sobre a atuação do profissional bibliotecário na era digital, visto que as ferramentas e plataformas tecnológicas evoluem rapidamente, exigindo atualização constante das competências. Os achados científicos evidenciam que, esse estudo é importante pois reflete como as transformações tecnológicas e sociais exigem adaptações rápidas e contínuas na profissão do bibliotecário. Em decorrências disso, o bibliotecário deve ir além das competências tradicionais, desenvolvendo habilidades tecnológicas e analíticas, bem como atuando na curadoria de dados, e orientação dos usuários na busca e avaliação de informações, e na defesa do acesso ético e democrático ao conhecimento (Picalho, 2023). O bibliotecário, além de ser um intermediário entre os usuários e o vasto universo digital, também atua como defensor da liberdade de acesso à informação, promovendo a inclusão digital e garantindo o acesso democrático a recursos e conteúdos informativos (Valadão, 2022). Portanto, o profissional bibliotecário deve se posicionar não apenas como um gestor de acervos, mas como um educador e facilitador do uso ético e eficiente da informação, acompanhando as transformações tecnológicas e sociais que moldam o cenário informacional contemporâneo. Para tanto, o desenvolvimento de competências multidisciplinares, que incluem o domínio das tecnologias emergentes e uma abordagem crítica e ética da informação, é imprescindível para que o bibliotecário consiga desempenhar seu papel de maneira eficaz na sociedade digital.

Palavras-chave: Formação Profissional. Competências. Bibliotecas digitais. Tecnologias.

Referências

PICALHO, A. C. O que acontece quando um bibliotecário pergunta ao chatgpt como ele deveria ser utilizado na biblioteca? um teste com os chatbots gpt-3.5, bing chat e bard. **Revista Bibliomar**, v. 22, n. 2, 2023. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/247162. Acesso em: 5 abr. 2025.

SANDES, T. A.; NEVES, B. C. Biblioteconomia e a inteligência artificial: novas possibilidades para o bibliotecário. **Revista Fontes Documentais**, v. 7, n. 1, 2024. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/307961. Acesso em: 5 abr. 2025.

VALADAO, S. Gestão de pessoas em bibliotecas universitárias: capacitação de equipes frente às tecnologias de informação e comunicação (tics). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 27, n. 3, 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/216264. Acesso em: 4 abr. 2025.

VOLOTAO, C.; SALOMAO, A.; DRUMOND, G. M. **Leitura na biblioteca universitária: um olhar crítico sobre o digital.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2024. **Anais**
[...] XXIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2024. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/342250. Acesso em: 7 abr. 2025.

TEORIA DA SOCIOAFETIVIDADE: O ABANDONO AFETIVO COMO CAUSA DE EXCLUSÃO SUCESSÓRIA

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Enayse Dias Barbosa
Acadêmica de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: enayse.45366@unifaema.edu.br
Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan
Mestre em Administração, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: paulo.monteiro@unifaema.edu.br

A afetividade obteve força e tornou-se uma sistematização consolidada como princípio constitucional que norteia as relações do direito de família, não apenas sob perspectiva meramente consanguínea, sobre interesses patrimoniais, hereditários ou biológicos (Lôbo, 2015). Perante isso, demanda uma análise acerca da ausência do vínculo afetivo nas relações de família e, consequentemente, no direito de sucessão (Brasil, 2002). Desse modo, o estudo buscou discutir e refletir sobre a problemática com o objetivo geral de analisar as causas de exclusão sucessória, bem como, as implicações no direito de sucessões a partir do contexto de abandono afetivo familiar. Para alcançar esse objetivo geral foram delineados os seguintes objetivos específicos: abordar os aspectos gerais do respectivo tema, identificar a teoria da socioafetividade invertida reconhecendo o abandono afetivo familiar e apresentar a inclusão do abandono afetivo familiar como causa de exclusão sucessória de deserdação e indignação. À vista disso, a justificativa para este estudo permeia na necessidade do reconhecimento do abandono afetivo em laços biológicos ou não e, por conseguinte, a retirada do herdeiro no direito de sucessão, tendo como problemática principal a caracterização do abandono afetivo ante as mudanças do padrão organizacional de família, assim como, a imprescindibilidade da proteção civil pela indicação da socioafetividade invertida, limitando-a ao rol taxativo dos institutos de deserdação e indignação. Para mais, o estudo utilizou-se da metodologia qualitativa e bibliográfica, por meio da análise de artigos científicos previamente publicados. Diante disso, permitindo a compreensão acerca dos fenômenos jurídicos civilistas de organização familiar, tal qual, a contextualização jurídica na formulação do critério de exclusão sucessória (Silva; Andreaci, 2024, p. 4-6). Os resultados demonstram que o abandono afetivo inverso tem sido preocupante ao Direito Civil, uma vez que o afeto é primordial como fator basilar à família e a sua ausência ocasiona a desarmonia familiar (Louzada; Teixeira, 2020). Além disso, as mudanças sociais alteraram completamente os modelos familiares, de modo que o afeto definiu os núcleos familiares (Vilasboas, 2020). Nesse contexto, impactou também a sucessão, considerando o núcleo familiar afetivo para os efeitos jurídicos e o abandono afetivo de laços biológicos ou não, deve ser evidenciado como causa desconsideração do herdeiro na linha sucessória, logo, tornando-o ilegítimo à sucessão. Diante disso, é fundamental a privação sucessória integrando a deserdação e indignação como punição ao herdeiro o qual pratica algum ato caracterizado como abandono afetivo, sendo imprescindível para frear o adoecimento familiar.
Palavras-chave: Afeto. Deserdação. Família. Sucessão.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 5 abr. 2025.

LÔBO, Paulo. Socioafetividade: O Estado da Arte no Direito de Família Brasileiro. **Revista Jurídica Luso Brasileira (RJLB)**, Ano 1, nº1, p. 1743-1759, 2015. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2015/1/2015_01_1743_1759.pdf. Acesso em: 5 abr. 2025.

LOUZADA, Flávio Gonçalves; TEIXEIRA, Maria Luiza de Sousa. Da inclusão do abandono afetivo inverso entre as hipóteses de exclusão da sucessão. **Projeção, Direito e Sociedade**, *[S. l.]*, v. 11, n. 2, p. 91–105, 2021. Disponível em: https://projecaociencia.com.br/index.php/Projecao2/article/view/1666. Acesso em: 5 abr. 2025.

SILVA, Regirlan Leite; ANDREACI, Claudemi. Holding patrimonial como mecanismo de proteção familiar. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 7, n. 15, p. e151675-e151675, 2024. Disponível em: http://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1675. Acesso em: 5 abr. 2025.

VILASBOAS, Luana Cavalcante. O novo conceito de família e sua desbiologização no direito brasileiro. **Revista Artigos**. Com, v. 13, 2020. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/2864/1189. Acesso em: 05 abr. 2025.

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE OPTOMETRISTA NO BRASIL: CONFLITOS NORMATIVOS E LIMITES CONSTITUCIONAIS

Hudson Carlos Avancini Persch
Mestre e especialista em Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: hudson.persch@unifaema.edu.br
Diego Oliveira Rocha
Acadêmico do curso de Direito, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: diego.59880@unifaema.edu.br
Francisco Jeverson Santos de Freitas Consoline
Especialista em Direito e Processo do Trabalho, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: francisco.consoline61676@unifaema.edu.br
Wanderson Vieira De Andrade
Especialista em Direito Previdenciário, Centro Universitário FAEMA,
e-mail: wanderson.andrade@unifaema.edu.br

A regulamentação da profissão de optometrista no Brasil é um tema que desperta crescente interesse no campo jurídico e da saúde pública, ao envolver diretamente o direito ao livre exercício profissional, o acesso à saúde e os limites da atuação dos conselhos profissionais. A optometria, reconhecida internacionalmente como uma atividade autônoma voltada à avaliação primária da saúde visual, ainda enfrenta entraves legais e institucionais no contexto brasileiro, sobretudo pela ausência de uma regulamentação federal específica e atualizada (Sonoda; Da Silva; Pereira, 2021). Nesse cenário, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a necessidade e a viabilidade da regulamentação da profissão de optometrista no Brasil, à luz dos princípios constitucionais e dos desafios normativos contemporâneos. Como objetivos específicos, busca-se: identificar os principais marcos legais e institucionais que delimitam o exercício da optometria; examinar os conflitos entre os dispositivos infralegais, como os Decretos nº 20.931/1932 (Brasil, 1932) e nº 24.492/1934 (Brasil, 1934), e as normas constitucionais vigentes; discutir os impactos da Lei nº 12.842/2013 (Brasil, 2013) sobre a autonomia da profissão; e refletir sobre os efeitos do Projeto de Lei nº 3.261/2019 na organização do sistema de saúde (Brasil, 2019). A problemática central reside na insegurança jurídica gerada pela lacuna normativa, que acirra disputas de competência entre categorias da saúde e dificulta o acesso da população a serviços de saúde visual, especialmente em regiões desassistidas. A metodologia adotada é de natureza descritiva, com abordagem hipotético-dedutiva e fundamentação bibliográfica, a partir do estudo de artigos científicos e legislações vigentes no Brasil. Os resultados apontam para um vácuo normativo que favorece a judicialização da prática optométrica e para a existência de fundamentos constitucionais que respaldam o exercício independente da profissão, desde que observados os limites técnicos e éticos. A discussão evidencia que o tema transcende o corporativismo e demanda uma abordagem humanizada, que considere os direitos fundamentais à saúde e à dignidade da pessoa humana. Conclui-se, por fim, que a regulamentação clara e constitucionalmente adequada da optometria é medida necessária para garantir segurança jurídica aos profissionais, ampliar o acesso à saúde visual da população e fortalecer o sistema de saúde com a atuação colaborativa e multiprofissional.

Palavras-chave: Direito à Saúde. Livre Exercício Profissional. Visão.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932**. Regula e fiscaliza o exercício da medicina, odontologia, farmácia e profissões afins. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d20931.htm. Acesso em: 07 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 24.492, de 28 de junho de 1934.** Dispõe sobre o ensino e o exercício da optometria. Disponível em: https://www.cbo.net.br/novo/publicacoes/Doc_67_Nota_Tecnica_MPMG_CAOP_Saude.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013.** Dispõe sobre o exercício da medicina. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12842.htm. Acesso em: 07 abr. 2025.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3.261, de 2019.** Dispõe sobre a regulamentação da profissão de optometrista. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2207613. Acesso em: 07 abr. 2025.

SONODA, Rodrigo; DA SILVA, Francisca Kelly; PEREIRA, Rita de Cassia Alves. Optometria no Brasil: contextualizando sua atuação e função social. **Recisatec-Revista Científica Saúde E Tecnologia-ISSN 2763-8405**, v. 1, n. 3, p. e1337-e1337, 2021. Disponível em: https://www.recisatec.com.br/index.php/recisatec/article/view/37. Acesso em: 07 abr. 2025.

A EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESTRATEGICA E O IMPACTO DAS INOVAÇÕES TECNOLOGICAS NAS ORGANIZAÇÕES MODERNAS

Carolina Maia Pinheiro
Graduando em Administração, pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, magneticoro@hotmail.com
Tiago Laddaga Dias
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, tiago.dias@unifaema.edu.br
Pâmela da Silva Roberto
Graduando em Administração, pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, pamelaroberto00@gmail.com

A administração, enquanto campo de estudo e prática, evolui constantemente, acompanhando as transformações sociais, econômicas e tecnológicas que impactam as organizações. O objetivo desse estudo é analisar as abordagens emergentes e as práticas de gestão que impactam as organizações modernas. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica, com foco na administração estratégica, gestão de mudança e o papel da tecnologia. A administração em perspectiva envolve uma análise das tendências emergentes, das novas abordagens de gestão e das metodologias que surgem para enfrentar os desafios do mundo corporativo contemporâneo. Segundo Fayol (1949), a teoria da administração tem se baseado em diferentes abordagens, como a clássica, a comportamental e a contingencial, mas, atualmente, um dos focos principais é a administração estratégica. Esta busca entender como as empresas podem se posicionar no mercado de maneira competitiva e sustentável, levando em conta não apenas os aspectos financeiros, mas também fatores como inovação, sustentabilidade e gestão de pessoas. Outra questão relevante é a liderança, que tem sido repensada na administração moderna. Em vez de líderes autoritários, busca-se promover modelos mais colaborativos e participativos, onde a liderança é vista como um processo de construção de relacionamentos e desenvolvimento de equipes de alto desempenho. Para Porter (1980), a administração também se ocupa de entender como as organizações podem ser mais ágeis e flexíveis, adaptando-se rapidamente a um ambiente de mudanças constantes. O conceito de gestão da mudança e a capacidade de uma empresa se reinventar são cada vez mais importantes. Além disso, o uso da tecnologia e da informação tem impactado profundamente a forma como a administração é conduzida, com a adoção de sistemas de inteligência artificial, big data e automação de processos. Isso tem proporcionado melhorias na tomada de decisão e no planejamento estratégico. No entanto, a administração em perspectiva também lida com questões éticas e sociais, destacando a necessidade de uma gestão responsável e voltada para o bem-estar das pessoas e da sociedade em geral (KOTTER, 1996). Portanto, a administração moderna se caracteriza por sua abordagem multidisciplinar e integrada, buscando equilibrar as demandas de lucro com responsabilidade social e ambiental. Conclui-se, a administração moderna se destaca por uma abordagem integrada e multidisciplinar, que busca não apenas o lucro, mas também a responsabilidade social e ambiental.

Palavras-chave: Liderança Colaborativa. Inovação. Sustentabilidade. Inteligência Artificial. Mudança Organizacional.

Referências

FAYOL, Henri. **General and Industrial Management. Pitman Publishing**, 1949.

KOTTER, John P. Leading Change. **Harvard Business Press**, 1996.

PORTER, Michael E. **Competitive Strategy: Techniques for Analyzing Industries and Competitors**. Free Press, 1980.

O PAPEL DO LÍDER DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES

Giovanna Branth Pereira
Graduando em Administração pelo Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA
giovanna.60195@unifaema.edu.br
Tiago Laddaga Dias
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
tiago.dias@unifaema.edu.br
Pâmela da Silva Roberto
Graduando em Administração, pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
pamelaroberto00@gmail.com

O líder exerce um papel fundamental no contexto organizacional, sendo a liderança uma função que demanda elevados níveis de dedicação, disciplina, respeito, responsabilidade, humildade e comprometimento. Considerando que as organizações são compostas por indivíduos com diferentes perspectivas, interesses e objetivos, torna-se essencial uma liderança capaz de promover a integração e a coordenação eficaz dos colaboradores. O presente estudo tem como objetivo analisar a relevância do líder no ambiente organizacional, destacando suas principais características e a forma como sua atuação pode influenciar diretamente os membros da equipe. A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de artigos e livros da área de liderança e gestão de equipes. Foram analisados estudos que demonstram como os líderes podem ajudar os liderados a se tornarem uma equipe de excelência e terem vontade de crescer profissionalmente. Também foi observado que a falta de motivação, formação e interesse pode levar a equipe ao fracasso. Porém, as empresas não têm encontrado profissionais de excelência e não querem treinar funcionários para fazer esse papel, pois isso levaria tempo. Segundo Silva (2015), o líder deve inspirar e dar direcionamento com base no respeito, ouvindo seus liderados e se colocando como exemplo de conduta. De acordo com pesquisas recentes, as principais características do líder devem ser: ser um bom ouvinte, saber contar histórias para poder vender o seu produto, ser autêntico, ser transparente, saber trabalhar em equipe, saber se comunicar com seus liderados, ser adaptável, ter paixão pelo que faz, ter simplicidade, ser grato e educado. Bunn e Fumagalli (2016) destacam que essas qualidades influenciam diretamente no desempenho dos colaboradores e nos resultados da organização. Os estudos também mostraram que ultimamente as organizações vêm passando por diversas mudanças em todos os âmbitos. Nesse ponto, é papel do líder estar atento para poder preparar sua equipe para ter um alto desempenho e conseguir cumprir as exigências do mercado atual. Caso não haja um bom incentivo e estudo da pessoa que está à frente da equipe, a organização tende a não crescer, e os trabalhadores podem ficar desmotivados e sem visão de crescimento. Nascimento (2020), reforça que a atuação do líder deve ser constante e estratégica, principalmente em contextos de mudança. Com a pesquisa, conclui-se que as organizações devem investir em profissionais que possam exercer papéis de líder para poder fazer a equipe crescer profissionalmente. Para que assim, as empresas obtenham o máximo de desempenho. Porém, é necessário entender que cada pessoa vai liderar de uma maneira diferente e todas as formas são válidas, pois cada pessoa é única.

Palavras-chave: Liderança. Líder. Características.

Referências

BUNN, F., FUMAGALLI, L. A. W. **A importância do líder na organização:** influenciando pessoas para o atingimento dos resultados. *Revista da FAE*, v. 19, n. 2, p. 132-147, 2016.

NASCIMENTO, A. R. Do. **A importância do líder nas organizações**. *SITEFA*, v. 3, n. 1, p. 235-245, 2020.

SILVA, C. F. da. **A importância da liderança nas organizações**. Orientadora: Juliane Hartemink Cantini. Natal/RN, 2015.

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE LIDERANÇA

Jessica Bianchi Gomes
Graduando em Administração, pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, jessica.55837@unifaema.com.br
Tiago Laddaga Dias
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, tiago.dias@unifaema.edu.br
Pâmela da Silva Roberto
Graduando em Administração, pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, pamelaroberto00@gmail.com

A comunicação e sua importância nas relações humanas e na liderança é fundamental para a compreensão interpessoal e estabelece a base para a confiança entre líderes e colaboradores (WOOD, 2016). O objetivo desse estudo é demonstrar a importância do processo de comunicação no contexto da liderança, enfatizando que líderes e liderados devem se esforçar para compreender as mensagens trocadas. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica, com base em autores internacionais, enfatizando a necessidade de um bom relacionamento entre líderes e liderados (ROBINSON; JUDGE, 2019). Comunicar vem do latim *communicare*. A comunicação compõe o processo básico para a prática das relações humanas, assim como para o desenvolvimento da personalidade individual e do perfil coletivo (HARGIE, 2011). Comunicar, neste sentido, é o processo que transmite informação e compreensão de uma pessoa para outra. Quando não houver esta compreensão, significa que não ocorreu a comunicação de forma concreta (WOOD, 2016). O ato de estar face a face com a pessoa também desenvolve uma parceria e confiabilidade única, que sempre farão parte da rotina, criando laços de confiança entre líder e colaborador (KATZ; KAHN, 1978). O objetivo da comunicação aqui é demonstrar que o processo de comunicação na liderança inclui o saber ouvir e entender a dificuldade que uma pessoa tem ao transmitir uma mensagem, buscando conscientizar líder e liderado de que se deve perguntar exaustivamente até haver a compreensão do todo. É necessário também analisar se o processo de comunicação utilizado pela organização é o mais claro e objetivo, para que se atinjam as metas propostas e para que líderes estejam atentos aos aspectos fundamentais do processo comunicativo (BAVELAS et al., 2006). A comunicação é um processo de troca de informações entre duas ou mais pessoas. Desde os tempos mais remotos, temos a necessidade de nos comunicar; é uma questão de sobrevivência. No ambiente de trabalho, essa necessidade é ainda mais evidente, pois comunicar-se bem torna os funcionários mais influentes, integrados e informados sobre o que ocorre na empresa, fazendo com que se sintam parte dela. Assim, a comunicação torna-se um elemento imprescindível nas organizações modernas (ROBINSON; JUDGE, 2019). Como já dizia Chiavenato, a pessoa trabalha melhor quando conhece os padrões do seu trabalho. Assim, a organização opera com mais eficiência quando há um bom relacionamento entre líder e liderado. O entendimento das responsabilidades de cada um acaba gerando o desempenho esperado pela empresa. Cada pessoa pode ser auxiliada a dar sua máxima contribuição, utilizando ao máximo suas habilidades e capacidades (CHIAVENATO, 2014). Sabendo que a comunicação é o pilar fundamental no processo de liderança, e que ela influencia diretamente o relacionamento entre líder e liderado, permitindo que os líderes possam assim influenciar e motivar sua equipe, transmitindo visão, valores e objetivos claros (KATZ; KAHN, 1978; HARGIE, 2011), conclui-se que a comunicação é um pilar essencial no processo de liderança, garantindo que todos os membros da organização estejam alinhados com as expectativas.

Palavras-chave: Eficaz. Objetivos. Lider. Empatia. Organização.

Referência

BAVELAS, A., et al. "Communication in Organizations**."** **The Handbook of Organizational Communication,** editado por Fredric M. Jablin e Linda L. Putnam. Thousand Oaks: Sage Publications, 2006.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas:** O Novo Papel dos Recursos Humanos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

HARGIE, O. **Skilled Interpersonal Communication:** Research, Theory and Practice. Psychology Press, 2011.

KATZ, D., e KAHN, R. L. **The Social Psychology of Organizations.** New York: Wiley, 1978.

ROBINSON, S. P., e JUDGE, T. A. **Organizational Behavior**. Pearson, 2019.

WOOD, J. T. **Communication in Our Lives**. Boston: Cengage Learning, 2016.

O DESENVOLVIMENTO DA LIDERANÇA PARA A CONQUISTA DE MELHORES RESULTADOS CORPORATIVOS E PROFISSIONAIS

Gabrielly Batista Lima
Graduando em Administração, pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, gabrielli.60723@unifaema.edu.br
Tiago Laddaga Dias
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, tiago.dias@unifaema.edu.br
Pâmela da Silva Roberto
Graduando em Administração, pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, pamelaroberto00@gmail.com

A importância das técnicas de liderança, tanto para profissionais que estão no cargo quanto para aqueles que aspiram a essa posição. O objetivo desse estudo é analisar a evolução da liderança, suas diferentes abordagens e estilos, e como eles se aplicam em contextos variados. A metodologia apresentada envolve uma análise teórica da evolução da liderança e bibliográfica com autores nacionais e internacionais. Diante das constantes mudanças na sociedade, na política e na economia, os líderes precisam adotar abordagens flexíveis para enfrentar incertezas. Além disso, o estudo explora os conceitos de liderança e administração, diferenciando suas funções e destacando sua influência sobre as equipes. A evolução da liderança é analisada desde a Administração Científica até os modelos contemporâneos, enfatizando a necessidade de adaptação. Segundo Silva et.al. (2022), diferentes estilos de liderança são apresentados, como autocrática, liberal, democrática, coaching e situacional, ressaltando a importância da aplicação conforme o contexto. O desenvolvimento da liderança é discutido com foco na orientação profissional, abordando técnicas como mentoring, tutoria e *career counseling*. Estudos indicam que o sucesso da liderança está diretamente relacionado à capacidade de adaptação às mudanças e à habilidade de influenciar e motivar equipes para alcançar resultados organizacionais. Para Marcos et. al. (2022), a inteligência emocional desempenha um papel essencial na liderança, pois permite o autocontrole e a criação de ambientes produtivos e harmoniosos. Nesse sentido, pesquisas apontam que líderes que dominam suas emoções contribuem para o fortalecimento da confiança e da integridade organizacional. Além disso, técnicas como a reedição da memória e a análise crítica são recomendadas para o desenvolvimento da inteligência emocional. Há ainda uma comparação entre inteligência emocional e inteligência tradicional, destacando a importância de habilidades como automotivação e empatia. Conforme Silva et. al. (2023), no ambiente corporativo, a maturidade emocional dos líderes impacta diretamente tanto o desempenho financeiro quanto o comportamento da equipe. A plasticidade é destacada como uma competência essencial para a reinvenção contínua, enquanto a gestão de pessoas exige práticas fundamentais, como a valorização do setor de Recursos Humanos, avaliações rigorosas e organogramas claros. Conclui-se que para ser um líder eficaz, é imprescindível a capacidade de se adaptar ao contexto e alinhar suas habilidades emocionais, estratégicas e comportamental.

Palavras-chave: organizações, resiliência, práticas de liderança, inteligência emocional, negociação

Referências

SILVA, M. R. da; CAIADO, M. A. dos S.; CISNE, M. do C. de F. **O Desenvolvimento da Liderança Para a Conquista de Melhores Resultados Corporativos e Profissionais**. Epitaya E-books, [S. l.], v. 1, n. 7, p. 44-60, 2022. DOI: 10.47879/ed.ep.2022465p44.

Marcos, M. M., Araújo, G. C. de, & Ribeiro, L. (2022). **Liderança no Contexto da Gestão de Pessoas:** O Impacto da Inteligência Emocional na Formação de Líderes de Sucesso. Epitaya E-Books, 1(23), 132-145.

SILVA, Isabelly Feliciano Ancelmo da; BARBOSA, Luana Lopes; AZEVEDO, Raiane Monique Mendes de. **Inteligência emocional e liderança como a falta de preparo dos líderes influência nos resultados da organização**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Técnico em Recursos Humanos). Etec Prof. Dr. José Dagnoni, Santa Bárbara d'Oeste, 2023.

EQUIPES DE ALTA PERFORMANCE X MULTICULTURAIS

Andressa Lemos de Jesus Silva
Graduando em Administração, pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
andressa.60513@unifaema.edu.br
Tiago Laddaga Dias
Bacharel em Administração, Docente no Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA,
tiago.dias@unifaema.edu.br

O trabalho em equipe é fundamental para o sucesso das organizações, sendo especialmente eficaz quando envolve interdependência, confiança e liderança compartilhada. O objetivo deste estudo é discutir a relevância das **Equipes de Alta Performance (EAPs**) e das equipes multiculturais nas organizações atuais. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, com base em autores internacionais, com foco na resolução de conflitos e nos resultados. No contexto organizacional do século XXI, as EAPs são essenciais para empresas que buscam sustentabilidade e excelência. Ao contrário do modelo tradicional de comando e controle do século XX, essas equipes são compostas por pessoas com diferentes competências, como conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, promovendo a troca de ideias e a experimentação, fundamentais para a inovação. Segundo Lencioni (2003), as EAPs eficazes devem ter cinco características essenciais: confiança mútua, capacidade de resolver conflitos, comprometimento com decisões, responsabilidade coletiva e foco no resultado. Para que as EAPs alcancem seu potencial, é imprescindível uma **Gestão de Alta Performance**, onde líderes incentivam a solidariedade e a colaboração dentro das equipes. Santander (2012) sugere que os gestores selecionem pessoas com competências complementares, reconheçam a individualidade e incentivem a cooperação, além de fornecer feedbacks construtivos. Também é fundamental que as equipes sejam motivadas e reconhecidas por seus resultados, por meio de um modelo de competência que inclua **Conhecimentos, Habilidades, Atitudes, Resultados e Talentos (CHART**), ampliando o tradicional CHA. Esse modelo visa integrar competências que favorecem o desempenho e a inovação nas organizações. A formação de EAPs é justificada por duas necessidades principais: a necessidade histórica de unir esforços para alcançar objetivos mais difíceis de serem atingidos isoladamente e a crescente complexidade do mundo moderno (Piancastelli, Faria e Silveira, 2000). As equipes de alta performance e multiculturais compartilham o mesmo objetivo: proporcionar maior rentabilidade às organizações. Ambas são reflexos da globalização e da necessidade de inovação em um ambiente empresarial dinâmico e com alta rotatividade. Em conclusão, o trabalho em equipe pode ser compreendido de duas formas complementares: uma voltada para a busca de qualidade e resultados rápidos, e outra voltada para a diversidade cultural, com membros que entendem tanto sua própria cultura quanto a dos outros. Essa abordagem promove uma maior adaptação das organizações ao cenário globalizado e aos desafios do século XXI.

Palavras-chave: Equipes; Performance; Multicultural; Organizações.

Referências

DUTRA, J. S. **Gestão de Pessoas:** modelo, Processos, Tendências e Perspectivas. São Paulo: Atlas, 2021. (Livro)

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Future of Jobs Report 2023.** Disponível em: www.weforum.org/reports/the-future-of-jobs-report-2023.

ISO 45003. **Gestão de Saúde e Segurança Psicológica no Trabalho.** 2021.

CASCIO, W. F.; MONTEAURO, S. **People Analytics:** A revolucionar a gestão de talentos**.** Harvard Business Review Brasil, 2022. (Artigo científico via SciELO).

GREAT PLACE TO WORK. **Ranking Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil.** 2023. Disponível em:

EDUCAÇÃO

O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS EM CAPACITAÇÃO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

Jéssica Castro dos Santos
Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS/UFF). Mestre em Saúde e Educação e Educação (UNAERP). Fisioterapeuta (UNIFAEMA). Pró-reitora de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão (UNIFAEMA), jessicac.ppgbios@gmail.com
Jessica de Sousa Vale
Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA) Mestre em Saúde e Educação e Educação (UNAERP). Enfermeira (UNIFAEMA). Vice-reitora (UNIFAEMA).
jessica.vale@unifaema.edu.br
Andréa Patricia Nogueira Gomes Gamarra
Bacharel em Pedagogia, Docente no Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA,
Esp. em Educação em Psicopedagogia Institucional e supervisão escolar
andrea.patricia@unifaema.edu.br
Catarina da Silva Seibt
Esp. em Educação em Supervisão Escolar pela UNIR - Universidade Federal de Rondônia
Pró Reitoria de Planejamento e Administração (UNIFAEMA),
catarina.seibt@unifaema.edu.br

O presente resumo apresenta uma análise sobre a utilização de metodologias ativas em programas de capacitação docente no ensino superior, destacando seu potencial transformador das práticas pedagógicas tradicionais. Essas metodologias se caracterizam por estratégias centradas na participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem, de maneira flexível, integrada e híbrida, conforme argumenta Moran (2018). Estratégias como sala de aula invertida, aprendizagem baseada em problemas (PBL) e metodologias colaborativas vêm sendo adotadas para promover o engajamento e a autonomia dos docentes em formação, especialmente no que se refere à aplicação de abordagens ativas no processo de ensino-aprendizagem. Diante de um cenário em que o ensino profissionalizante busca cada vez mais desenvolver a autonomia discente, as metodologias ativas se consolidam como estratégias valiosas para a promoção de uma educação superior de qualidade (Costa, 2020). Neste sentido, o objetivo deste estudo versa sobre discutir brevemente sobre a formação de docentes a partir da análise de experiências formativas que utilizam metodologias ativas, evidenciando seus impactos no desenvolvimento profissional docente e nas práticas pedagógicas adotadas no ensino superior. Para sustentar essa análise, foi realizado um breve estudo qualitativo, de caráter descritivo, fundamentado em uma revisão de literatura atualizada, levando em consideração a temática inovação pedagógica, desenvolvimento profissional docente e estratégias novadoras para formação discente (Silva, 2021). Após a breve análise os resultados encontrados apontaram que, ao vivenciarem metodologias ativas durante a capacitação, os docentes passam a repensar suas próprias práticas em sala de aula, favorecendo ambientes mais colaborativos, reflexivos e centrados no estudante. As considerações finais sugerem que investir na formação continuada de docentes do ensino superior, por meio de metodologias ativas e inovadoras, não apenas fortalece o perfil pedagógico dos professores, como também contribui para a elevação da qualidade do ensino superior ofertado, além da melhora na qualidade profissional, em consonância com as exigências contemporâneas da educação universitária.

Palavras-chave: Capacitação docente. Metodologias ativas. Ensino superior. Inovação pedagógica. Formação continuada.

Referências

MORAN, J; **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda.** In: BACICH, Lilian. MORAN, José (Orgs.). 13. Porto Alegre: Penso, 2018. e-PUB.

COSTA, G. M. C. (Org.). **Metodologias ativas**: métodos e práticas para o século XXI. Quirinópolis, GO: Editora IGM, 2020. 642 p. ISBN 978-65-990430-7-9.

SILVA, M. L. C.; KALHIL, J. D. B.; SOUZA, M. R. J. Metologias Ativas Para Uma Aprendizagem Significativa**. Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.5, p. 51280-51291 may. 2021.

EDITORA
UNIFAEMA

FALE CONOSCO

Coordenação de Extensão: extensao@unifaema.edu.br
Pró-reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão:
propex@unifaema.edu.br Editora Unifaema: editora@unifaema.edu.br

Avenida Machadinho, 4349, Área de Expansão Urbana (Setor 06), Ariquemes - RO,
CEP: 76873-630
(69) 3536.6600 | www.unifaema.edu.br

ISBN: 978-65-984435-2-8